

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Sostenes Cezar de Lima

**HIPERGÊNERO: AGRUPAMENTO ORDENADO DE GÊNEROS NA
CONSTITUIÇÃO DE UM MACROENUNCIADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Luiza Monteiro Sales Coroa

**Brasília
2013**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1006895.

L732h Lima, Sóstenes Cezar de.
Hipergênero : agrupamento ordenado de gêneros na constituição de um macroenunciado / Sostenes Cezar de Lima. -- 2013.
273 p. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: Maria Luiza Monteiro Sales Coroa.

1. Análise crítica do discurso - Periódicos. 2. Retórica.
I. Coroa, Maria Luiza Monteiro Sales. II. Título.

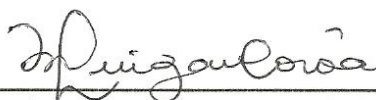
CDU 801

Sostenes Cezar de Lima

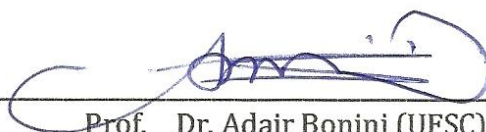
HIPERGÊNERO: AGRUPAMENTO ORDENADO DE GÊNEROS NA CONSTITUIÇÃO DE
UM MACROENUNCIADO

Data da defesa: 05 de abril de 2013

BANCA EXAMINADORA



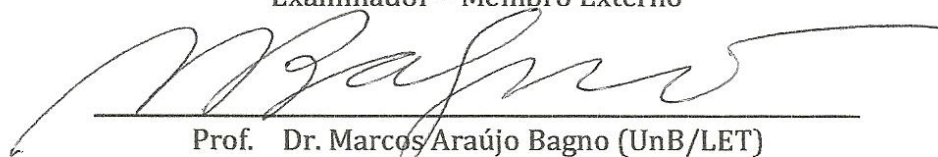
Profa. Dra. Maria Luiza M. S. Coroa (UnB/LIP)
Presidente - Orientadora



Prof. Dr. Adair Bonini (UFSC)
Examinador - Membro Externo



Profa. Dra. Viviane Maria Heberle (UFSC)
Examinador - Membro Externo



Prof. Dr. Marcos Araújo Bagno (UnB/LET)
Examinador - Membro Externo



Profa. Dra. Cibele Brandão de Oliveira (UnB/LIP)
Examinador - Membro Interno

Profa. Dra. Orlene Lúcia de Sabóia Carvalho (UnB/LIP)
Examinador Suplente - Membro Interno

DEDICATÓRIA

Para as pessoas com quem formo uma só vida:

Priscilla, Ana Gabriela e Mariana

AGRADECIMENTOS

Tese é um evento que encerra um longo ciclo de vida. Com ela termina nossa carreira de estudante. Chegam ao fim uma identidade, um papel social e um estilo de viver. Perdemos um lugar social; perdemos um jeito de ser e de agir no mundo. Depois da tese, podemos até ter outras experiências estudantis, mas nenhuma delas, imagino, terá a mesma natureza. A condição de ser estudante não será mais a mesma.

Ninguém passa por esse longo trajeto de vida sozinho; ninguém chega ao fim de um doutorado sozinho; ninguém vive sozinho. Em minha vida, sempre estive rodeado de pessoas que me fizeram acreditar que eu poderia chegar ao encerramento desse ciclo. Essas pessoas não apenas me incentivaram e me apoiaram; elas me ajudaram a construir um jeito bom e eficaz de ser estudante. Aqui deixo o meu tributo a todas as pessoas que fizeram e fazem parte de minha vida de estudante e da minha vida pessoal como um todo. Um agradecimento especial:

A Deus, por ter semeado no coração humano o desejo de saber. Não tenho dúvidas de que a fascinação que nós humanos temos pelo conhecimento é um movimento de Deus em nossa interioridade.

À minha esposa, Priscilla Lima, por compartilhar a vida comigo. Vivo com você uma história de amor sublime, indiscernível. Compartilhamos vida, desejos, risos, lágrimas – a chuva. Compartilhamos também uma história estudantil incrivelmente semelhante. Os livros nos encantam, nos movem. Só um objeto pode explicar o modo como nossas vidas se tornaram entranhavelmente unidas, complementares: o livro.

Às minhas filhas, Ana Gabriela Lima e Mariana Lima, por viverem em mim. Embora estejam fisicamente descoladas de mim, vocês são vidas que continuam movendo minha pulsão de viver, fazendo meu coração bater. Também sinto que minha vida se move dentro de vocês, construindo o fundamento mais íntimo de quem vocês são e de quem vocês serão. Sempre poderemos cultivar a vida brincando, sorrindo.

Aos meus pais, Olívio Rodrigues de Melo (*in memoriam*) e Madalena de Paula Melo, por me lançarem à vida e me prepararem para a carreira de estudante. As minhas primeiras memórias me asseguram que vocês começaram, desde muito cedo, a construir em mim uma fascinação pelo saber. Vocês me ajudaram construir um obstinado desejo de estudar, capaz de vencer os obstáculos mais dramáticos.

Aos meus irmãos e família, por participarem ativamente da minha vida de estudante. Sempre estive rodeado de pessoas que me afirmavam. Vocês, meus queridos irmãos, irmãs, cunhad@s, sobrinh@s, sempre estiveram dispostos a participar da minha carreira de estudante, e não apenas como incentivadores, mas como colaboradores diretos, em alguns casos, me oferecendo casa, lar.

Ao meu sogro e sogra, Adilson Ribeiro e Ebe Ribeiro, e aos meus cunhad@s, pelo acolhimento afetuoso e por oferecem à Gabi e à Mari aconchego e cuidado, quando eu e a Priscilla tínhamos que ir à Brasília ou a Goiânia.

À minha orientadora, Maria Luiza M. S. Coroa, pela primorosa orientação e pela afetuosa companhia. Conheci você, Malu, ainda no primeiro ano de mestrado. Desde então me senti cativado por uma profissional extraordinariamente competente. Mas você não é apenas uma profissional competente; você não é uma pessoa comum. Aliado ao seu profissionalismo, existe uma ternura sublime. Você me fez ver que vida, afeto, companheirismo são perfeitamente compatíveis com uma jornada de pesquisa.

Aos amigos, André Lúcio Bento e Marco Antonio R. Machado, por terem participado intensamente do meu percurso de doutorado e da minha pesquisa. Em nossas trocas de ideia, sempre tive a oportunidade de aprender e de perceber novas nuances do discurso e do texto. Além disso, vocês me ajudaram em certos aspectos, que talvez nem se lembrem ou nem saibam.

Aos meus amig@s, pela boa companhia, pelas boas conversas e pelo apoio e colaboração. Muitas pessoas estiveram comigo nestes anos de doutorado e em outras fases da vida. O que posso dizer a vocês é: sem os amigos a vida é inviável.

Aos amig@s do curso de Letras da UEG e da UniEvangélica, pelo apoio e incentivo.

Aos amig@s do grupo de discussão de Laboratório de Análise do Discurso, pelas inspiradoras discussões sobre *representação social e identidade, teoria de gêneros e metodologia de pesquisa.*

Aos membros da banca, Adair Bonini, Marcos Bagno, Viviane M. Heberle, Cibele Brandão de Oliveira, Orlene Lúcia Sabóia Carvalho, por me darem a honra de contar com a participação de vocês neste evento tão importante para mim. Saibam que esta banca é composta por pessoas, cuja carreira profissional me inspira muito.

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UEG e ao Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, pela concessão de afastamento das atividades profissionais. Registro aqui o meu respeito à política de concessão de licença para qualificação de ambas as instituições. Essa é, para mim, uma das políticas institucionais que mais fortalecem uma Universidade.

À FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, pela concessão de bolsa de estudos durante um período do curso.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo apresentar um arcabouço teórico-conceitual com vistas a explicar o modo como se constitui e se organiza, sociorretórica e discursivamente, um *hipergênero*. Propõe-se que o hipergênero seja visto como um macroenunciado composto por um conjunto de gêneros típicos que se agrupam de modo ordenado e articulado. Para a construção desse arcabouço teórico, revejo os conceitos de *mídia*, como uma unidade de interação (BONINI, 2011) e de mediação dos gêneros, e o conceito de *suporte*, como um componente material da mídia no qual se ancoram os gêneros. Esta reflexão teórica se desenvolve a partir de um quadro de confluência disciplinar, composto pela Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG), Análise Crítica de Gêneros (ACG) e Análise de Discurso Crítica (ADC). A *revista semanal de informação* é tomada aqui como objeto de análise, com fim de ilustrar as categorias teóricas propostas. Analisa-se uma amostra de quatro exemplares de revista, sendo um de cada uma das quatro principais revistas semanais de informação brasileiras: *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. Na aplicação do arcabouço teórico desenvolvido, propõe-se uma tipologia para a classificação dos gêneros que circulam na revista. Essa tipologia se fundamenta basicamente no papel que os gêneros exercem na organização e funcionamento retórico-discursivo da revista como um macroenunciado. Tomando-se como base a estrutura teórico-conceitual proposta na tese, foi possível exemplificar que a *revista semanal de informação* se compõe de um conjunto de gêneros típicos, os quais se agrupam em unidades retóricas internas de extensão, natureza e função variadas. Essas unidades, classificadas como *bloco*, *seção* e *colônia retórica*, constroem a unidade textual, hipergenérica e discursiva da revista.

Palavras-chave: Hipergênero. Macroenunciado. Mídia. Suporte de gêneros. Análise Sociorretórica de Gêneros. Análise Crítica de Gêneros. Revista Semanal de Informação.

ABSTRACT

This dissertation aims to present a theoretical and conceptual approach in order to explain how a *hypergenre* is socio-rhetoric and discursively constituted and organized. It is proposed that the hypergenre is a macro enunciation composed by a set of typical genres that are orderly grouped together. In order to construct this theoretical framework, I review the concepts of textual media, as a unit of interaction (BONINI, 2011) and mediation of genres, and the concept of textual support, as a material component of the media in which the genres are anchored. This theoretical reflection grows out of a confluence of disciplinary framework, composed by Socio-rhetoric Genre Analysis (SGA), Critical Genre Analysis (CGA) and Critical Discourse Analysis (CDA). The weekly news magazine is taken here as an object of analysis, to illustrate the theoretical categories proposed. A sample of four copies of the magazine is analyzed, one copy from each of the four major weekly news magazines of Brazil: *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* and *Veja*. In applying the theoretical framework developed, a typology for the classification of genres that circulate in the magazine is proposed. This typology is based primarily on the role that genres play in the rhetorical-discursive organization and operation of the magazine as a macro enunciation. Based on the theoretical and conceptual framework proposed in this dissertation, it was possible to exemplify that the weekly news magazine is composed by a set of typical genres, which are grouped into rhetorical units, varying in extension, nature and function. These units are classified as *block*, *section* and *rhetoric colony*, which build a textual and discursive unity of magazine as a hypergenre.

Keywords: Hipergenre. Macro enunciation. Media. Genres Support. Socio Rhetoric Genre Analysis. Critical Genre Analysis. Weekly News Magazine.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo presentar una estructura teórica y conceptual para explicar cómo el *hypergénero* es constituido y organizado, socio retórica y discursivamente. Se propone que el hypergénero sea conceptualizado cómo un macroenunciado compuesto de un conjunto de géneros típicos que se agrupan juntos, de un modo ordenado y coordinado. Para la construcción de este marco teórico, se revisan los conceptos de *medios*, como una unidad de interacción (BONINI, 2011) y de mediación de los géneros, y el concepto de *apoyo*, como un componente material de los *medios* en el que se anclan los géneros. Esta reflexión teórica surge de la confluencia de un marco disciplinario, compuesto por el Análisis de Géneros Socio Retórica (AGSR), Análisis Crítico de Géneros (ACG) y Análisis Crítico del Discurso (ACD). La revista semanal de información se toma aquí como un objeto de análisis, para ilustrar las propuestas de categorías teóricas. Se analizó una muestra de cuatro ejemplares de la revista, siendo uno de cada una de las cuatro principales revistas semanales de información brasileñas: *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* y *Veja*. Al aplicar el marco teórico desarrollado, se propone una tipología para la clasificación de los géneros que circulan en la revista. Esta tipología se basa principalmente en el papel que desempeñan los géneros en la organización y funcionamiento retórico y discursivo de la revista como macroenunciado. El marco teórico y conceptual propuesto en la tesis permitió ilustrar que la revista semanal de información se compone de un conjunto de géneros típicos, que se agrupan en unidades retóricas de extensión, naturaleza y función variadas. Estas unidades, que se clasifican como bloque, colonia y sección retórica, son responsables de la construcción de la unidad textual y discursiva de la revista semanal de información.

Palabras clave: Hypergénero. Macro enunciación. Medios. Apoyo de géneros. Análisis de Géneros Socio Retórica. Revista semanal de información.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro 1 – Modelo multidimensional de análise do discurso escrito.....	31
Quadro 2 – Níveis nas análises de gêneros e de discurso	35
Quadro 3 – Movimentos retóricos da introdução de artigos de pesquisa	50
Quadro 4 – Modelo CARS para introdução de artigos de pesquisa.....	50
Quadro 5 – Anúncio publicitário na forma de bula de remédio	57
Quadro 6 – Cadeia de gêneros para submissão de Artigo em Congresso	63
Figura 1 – Disposição em contínuo: mídia, suporte, hipergênero e gênero.....	77
Figura 2 – Correlação entre gênero, hipergênero, mídia e suporte.....	78
Quadro 7 – Tipos de interação segundo Fairclough (2003)	114
Quadro 8 – Mudança nos instrumentos e técnicas de registros da escrita.....	134
Quadro 9 – Características do enunciado (BAKHTIN, 2010[1952-53], p. 281) aplicadas ao jornal.....	151
Figura 3 – Gêneros e hipergêneros na relação oralidade e escrita	154
Quadro 10 – Estruturação retórica do hipergênero sessão plenária	163
Figura 4 – Exemplo do gênero organizador <i>sumário</i>	164
Figura 5 – <i>Sessão plenária</i> transposta para o sistema de mediação eletrônico-digital.....	166
Figura 6 – Menu em hiperlink do hipergênero sessão plenária	167
Figura 7 – Bloco retórico.....	169
Figura 8 – Estruturação retórica típica dos hipergêneros orais.....	173
Quadro 11 – Estruturação básica dos hipergêneros impressos	175
Figura 9 – Cadeia referencial e genérica com os objetos de discurso <i>Mensalão</i> e <i>STF</i>	178
Quadro 12 - Finalidades do jornalismo para estudiosos do campo.....	188
Figura 10 – Seção <i>Einstein Saúde</i> da revista <i>Veja</i>	191
Quadro 13 – Quadro geral dos gêneros presentes na <i>revista</i>	194
Figura 11 – Bloco retórico na <i>revista semanal de informação</i>	196
Quadro 14 – Organização das seções e colônias retóricas na revista <i>CartaCapital</i>	204
Quadro 15 – Organização das seções e colônias retóricas na revista <i>Época</i>	205
Quadro 16 – Organização das seções e colônias retóricas na revista <i>IstoÉ</i>	206
Quadro 17 – Organização das seções e colônias retóricas na revista <i>Veja</i>	207
Quadro 18 – Organização das seções e colônias retóricas prototípicas da revista.....	209
Figura 12 – Gênero dominante e complementares na constituição do bloco retórico.....	211
Figura 13 – A entrevista como gênero dominante do bloco.....	212
Figura 14 – Bloco retórico formado por um gênero isolado	215
Figura 15 – Bloco retórico formado por gêneros justapostos.....	216
Figura 16 – Depoimentos agregados à matéria “ <i>Os dois senadores</i> ”	221
Figura 17 – Depoimento <i>José Agripino (DEM-RN)</i>	221
Figura 18 – Unidade de gêneros conjugados “ <i>Frota suspeita</i> ”	222

Quadro 19 – Estruturação retórica do gênero legenda.....	223
Quadro 20 – Classificação dos gêneros formadores dos blocos retóricos.....	224
Figuras 19 e 20 – Capa “ <i>Não podemos ceder à pressão</i> ” e Sumário.....	250
Figura 21 – Nota “ <i>A pobreza tem cor</i> ”	251
Figura 22 – Reportagem “ <i>Um poeta na mais alta corte</i> ”	252
Figuras 23 e 24 – Artigos de opinião “ <i>O julgamento do mensalão</i> ” e “ <i>Política de uma nota só</i> ”	255
Figura 25 – Reportagem “ <i>Contra a austeridade</i> ”	256
Figura 27 – Capa.....	259
Figura 28 – Reportagem “ <i>Para tirar o ministro</i> ”	260
Figura 29 – Micro reportagem “ <i>De carona nos carros da Delta</i> ”	261
Figura 30 – Reportagem “ <i>Um jogo de perde-perde</i> ”	262
Figura 31 – Micro reportagem “ <i>Ponte aérea entre Rio e Paris</i> ”	263
Figuras 32 e 33 – Capa “ <i>Veta, Dilma</i> ” e Editorial “ <i>Atentado à floresta</i> ”.....	264
Figura 34 – Reportagem “ <i>Conexão Hawala</i> ”	265
Figura 35 – Reportagem “ <i>Inimigos na trincheira</i> ”	267
Figura 36 – Reportagem “ <i>Veta, Dilma</i> ”	268
Figura 37 – Capa “ <i>Nas águas do Cachoeira</i> ”	271
Figura 38 – Reportagem “ <i>Os dois senadores</i> ”	272

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACG Análise Crítica de Gêneros
- ADC Análise de Discurso Crítica
- AG Análise de Gêneros
- ASG Análise Sociorretórica de Gêneros
- IMC Interação Mediada por Computador

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	4
AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	7
ABSTRACT	8
RESUMEN	9
LISTA DE FIGURAS E QUADROS	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
SUMÁRIO	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	21
CAMPOS TEÓRICOS INTERDISCIPLINARES	21
1.1 Percurso histórico da Análise de Gêneros	22
1.1.1 Dialogismo Bakhtiniano	23
1.1.2 Contextualismo linguístico	24
1.1.3 Virada retórica	25
1.2 Surgimento da Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG)	27
1.3 Surgimento da Análise Crítica de Gêneros (ACG)	28
1.4 Asserções teóricas convergentes: ASG, ACG e ADC	36
1.4.1 O gênero funciona numa situação retórica recorrente	36
1.4.2 O gênero é uma ação social	40
1.4.3 O gênero realiza determinado(s) propósito(s) sociodiscursivo(s)	42
1.4.4 O gênero constitui um evento sociodiscursivo inscrito nas práticas de uma comunidade discursiva	45
1.4.5 O gênero é organizado em unidades e movimentos retóricos hierárquicos	49
1.4.6 Os gêneros funcionam em conjunto, formando um complexo sistema de relações	51
1.5 Resumo do capítulo	72
CAPÍTULO 2	75
REVISITANDO OS CONCEITOS DE MÍDIA, SUPORTE E HIPERGÊNERO	75

2.1 Em torno do conceito de <i>mídia</i>	77
2.1.1 Escolha terminológica.....	78
2.1.2 Conceito de mídia na midiologia de Debray	79
2.1.3 Conceito de mídia em Bonini.....	88
2.2 O torno do conceito de <i>suporte</i>	89
2.2.1 Conceito de suporte em Debray.....	90
2.2.2 Conceito de suporte em Marcuschi.....	92
2.2.3 Conceito de suporte em Bonini	99
2.3 Em torno do conceito de <i>hipergênero</i>	102
2.3.1 Hipergênero nos estudos da cibercultura	102
2.3.4 Conceito de hipergênero em Bonini	103
2.4 Resumo do capítulo.....	106
CAPÍTULO 3.....	109
MÍDIA, SUPORTE E HIPERGÊNERO: CONSTIUÇÃO DOS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO E AGRUPAMENTO ORDENADO DOS GÊNEROS	109
3.1 Mídia e mediação de gêneros	110
3.1.1 Mediação e interação mediada	111
3.1.2 Tipos de interação.....	112
3.1.3 A mídia como um conjunto de tecnologias materiais	118
3.1.4 A mídia como um conjunto de tecnologias simbólicas.....	127
3.2 Hipergênero e o agrupamento ordenado de gêneros	144
3.2.1 Conceituação de hipergênero	145
3.2.2 Elementos para a delimitação do hipergênero como um macroenunciado.....	146
3.2.3 O hipergênero como um conjunto de unidades textuais descontínuas	152
3.2.4 O hipergênero como um agrupamento ordenado de um conjunto de gêneros típicos	156
3.2.5 O hipergênero como um conjunto de unidades retóricas	167
3.2.6 O hipergênero como uma estruturação retórica prototípica.....	171
3.2.7 O hipergênero como um conjunto de unidades interligadas por uma cadeia referencial.....	177
3.3 Resumo do Capítulo.....	180
CAPÍTULO 4.....	183
A REVISTA SEMANAL DE INFORMAÇÃO COMO UM HIPERGÊNERO.....	183
4.1 Aspectos metodológicos: considerações sobre o objeto e sobre o <i>corpus</i>	184
4.1.1 Sobre a escolha do objeto de estudo	184

4.1.2 Sobre a constituição do corpus.....	185
4.2 Análise da constituição sociorretórica da <i>revista</i>	185
4.2.1 Inventário e proposta de classificação dos gêneros da revista	186
4.2.2 Constituição das unidades retóricas internas da revista	194
4.2.3 Configuração e funcionamento do bloco retórico.....	210
4.3 Resumo do capítulo.....	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
REFERÊNCIAS.....	231
ANEXOS.....	249
Anexo 1 – Cidade dos grandes eventos floresce.....	249
Anexo 2 – Recortes da revista <i>CartaCapital</i> n. 695 usados como ilustração	250
Anexo 3 – Recortes da revista <i>Época</i> n. 729 usados como ilustração.....	259
Anexo 4 – Recortes da revista <i>IstoÉ</i> n. 2216 usados como ilustração	264
Anexo 5 – Recortes da revista <i>Veja</i> n. 2268 usados como ilustração.....	271

INTRODUÇÃO

Uma tese é, em certo sentido, um diário de viagem. Nela apresentamos pessoas, eventos e objetos com os quais interagimos durante o percurso da pesquisa de doutorado. Antes de sair para a viagem, preparamos um roteiro, tecnicamente chamado de *projeto de pesquisa*, no qual fazemos uma previsão – precária, é claro – a respeito de alguns itens importantes: os caminhos a serem tomados, as pessoas com quem dialogaremos, as ideias e conceitos fundamentais, os objetos a serem gerados e analisados.

Quando se inicia a jornada, logo se percebe que o roteiro precisa de ajustes para se conectar com a realidade e com os sentimentos do pesquisador. Para se manter um projeto vivo e útil, mudanças são necessárias. Aliás, a vida, em quaisquer circunstâncias, exige movimento, mudança para se manter como vida. A inércia é a mãe da morte. Em alguns casos, as mudanças necessárias são poucas e superficiais; em outros, mais numerosas e profundas.

Assim, paralelo às mudanças feitas no roteiro da viagem, começamos a elaborar uma espécie de diário de bordo, no qual registramos os encontros e desencontros que vão acontecendo no percurso. Quando chegamos ao fim, o diário deve estar pronto. É ora de apresentá-lo pública e oficialmente, para que se avalie a vivacidade, relevância, coerência, plausibilidade do que se realizou durante a viagem e do destino a que se chegou.

Esta tese segue, em linhas gerais, o panorama de viagem brevemente relatado acima. É um diário no qual expresso o que fiz, e o destino a que cheguei, depois de percorrer esses anos de doutorado.

No projeto apresentado inicialmente, estava previsto, como objetivo geral, analisar a constituição sociorretórica da *revista semanal de informação*, vista aqui como um grande gênero formado a partir do agrupamento ordenado de vários outros gêneros. O foco estava, portanto, na análise que se faria do objeto, não propriamente na caracterização teórico-conceitual desse objeto. Os caminhos e movimentos da viagem acabaram mostrando a necessidade de uma parada na teorização do objeto. Essa parada acabou se tornando o destino final desta tese. Fiz uma pequena viagem ao campo da análise, mas apenas para mostrar como as descobertas feitas no campo da teorização poderiam ser exemplificadas.

Portanto, o objetivo central da viagem passou a ser: *elaborar um arcabouço teórico-conceitual capaz de explicar o modo como se constitui sociorretórica e discursivamente um macroenunciado, aqui denominado de hipergênero*. Assim, foi proposto que o hipergênero constitui um agrupamento ordenado de um conjunto de gêneros típicos, que compõem uma macrounidade discursivo-textual.

Logo se notou que, junto ao funcionamento dos *hipergêneros*, geralmente aparecem *os suportes*, os elementos materiais nos quais os gêneros e os hipergêneros são ancorados, e as *mídias*, as tecnologias materiais e simbólicas por meio das quais interagimos à distância e através das quais os gêneros e hipergêneros são mediados. Com isso, surgiram novos elementos a serem agregados ao arcabouço teórico. Junto com a explicação do modo como os gêneros se agrupam ordenadamente, se tornou necessário também explicar o modo como esses gêneros agrupados se ancoram em certos suportes e o modo como são mediados material e simbolicamente. Assim, à questão de pesquisa *Como os gêneros se agrupam para compor um macroenunciado?* agregaram-se mais duas: a) *Como se constitui o processo de ancoragem dos gêneros e dos hipergêneros?* e b) *Como se constitui o processo de mediação material e simbólica dos gêneros e dos hipergêneros?*

Essas três questões passaram a sinalizar os caminhos a serem tomados nesta tese. Nessa perspectiva, assumi o desafio de parar num determinado ponto da viagem para, assim, construir uma pesquisa muito mais voltada à reflexão teórica que à análise.

Contudo, antes de parar no campo da elaboração teórica, notei ser necessário fazer uma viagem ao campo das disciplinas, as quais indicam as fronteiras teóricas e epistemológicas do percurso. No Capítulo 1, “*Campos teóricos interdisciplinares*”, apresento inicialmente as duas disciplinas, a Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG) e a Análise de Discurso Crítica (ADC), que oferecem a plataforma para as explorações teórico-conceituais. O estudo da ASG e ADC, como campos dentro quais poderia elaborar a reflexão teórica, me mostrou um campo interdisciplinar, a Análise Crítica de Gêneros, bastante fértil à exploração simultânea do gênero e do discurso. Assim, a partir da confluência desses três campos – ASG, ACG e ADC – é apresentada uma série de asserções teóricas, que visam caracterizar o gênero como uma categoria fundante para a exploração dos conceitos de *mídia*, *suporte* e *hipergênero*.

No Capítulo 2, “*Revisitando os conceitos de mídias, suporte e hipergênero*” procedo a uma revisão da literatura, buscando delinear o modo como os conceitos de *mídia*, *suporte* e *hipergênero* são construídos em Debray (1993, 2004), em Bonini (2011) e em Marcuschi (2003). No capítulo, são apresentadas algumas das direções teóricas importantes para a elaboração do arcabouço teórico do Capítulo 3. A partir das contribuições de Debray (1993, 2004) e Bonini (2011), delinea-se a *mídia* como uma unidade de interação e de mediação, dentro da qual operaram os *suportes* como os elementos materiais, nos quais os gêneros são ancorados. A partir da proposta de Bonini (2011), o hipergênero é apresentado como um macroenunciado formado pelo agrupamento de vários gêneros.

O Capítulo 3, “*Mídia, suporte e hipergênero: constituição dos processos de mediação, ancoragem e agrupamento ordenados dos gêneros*” constitui o núcleo desta tese, no qual se desenvolve a base do arcabouço teórico-conceitual aqui proposto. O capítulo estrutura-se a partir de três conceitos-chave: a) a *mídia* como uma unidade de interação (BONINI, 2011) e de mediação dos gêneros; b) o *suporte* como um componente da mídia (BONINI, 2011), responsável pela ancoragem dos gêneros e hipergêneros; e c) o *hipergênero* como um agrupamento ordenado de gêneros. A tipologia dos *sistemas de mediação da escrita*, uma parte da estrutura conceitual da *mídia*, ocupa também uma posição importante na teorização. A partir dos critérios *progressão histórica* e *meios técnicos de registro* e

difusão, propõe-se a seguinte classificação para os sistemas de mediação da escrita: *a) sistema de mediação pré-manuscrito, b) sistema de mediação manuscrito, c) sistema de mediação impresso, d) sistema de mediação eletrônico-digital*. Discute-se o papel que esses sistemas desempenharam e desempenham nos processos de mudança histórico-social e nos processos de emergência de novos gêneros e hipergêneros. O ponto central do capítulo é a conceituação do hipergênero. É apresentada uma série de categorias que dão sustentação ao conceito de hipergênero como um agrupamento ordenado de um conjunto de gêneros típicos que formam um macroenunciado.

O capítulo 4 é dedicado à aplicação da estrutura conceitual proposta no Capítulo 3, com vistas à análise da *revista semanal de informação* como um hipergênero. Para a análise foram selecionados quatro exemplares de *revista semanal de informação*, sendo um de cada uma das principais revistas brasileiras: *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. Propõe-se inicialmente uma classificação para os gêneros da revista, segundo o papel que exercem em sua constituição discursiva (gêneros fundantes e gêneros coadjuvantes) e segundo o papel que exercem em sua organização (gêneros organizadores e gêneros funcionais). A parte seguinte analisa as três unidades retóricas que hierarquicamente constroem a revista como um macroenunciado: *o bloco, a seção e a colônia*. Na última parte, *o bloco retórico* é retomado para um estudo mais detalhado sobre sua configuração e constituição. Para isso, propõe-se um modelo classificatório para os gêneros, segundo o papel que eles exercem na composição interna do bloco retórico e segundo as relações que estabelecem entre si.

Nas *Considerações finais* é apresentada uma série de (in)conclusões decorrentes da teorização e análise do hipergênero como um agrupamento ordenado de gêneros, um macroenunciado.

CAPÍTULO 1

CAMPOS TEÓRICOS INTERDISCIPLINARES

Este trabalho está fundamentalmente situado no campo da Análise de Gêneros (daqui em diante AG) com incursões na Análise de Discurso Crítica (daqui em diante ADC). Os principais aportes teóricos provêm de duas abordagens da AG: a perspectiva sociorretórica (MILLER, 1984, 1994; BAZERMAN, 1988, 1994, 2006a, 2006b; SWALES, 1990, 1992, 1998; ASKEHAVE; SWALES, 2001; BHATIA, 1993, 1997; BONINI, 2004c; BIASI-RODRIGUES, 1998; 2009; BIASI-RODRIGUES; HEMAIS; ARAÚJO, 2009; BONINI; BIASI-RODRIGUES; CARVALHO, 2006) e perspectiva crítica (MEURER, 2002; BHATIA, 2004, 2007, 2008, 2010; MOTA-ROTH, 2008; BONINI, 2010; HEBERLE, 2011).

O objeto a ser estudado nesta tese, o hipergênero, perpassa os domínios do *texto*, *gênero*, *discurso* e *mídia*. Isso implica a necessidade de se buscar algumas convergências teórico-conceituais e interdisciplinares. A busca por compreender o funcionamento e as implicações sociais de um objeto exige que se lance mão de uma confluência disciplinar, para se chegar a uma investigação mais contextualizada, capaz de desvelar suas faces e interfaces. Daí o motivo por que busco agregar às bases da Análise de Gêneros alguns conceitos e teorizações provenientes da ADC e, em menor quantidade, de outras áreas disciplinares que recobrem a *mídia*.

Nas seções seguintes, apresento uma breve exposição das bases teóricas disciplinares que dão sustentação às postulações teórico-conceituais aqui propostas, buscando um caminho de convergência entre Análise de Gêneros e Análise de Discurso Crítica, já sinalizado em diversos trabalhos, dentre eles: Meurer (2002), Bhatia (2004, 2007, 2008, 2010), Mota-Roth (2008), Bonini (2010), Heberle (2011).

1.1 Percurso histórico da Análise de Gêneros

Depois de algumas décadas de atividade teórico-metodológica, a Análise de Gênero (AG) conseguiu superar os primeiros desafios teóricos. Dentre eles, destaca-se a superação da simbiose conceitual que se construiu em torno dos binômios *gênero-literatura* e *gênero-forma*. Da *Poética* de Aristóteles, há mais de 23 séculos, até os anos de 1950, vigorou, no campo dos estudos literários e da retórica clássica, a concepção de gênero como *forma* estritamente *literária*.

A partir dos anos de 1950, começou a ser engendrada uma mudança rumo à identificação e classificação do gênero como uma *atividade sociodiscursiva* (e não apenas como uma entidade linguístico-literário formal)¹, *inerente a todas as esferas discursivas*,

¹ No campo da literatura, apenas recentemente os teóricos, proveniente de várias correntes de estudos literários, começaram a revisitar o conceito de gênero e abrir espaço para uma concepção menos formal, capaz de alcançar outros usos da linguagem (BAZERMAN, 2006c) e outras questões como ideologia e dinamicidade (flexibilidade) do gênero (DEVITT, 2000). Os trabalhos de Derrida (1980), Henardí (1972), Perloff (1989), Cohen (1995), Fishelov (1993) e Beebe (1994) podem ser vistos como representativos dessa renovação teórica. A título de exemplo, Devitt (2000) afirma que a obra de Perloff (1989) constitui um importante fórum para a análise de todos os tipos de gêneros, literários e não literários, textuais e não textuais, à luz das epistemologias pós-moderna.

tanto literárias como religiosas, políticas, profissionais etc. Essa mudança foi desencadeada por três grandes movimentos teóricos, brevemente apresentados a seguir: *Dialogismo bakhtiniano*, *Contextualismo* e *Virada retórica*².

1.1.1 Dialogismo Bakhtiniano

O *Dialogismo bakhtiniano* é uma corrente de pensamento fundada por um grupo de intelectuais, entre eles o linguista, filósofo e crítico literário russo Mikhail M. Bakhtin³, a partir dos anos de 1920. As obras *O método formal nos estudos literários* (MEDVEDEV/CÍRCULO DE BAKHTIN, 2012[1928]) e *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006[1929]) são consideradas as que dão início a essa ampla escola teórica, cujos conceitos básicos circulam em várias áreas das ciências humanas e sociais, especialmente na Crítica Literária e na Linguística.

Em geral, os anos de 1950 são vistos como um marco na renovação dos estudos de gênero, especialmente por causa do ensaio *Gêneros do discurso*, de Bakhtin, produzido em 1952-1953⁴, o qual apresenta uma reelaboração no conceito de gênero. Dentre as principais inovações da proposta de Bakhtin (1952-1953) está o reconhecimento de que o gênero atua em todas as esferas de atividade discursiva, não apenas na literária. Contudo, é importante assinalar que o conceito de gênero do discurso já vinha sendo formulado pelo Círculo de

² A origem, natureza e interconexão desses movimentos exigem uma exposição teórica que vai além dos objetivos desta tese. Portanto, o que faço aqui é apenas citá-los e descrevê-los sumariamente, me abstendo do rigor e profundidade que uma pesquisa específica sobre o estatuto e percurso epistemológico do gênero exigiria.

³ Obra Bakhtin desmascarado: a história de um mentiroso, de uma fraude e de um delírio coletivo, de Jean-Paul Bronckart e Cristian Bota, contesta veemente a autoria de todo o monumento teórico construído sob o nome de Mikhail M. Bakhtin. Os autores apresentam uma espécie de dossiê sobre a carreira intelectual de Bakhtin, no qual o mostram como um farsante e oportunista. As acusações (e provas) de Bronckart e Bota (2012) são graves e devem ser consideradas. Contudo, como já foi delineado por vários estudiosos dos conceitos bakhtinianos, antes mesmo da publicação do trabalho de Bronckart e Bota (2012), o que se denomina como pensamento bakhtiniano “envolve não apenas o indivíduo Bakhtin, mas um conjunto de intelectuais, cientistas e artistas que, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, dialogaram em diferentes espaços políticos, sociais e culturais” (Brait; Campos, 2009, p. 15). Portanto, a autoria dos conceitos e teorias bakhtinianos deve ser atribuída a esse círculo de intelectuais, o chamado Círculo de Bakhtin (Faraco, 2009; Rojo, 2007; Brait, 2005, 2009). Nesse sentido, as referências que faço a Bakhtin devem ser consideradas como referências a uma tradição teórica, e não a um autor especificamente.

⁴ É importante registrar que, embora o ensaio *Os gêneros do discurso* tenha sido produzido nos anos de 1950, só se tornou efetivamente conhecido e estudado no ocidente a partir dos anos de 1970. Desde então, tem se tornado uma referência obrigatória em praticamente todos os estudos de gênero.

Bakhtin desde o final da década de 1920. Roxane Rojo tem chamado a atenção para isso em diversos textos. Em “*Gêneros do discurso no círculo de Bakhtin - ferramentas para a análise transdisciplinar de enunciados em dispositivos e práticas didáticas*”, a autora afirma que “o conceito de gênero discursivo tem todo um processo histórico de constituição na obra do Círculo e é lamentável que a produção acadêmica em LA tome como referência quase que exclusivamente o texto de 1952-53/1979 [Gêneros do discurso]” (ROJO, 2007, p. 1765). Nesse mesmo artigo, a autora retoma um trecho da obra *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006[1929]), o qual mostra que conceito de gênero, que viria a ser teorizado em *Gêneros do discurso*, já estava em elaboração. De acordo com Rojo, na verdade, a elaboração do conceito parece ter-se iniciado na obra *O método de estudo formal nos estudos literários* (MEDVEDEV/CÍRCULO DE BAKHTIN, 2012[1928]), “em que o Círculo se confronta com o formalismo. Nessa obra, o Círculo trata dos gêneros literários ou poéticos, mas já começa a estender o conceito a outros campos ou esferas de circulação do discurso, renunciando a ideia de *gêneros discursivos*” (ROJO, 2007, p. 1765-1766).

1.1.2 Contextualismo linguístico

O *contextualismo linguístico* surgiu em meados do século passado a partir dos trabalhos do linguista britânico J. R. Firth. Ele defendia, em oposição ao modelo mentalista de Chomsky, que a língua é um conjunto de eventos enunciados pelo falante com vistas à ação, num dado contexto situacional. Isso implica que os eventos de fala (*speech events*) constituem o principal objeto de estudo do linguista, não a capacidade de fala. Contudo, Firth rejeitava a ideia de que atos de fala interessam apenas como fonte de acesso aos sistemas gramaticais da língua. Ele argumentava que, como os eventos de fala ocorrem em contextos da vida real, seu(s) significado(s) deriva(m) tanto da situação particular em que ocorre(m) como da sequência de sons enunciada pelo falante (HONEYBONE, 2005).

As áreas de estudo em que Firth se notabilizou foram principalmente a fonêmica e a semântica⁵. Nesta última, Firth, apoiando-se nos estudos do antropólogo Malinowski, de quem tomou emprestado o termo *contexto de situação* (cf. LYONS, 1966), desenvolveu a

⁵ As seguintes obras apresentam um estudo mais aprofundado sobre as influências e contribuições de Firth: Bazzel et al. (1966), Mitchell (1975) e Robbins (1961).

teoria contextual do significado.

Alguns princípios teóricos de Firth foram bastante importantes para o desenvolvimento dos estudos da escola de Sidney, fundada por Halliday, seu ex-aluno, inicialmente identificado como *neofirthiano*. Entre os mais importantes estão: a) a língua é um fenômeno em uso; b) a língua é um modo de fazer as coisas no mundo; c) os significados são construídos contextualmente. A partir da influência de Firth, Halliday funda a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), uma ampla corrente teórica que investiga tanto questões sistêmico-gramaticais (Gramática Sistêmico-Funcional) como questões discursivo-textuais (Registro, Gênero, Discurso).

1.1.3 Virada retórica

Embora, às vezes, alguns trabalhos não apresentem uma distinção rigorosa entre *Nova Retórica*, *Crítica Retórica* e *Sociorretórica*, temos razão para dizer que essas correntes constituem escolas teóricas ligeiramente diferenciadas. É verdade que todas estão inseridas num campo de estudo maior, o da Retórica. Contudo, as três escolas podem ser diferenciadas a partir do objeto que cada uma enfoca: a *Nova Retórica* enfatiza construção da argumentação; a *Crítica Retórica* enfoca a necessidade de contextualização do processo argumentativo, isto é, a situação retórica típica do discurso; e a *Sociorretórica* prioriza o papel do gênero na realização de uma ação de linguagem, uma ação retórica. Além disso, uma revisão bibliográfica mostra que há certa diferença entre as obras citadas recorrentemente em cada perspectiva.

a) Nova Retórica

Inaugurada com a publicação da obra *Tratado de argumentação: a nova retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996[1958]), a Nova Retórica surgiu como uma espécie de “reinvenção” dos estudos da argumentação depois de um período considerável de “deslegitimação” (PLANTIN, 2008).

b) Crítica Retórica

Surgida nos anos de 1960, essa escola propiciou uma nova guinada nos estudos retóricos, ao incorporar em sua teoria a análise das *situações retóricas*. Passou-se a analisar não apenas o material linguístico e os efeitos argumentativos usados pelo orador, mas também o contexto e cenário sociocultural recorrente em que determinadas ações retóricas ocorrem (BITZER, 1968; FISHER, 1980; JAMIESON, 1973, 1975; CAMPBELL; JAMIESON, 1978, 1982). Foi no contexto das novas abordagens retóricas da escrita que foi introduzida a noção do gênero como uma ação retórica recorrente em determinadas situações de discurso (FREEDMAN; MEDWAY, 1994a).

A identificação do gênero como uma *entidade linguística formal* de natureza exclusivamente *literária* já tinha sido superada pela *Crítica Retórica*, nos anos 60 e 70. Faltava ainda um delineamento mais preciso “do que constitui um gênero”, já que vigorava uma profusão de critérios para sua definição⁶ (MILLER, 1984, p. 151), e da correlação entre gênero e ação (efeito) social. Essas tarefas foram desenvolvidas no interior da sociorretórica (MILLER, 1984; SWALES, 1990; BHATIA, 1993; BAZERMAN, 1994) e da escola de Sidnei (HASAN, 1985; MARTIN, 1985, 1992, 1997; CHRISTIE; MARTIN, 1997) nos anos 80 e 90. Atualmente, essas duas questões já estão estabelecidas em praticamente todas as perspectivas de análise de gêneros. De fato, as definições de gênero têm tomado como base muito mais as noções de propósito, participante e ação retórica do que as de estruturas e convenções formais (cf. DEVITT, 2000, p. 698).

A afirmação de Miller (1984, p. 153), segundo a qual o gênero constitui “um complexo de características formais e materiais que cria um efeito particular numa dada situação” e a de Martin (1985, p. 250) – “gêneros são como as coisas são feitas, quando a linguagem é usada para realizá-las” – devem ser vistas como a base de novo paradigma epistemológico nos estudos do gênero. Desde então, a visão do gênero como um construto sócio-historicamente situado e com efeitos acionais se tornou recorrente em praticamente

⁶ Miller (1984) afirma que, no paradigma da Crítica Retórica, havia vários critérios para a definição do gênero: similaridades nas estratégias ou formas do discurso (BLACK, 1978; CAMPBELL, 1973; HART, 1971; RAUM; MEASELL, 1974), similaridades na audiência (MOHRMANN; LEFF, 1974), similaridades nos modos de pensar (GRONBECK, 1978; ROGERS, 1982), similaridades nas situações retóricas (WARE; LINKUGEL, 1973; HALLORAN, 1978; WINDT, JR., 1972).

todas as abordagens.

A partir dos anos de 1990, a Análise de Gêneros (AG), já estabelecida em suas bases, se torna amplamente popular. Passou a cobrir um vasto campo de investigação, interagindo com uma extensa quantidade de áreas de estudo. A partir de então, a AG tem apresentado avanços em várias direções: a) análise composicional e estrutural de formas genéricas, b) interpretação do funcionamento dos gêneros em determinados domínios⁷ e comunidades discursivas⁸, em especial os domínios acadêmico (SWALES, 1990, 1998; MOTA-ROTH, 1995; MOTTA-ROTH; HENDGES, 1996), organizacional (DEVITT, 1991; YATES; ORLIKOWSKI, 1992; ORLIKOWSKI; YATES, 1994) e profissional (BHATIA, 1993), c) aplicação da teoria de gêneros no campo pedagógico, d) estudo do funcionamento dos gêneros na cibercultura (ARAÚJO; BIASI-RODRIGUES, 2005). Contudo, novos desafios se impõem; ainda existem áreas pouco exploradas. Isso deve motivar os analistas de gêneros a encarar novos enfrentamentos.

1.2 Surgimento da Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG)

Segundo Freedman e Medway (1994a), a “virada retórica” ocorrida a partir de meados do século passado, propiciou o ressurgimento e aplicação de certos fundamentos da retórica clássica em diversos campos das ciências sociais e humanas, em especial no campo dos estudos da composição escrita (FREEDMAN; MEDWAY, 1994a). Como consequência, surgiram diversas abordagens de estudos retóricos, entre as quais a Análise Sociorretórica de Gêneros (daqui em diante ASG), nos anos de 1980, com a proposta de inclusão da noção de gênero como componente teórico fundamental para se compreender melhor como se dão as práticas retóricas no contexto social. ASG se firmou, então, como uma abordagem que

⁷ Adoto aqui o conceito de Marcuschi (2008, p. 194) para *domínio discursivo*: “Uma esfera da vida social ou institucional (religiosa, jurídica, jornalística, pedagógica, política, industrial, familiar, lúdica etc.) na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão. Assim, os domínios discursivos produzem modelos de ação comunicativa que se estabilizam e se transmitem de geração para geração com propósito e efeitos definidos. Além disso, acarretam formas de ação, reflexão e avaliação social que determinam formatos textuais que em última instância desembocam na estabilização de gêneros textuais. E eles também organizam as relações de poder”. Em outro lugar, Marcuschi (2008, p. 158) afirma ainda que “no caso dos *domínios discursivos*, não lidamos propriamente com textos e sim com formações históricas e sociais que originam os discursos”.

⁸ O conceito de comunidade discursiva será discutido adiante, na seção 1.4.4 O gênero constitui um evento sociodiscursivo inscrito nas práticas de uma comunidade discursiva.

reúne num mesmo feixe teórico questões retóricas (situação de discurso, efeitos sociais do discurso, argumentatividade do discurso, esquemas retóricos etc.) e questões de gênero (estratégias de textualização recorrentes numa dada comunidade discursiva, padrões de textualização, ações de linguagem, tipos de enunciados relativamente estabilizados, propósitos discursivos etc.).

Embora outros trabalhos de orientação sociorretórica tenham sido publicados antes do artigo *Genre as social action*, de Miller (1984)⁹, este é visto como seminal, em função da fecundidade e repercussão de suas formulações teóricas. As teses de Miller (1984), em especial a concepção do gênero como uma ação social, passaram a ter ressonância em quase todos os trabalhos que se alinham a uma abordagem social e retórica de gênero. Na esteira das teorizações de Miller, surgiram os dois principais modelos de teoria e análise sociorretórica, o de Bazerman (1988, 1994, 2004[2006b]) e o de Swales (1990). A proposta de Bazerman (1988, 1994, 2006b), denominada de “análise dos sistemas de atividade” por Bonini, Biasi-Rodrigues e Carvalho (2006), enfoca o funcionamento social de um ou um conjunto de gêneros numa determinada esfera de atividade humana. Já a abordagem de Swales (1990) focaliza a organização retórica do gênero, levando em conta seu propósito comunicativo e a comunidade discursiva da qual faz parte¹⁰.

1.3 Surgimento da Análise Crítica de Gêneros (ACG)

A partir dos anos 2000 começou a surgir no interior da ASG, em especial na vertente de Swales, uma crescente preocupação em analisar questões que vão além das propriedades retóricas do gênero. Contudo, é importante salientar que esse movimento foi desencadeado entre os seguidores da proposta de Swales (1990) e não pelo próprio autor. Embora nos trabalhos de 1998 e de 2004 haja menção a Fairclough (1992a, 1992b, 1996), a análise de Swales continuou centrada na organização retórica do gênero (SWALES, 2004) e na interpretação etnográfica do funcionamento dos gêneros numa determinada comunidade

⁹ Por exemplo, o estudo de Swales (1981) sobre a introdução de artigos acadêmicos e o trabalho de Bazerman (1983) sobre a escrita acadêmica como uma ação social.

¹⁰ Diversos aspectos dos modelos de análise de Bazerman e Swales serão abordados de forma mais aprofundada em itens posteriores.

discursiva (SWALES, 1998). Questões discursivas propriamente ditas não ocupam um papel importante em sua análise.

No Brasil, o trabalho de Meurer (2002), no começo dos anos 2000, apresentou algumas preocupações teóricas importantes sobre a necessidade de se fazer uma análise de gêneros incorporando questões discursivas (sistema de representação e crenças, estabelecimento de relações e identidades sociais, construção, manutenção, transformação dos processos e estruturas sociais etc.). Mesmo não fazendo uma análise crítica de gêneros propriamente dita, o autor apresentou *insights* importantes sobre a necessidade de se combinar a ADC com a AG. Vale a pena retomar aqui as palavras de Meurer (2002, p. 18) sobre os objetivos de seu texto:

Neste trabalho, procuro contribuir com *uma possível direção para se lidar com essas questões, tendo em mente uma análise que possa ser aplicada a qualquer gênero textual*, isto é, tipo específico de texto de qualquer natureza, literário ou não, oral ou escrito, caracterizado e reconhecido por função específica e organização retórica mais ou menos típica, e pelo(s) contexto(s) onde é utilizado (grifo meu).

As questões a que se refere Meurer (2002, p. 18), na citação anterior, são:

Como ler e analisar criticamente os diferentes gêneros textuais? [...] Como descrever e explicar os textos, evidenciando que neles e através deles os indivíduos produzem, reproduzem ou desafiam a realidade social na qual vivem e dentro da qual vão construindo sua própria narrativa pessoal?

Em *Worlds of written discourse*, Bhatia (2004) argumenta que a evolução dos estudos do discurso escrito se deu em três fases, partindo de uma análise centrada em traços linguísticos do gênero e culminando numa análise que mescla estudo de gênero e do contexto de uso. Noutras palavras, os estudos do discurso escrito partem de uma abordagem voltada para os aspectos léxico-gramaticais (primeira fase), passam por uma abordagem com foco na organização do discurso (segundo fase) e chegam a uma abordagem que busca contextualizar o discurso (terceira fase).

De acordo com Bhatia (2004), a primeira fase, denominada de *Textualização dos aspectos léxico-gramaticais*, recebeu bastante influência de teorias formais. Os estudos buscavam analisar aspectos da superfície do texto, investigando as regularidades léxico-gramaticais do gênero.

Na segunda fase, identificada como *Organização do discurso*, a dimensão do objeto analisado é estendida, passando de estruturas léxico-gramaticais para unidades e estruturas do texto. Busca-se mapear o esquema retórico do texto, isto é, sua organização em termos de elementos hierarquicamente estruturados.

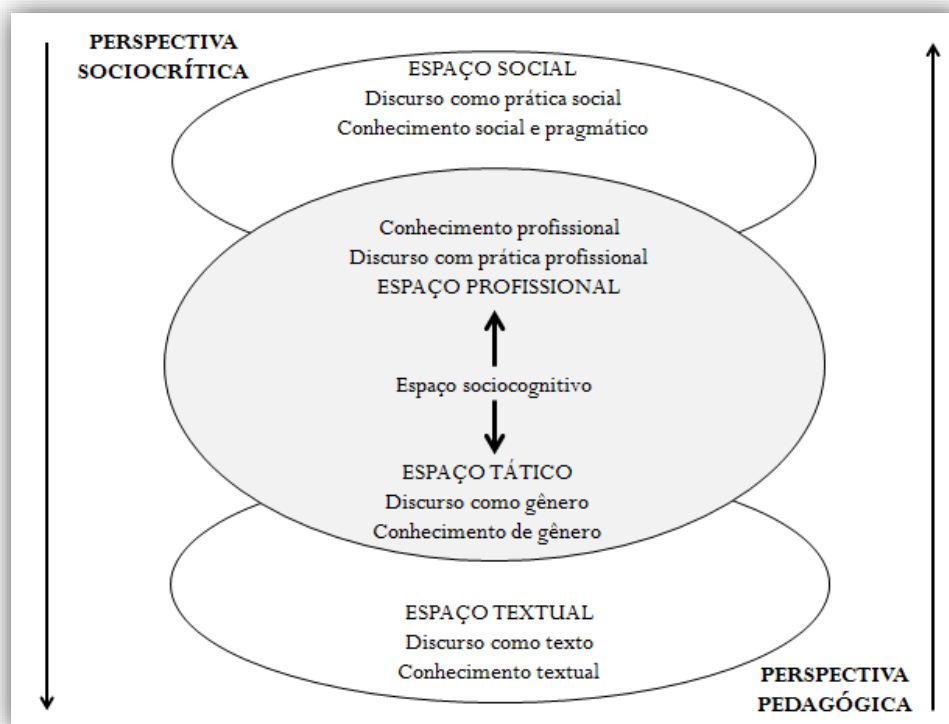
As regularidades do texto são vistas como movimentos retóricos (SWALES, 1990; BHATIA, 1993) que contribuem para a realização do propósito comunicativo do gênero, no interior de uma comunidade discursiva. De acordo com Bhatia (2004), nesse momento, a análise do discurso escrito, visto como um gênero, se torna um esquema teórico-metodológico bastante popular e útil na investigação do funcionamento dos gêneros em contextos institucionais e disciplinares específicos.

A terceira fase, *Contextualização do discurso*, resulta da busca por aumentar o papel do contexto social na análise do discurso escrito, promovendo-se uma forte intersecção entre os estudos de gênero e do discurso. Nessa fase, os analistas de gênero/discurso se tornam cada vez mais sensíveis às questões sociais implicadas nas práticas sociodiscursivas desenvolvidas em contextos profissionais e institucionais.

De acordo com Bhatia (2004, p. 18), a história da análise do discurso escrito se move ao longo de três conceitos de espaço discursivo: começando no início dos anos 60 com o *espaço textual*; e depois, sob a influência da teoria dos atos de fala, da etnografia da comunicação, da análise da conversação, da pragmática e da psicologia cognitiva, e por causa do interesse no ensino e aprendizagem do Inglês para Fins Específicos (*English for Special Purposes* - ESP) e comunicação profissional, se move em direção ao que poderia ser identificado, num sentido amplo, como *espaços sociocognitivos* (tático e profissional); e, finalmente, por causa da crescente influência da preocupação com questões sociais e críticas, se desloca para o *espaço social*.

Os vários quadros teóricos usados para a análise do discurso são, portanto, reflexos dessas preocupações e podem ser identificados pela concepção de discurso que sustentam: discurso como texto, discurso como gênero, discurso como prática profissional e discurso como prática social. Bhatia (2004) afirma que essas concepções podem ser combinadas num modelo multidimensional de análise do discurso que mobiliza os quatro espaços de construção do discurso, como se pode ver no Quadro 1.

Quadro 1 – Modelo multidimensional de análise do discurso escrito



Fonte: Bhatia (2004, p. 19)

O modelo multidimensional de análise do discurso escrito proposto por Bhatia (2004) abre caminho para uma análise mais ampla de gênero, cuja investigação pode correlacionar regularidades e propriedades léxico-gramaticais do texto (*discurso como texto*), regularidades e estruturas retóricas do gênero, bem com as práticas e estratégias de interação recorrentes num dado domínio social ou comunidade discursiva (*discurso como gênero*, envolvendo tanto questões de estratégias retórico-discursivas do gênero como elementos da prática profissional) e questões sociais mais amplas como representação de mundo, relações sociais e constituição de identidade dos participantes (*discurso como prática social*).

Explorando um pouco mais a concepção de *discurso como gênero* e *discurso como prática social*, pode-se dizer que no primeiro caso

a análise se estende para além do produto textual para incorporar o contexto, num sentido amplo, e abordar não apenas o modo como o texto é construído, mas também o modo como texto é frequentemente interpretado, usado e explorado, num contexto institucional particular ou mais especificamente em contextos profissionais, como um meio para se atingir objetivos disciplinares específicos (BHATIA, 2004, p. 20).

No segundo caso, *discurso como prática social*, o papel do contexto é expandido um pouco mais. A análise muda

significativamente o foco das propriedades internas do texto para [outros] aspectos do contexto, tais como mudanças na identidade dos participantes, estruturas sociais e relações profissionais que os gêneros podem manter ou transformar, vantagens e desvantagens que cada gênero pode oferecer para um conjunto particular de leitores (BHATIA, 2004, p. 20).

No cenário teórico brasileiro, Motta-Roth (2008), seguindo a trilha de Bhatia (2004), apresenta um deslocamento ainda mais acentuado em direção ao contexto de funcionamento do gênero. Ao comentar a terceira fase da periodização proposta por Bhatia (2004), Motta-Roth (2008, p. 351) afirma que o

conceito de gênero é cada vez mais expandido para além dos limites do léxico e da gramática, para abarcar o contexto social, o discurso e a ideologia [...]. Tal expansão demanda que as análises considerem as condições de produção, distribuição e consumo do texto, e focalizem os textos que circulam na sociedade contra o pano de fundo do momento histórico. *Olham-se as finalidades e a organização econômica dos grupos sociais, em termos de vida cotidiana, negócios, meios de produção, formações ideológicas, etc.*, que determinam o conteúdo, o estilo e a construção composicional dos gêneros (grifo meu).

As propostas teórico-metodológicas que vêm sendo construídas no interior da ACG (MEURER, 2002; BHATIA, 2004, 2007, 2008b, 2010; MOTTA-ROTH, 2008; BONINI, 2010, 2012; HEBERLE, 2011) apresentam uma forte intersecção e/ou sobreposição com as da ADC. Isso resulta de dois movimentos. De um lado, a Análise de Gêneros vem se movendo em direção a questões discursivas mais amplas, e, de outro, a Análise de Discurso Crítica tem se mostrado cada vez mais interessada em tomar o gênero como uma ferramenta teórica fundamental para a compreensão das práticas sociodiscursivas. Noutras palavras, se por um lado, os analistas de gênero se mostram cada vez mais preocupados em investigar os aspectos do contexto social que incidem nas práticas discursivas genéricas (BHATIA, 2004, 2007, 2008b, 2010; BONINI, 2010, 2012; MOTTA-ROTH, 2008; MOTTA-ROTH; MARCUZZO, 2010), por outro, os analistas do discurso se mostram cada vez mais interessados em desvendar o papel do gênero nas construções e ações do discurso (FAIRCLOUGH, 2003; SILVA; RAMALHO, 2008).

A interação entre ADC e AG oferece vantagens teóricas e analíticas para ambas as

disciplinas. O uso aprofundado de ferramentas teórico-analíticas da AG permite à ADC refinar a análise de diversos aspectos textuais envolvidos nas práticas sociodiscursivas. Por exemplo, a partir da teoria de gêneros, é possível investigar melhor o modo como certas atividades sociorretóricas recorrentes numa dada comunidade profissional ou institucional (BHATIA, 2004, 2007, 2008b, 2010; MOTTA-ROTH; MARCUZZO, 2010) são usadas para constituir (dialeticamente) formas de representar (modos de representação do mundo), agir (modos de ação social), relacionar (modo de estabelecer relações sociais) e identificar (modos de construir a identidade) (FAIRCLOUGH, 2001[1992], 2003).

O modelo de análise proposto por Fairclough (2003), em *Analysing discourse*, caminha na direção de um uso mais aprofundado de ferramentas teórico-analíticas da teoria de gêneros. O autor defende que o discurso figura nas práticas sociais como *gênero* (modos de agir), *discurso* (modos de representar) e *estilo* (modos de identificar ou ser). Como se vê, Fairclough (2003), ao remodelar a proposta de análise feita em *Discourse and social change* (1992), aumenta consideravelmente o papel do gênero no funcionamento do discurso, passando a considerá-lo como o “aspecto propriamente discursivo dos modos de agir e interagir utilizados no curso dos eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65).

Para a AG também há vantagens. O uso de ferramentas da ADC permite compreender melhor os modos de operação discursiva do gênero, isto é, o modo como o gênero está encaixado em estruturas e práticas sociais.

Por exemplo, os estudos de Bhatia (2007, 2008b), sobre documentos de divulgação contábil e financeira de grandes corporações, mostram como uma maior preocupação com questões discursivas (intertextualidade e interdiscursividade) pode auxiliar na análise de problemas sociais (assimetria de poder) envolvidos em práticas sociodiscursivas correntes numa determinada comunidade profissional. Mais especificamente, o artigo *Towards critical genre analysis* (BHATIA, 2008b) mostra a maneira como certos recursos discursivos (tanto genéricos como léxico-gramaticais) podem ser usados para obscurecer o desempenho negativo de uma companhia e superestimar aspectos positivos, a fim de melhorar a imagem da empresa junto aos acionistas e à comunidade de negócios como um todo. O uso de tais recursos revela uma assimetria de poder, que favorece a empresa responsável pela elaboração dos documentos (relatório corporativo anual, *press release*, cartas circulares, notas de encontros etc.) de divulgação da contabilidade financeira da companhia e desfavorece os

acionistas e outros interessados.

De acordo com Bhatia (2008b), nos últimos anos, os relatórios corporativos anuais têm gradualmente mudado de direção retórica, passando de uma base informacional para uma base promocional. Esse deslocamento sutil, que permite mitigar pontos negativos do desempenho da companhia, é feito através de algumas normas comunicativas aceitáveis em gêneros corporativos de divulgação.

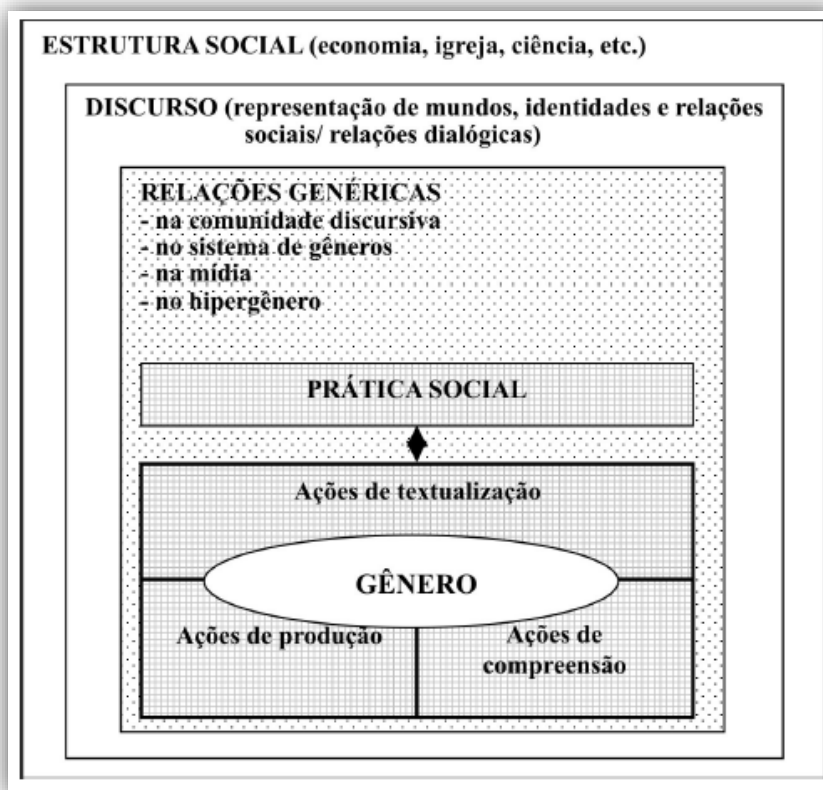
De fato, ACG e ADC não constituem terrenos teóricos separados, com fronteiras disciplinares descontínuas. As análises se sobrepõem em vários momentos. O que filia as análises aos diferentes arcabouços teóricos é geralmente o ponto de partida. A ADC parte, em geral, do macro para o micro: Estruturas Sociais > Práticas Sociais > Discurso > Gênero > Texto; a ACG parte, na maior parte dos casos, do micro para o macro: Texto > Gênero > Discurso > Práticas Sociais > Estruturas Sociais (cf. BONINI, 2010, 2011).

O quadro conceitual proposto por Bonini em (2009) e reassumido em (2010) ajuda, ainda mais, a esclarecer os pontos de continuidade e sobreposições nos estudos de gênero e do discurso. De acordo com o autor, as análises podem ser feitas a partir de três níveis:

- a) *estrutura social* – entendida, do mesmo modo como propõe Fairclough (2003), como uma entidade abstrata (como a igreja, economia, classes sociais etc.) que compreende um conjunto de possibilidades de práticas sociais e gêneros, e que dá origem a um ou mais discursos;
- b) *discurso* – a representação de pontos de vista do mundo, identidades e relações que reproduz e, ao mesmo tempo, constitui a estrutura social, a prática social e, portanto, seus gêneros;
- c) *gênero* – um conjunto de ações típicas de textualização, de produção e compreensão textual, que realiza pelo menos uma prática social dentro de várias cadeias relacionais possíveis, realizando, então, o discurso e a estrutura social. Os tipos de relações dentro das quais as práticas sociais e gêneros existem em relação uns com os outros são: i) relações no hipergênero (gêneros correlacionados a outros gêneros, compondo um gênero maior), ii) relações na mídia (gêneros em relação à unidade de mediação que faz os gêneros circularem na sociedade), iii) relações no sistema (em relação aos outros gêneros, criando uma rotina social específica), e iv) relações na comunidade (gêneros em relação a com os outros, de acordo com a distribuição de papéis no interior da comunidade discursiva) (BONINI, 2010, p. 489, grifo do autor).

O Quadro 2 mostra os planos de análise do quadro conceitual proposto por Bonini (2010) e as interações possíveis entre ADC, AG, ACG.

Quadro 2 – Níveis nas análises de gêneros e de discurso



Fonte: Bonini (2010, p. 490)

De acordo com Bonini (2010), se a análise começa pelos elementos da parte de baixo (ações de compreensão, produção e textualização dos gêneros, bem como as relações genéricas), prosseguindo numa perspectiva ascendente, temos uma amostra de análise de gêneros. Se começa pelos elementos da parte de cima (estrutura social, representação de mundos, identidades e relações), prosseguindo numa direção descendente, o quadro mostra uma análise do discurso. Um meio termo entre os dois percursos de análise corresponde à “ACG, visto que a ACG, embora enfocando um gênero, seleciona esse gênero de acordo com um problema de discurso (questões de relação ou identidade e vozes contraditórias)” (BONINI, 2010, p. 490-491).

Em resumo, assumo com Motta-Roth e Marcuzzo (2010) que fazer ACG

pressupõe analisar gêneros como práticas discursivas socialmente situadas, cujos participantes atualizam identidades e relações sociais nos textos que são produzidos, distribuídos e consumidos em atividades específicas da vida social. Essa análise da materialidade textual se apoia na reflexão acerca do momento

histórico e da organização da sociedade em que o texto se inscreve, para assim interpretar os atos realizados no discurso e as atividades constituídas nos gêneros em uma dada situação de interação social (MOTTA-ROTH; MARCUZZO, 2010, p. 520).

Portanto, analisar criticamente diferentes textos com enfoque nos gêneros pressupõe a busca por uma melhor compreensão do modo como o gênero está encaixado nos processos de: a) representação da realidade (produção, reprodução e transformação dos sistemas de conhecimento e crenças); b) construção das relações sociais; c) constituição, reforço e reconstituição das identidades sociais (FAIRCLOUGH, 2001[1992], 2003; MEURER, 2002).

1.4 Asserções teóricas convergentes: ASG, ACG e ADC

Nas seções seguintes apresento uma série de asserções teóricas sobre gênero, extraídas de pontos convergentes entre Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG), Análise Crítica de Gêneros (ACG) e Análise de Discurso Crítica (ADC), que vão constituir a base teórica para a conceituação e análise do *hipergênero*, o foco deste trabalho.

1.4.1 O gênero funciona numa *situação retórica recorrente*

O artigo *The rhetorical situation*, de Bitzer (1968), tem sido visto como um trabalho central na passagem da *Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958) e Toulmin (1958), cujo enfoque está na noção de eficácia argumentativa, para as abordagens retóricas contemporâneas (BONINI; BIASI-RODRIGUES; CARVALHO, 2006). Nessa transição, há um deslocamento da noção de *audiência do discurso*, aspecto enfatizado na *Retórica Clássica e Nova Retórica*, para a noção de *situação retórica*, uma nova noção engendrada no interior das abordagens retóricas recentes (*Crítica Retórica e Sociorretórica*).

A busca por compreender os contornos da *situação retórica* permite expandir o olhar sobre aspectos sociais que vão além das questões envolvidas na natureza do público alvo do discurso (ouvintes/leitores). De acordo com Bitzer (1968), quando perguntamos “O que é uma situação retórica?” estamos querendo saber “a natureza do contexto em que falantes e escreventes criam um discurso retórico: Como esses contextos devem ser descritos? Quais são suas características? Por que e como eles resultam na criação de um ato retórico?”

(BITZER, 1968, p. 1).

Antes de aprofundar o conceito de *situação retórica*, contexto típico de funcionamento de um gênero, convém discutir brevemente o que se entende por *ato* ou *ação retórica*. Sigo a orientação de Bitzer (1968, p. 3-4), quando diz:

Para esclarecer a retórica como essencialmente relacionada com a situação, devemos reconhecer um ponto de vista que é comum, mas fundamental: um ato retórico é pragmático; existe por causa de algo que vai além de si mesmo. Em última análise, o ato retórico funciona para produzir uma ação ou mudança no mundo; ele realiza alguma tarefa. Em suma, a retórica é um modo de alterar a realidade, não pela aplicação direta de força nos objetos, mas pela criação de um discurso que muda a realidade através da mediação entre pensamento e ação (BITZER, 1968, p. 3-4).

Estendendo a concepção de Bitzer (1968) ao campo da AG, pode-se dizer que *retórica* refere-se a uma ação de linguagem orientada por um propósito, através da qual o participante (pessoal ou institucional) de um evento sociodiscursivo age no mundo, buscando o engajamento de um ou mais interactantes (também pessoais ou institucionais) na determinada ação social e/ou discursiva.

A retórica se manifesta materialmente num contexto sociodiscursivo situado, isto é, numa situação que se inscreve num dado conjunto de convenções culturais, sociais, discursivas e linguísticas recorrentes, que propiciam o funcionamento de um ou mais gêneros. Bitzer (1968) nos diz como se dá o processo de construção e estabilização de uma determinada situação retórica. De acordo com o autor,

algumas situações se repetem devido tanto à natureza das coisas quanto à convenção [...]. Situações similares ocorrem repetidamente de ano a ano, dia a dia, levando a respostas similares. Assim, formas retóricas nascem e com elas são estabelecidos um vocabulário especial, uma gramática e um estilo. [...] As situações ocorrem com regularidade e, à medida que tais situações e as respostas retóricas dadas a elas são experimentadas, uma forma de discurso não é apenas estabelecida, mas passa a ter um poder próprio – a tradição em si tende a funcionar como um fator de restrição sobre qualquer nova resposta a ser incorporada na forma (BITZER, 1968, p. 13).

Como se vê, a noção de recorrência constitui um aspecto fundante do conceito de *situação retórica*. Um contexto discursivo repetido regularmente cria certos padrões de ação e resposta, passando a funcionar como um elemento de modelação (criação, recriação) das ações de linguagem que aí podem ser atualizadas.

Contudo, é importante salientar que, segundo os paradigmas da *Crítica Retórica* e da *Sociorretórica*, há uma relação de constituição dialética entre a situação retórica e as ações de linguagem que lhe são características. Isso quer dizer que uma atividade retórica, ao mesmo tempo em que é estabelecida em decorrência da repetição de uma situação, passa, ela mesma, a regular o modo de funcionamento da situação. Portanto, a situação retórica tanto constitui certos gêneros típicos como é constituída por eles. Assim, a realização de um gênero é tanto uma forma de responder às demandas retóricas da situação recorrente como “um ato de construir a própria situação” (DEVITT, 1993, p. 578). Parte das ações que o gênero realiza consiste exatamente em reproduzir a situação a que ele responde (BAWARSHI; REIFF, 2010).

Um ponto bastante importante levantado por Miller (1984) é que a recorrência de uma situação retórica não constitui um fato material, mas um construto social, “um fenômeno intersubjetivo” (MILLER, 1984, p. 156). Isso quer dizer que uma situação só existe quando os interactantes a constroem (DEVITT, 1993) no interior de uma prática social.

Nesse sentido, cada situação retórica está encaixada numa determinada estrutura social¹¹ (GIDDENS, 2009; FAIRCLOUGH, 2003, 2006), e constitui a seleção de um conjunto de ações discursivas efetivas, dentre várias possibilidades presentes na estrutura, que os sujeitos utilizam recorrentemente num dado contexto. As similaridades no uso formam um tipo, isto é, um modo de agir e reagir mais ou menos estável que os sujeitos passam a realizar sempre que a situação se repete. O reconhecimento desse tipo se deve, como enfatiza Miller (1984), a um estoque de conhecimento, que faz com que as experiências se tornem familiares à medida que se repetem, motivando ações e reações similares.

É importante pontuar que a situação retórica está relacionada não apenas com o gênero, tornando-o um conjunto de “ações retóricas tipificadas” (MILLER, 1984, p. 159), mas também com a estrutura e a prática social dentro das quais opera, tipificando a natureza das relações e identidades sociais dos participantes da interação.

No campo da ADC, não há referência ao termo *situação retórica*. Contudo, o modelo proposto por Fairclough (2003, 2006) para a análise social, classificado em três níveis de

¹¹ Para Giddens (2009, p. 20), “estrutura refere-se, em análise social, às propriedades de estruturação que permitem a delimitação de tempo-espaço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma ‘sistêmica’”.

abstração – *evento social, prática social e estrutura social* –, é compatível com o conceito de *situação retórica*.

Fairclough (2006), aproveitando em parte a *teoria da estruturação social* de Giddens (2009) e a *teoria dos processos sociais* de Harvey (1996), propõe que a análise do funcionamento social seja feita a partir de três níveis de abstração: as estruturas sociais, as práticas sociais e os eventos sociais.

Para Fairclough (2006), os *eventos sociais* se referem, em sentido geral, a todos os acontecimentos da vida social, isto é, a todas as ações e acontecimentos que constituem, nos termos de Harvey (1996), o processo social. Os textos e gêneros constituem o principal elemento discursivo dos eventos sociais (cf. FAIRCLOUGH, 2006, p. 25).

O termo *estrutura social* se refere a certas características e propriedades sociais mais gerais e mais relativamente duradouras, tais como capitalismo, modo de produção, estrutura de classes ou sistema de relações de gênero. Pode-se dizer que as estruturas sociais se constituem de um amplo conjunto de possibilidades, e os eventos sociais são a concretização de certos elementos que se encontram potencialmente disponíveis nas estruturas (cf. FAIRCLOUGH, 2006, p. 26).

Contudo, a relação entre estruturas e eventos, ou seja, entre o que é possível e o que realmente acontece, não se dá de forma direta. As práticas sociais se situam no ponto de mediação entre ambos. Se as estruturas sociais limitam o que pode ser feito ou o que pode acontecer e eventos sociais são o que realmente é feito ou o que realmente acontece, as práticas sociais são a maneira como geralmente as coisas acontecem em determinadas áreas da vida social (cf. FAIRCLOUGH, 2006, p. 26).

Práticas sociais são, portanto, formas ritualizadas (cotidianas ou institucionalizadas) de ação social; estão associadas a instituições particulares (religião, jornalismo, educação) e, em um nível mais concreto, a organizações particulares (escola, empresa, igreja, jornal). Uma instituição ou organização nunca desenvolve apenas uma única prática social. Isso quer dizer que nenhuma instituição e/ou organização social pode ser delimitada ou caracterizada por apenas uma prática social. Na verdade, toda instituição e/ou organização social só pode ser delimitada ou reconhecida a partir da instanciação de uma rede de práticas sociais específicas, que lhe dão certa identidade e estabilidade (cf. FAIRCLOUGH, 2006, p. 26). Uma escola, por exemplo, desenvolve uma série de práticas sociais, tais como avaliação didática,

avaliação institucional, ensino de ciências, ensino de artes, acompanhamento pedagógico, prática esportiva etc. Cada uma dessas práticas pode ser desenvolvida em diversos eventos sociais. A avaliação didática pode, por exemplo, ser desenvolvida numa *aula*, numa *apresentação artística*, numa *feira escolar* etc.

Podemos dizer, portanto, que uma situação retórica, quando está em atividade, constitui parte de uma prática social, na qual são realizados alguns gêneros típicos. Assim a situação retórica pode ser vista como um evento social (FAIRCLOUGH, 2003, 2006), dentro do qual as ações discursivas são desenvolvidas por meio dos textos/gêneros.

Podemos ainda estabelecer uma comparação entre *situação retórica* e *tipo de atividade*, a partir da proposta de Fairclough (2001[1992]). Segundo o autor,

um tipo de atividade pode ser especificado em termos de uma sequência estruturada de ações das quais ele [o gênero] é composto, e em termos dos participantes envolvidos na atividade – isto é, o conjunto de posições de sujeito que são socialmente constituídas e reconhecidas em conexão com o tipo de atividade (FAIRCLOUGH, 2001[1992], p. 162).

Note-se que a categoria de análise *tipo de atividade* incorpora os elementos básicos da categoria *situação retórica*: gênero, sequência estruturada de ações (tipificadas), posicionamento dos sujeitos da interação segundo convenções sociais, entre outros.

1.4.2 O gênero é uma *ação social*

A concepção do gênero como uma ação social tem se tornado um consenso nas teorias e abordagens de gênero e de discurso. A grande repercussão do artigo *Genre as social action*, de Miller (1984), mostra a necessidade que os teóricos tinham (e ainda têm) de reconhecer o contexto como um dos elementos das práticas de linguagem e de mostrar que as ações sociais não se dão num vácuo de linguagem.

A partir da década de 1980, a proposição *o gênero é uma ação social* passou a impulsionar a busca por compreender o papel do texto nos diversos campos de atividade humana. Como resultado, estudos exclusivamente formais, baseados em modelos de análise que levam em conta apenas a configuração estrutural do texto (organização dos aspectos léxico-gramaticais, da textualidade e dos aspectos estilístico-literários) têm se tornado cada

vez mais raros.

Em *Genre as social action*, Miller (1984), a um só tempo, tanto afirma o gênero como uma ação social quanto nega a noção de gênero como uma entidade estritamente formal. Nas palavras da autora, o gênero é um conjunto

complexo de traços formais e acionais que cria um efeito particular numa dada situação social. Nesse sentido, o gênero se torna algo mais que uma entidade formal; ele se torna pragmático, totalmente retórico, um ponto de conexão entre uma intenção e um efeito, um aspecto da ação social (MILLER, 1984, p. 153).

Seguindo essa mesma linha, Bazerman (2006a) afirma que

Os gêneros são não somente formas textuais, mas também formas de vida e de ação (BAZERMAN, 2006a, p. 10). Gênero, então, não é simplesmente uma categoria linguística definida pelo arranjo estruturado de traços textuais. Gênero é uma categoria [...] que usamos para reconhecer e construir ações tipificadas dentro de situações tipificadas. É uma maneira de criar ordem num mundo simbólico sempre fluido (BAZERMAN, 2006a, p. 60).

A concepção do gênero como ação social constitui um dos postulados fundamentais da ASG. Devitt (2000, p. 697) afirma que “as pessoas usam gêneros para fazer as coisas no mundo (ação social e propósito) e que esses modos de agir tornam-se tipificados pela ocorrência” (DEVITT, 2000, p. 697).

A noção de que o gênero constrói parte das ações desenvolvidas numa situação retórica é fundamental tanto para se entender a organização retórica de um gênero a partir de seu encaixamento numa comunidade discursiva e dos propósitos sociodiscursivos que ele realiza (SWALES, 1990; BHATIA, 1993; CARVALHO, 2002) quanto para se compreender a função e o encaixamento de um gênero numa rede de ações sistêmicas que se inscrevem num dado campo de atividade humana (BAZERMAN, 2006b).

No campo da ADC, Fairclough, no quadro analítico-conceitual proposto a partir de *Analysing discourse* (2003) e reiterado em trabalhos posteriores (2004, 2005, 2006, 2009), passou a conceber o gênero como “modo de ação”. Segundo o autor, o discurso, como parte de uma prática social, assume três formas: *discurso*, *gênero* e *estilo*, cada uma delas se associando a uma atividade específica: *modo de representação*, *modo de ação* e *modo de identificação*, respectivamente.

Fairclough (2003), partindo de uma base sistêmico-funcional, assume que os textos são multifuncionais, ou seja, incorporam simultaneamente as metafunções ideacional, interpessoal e textual (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1994). Assim, os textos simultaneamente a) representam aspectos do mundo (material, social e mental), b) estabelecem relações sociais no curso dos eventos sociais, realizando as atitudes, valores e desejos dos participantes, e c) conectam, de forma coesa e coerente, as partes do texto num todo, vinculando-o ao seu contexto situacional.

Contudo, Fairclough (2003), mesmo partindo da perspectiva sistêmico-funcional, prefere falar em tipologias do significado textual e não em funções textuais. Assim, o texto realiza três grandes categorias de significados: representação, ação e identificação. Essa proposta permite ao autor conectar sua concepção tripartite do discurso (discurso, gênero e estilo) com uma concepção tripartite das ações semióticas e/ou semânticas do texto (representação, ação e identificação).

Considerando especificamente o gênero, Fairclough (2003) afirma que

os gêneros constituem os aspectos especificamente discursivos dos modos de agir e interagir no curso dos eventos sociais: podemos dizer que uma interação nunca é apenas discurso, embora seja, com frequência, sobretudo discurso. Portanto, quando analisamos um texto ou uma interação como gênero, investigamos como ele figura e como ele contribui para realização de uma ação social e de uma interação dentro de eventos sociais (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65).

1.4.3 O gênero realiza determinado(s) *propósito(s) sociodiscursivo(s)*¹²

O postulado, discutido no item anterior, segundo o qual os sujeitos usam um determinado modo de organização e funcionamento de linguagem, o gênero, para realizar coisas no mundo está intimamente relacionado com a ideia de que os sujeitos “usam a língua

¹² O termo comumente utilizado em AG é *propósito comunicativo* (ASKEHAVE; SWALES, 2001; BHATIA, 1993, 2004; SWALES, 1990, 1998, 2004). Para manter a coerência terminológica, utilizarei o termo *propósito comunicativo* sempre que estiver fazendo referência aos estudos de Swales e Bhatia; nos demais casos, utilizarei o termo *propósito sociodiscursivo*. A principal razão para a escolha deste termo, em substituição àquele, se deve ao fato de que a base teórica geral desta tese se inscreve no âmbito dos estudos do *Discurso*, não da *Comunicação*. A Análise do Discurso e a Comunicação Social interpretam os eventos de interação de linguagem de modo diferenciado. Assim, para evitar que certos postulados teóricos dos estudos da comunicação sejam evocados, considero mais apropriado tratar as práticas discursivas jornalísticas como eventos discursivos, não como eventos comunicativos.

para alcançar *objetivos* culturalmente motivados” (EGGINS, 1994, p. 25 apud VIAN JR.; LIMA-LOPES, 2005, p. 31). Só se pode realizar algo no mundo através da linguagem porque há algum tipo de conhecimento culturalmente partilhado, a partir do qual os sujeitos sociais reconhecem determinadas formas de organização e uso da linguagem como efetivos e funcionais em certas situações sociais (BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995; EGGINS, 2004; MILLER, 1984). Portanto, pode-se dizer que os propósitos sociodiscursivos incorporados por um gênero são construídos a partir desse reconhecimento sociocultural.

De forma simplificada, podemos propor a seguinte trajetória para o surgimento de certos propósitos sociodiscursivos associados a um gênero¹³: agentes sociais usam uma determinada configuração de linguagem com sucesso numa dada situação social. A situação se repete e a mesma configuração de linguagem é usada novamente, repetindo-se o êxito também. Como isso, a ação alcançada passa a ser vinculada ao modo como a linguagem foi usada, constituindo-se um *fim* ou um *telos*, nos termos de Martin (1992). Cria-se, então, um conhecimento tipificado, cujo teor diz aos agentes sociais que, para se chegar à consumação daquela ação específica, é preciso utilizar a linguagem de um modo específico, que já se mostrou efetivo em circunstâncias similares. Portanto, a repetição do uso de um determinado gênero para alcançar certos objetivos numa dada situação faz surgir uma tipificação sociorretórica da situação, criando uma configuração típica para o gênero, para os propósitos sociodiscursivos, para os agentes sociais envolvidos, para a ação social etc. Forja-se um reconhecimento sociocultural ou um “conhecimento de gênero” (BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995), segundo o qual tal gênero pode ser usado com sucesso por determinados agentes sociais para alcançar um ou um conjunto de objetivos específicos, sempre que a situação se repetir.

O reconhecimento de que o gênero realiza um conjunto de *propósitos comunicativos específicos* constituiu um dos pontos teóricos fundamentais no campo da ASG. Encontramos ressonância desse postulado teórico em vários trabalhos. Vejam-se alguns exemplos:

¹³ A trajetória exposta aqui é, obviamente, bastante simplificada; não dá conta de todas as questões envolvidas na tipificação sociorretórica de um gênero. A principal limitação consiste no fato de que parti de uma situação idealizada, isolada dos processos de imbricamento e sobreposições sociodiscursivas que ocorrem em qualquer uso da linguagem. Nesse sentido, não tenho a pretensão de explicar o fenômeno de modo exaustivo; quero apenas mostrar como se dá (num plano linear) a construção sociocultural da tipificação sociorretórica de um gênero e dos propósitos a ele associados.

A principal característica que serve de critério para se tomar uma coleção de eventos comunicativos como pertencentes a um gênero é a existência de um conjunto de propósitos comunicativos compartilhados pelos exemplares do gênero (SWALES, 1990, p. 46).

O gênero é um evento comunicativo reconhecível, caracterizado por um conjunto de propósito(s) comunicativo(s) (BHATIA, 1993, p. 13).

Cada gênero exemplifica a realização bem sucedida de um determinado propósito comunicativo, utilizando o conhecimento convencionalizado de recursos linguísticos e discursivos (BHATIA, 1993, p. 16).

Nós normalmente consideramos o texto, de forma geral, como tendo algumas ações dominantes que definem sua intenção e propósito (BAZERMAN, 2006b, p. 35).

Cada gênero textual tem propósito bastante claro que o determina e lhe dá uma esfera de circulação (MARCUSCHI, 2008, p. 150).

O estabelecimento do propósito comunicativo como um critério de identificação do gênero representou, num primeiro momento da AG, um passo em direção a uma abordagem social. Swales (1990) argumenta que, ao colocar o propósito comunicativo compartilhado pelos exemplares de um gênero como um critério proeminente, seguiu a mesma proposta de Miller (1984) e Martin (1985), que privilegiaram, como critério de definição do gênero, a ação desempenhada num dado contexto e não as similaridades formais. De fato, a busca por identificar o gênero a partir dos objetivos que podem ser alcançados e das ações que podem ser realizadas por meio da prática de um gênero representou um passo decisivo para consolidar a concepção do gênero como uma prática social. Swales (1990) buscou romper com os estudos formais do gênero, que o abordavam apenas a partir de similaridades nos traços léxico-gramaticais e estilísticos.

Contudo, a visão do propósito comunicativo como o critério principal para a definição do gênero, como propõe Swales (1990), logo se mostrou problemática e começou a ser questionada. O próprio Swales revisou o papel do propósito comunicativo em trabalhos posteriores (ASKEHAVE; SWALES, 2001; SWALES, 2004). Em *Genre identification and communicative purpose*, Askehave e Swales (2001) sugerem que a noção do propósito comunicativo como um instrumento imediato, ou até mesmo suficiente, para a identificação de um gênero deve ser abandonada. Isso não quer dizer que, como uma categoria analítica, deva ser abandonado por completo; apenas não pode ser a categoria mais importante ou exclusiva, ou mesmo norteadora da análise.

No cenário da ADC, se reconhece o propósito sociodiscursivo como um elemento importante na constituição do gênero. Fairclough (2003, p. 70-71) afirma que “é comum o gênero ser definido em termos de propósitos e atividades”. Estes “podem ser hierarquicamente ordenados” e “relativamente explícitos ou implícitos”.

Mesmo reconhecendo que o gênero realiza certos propósitos e atividades, é preciso considerar que

há problemas em se privilegiar muito o propósito como um critério de definição do gênero. Enquanto muitos gêneros têm realmente propósitos definidos, claramente vinculados a propósitos sociais amplamente reconhecidos, isso não se aplica a todos os gêneros (FAIRCLOUGH, 2003, p. 71).

Portanto, compartilho da conclusão de Fairclough (2003, p. 72): “não devemos deixar de ver o propósito como relevante para o gênero, mas evitar concebê-lo como o centro de nossa definição de gênero”.

1.4.4 O gênero constitui um evento sociodiscursivo inscrito nas práticas de uma comunidade discursiva

O conceito de *comunidade discursiva*, embora constitua uma das categorias teóricas fundantes na ASG, tem uma trajetória que antecede os estudos de gêneros. Herzberg (1986) faz referência a uma série de trabalhos de outros autores que contribuíram para a emergência do conceito de comunidade discursiva. Dentre eles, destaca-se *Arqueologia do Saber*, de Foucault (2008), em que o autor desenvolve a noção de *formação discursiva*, um dos conceitos que mais tem influência sobre a noção de *comunidade discursiva*.

No campo da ASG, o conceito se firmou a partir dos trabalhos de Swales (1988, 1990), nos quais o autor propõe seis características que definem uma comunidade discursiva:

- (a) A comunidade discursiva tem um amplo conjunto de objetivos públicos em comum, ou seja, em algum nível os membros compartilham objetivos públicos. Esses objetivos podem ser tácitos ou implícitos dentro do comportamento da comunidade.

(b) A comunidade discursiva tem mecanismos para intercomunicação entre os membros. Os mecanismos de participação podem ser diversos: reuniões, telecomunicações, correspondência, boletins e assim por diante.

(c) Em consequência de (a) e (b), a comunidade discursiva usa seus mecanismos de participação para fornecer informações e *feedback*, e assim criar oportunidades para que os membros se envolvam nas tarefas da comunidade.

(d) A comunidade discursiva produz e utiliza um conjunto de gêneros próprios para alcançar seus objetivos. Uma comunidade está assentada em expectativas discursivas desenvolvidas e em contínuo desenvolvimento. Essas expectativas podem determinar o tópico, a forma e a função que o discurso assume, e os papéis que os textos desempenham no funcionamento da comunidade. Assim, tais expectativas criam gêneros específicos para a articulação das operações aí desenvolvidas.

(e) A comunidade discursiva adquire um léxico específico, desenvolve uma terminologia especializada, que envolve tanto a nomeação dos gêneros que lhe são inerentes como de outros elementos, tanto materiais como simbólicos, que fazem parte da comunidade.

(f) A comunidade discursiva tem uma parte de membros que possui um grau mais elevado de conhecimentos discursivos especializados, caracterizando-se como especialistas. Na verdade, os membros de uma comunidade estão sempre em mudança. Pessoas novas entram como aprendizes, outras assumem papéis que agregam maior poder e outras saem da comunidade, algumas de forma voluntária outras não. Esse processo de contínua mudança no quadro dos membros mostra que a inclusão e permanência de uma pessoa numa dada comunidade dependem de uma relação razoável entre membros especialistas (mais experientes e empoderados) e membros novatos.

A concepção de *comunidade discursiva* de Swales (1988, 1990) recebeu algumas críticas no cenário acadêmico. A principal foi que, no conceito de Swales (1990), a comunidade discursiva se apresenta demasiadamente homogênea, sem espaços para

conflitos e instabilidades, tanto em relação à identidade dos participantes como em relação à natureza das práticas discursivas¹⁴.

Swales fez algumas revisões no conceito de *comunidade discursiva* em trabalhos posteriores (SWALES, 1992, 1993, 1998), discutindo algumas limitações da definição de *Genre analysis* (1990).

Em *Genre and engagement*, Swales (1993) discute o fato de o conceito original não incorporar a ideia de avanço e mudança discursiva, realizados a partir da inclusão de novos tópicos, novos gêneros e novos espaços de exploração, características comuns nas comunidades (HEMAIS; BIASI-RODRIGUES, 2005).

Em *Other floors, other voices*, Swales (1998) aponta que o conceito de *Genre analysis* não possui mecanismos suficientes para delimitar a extensão de uma comunidade. Por exemplo, há casos em que duas ou mais comunidades discursivas se sobrepõem, ficando difícil identificar de qual comunidade parte o discurso. Veja-se o caso dos manuais e obras de referência de uma determinada disciplina, como o jornalismo. Obras como *Gêneros jornalísticos no Brasil* (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2010), *Sotaques d'aquém e d'além mar* (CHAPARRO, 2008), *Jornalismo opinativo* (MARQUES DE MELO, 2003), *Redefinindo os gêneros jornalísticos* (SEIXAS, 2009b), entre outras, ficam nos pontos de intersecção entre uma comunidade discursiva disciplinar acadêmica (jornalismo como uma disciplina acadêmica) e comunidade discursiva profissional (jornalismo como uma prática profissional). Essas obras são produzidas em contexto acadêmico, mas com uma forte relação com a comunidade de prática profissional, constituindo ao mesmo tempo uma reflexão sobre os tipos de textos inerentes à prática profissional do jornalista (comunidade acadêmico-disciplinar) e um conjunto de referências que orientam, modelam e controlam a prática profissional do jornalista (comunidade profissional).

Esse exemplo serve ainda para mostrar outra questão relacionada à sobreposição de comunidades discursivas. Afirmei que as obras mencionadas acima foram produzidas em contexto acadêmico e, por isso, estão inscritas no âmbito da comunidade discursiva acadêmica. Acontece, porém, que embora haja um conjunto de macrodeterminações discursivas que permitem aglutinar textos com temas tão distantes como *teoria de gênero*,

¹⁴ Para uma abordagem mais extensa das críticas dirigidas ao conceito de comunidade discursiva de Swales (1988, 1990) sugiro a leitura do artigo de Biasi-Rodrigues, Herais e Araújo (2009).

estruturas de concreto armado, teorias da personalidade, números complexos, gramaticalização numa única comunidade discursiva (a acadêmica), certamente cada disciplina acadêmica tem objetos de discurso particulares e formas específicas de ordenar suas práticas discursivas, o que faz com que *jornalismo, engenharia civil, psicologia, matemática e linguística* constituam comunidades discursivas distintas umas das outras, dentro de uma macrocomunidade, a acadêmica.

Ainda em *Other floors, other voices*, Swales (1998) destaca que o conceito original de *comunidade discursiva* não dava conta de comunidades em fase embrionária e em fase de transição, já que não têm gêneros estáveis e característicos (HEMAIS; BIASI-RODRIGUES, 2005).

Por fim, Swales (1998) propõe o conceito de *comunidade discursiva de lugar* para designar um grupo de pessoas que regularmente trabalham juntas, compartilhando uma noção comum, embora sempre em mudança, dos objetivos que norteiam a atividade do grupo.

Essa comunidade desenvolve uma gama de gêneros para orientar e monitorar os objetivos e as propostas do grupo. Para os membros mais antigos, esses gêneros possuem características discursivas e retóricas evidentes. Para tais membros, os gêneros compõem um sistema ou rede interativa que tem a função adicional de validar as atividades da comunidade fora de sua esfera (HEMAIS; BIASI-RODRIGUES, 2005, p. 117).

Considerando as revisões feitas, o conceito de *comunidade discursiva* constitui um instrumento teórico importante para identificar e situar o campo de atuação de certos agentes sociais, que empreendem regularmente a produção, mediação e interpretação de um conjunto de gêneros. De modo resumido, pode-se dizer que uma comunidade discursiva compreende um grupo de participantes que compartilham, em suas atividades discursivas (profissionais, institucionais etc.), as convenções de utilização (produção, mediação e compreensão) de um sistema de gêneros (BAZEMAN, 1994, 2006b). No caso da comunidade jornalística, tanto na disciplinar quanto na profissional, os membros mais empoderados exercem alguma forma de controle (manutenção) e flexibilidade (transformação) sobre as convenções retóricas dos gêneros típicos ou inerentes da comunidade.

1.4.5 O gênero é organizado em *unidades e movimentos retóricos hierárquicos*.

O desenvolvimento dos estudos de gênero no interior da sociorretórica permitiu que se pensasse no gênero em termos de um conjunto de ações retóricas ordenadas. Essas ações são determinadas por um grupo de fatores sociorretóricos integrados (prática social, comunidade discursiva, propósitos sociodiscursivos, agentes sociais envolvidos na produção, mediação e interpretação do gênero etc.) que afetam tanto o texto como o contexto. Isso implica que a estrutura retórica de um gênero não resulta de um conjunto de escolhas intencionais de um sujeito plenamente consciente que busca a adesão de seu(s) interlocutor(es) a um determinado “projeto enunciativo” (BAKHTIN, 2010[1952-53]). Certamente, há participação cognitiva do sujeito na instanciação do gênero e na modelação dos recursos retóricos, mas dentro de certos limites sociais e discursivos.

De acordo com a ASG, em especial a vertente de Swales, o gênero é formado por um conjunto de movimentos retóricos, que lhe confere uma estruturação típica. Assim, a sequenciação e a progressão retórica do gênero são feitas por meio de unidades textuais que realizam certos propósitos comunicativos. Cada bloco textual constitui um movimento, uma estratégia retórica que visa à realização de um determinado propósito (BHATIA, 1993).

Portanto, de acordo com a orientação de Bhatia (1993), podemos definir um movimento retórico como uma estratégia retórica que, estando associada e subordinada ao propósito e convenções sociodiscursivas do gênero, busca realizar uma ação discursiva particular (cf. BHATIA, 1993, p. 30).

Em *Research into the structure of introductions to journal articles and its application to the teaching of academic writing*, Swales (1984) analisou um corpus de 48 introduções de artigos de pesquisa. Desse estudo, surgiu o modelo de análise denominado CARS (*Create A Research Space*), uma proposta de segmentação retórica do gênero em movimentos retóricos que realizam certos propósitos comunicativos. A estrutura retórica resultante da combinação e hierarquização dos movimentos retóricos constitui a forma composicional prototípica do gênero.

Os resultados do estudo de Swales (1984) indicaram que a introdução de um artigo de pesquisa é formada prototipicamente por quatro movimentos retóricos:

Quadro 3 – Movimentos retóricos da introdução de artigos de pesquisa

Movimento 1	Estabelecer o campo de pesquisa
Movimento 2	Sumarizar pesquisas prévias
Movimento 3	Preparar a presente pesquisa
Movimento 4	Introduzir a presentes pesquisa

Fonte: Swales (1984, p. 80)

Em *Genre Analysis*, Swales (1990) refina o modelo; reduz para três a quantidade de movimentos retóricos e, em compensação, insere uma série de subunidades (passos) dentro de cada movimento. O quadro resultante é o seguinte:

Quadro 4 – Modelo CARS para introdução de artigos de pesquisa

Movimento 1	Estabelecer o território	
Passo 1	Asseverar a importância da pesquisa e/ou	
Passo 2	Fazer generalização(ões) quanto ao tópico e/ou	
Passo 3	Revisar a literatura (pesquisas anteriores)	
Movimento 2	Estabelecer o nicho	
Passo 1 ^a	Contra-argumentar (pesquisas anteriores) ou	
Passo 1B	Indicar lacuna/as no conhecimento ou	
Passo 1C	Provocar questionamento ou	
Passo 1D	Continuar a tradição	
Movimento 3	Ocupar o nicho	
Passo 1 ^a	Delinear os objetivos ou	
Passo 1B	Apresentar a pesquisa	
Passo 2	Apresentar os principais resultados	
Passo 3	Indicar a estrutura do artigo	

Fonte: Swales (1990, p. 141).

No Brasil, o termo *unidade retórica* é geralmente usado como sinônimo de *movimento retórico*. Embora os dois termos sejam amplamente usados, há certa preferência pelo primeiro. Em geral, quando há justificativa para a escolha, é apontado o fato de *unidade retórica* ser o termo mais comum na literatura.

Neste trabalho, usarei ambos os termos, cada um cobrindo um conceito diferente. O termo *unidade retórica* designará uma porção textual – formada por parte de um texto, por um texto completo ou por um conjunto de textos – que tem certa integração formal, temática e retórica. Já o termo *movimento retórico* será usado para designar os elementos que, juntos, formam a organização retórica e os movimentos de sentido presentes no gênero. De certa forma, podemos dizer que o termo *unidade* se relaciona mais com o plano estrutural e organizacional do gênero, enquanto o termo *movimento* se relaciona mais com o plano funcional.

No campo da ACG, a noção de estruturação retórica perdeu espaço, uma vez que o foco da análise tem se voltado mais para os elementos do contexto do que para a análise da estrutura do texto. Nos estudos de Bhatia (2010) e Bonini (2010), por exemplo, não há uma preocupação com a análise da organização retórica dos gêneros estudados. É natural que, em estudos críticos, haja menos ênfase na estrutura retórica do gênero. Contudo, analisar o modo como se organiza retoricamente um gênero pode ser útil para mostrar os efeitos de certas determinações discursivas.

Portanto, quando se coloca a estruturação retórica como foco central, corre-se o risco de reduzir a pesquisa a um mero mapeamento das unidades e movimentos retóricos que caracterizam um gênero. Por outro lado, quando se abandona essa categoria por completo, corre-se o risco de ignorar que o modo de estruturação retórica de um gênero está intimamente relacionado com certos fatores sociodiscursivos.

1.4.6 Os gêneros funcionam em conjunto, formando um complexo sistema de relações

A teoria de gêneros tem, nos últimos anos, contribuído sensivelmente para a compreensão do modo como se constituem as práticas discursivas em diversas esferas da atividade humana. Dentre as áreas com maior acervo de descrição e interpretação está o campo acadêmico. Alguns gêneros desse domínio, tais como *resenha* (ARAÚJO, 1996; BEZERRA, 2002, 2006b; MOTTA-ROTH, 1995, 2002), *resumo* (BIASI-RODRIGUES, 1998, 2000, 2009; MOTTA-ROTH, 1995; MOTTA-ROTH; HENDGES, 1996; SANTOS, 1995;), *dissertação e tese* (ARAÚJO, A. D., 2006; PALTRIDGE, 2002) etc., têm sido amplamente estudados. Contudo, alguns estudos têm analisado o gênero de modo específico e individualizado,

levando pouco em conta a rede de relações genéricas que se estabelece em seu entorno.

Recortar um dado gênero e tratá-lo como algo inteiro em si mesmo têm sido procedimentos metodológicos bastante comuns na ASG. Parte-se do pressuposto, embora não declarado, de que o gênero pode se estruturar e funcionar a partir de um conjunto de propriedades internas, autorreferentes e não-partilhadas. Estudos como o de Swales (1990) e os que foram mencionados logo acima estão assentados numa base teórica que, se não defendem a pureza do gênero, pelo menos deixam de considerar a cadeia de interconexão necessária que um gênero estabelece com outros, tanto em relação a aspectos estruturais como funcionais. Faz-se aí um estudo “simplificado e idealizado do gênero” (BHATIA, 2004, p. xiv).

Há uma grande lacuna entre o estudo de um gênero individual, cuja análise se concentra em sua integridade e pureza, e o funcionamento efetivo desse gênero em seu mundo sociodiscursivo real (BHATIA, 2004). Aí ele aparece como uma atividade discursiva inerentemente “complexa, dinâmica, versátil e imprevisível” (BHATIA, 2004, p. xiv), encaixada num amplo sistema sociodiscursivo, formando junto com outros gêneros um conjunto ordenado e encadeado de práticas que se articulam para dar identidade e ação a uma comunidade discursiva, a uma ordem de discurso ou a uma prática social.

O estudo de Devitt (1991), sobre o processo de intertextualidade na prática da contabilidade fiscal, no qual a autora cunhou o termo *conjunto de gêneros*, é considerado o texto pioneiro na investigação das relações que os gêneros estabelecem entre si. Devitt (1991) argumenta que os textos interagem dentro da comunidade, formando uma rede complexa de interação, um conjunto estruturado de relações, de modo que qualquer texto é mais bem compreendido no contexto de outros textos, não isoladamente. Portanto, nenhum texto constrói uma prática discursiva em si e consigo mesma. Os textos se ligam uns aos outros para construir uma cadeia de representação, ação e identificação discursiva (FAIRCLOUGH, 2003), de forma que um texto é tanto a resposta de uma ação realizada por um texto anterior quanto a necessidade e o propósito que sustentam a realização de um texto posterior.

Em seu estudo, Devitt (1991) mostra que a comunidade formada em torno da contabilidade fiscal é constituída por um entrelaçamento de textos, que constituem e definem o trabalho do contador. Os gêneros que aí são gerados e que aí circulam de modo articulado

são essenciais para o trabalho e para a identificação da comunidade. Gêneros como *memorando administrativo*, *cartas comerciais (para clientes, para autoridades fiscais etc.)*, *protesto fiscal etc.* constituem e governam a comunidade, definindo e refletindo sua epistemologia e seus valores.

Devitt (1991), ao analisar as relações intertextuais que um conjunto de gêneros realiza numa determinada comunidade, abriu caminho para o estudo de outros tipos de relação que os gêneros estabelecem entre si.

As práticas sociodiscursivas realizam uma rede complexa de relações, que desafia a teoria e a análise de gêneros em várias direções. Os gêneros, enquanto atuam conjuntamente, não criam apenas uma cadeia intertextual. Há outros tipos de relações atuando enquanto a trama intertextual é tecida.

Desde o trabalho de Devitt (1991), tem se tornado frequente o interesse por se compreender as relações que os textos estabelecem entre si no interior de um sistema e de uma comunidade discursiva, bem como no transcurso de uma rede de práticas e eventos sociais (FAIRCLOUGH, 2001[1992], 2003; BHATIA, 2004; BONINI, 2011).

Estudos posteriores ao de Devitt (1991), desenvolvidos no interior da sociorretórica e outras abordagens, têm aberto o campo de análise para além das estruturas e configurações retóricas do gênero, com o objetivo de compreender o modo como o gênero se interconecta e se encaixa dinamicamente em diversos sistemas de relação. Esses estudos têm se valido do termo cunhado por Devitt (1991) para propor termos correlatos que designam outros tipos de relações genéricas. Vale citar os seguintes exemplos: sistema de gêneros (BAZERMAN, 1994, 2006b; YATES; ORLIKOWSKI, 2002), gêneros disciplinares (BHATIA, 2004), constelação de gêneros (SWALES, 1993, 1998, 2004; ARAÚJO, J. C. 2006; MARCUSCHI, 2008), colônia de gêneros (BHATIA, 1993, 1997a, 1997b, 2004; BEZERRA, 2006b, 2007), cadeia de gêneros (SWALES, 2004; FAIRCLOUGH, 2001[1992], 2003), rede de gêneros (SWALES, 2004), ecologia de gêneros (FREEDMAN; SMART, 1997; SPINUZZI; ZACHRY, 2000; SPINUZZI, 2002, 2003, 2004), campo de gêneros (CHRISTENSEN; et al., 2007, 2009), repertório de gêneros¹⁵ (ORLIKOWSKI; YATES, 1994; YATES; ORLIKOWSKI; RENNECKER, 1997), relações genéricas no hipergênero, relações genéricas na mídia e relações genéricas na comunidade discursiva

¹⁵ É importante salientar que o termo *repertório de gêneros* já havia aparecido várias vezes no trabalho de Bakhtin (2010[1952-53]), sem uma teorização particular.

(BONINI, 2011).

A diversidade de terminologia e de conceitos reflete bem a natureza complexa e dinâmica das relações genéricas. É importante dizer que nenhum conceito consegue abranger por completo todas as nuances do processo de agrupamento e relação genérica. Isso significa que, ao investigar as relações genéricas, o analista de gênero não precisa, necessariamente, escolher apenas um conceito e negar os demais. Pode ser que o uso de mais de uma noção seja necessário para a consecução de determinados objetivos de pesquisa.

Portanto, considero mais apropriado dizer que, em função da complexidade, dispersão e dinamicidade das relações genéricas, ora os conceitos se sobrepõem, ora se complementam e ora abordam propriedades radicalmente diferentes.

A seguir, faço uma exposição de cada uma dessas terminologias, com vistas a mostrar sumariamente os diversos tipos de relações que os gêneros estabelecem entre si, enquanto funcionam conjuntamente, e como essas relações tem sido objeto de teorizações e análises.

1.4.6.1 Intertextualidade genérica

Esse tipo de relação consiste na ligação que um texto estabelece, de modo implícito ou explícito, com outros que o antecedem. Inspirada nos conceitos de dialogia e polifonia de Bakhtin (2008[1929]), Kristeva (1974) cunhou o termo intertextualidade para denotar o fato de que “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA, 1974, p. 64). Usando os termos do próprio Bakhtin (2010[1952-53], p. 272), pode se dizer que a intertextualidade se refere ao fato de que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”.

A intertextualidade pode ser enfocada sob diversos aspectos, já que os textos podem incorporar diversos tipos de ressonância de textos anteriores: citações (diretas e indiretas), paródias, traduções, comentários etc.

Neste momento, me interessa focar a intertextualidade sob uma perspectiva genérica (DEVITT, 1991). Por exemplo, sabemos que as convenções discursivas da comunidade acadêmica estabelecem que a produção de um *artigo de pesquisa* demanda o uso de outros textos, o que faz com esse gênero instaure um forte processo de intertextualidade. Contudo, observando sob a perspectiva das relações genéricas, não basta

constatar o processo de ressonância de textos anteriores num determinado *artigo de pesquisa*. É preciso identificar as convenções genéricas que regulam o processo de introdução e acondicionamento de outros gêneros, inteiros ou recortados, dentro do *artigo de pesquisa*, processo que permite a construção de um fluxo de intertextualidade genérica.

Ressalto que o termo *intertextualidade genérica* se aplica aqui exclusivamente à ligação que um texto estabelece com textos anteriores, em termos do que é enunciado, ficando de fora a troca e fusão de propriedades genéricas. A ressonância das propriedades de um gênero em outro (processos de combinação, mistura e/ou fusão de gênero) será aqui estudada sob o rótulo de *intergenericidade* ou *hibridização de gêneros*.

Swales (2004) utiliza o termo *rede de gêneros*, “o qual parece ter sido inspirado no velho conceito de intertextualidade” (ARAÚJO, J. C., 2006, p. 59), para se referir a um fenômeno parecido com o descrito acima. Segundo Swales (2004), uma rede de gêneros é instaurada quando, a partir de um gênero, se criam diversos outros. Por exemplo, uma palestra pode ser transformada num ensaio ou artigo de pesquisa; uma tese pode assumir a forma de um ou mais artigos de pesquisa; uma palestra, ensaio, artigo de pesquisa ou parte de uma tese podem ser reelaborados em capítulos de livro.

1.4.6.2 Intergenericidade

Os gêneros nascem e se desenvolvem dentro de uma esfera de intenso contato com outros gêneros, formando cadeias e sistemas altamente complexos interativos. É natural que o primeiro contato resulte das operações discursivas processadas no âmbito da comunidade discursiva própria do gênero. Por exemplo, os gêneros *notícia*, *reportagem* e *editorial* estão em constante contato porque operam numa mesma comunidade discursiva.

Contudo, o contato genérico ocorre não apenas em função das características e demandas da comunidade discursiva, na qual o gênero se realiza. Há outras possibilidades de contato que extrapolam as fronteiras das comunidades discursivas. Veja-se o caso de uma *reportagem* utilizada como exemplificação dentro de um *relatório de desempenho contábil*. Nesse caso, temos o contato de um gênero de uma esfera profissional e disciplinar (prática jornalística) com um gênero de outras esferas profissionais e disciplinares (mundo corporativo e economia contábil).

A expansão das mídias criou condições favoráveis à interdiscursividade (FOUCAULT, 2008; FAIRCLOUGH, 2001[1992], 2003) e ao contato entre gêneros. É cada vez mais comum o intercâmbio discursivo e genérico entre comunidades e domínios discursivos distantes. As mídias oferecem inúmeros recursos que possibilitam a transferência de certos aspectos, recursos e ações discursivos de uma dada prática social para o contexto de outra.

Essa troca de recursos e contextos, denominada por Chouliaraki e Fairclough (1999) como recontextualização, constitui um fenômeno típico da modernidade tardia (GIDDENS, 1991, 2002). De acordo com Fairclough (2003), o processo de contextualização é visto como a apropriação, por parte de uma prática social, de elementos que pertencem a outra, fazendo com que a prática social incorporadora atue num contexto similar ao da prática social incorporada.

Como todo gênero nasce de uma situação de contato e inter-relação, é natural que os gêneros estabeleçam entre si um intenso fluxo de troca de propriedades estruturais e discursivas. Esse fenômeno será aqui chamado de *intergenericidade*. Trata-se da transferência de propriedades léxico-gramaticais, sociorretóricas e discursivas de um gênero para outro gênero, a ser criado ou já existente. É importante ressaltar que por mais fechado à intervenção e mudança que um gênero seja (*Ficha de cadastro*, por exemplo), há sempre alguma abertura para reelaboração e incorporação de novos recursos, bem como para uma inovação radical capaz de fazer nascer um novo gênero.

Portanto, o contato intenso de um gênero com outro(s) dentro de uma rede interdiscursiva (comunidade, domínio ou sistema discursivo), dentro de uma cadeia ou sistema genérico pode conduzir um determinado gênero a uma “progressiva hibridização” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 34), isto é, pode levá-lo a assimilar ou incorporar traços (estruturais ou discursivos) de gêneros com quais está estabelecendo contato.

Classifico o processo de intergenericidade em duas categorias, que serão brevemente caracterizadas como: *intergenericidade metafórica* e *intergenericidade por hibridização*.

a) A intergenericidade metafórica

Esse fenômeno ocorre quando um determinado gênero assume a forma de outro gênero, criando algum efeito de sentido particular. Veja-se o exemplo citado por Ulla Fix

(1997 apud MARCUSCHI, 2008, p. 165): o gênero *anúncio publicitário* assume a forma de uma *bula de remédio*:

Quadro 5 – Anúncio publicitário na forma de bula de remédio

Viva saudável com os livros
DIOGENES®

Os livros Diogenes acham-se internacionalmente introduzidos na biblioterapia.

Posologia
As áreas de aplicação são muitas, principalmente resfriados, corizas, dores de garganta e rouquidão, mas também nervosismo, irritações em geral e dificuldade de concentração. Em geral, os livros Diogenes atuam no processo de cura de quase todas as doenças para as quais se prescreve descanso. Sucessos especiais foram registrados em casos de convalescença.

Propriedades
O efeito se faz notar pouco tempo depois após iniciada a leitura e tem grande durabilidade. Livros Diogenes aliviam rapidamente a dor, estimulam a circulação sanguínea e o estado geral melhora.

Precauções / riscos
Em geral, os livros Diógenes são bem tolerados. Para miopia, aconselham-se meios de auxílio à leitura. São conhecidos casos isolados nos quais o uso prolongado produziu dependência.

Dosagem
Caso não haja outra indicação, sugere-se um livro a cada dois ou três dias. Regularidade no uso é o pressuposto essencial para a cura. Leitura diagonal ou desistência prematura podem interferir no efeito.

Composição
Papel, cola e cores na impressão. Os livros Diogenes são ecologicamente produzidos. Neles são usados somente papéis fabricados sem cloro e sem ácidos, o que garante alta durabilidade.

Também, no caso de qualidade de vida, garante-se
ótima distração.
LIVROS DIOGENES
São menos aborrecidos

Fonte: Fix (1997, p. 100 citado por MARCUSCHI, 2008, p. 165-166)

Esse exemplo ilustra o fato de que, apesar de ser instaurada uma imbricação entre estrutura, função e contextualização sociorretóricas de ambos os gêneros, a função e os esquemas de interpretação do gênero *anúncio publicitário* predominam e constituem o fio condutor do evento discursivo.

Pode-se dizer que há, neste caso, uma espécie de metáfora genérica. O gênero é produzido e interpretado a partir do aproveitamento da forma e das estruturas retóricas do gênero *bula de remédio* com o fim de se criar um efeito de sentido promocional. O interlocutor, embora note o esquema retórico típico de uma *bula*, mobiliza um deslocamento

semântico genérico, passando a ver o gênero como um *anúncio publicitário* de uma editora. Esse deslocamento resulta, em parte, da natureza do objeto de discurso referenciado, o livro (ou editor de livros Diogenes), que tem representações sociodiscursivas amplamente distintas de um medicamento, por pertencer a um domínio discursivo diferente.

É importante salientar que ambos os objetos (medicamento e livro) podem ser referenciados no discurso publicitário. Contudo, quando se realiza um evento discursivo promocional de cada um desses objetos, sem metáfora genérica, há uma preocupação em relacionar o objeto ao domínio discursivo a que pertence. Assim, quando se tem um anúncio publicitário de um medicamento é de se esperar que haja referência aos efeitos terapêuticos e ao contexto de fabricação do produto, mobilizando-se uma série de referências (diretas e indiretas) ao discurso farmacológico. Por outro lado, quando se faz uma campanha promocional de um livro (ou editora), mobilizam-se objetos de discurso correferentes próprios do discurso editorial. Há no anúncio *Viva saudável com os livros Diogenes* referência a uma série de objetos de discurso da esfera editorial, tais como: leitura, durabilidade (do livro), qualidade do papel, qualidade da impressão etc.

A publicidade, espaço sociodiscursivo no qual o gênero anúncio está situado, se caracteriza por ser uma prática social bastante plástica e híbrida. Incorpora com muita facilidade e eficácia padrões discursivos oriundos de outras práticas sociais e ordens de discurso. O gênero anúncio é, dentre os gêneros publicitários, um dos que melhor aproveita essa versatilidade e hibridização. Em razão de sua natureza sociorretórica, tem uma estruturação largamente aberta à inovação e mistura. Como visa à persuasão, tem sempre de apresentar certos aspectos inovadores, capazes de mobilizar o interesse dos leitores.

É importante salientar que, para estabelecer uma interlocução via anúncio, o anunciante precisa, primeiramente, convencer o leitor a ler o texto. Quando o anúncio deixa de apresentar algum aspecto inovador na estruturação multimodal ou na construção semiótico-discursiva, em geral, o leitor sequer começa a leitura.

O anúncio é um evento discursivo proposto pelo anunciante sem o consentimento do leitor. Constitui-se numa espécie de comunicação invasiva, centrada, em geral, apenas no interesse do anunciante em promover uma marca, produto ou serviço junto ao consumidor. Daí a razão por que esse gênero precisa ser bastante versátil, aberto à incorporação de valores, convenções e recursos discursivos de outros gêneros e de outros domínios

discursivos, para com isso aumentar seu efeito retórico e persuasivo.

Em geral, quando o anúncio apresenta uma estruturação retórica muito conservadora, o leitor se mantém distante da interlocução, por não encontrar, logo no primeiro contato com o texto, razões suficientes para se engajar numa troca de sentidos. Como é um gênero essencialmente dinâmico, a falta de inovação e hibridização pode acabar inviabilizando a realização do evento discursivo.

b) Intergenericidade por hibridização

A *intergenericidade por hibridização* ocorre quando aspectos (estruturais e/ou discursivos) de um ou mais gêneros são assimilados por um gênero já existente, ou se mesclam (a partir de novas combinações discursivas e genéricas) para formar um novo gênero. Fairclough (2003) denomina esse fenômeno de hibridização e dá como exemplo o texto “*Cidade dos grandes eventos floresce*”¹⁶, uma espécie de *reportagem promocional* sobre a cidade de Békéscsaba, na Hungria, publicada no jornal *Budapest Sun*.

Fairclough (2003) acentua que, em virtude das transformações associadas ao novo capitalismo, unidades geopolíticas menores (Municípios e Cidades, por exemplo) estão notando a necessidade de realizar campanhas autopromocionais para “vender sua imagem”, tal como já fazem os governos nacionais. O texto “*Cidade dos grandes eventos floresce*” serve como amostra de um novo gênero formado pela combinação de gêneros já existentes:

Podemos ver o gênero deste caso como a combinação de uma reportagem jornalística, um anúncio empresarial (estendido ao governo local) e um panfleto turístico. Esse hibridismo é imediatamente evidente no layout e organização da página: o título (‘Cidade dos grandes eventos floresce’) e a citação do prefeito em negrito, na parte inferior, são características de matérias jornalísticas; as três fotografias no topo da página podem ser encontrados em um panfleto turístico; mas o estilo da fotografia do prefeito, na parte inferior da página, é o da publicidade empresarial. Outras características dos três gêneros aqui combinados incluem: alternância entre relato e citação literal ou representação indireta das palavras de fontes importantes, como o prefeito (característica de matérias jornalísticas); predominância de autopromoção por meio de autoavaliações positivas (por exemplo: ‘Mão-de-obra qualificada, infraestrutura avançada e trabalho flexível estão prontamente disponíveis’) nas citações (característica da publicidade empresarial); descrição tematicamente organizada da cidade, seguindo as convenções da literatura turística (edifícios, praças etc. de interesse

¹⁶ O texto “*Cidade dos grandes eventos floresce*” está disponível no Anexo 1 desta tese.

arquitetônico ou histórico, localização geográfica, a vida cultural etc.) (FAIRCLOUGH, 2003, p. 34-35).

Chouliaraki e Fairclough (1999) consideram que gêneros e discursos podem se desencaixar de certos ordens de discurso e circular como elementos livres, passíveis de ser agrupados e articulados em novas configurações, manifestando processos de mudança social no discurso. O caso do texto “*Cidade dos grandes eventos floresce*”, ilustrado acima, mostra uma tendência de deslocamento de alguns gêneros jornalísticos para o campo publicitário e para o campo corporativo, fazendo nascer uma ordem de discurso híbrida, que rompe as fronteiras entre discurso jornalístico, discurso publicitário e discurso corporativo (BHATIA, 2007; FAIRCLOUGH, 2001[1992], 2003).

Veja-se ainda, a esse respeito, o caso do gênero *press release*. Esse gênero enseja um evento discursivo que tem por objetivo divulgar uma instituição; é construído a partir da combinação de certos recursos estruturais e discursivos do gênero *reportagem* com algumas propriedades retórico-discursivas do anúncio publicitário. Usam-se os aspectos retórico-estruturais da reportagem para incorporar ao texto certas marcas do discurso jornalístico (atualidade, objetividade, credibilidade etc.), conduzindo o interlocutor a se situar como leitor de uma matéria noticiosa. Contudo, o gênero tem um propósito abertamente promocional, indicando visivelmente certas marcas estruturais e retórico-discursivas do discurso publicitário, tais como: enaltecimento de ações da instituição referenciada, inscrição da logomarca institucional em algum lugar do texto etc.

Fairclough (1995) ainda chama a atenção para uma tendência bastante acentuada nas práticas discursivas das mídias¹⁷. Trata-se do deslizamento do discurso jornalístico em direção ao entretenimento, assumindo cada vez mais as características de um bem de consumo, e incorporando formas e fórmulas bastante marquetizadas (cf. FAIRCLOUGH, 1995, p. 10-11). O que Harvey (2000) nos diz sobre a transformação do saber em mercadoria, se aplica também à informação. A modernidade tardia ou pós-modernismo tornou as produções simbólicas em mercadorias-chave, a serem produzidas e vendidas “a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas [e marquetizadas]” (HARVEY, 2000, p. 151).

¹⁷ O termo mídia, neste caso, é usado conforme o sentido dado por Fairclough (1995). O sentido destoa um pouco da noção adota nesta tese, conforme se verá adiante, no Capítulo 3.

1.4.6.3 Cadeia de gêneros

O conceito de cadeia de gêneros foi proposto inicialmente em Fairclough (2001[1992]), sob o nome de *cadeias intertextuais*, definidas como “séries de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido de que cada membro das séries é transformado em um outro ou mais, de forma regular e previsível” (FAIRCLOUGH, 2001[1992], p. 166). Nessa primeira proposta, Fairclough (2001[1992]) não distingue *intertextualidade* e *cadeia de gêneros*. A interconexão que se dá entre os gêneros dentro de uma rede de discurso é vista como parte da intertextualidade, não como um processo distinto. Em *Analysing discourse*, Fairclough (2003) abandona o termo *cadeia intertextual* e passa a utilizar o termo *cadeia de gêneros*, estabelecendo, assim, uma cisão conceitual nítida entre *cadeia de gêneros* e *intertextualidade*.

Uma cadeia de gêneros é formada por um conjunto de gêneros diferentes, que ocorrem regularmente em sequência, de modo que um, ou mais gêneros, provoca a emergência de outro(s), formando assim uma rede de textos que se ligam e se influenciam mutuamente. Um gênero, uma vez dentro da cadeia, “estabelece relações, tanto ‘retrospectiva’ como ‘prospectiva’, com os gêneros que o antecedem e o sucedem na cadeia” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 34).

A rede discursiva que se constrói a partir de uma cadeia de gêneros tem contornos indefinidos, tanto para trás como para frente. Dificilmente se sabe exatamente qual texto está na gênese da cadeia, se é que há esse texto inaugural, já que todo ato de linguagem é, em maior ou menor grau, uma resposta. Como diz Bakhtin (2010[1952-3], p. 272), “todo falante é por si mesmo um respondente [...]: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo”. Contudo, em termos metodológicos, é possível fazer o recorte de uma determinada extensão da rede discursiva, delimitando dentro de um espaço-tempo específico, uma sequência de gêneros e as transformações e ressonâncias sistemáticas construídas na ligação de um gênero a outro(s).

As cadeias de gêneros, amplamente potencializadas pela expansão das mídias e das interações mediadas¹⁸, possibilitam a realização de ações que transcendem as diferenças de

¹⁸ Os conceitos de mídia e interações mediadas serão tratados nos capítulos 2 e 3 desta tese, em especial na seção 3.1 *Mídia e mediação de gêneros*.

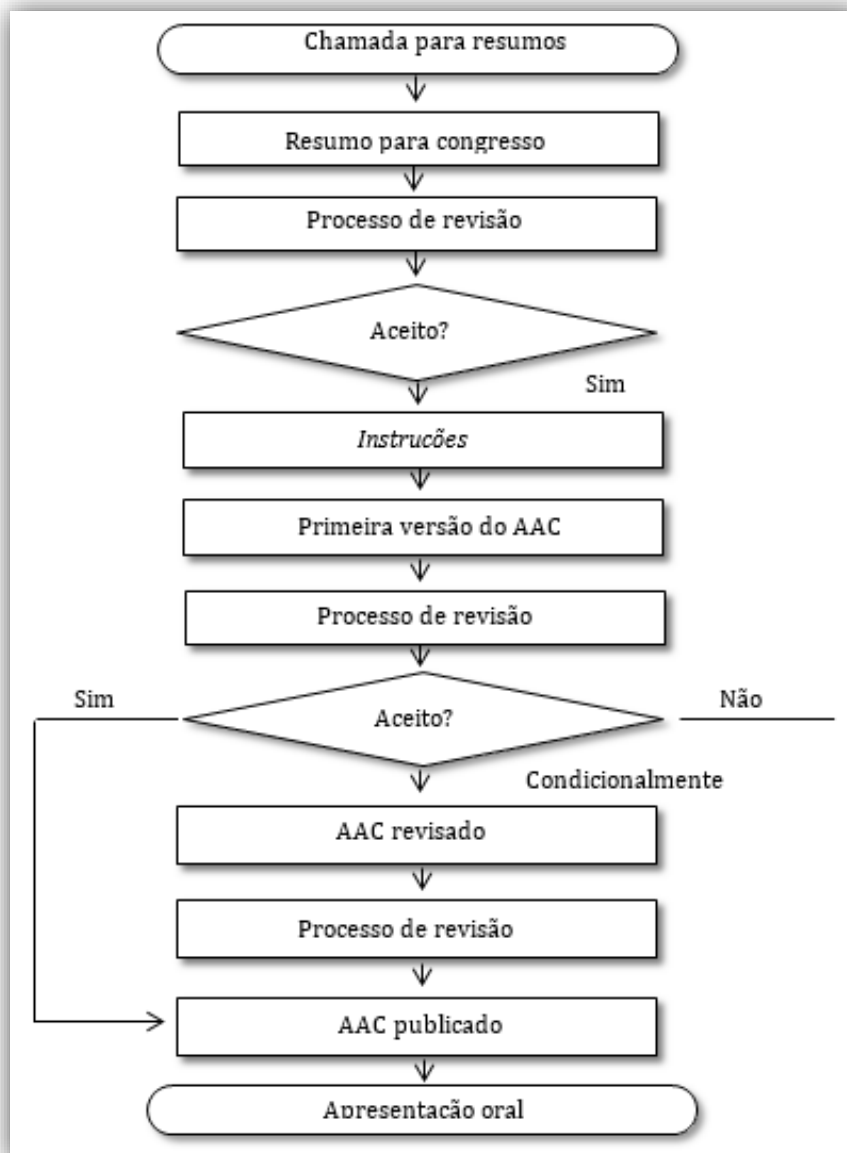
espaço e tempo, articulando eventos sociais em diferentes práticas sociais, em diferentes países e em diferentes tempos. Fairclough (2003) defende que as cadeias de gêneros são fundamentais para realização de ação à distância. A transcendência do tempo e espaço propiciada pela circulação mediada de gêneros e outras formas simbólicas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 31; GIDDENS, 1991, 2002, 2009; HARVEY, 2000; THOMPSON, 2011) tem aumentado a capacidade de agir e interagir em escala global, tornando a ação à distância uma característica marcante da globalização¹⁹ contemporânea e, conseqüentemente, um meio facilitador de exercício do poder (cf. FAIRCLOUGH, 2003; THOMPSON, 2011).

Swales (2004) também desenvolve uma noção de cadeia de gêneros. Sua proposta apresenta certa semelhança com o conceito de Fairclough (2001[1992], 2003). Em ambas as bases teóricas, uma cadeia de gêneros designa uma sucessão de gêneros que se interconectam para a realização de uma dada ação. Contudo, como o conceito de Fairclough (2001[1992], 2003) está situado numa teoria social do discurso, é natural que Fairclough esteja muito mais preocupado com o processo interdiscursivo que se instala quando uma série de gêneros se junta numa cadeia sucessiva do que com a sequência de gêneros em si. Fairclough (2001[1992], 2003) não atribui à cadeia de gêneros um ordenamento cronológico, como faz Swales (2004).

Baseado no trabalho de Räsänen (1999), Swales (2004) identifica a cadeia de gêneros como uma série de gêneros ordenados cronologicamente. Um gênero provoca a emergência de outro, formando-se, assim, uma sucessão linear de gêneros, que se estende até o final da prática interacional. Para ilustrar o processo de encadeamento, Swales (2004) mostra, citando Räsänen (1999), a sequência genérica que é mobilizada em torno do gênero *Artigo para Apresentação em Congresso* (AAC). O Quadro 6, a seguir, mostra a sucessão de gêneros que ocorre ao longo de todo o processo, se iniciando com a chamada para a inscrição de *resumos* e culminando com a *apresentação oral*.

¹⁹ “A globalização diz respeito à interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais 'à distância' com contextualidades locais” (GIDDENS, 2002, p. 27).

Quadro 6 – Cadeia de gêneros para submissão de Artigo em Congresso



Fonte: Räisänen (1999, p. 112 citado por SWALES, 2004, p. 19)

1.4.6.4 Sistema de gêneros

Bazerman (1994) parte do conceito de conjunto de gêneros proposto por Devitt (1991), já brevemente exposto acima, para elaborar um arcabouço teórico mais completo. Para Bazerman (1994), é preciso ir além do que a categoria analítica *conjunto de gêneros* oferece, sob o risco de se analisar apenas um recorte muito reduzido de todo o processo

acional instaurado em torno de um grupo de gêneros.

Bazerman (1994) argumenta que, embora a categoria *conjunto de gêneros* seja importante para mostrar o papel que certo grupo de gênero despenha na formação, ordenamento e identificação de uma comunidade discursiva, o conceito não permite alcançar o processo interacional completo, deixando uma parte da interlocução de fora. Por exemplo, na análise de Devitt (1991) sobre os gêneros que fazem parte da atividade do contador fiscal, “o conjunto de gênero representa [...] apenas o trabalho de um lado de uma interação que envolve múltiplas pessoas” (BAZERMAN, 1994, p. 98), entre os quais o contador, o cliente e o governo. Concentrar-se no conjunto de gênero permite abordar apenas o lado do agente discursivo que pertence à comunidade, deixando de fora os gêneros e as manifestações de interactantes que não fazem parte dessa comunidade.

Para analisar toda extensão da interação discursiva desenvolvida em torno de um conjunto de gêneros é preciso estender o conceito a uma categoria mais ampla. De acordo com Bazerman (1994), o *sistema de gêneros* seria um *conjunto de gêneros* que permite a participação de todos os lados: contador, cliente e governo. Nesse caso, o *conjunto de gêneros* seria formado por um arquivo completo de cartas comerciais produzidas e recebidas pelas três partes envolvidas nessa prática social. Aí, sim, a interação estaria completa e todo o conjunto de relações sociais envolvidas no evento seria contemplado.

Em trabalho posterior, Bazerman (2004[2006b]) aprofunda o arcabouço teórico e introduz mais uma categoria, o *sistema de atividades*. O autor afirma:

Para caracterizar como os gêneros se configuram e se enquadram em organizações, papéis e atividades mais amplas, são propostos vários conceitos que se sobrepõem, cada um envolvendo um aspecto diferente dessa configuração: conjunto de gênero, sistema de gênero e sistema de atividade (BAZERMAN, [2004]2006b, p. 32).

Os conceitos de *conjunto de gêneros* e *sistema de gêneros* são reiterados, no artigo *Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades* (BAZERMAN, 2006b). O conjunto de gêneros é visto como uma “coleção de tipos de textos que uma pessoa num determinado papel tende a produzir” (BAZERMAN, 2006b, p. 32); o sistema de gêneros “compreende os diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos” (BAZERMAN, 2006b, p. 32).

O conceito de *sistema de gêneros* se assemelha bastante ao conceito de *cadeia de gêneros* proposto por Swales (2004). Para Bazerman (2006b), o sistema de gênero também é visto, a exemplo do que propõe Swales (2004), como uma sequência regular de gêneros, “dentro de um fluxo comunicativo típico de um grupo de pessoas” (BAZERMAN, 2006b, p. 32).

A noção de *sistema de gêneros* como uma série de gêneros encadeados que dá forma a um evento social, do qual participam agentes sociais diversos, pode ser especialmente importante porque lança luz sobre “o modo como as pessoas usam uma sequência de ações comunicativas para coordenar suas atividades no tempo e no espaço” (YATES; ORLIKOWSKI, 2002, p. 16).

O uso do conceito de *sistema de atividades* permite expandir ainda mais o contexto de atuação de um conjunto de gêneros. De acordo com Bazerman (2006b, p. 33), o *sistema de atividades* corresponde a um *frame*²⁰, isto é, um conjunto de tipificações, que organiza o trabalho, a atenção e a realização de uma ou mais pessoas num contexto (local e social) de atuação humana. É o *sistema de atividades* que fornece aos agentes sociais pistas sobre que ações e como devem ser desenvolvidas, a fim de que um objetivo seja alcançado. Portanto, “levar em consideração o *sistema de atividades* junto com o *sistema de gêneros* é focalizar o que as pessoas fazem e como os textos ajudam as pessoas a fazê-lo, em vez de focalizar os textos como fim em si mesmo” (BAZERMAN, 2006b, p. 34, grifo meu).

1.4.6.5 Colônia de gêneros

A noção de *colônia de gêneros*²¹ foi proposta por Bhatia em *Genre analysis today* (1997a) e *Genre-mixing in academic introductions* (1997b) e aprofundada em *Worlds of written discourse* (2004).

Bhatia (2004) defende que o conceito de *colônia de gêneros* é um instrumento teórico

²⁰ Detalhes sobre o conceito de *frame* podem ser consultados em Tannen (1986).

²¹ Embora, nos artigos *Genre analysis today* (BHATIA, 1997a) e *Genre-mixing in academic introductions* (BHATIA, 1997b), o termo *constelação de gênero* ocorra, com certa frequência, ao lado de *colônia de gêneros*, Bhatia, em *Worlds of written discourse* (2004), parece adotar e aprofundar este último. Portanto, minha discussão sobre a noção de *constelação de gênero*, desenvolvida logo em seguida, tomará como base o trabalho de Araújo, J. C. (2006), no qual desenvolve e sistematiza uma noção que, em certa medida, se diferencia do que Bhatia chama de *colônia de gêneros*.

bastante útil na teoria de gêneros porque pode servir a duas funções: a) comporta um alto grau de versatilidade na identificação e descrição do gênero, permitindo que ele seja visto em diferentes níveis de generalização e tornando possível apontar as principais relações estabelecidas entre supergêneros (ou macrogêneros²²), gêneros e subgênero; e b) torna possível relacionar essas subcategorias (os gêneros e subgêneros) às características do contexto de uso (BHATIA, 2004, p. 57).

O termo *colônia de gêneros* admite duas conceituações. A primeira diz respeito a um agrupamento de gêneros intrinsecamente relacionados que, embora partilhem, em grande parte, propósitos comunicativos comuns, podem ser diferenciados em outros aspectos como: filiação disciplinar e profissional, contexto de uso e circulação, tipos de relação que se estabelecem entre os participantes, restrições determinadas pela audiência ou contexto de recepção etc. (BHATIA, 2004). A segunda conceituação se refere à colonização de gêneros. Inspirado no conceito de *comodificação* de Fairclough (2001[1992]), Bhatia (2004, p. 58) define *colonização* como um “processo que envolve a invasão da integridade de um gênero por outro gênero ou outra convenção genérica, levando frequentemente à criação de uma forma híbrida”.

O que Bhatia (2004) chama de *colonização de gênero* já foi abordado nesta tese sob o rótulo de *intergenericidade por hibridização* (cf. seção 1.4.6.3). Portanto, apenas a primeira noção de *colônia de gêneros* me interessa neste momento.

Bhatia (2004) diz que há certos agrupamentos de gêneros que podem ser identificados como supergêneros. Esses agrupamentos incorporam uma série de gêneros individualmente reconhecidos por serem diferentes em vários aspectos, mas profundamente similares no propósito comunicativo. Esse traço de similaridade é mantido mesmo quando os gêneros pertencentes a um supergênero circulam e funcionam em domínios disciplinares e profissionais diferentes. Bhatia (2004) dá como exemplos de *colônias de gêneros* as seguintes classes: gêneros promocionais, introduções acadêmicas e relatórios.

²² Usarei, nos capítulos seguintes, o termo macrogênero, como sinônimo de hipergênero, com um conceito diferente do que Bhatia (2004) propõe. Como se verá adiante, no capítulo 3, o conceito de hipergênero (macrogênero) a ser desenvolvido nesta tese, não se funda na noção de classe de texto, mas na noção de agrupamento genérico ordenado, formando uma unidade discursivo-textual de nível superior, com características retóricas e organizacionais semelhantes àquelas que se encontram num gênero.

A denominação de supergênero parece não ser apropriada, já que os gêneros que integram uma *colônia* nem sempre constituem variantes de uma estrutura prototípica maior. Veja-se o caso dos gêneros promocionais. Não há uma macroestrutura genérica prototípica guiando a estruturação de variantes genéricas menores. O que há, na verdade, é apenas o compartilhamento, entre os gêneros da colônia, de certos aspectos como direção retórica e propósito comunicativo. Gêneros como *orelha de livro* (*book blurbs*), *anúncio* e *roteiro turístico* (*travel brochures*) parecem não compartilhar estrutura genérica prototípica. O que esses gêneros têm em comum é apenas o caráter promocional. Portanto, a denominação de supergênero parece não ser o uma boa escolha terminológica. Melhor ficar apenas com o rótulo *colônia de gêneros*, que define mais claramente a natureza das relações genéricas que se estabelecem entre os gêneros agrupados numa colônia.

1.4.6.6 Constelação de gêneros

O termo *constelação de gêneros*, embora tenha sido utilizado primeiramente por Bhatia (1997a, 1997b, 2004), não recebeu aí um tratamento aprofundado e sistemático.

Araújo, J. C., em *Os chats: uma constelação de gêneros na internet* (2006), faz uma extensa resenha sobre o que Bhatia (1997a, 2004), Marcuschi (2008[2000]), Swales (2004) e Bakhtin (2008[1929]) teorizam sobre o termo ou sobre conceitos aproximados. Em seguida, apresenta sua proposta de conceituação e sistematização:

constelação de gêneros é um agrupamento de situações sociocomunicativas que se organizam por meio de pelo menos uma característica comum à esfera de comunicação que os congrega, partilhando do mesmo fenômeno formativo e atendendo a propósitos comunicativos distintos (ARAÚJO, J. C., 2006, p. 74).

O autor testa o conceito de *constelação de gêneros* no agrupamento genérico que se forma em torno dos *chats*. Para Araújo, “a expressão chat denota não o gênero em si, mas o que as pessoas reconhecem como a existência de uma *situação comunicativa* que acontece prioritariamente na Internet” (ARAÚJO, J. C., 2006, p. 73, grifo do autor). Os *chats* constituem, portanto, uma soma de vários gêneros “gerados da emergente situação comunicativa de ‘bater-papo’ na Internet” (ARAÚJO, J. C., 2006, p. 73).

Araújo, J. C. (2006) argumenta que o *chat*, como um evento comunicativo (MARCUSCHI, 2008; BEAUGRANDE, 1997), foi se tornando tão complexo, ao ponto de os gêneros que dele nasceram passarem a ser identificados como uma família, por partilharem uma série de características comuns. Contudo, apesar das semelhanças, algumas até formais, os gêneros que compõe a constelação *chat* (*chat educacional*, *chat aberto*, *chat reservado* etc.) apresentam propósitos comunicativos diferentes. Eis o motivo por que Araújo, J. C. (2006) prefere falar de um agrupamento de gêneros distintos em vez de um agrupamento de subgêneros em torno de um supergênero, como faz Bhatia (2004).

Araújo, J. C. (2006) faz a seguinte síntese de sua proposta:

há uma situação comunicativa (CRISTAL, 2002) ou um evento comunicativo (MARCUSCHI, 2000a[2008]) na Internet que as pessoas reconhecem por chat. Dele(a) nascem os gêneros chats que, embora assumam funções distintas, e por elas sejam reconhecidos, herdaram, no sentido genético do termo, traços que os irmanam entre si (ARAÚJO, J. C., 2006, p. 74).

1.4.6.7 Ecologia de gêneros

O termo *ecologia de gêneros* apareceu primeiramente no trabalho de Freedman e Smart (1997), onde foi usado para sustentar a ideia de que “os gêneros se inter-relacionam uns com os outros em teias intrincadas e entrelaçadas” (FREEDMAN; SMART, 1997, p. 40), sem estarem sequencialmente ordenados ou sobrepostos. O termo apareceu posteriormente nos trabalhos de Spinuzzi e Zachry (2000) e Spinuzzi (2003, 2004), onde recebeu uma teorização mais aprofundada.

Spinuzzi e Zachry (2000, p. 172-173) definem *ecologia de gêneros* como

um grupo inter-relacionado de gêneros (tipos de artefatos e hábitos interpretativos que se desenvolvem em torno deles) utilizados para, em conjunto, mediar as atividades que permitem às pessoas realizar objetivos complexos. Em ecologias de gênero, vários gêneros e subtarefas constituintes coexistem numa interação dinâmica, do mesmo modo como as pessoas lidam com as tecnologias da informação (Spinuzzi, 1999b; Zachry, 1999; cf. Freedman; Smart, 1997).

De acordo com Spinuzzi (2004), a noção de *ecologia de gêneros* foi elaborada como um contraponto às interpretações tradicionais dadas ao termo *gênero*, nas quais ele é visto como uma forma estável, que tem um funcionamento encadeado e previsível. Spinuzzi e Zachry

(2000) argumentam que os gêneros são dinâmicos, orgânicos e abertos, podendo “ser conectados e utilizados de diferentes maneiras” (SPINUZZI, 2004, p. 5). “Por isso, uma perspectiva ecológica, que representa o dinamismo e a interconectividade dos gêneros, é fundamental para se analisar a variação nas realizações de um determinado gênero” (SPINUZZI; ZACHRY, 2000, p. 172-173) ou de um grupo de gêneros.

De acordo com a proposta teórica de Spinuzzi e Zachry (2000), três propriedades fundamentais governam o funcionamento dos gêneros numa *ecologia*: contingência, descentralização e estabilidade.

a) Contingência

A *contingência* se refere ao modo como as pessoas coordenam os gêneros de forma complexa, oportuna e, por vezes, arriscada, quando intencionam realizar certas ações e/ou projetos sociais (SPINUZZI; ZACHRY, 2000).

A partir do conceito de *contingência* de Spinuzzi e Zachry (2000), assumo que as relações genéricas e os gêneros utilizados em certos eventos sociais não podem ser totalmente previstos e controlados. É próprio da natureza do discurso apresentar combinações genéricas inovadoras, isto é, não previstas e ainda não utilizadas numa dada situação ou convenção sociorretórica. É importante dizer, contudo, que a *contingência* opera dentro de um quadro de macrorrestrições e controles de uma comunidade discursiva ou de uma ordem do discurso. Essas macrorrestrições estão associadas ao modo como o gênero se encaixa numa determinada prática e numa determinada estrutura social.

Portanto, dizer que as combinações e os usos genéricos possíveis numa dada ecologia são, de certo modo, *contingentes* não quer dizer que sejam *contraditórios* ou *inaceitáveis*; quer dizer apenas que podem ser inovadores, desconhecidos e imprevistos. Contudo, é importante assinalar que combinações e usos radicalmente inovadores, não ajustados às convenções discursivas de uma comunidade, costumam ser severamente combatidos no começo.

b) Descentralização

De acordo com Spinuzzi e Zachry (2000, p. 174), a *ecologia de gêneros* também é governada por uma *descentralização*. Os gêneros nunca são utilizados a partir de um único modelo e de um único artefato (mídias e/ou instrumentos técnicos). Diversas mediações e instrumentos podem ser mobilizados na utilização de um gênero ou de um grupo de gêneros, às vezes até de forma inovadora e imprevista.

Há certamente um protocolo de uso do gênero recorrente na comunidade, bem como uma mídia ou algum artefato técnico usualmente associado a determinado gênero ou ecologia de gêneros. Contudo, não se pode dizer que esse gênero ou ecologia será sempre usado de tal modo e em conexão com tal mídia ou artefato.

O conceito de *descentralização* serve para mostrar que os padrões de usabilidade de um gênero são relativamente abertos. Apesar de cada gênero estar comumente associado a determinados protocolos de usabilidade e artefatos (mídia, suporte e outros dispositivos tecnológicos), os agentes sociais podem experimentar certos usos e conexões pouco prováveis ou imprevistos. Por exemplo, os gêneros jornalísticos são comumente recebidos a partir de mídias convencionais como *jornal impresso*, *rádio*, *televisão* e *websites jornalísticos*. Contudo, alguém pode receber o gênero *notícia* a partir de outras mídias não tão comuns como: *painel eletrônico* (de ambiente interno e externo), *e-mail*, *celular* etc. Além disso, o leitor pode replicar uma notícia usando dispositivos outros que lhe são mais acessíveis, como uma cópia manuscrita, um fax, uma fotocópia etc.

O certo é que, tanto do ponto de vista da produção quanto da mediação e recepção, os padrões de uso de um grupo de gênero não podem ser associados a um único conjunto de artefatos. Há sempre a possibilidade de uma descentralização e uma dispersão.

c) Estabilidade

Spinuzzi e Zachry (2000, p. 174) propõem o conceito de *estabilidade* como um contraponto aos conceitos de *contingência* e *descentralização*. Se por um lado, as *ecologias de gêneros* funcionam com certo grau de dispersão e imprevisibilidade, por outro, há um conjunto de forças que estabilizam a ocorrência articulada de um grupo de gêneros. Assim,

estabilidade se refere à tendência de os usuários repetirem certas interconexões genéricas já convencionadas na comunidade e em certa situação sociorretórica.

Uma *ecologia de gêneros* tende a se tornar mais regularizada ao longo do tempo. Spinuzzi (2002) diz que uma conexão *ad hoc* entre certos gêneros, como por exemplo, o uso improvisado de uma *nota* para fazer anotação a respeito de uma *fatura problemática*, pode, ao longo do tempo, se tornar uma ligação regular. Assim, as ecologias de gêneros podem formar ‘constelações duráveis’, isto é, agrupamentos e conexões genéricas “relativamente estáveis em vez de absolutamente imutáveis, dinâmicas e não estáticas, flexíveis e não rígidas” (SPINUZZI; ZACHRY, 2000, p. 175).

1.4.6.8 Considerações sobre as limitações que cercam uma discussão sobre agrupamento genérico

Busquei nestes subitens que compõem a seção 1.4.6 traçar um panorama dos principais termos e conceitos usados para teorizar o modo como os gêneros se agrupam, sem a pretensão de esgotar a temática. O funcionamento agrupado dos gêneros forma um complexo sistema de relações, difícil de ser plenamente mapeado. A discussão (e por vezes elaboração teórica) aqui apresentada certamente deixou de fora várias nuances desse complexo sistema, em razão de, pelo menos, dois fatores. Em primeiro lugar, disponho nesta tese de um espaço limitado para discutir esse tema, já que meu objetivo aqui não é elaborar uma ampla proposta teórica que dê conta dos contornos que cercam os vários tipos de relações genéricas possíveis. O tema desta tese toca nessa questão apenas tangencialmente. E, em segundo, a discussão teórica em torno do tema *agrupamento de gêneros* ainda é incipiente. Isso quer dizer que determinados tipos de relações genéricas ainda não foram objeto de teorizações, e outros foram apenas apontados, mas não analisados e pesquisados. Portanto, assumo aqui o caráter um tanto provisório dos conceitos e revisões da literatura propostos nesta seção.

As relações genéricas com as quais trabalharei de modo mais aprofundado nesta tese serão abordadas nos dois capítulos subsequentes. Farei uma discussão sobre as noções de *mídia* e *hipergênero* e sobre as relações genéricas que se estabelecem quando os gêneros se agrupam em torno de uma *mídia* e de um *hipergênero*.

1.5 Resumo do capítulo

Este capítulo teve como objetivo apresentar os conceitos, oriundos da Análise de Gêneros (AG) e Análise de Discurso Crítica (ADC), que dão sustentação a esta tese. *Gênero* e *discurso* constituem os objetos teóricos fundantes deste trabalho, a partir dos quais será possível (re)elaborar, sistematizar e analisar a noção de *hipergênero*. Essas duas categorias teóricas, *gênero* e *discurso*, estão na base da teorização e análise das relações genéricas que se estabelecem quando os gêneros são agrupados numa certa *mídia*, formando um macroenunciado. Daí o motivo por que busquei construir uma zona de convergência teórico-analítica entre AG e ADC, apontando uma série de asserções teóricas que se localizam num ponto de intersecção entre *gênero* e *discurso*.

A AG é uma disciplina recente. Fortaleceu-se a partir do fim dos anos de 1980. Contudo, suas raízes estão associadas à mudança que Bakhtin imprimiu nos estudos de gêneros, no início dos anos de 1950, com a publicação do ensaio pioneiro *Os gêneros do discurso*. Junto com o surgimento do *Dialogismo Bakhtiniano*, houve também uma renovação nos estudos retóricos. Com a publicação de *Tratado de argumentação: a nova retórica*, Perelman e Olbrechts-Tyteca, em 1958, inauguraram a *Nova retórica*.

A AG, em especial a perspectiva sociorretórica (ASG), resulta basicamente desses dois grandes movimentos teóricos. A partir das contribuições da *Nova Retórica* e do *Dialogismo Bakhtiniano*, a Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG) firmou a noção de gênero como uma ação social e retórica, e não apenas como uma estrutura formal.

A partir dos anos 2000 começou a surgir no interior da ASG, em especial na vertente liderada por Swales, uma crescente preocupação em analisar questões que vão além das propriedades sociorretóricas do gênero. Sem desprezar os postulados já estabelecidos pela ASG, a Análise Crítica de Gêneros (ACG) surgiu com a proposta de analisar o gênero além de seus limites léxico-gramaticais e retóricos, abarcando o contexto social e o discurso (MOTTA-ROTH, 2008; FAIRCLOUGH, 2001[1992], 2003). Essa expansão dos limites de análise do gênero resulta de uma confluência entre Análise de Discurso Crítica (ADC) e a ASG. Os estudos de Bhatia (2004, 2007, 2011) e de Bonini (2011), identificados como pertencentes à ACG, são exemplos de como a aplicação simultânea de instrumentos teóricos da ADC e ASG podem ser bastante produtivos.

A partir da convergência entre ADC e AG, apresentei as seguintes asserções teóricas:

- a) O gênero funciona numa **situação retórica recorrente**.
- b) O gênero é uma **ação social**.
- c) O gênero realiza determinado(s) **propósito(s) sociodiscursivo(s)**.
- d) O gênero constitui um evento sociodiscursivo inscrito nas práticas de uma **comunidade discursiva**.
- e) O gênero é organizado em **unidades e movimentos retóricos** hierárquicos.
- f) Os gêneros funcionam em conjunto, formando um complexo **sistema de relações**.

Há, neste capítulo, discussão um pouco mais ampla sobre a última asserção da série, que trata do funcionamento agrupado dos gêneros. Em *World of written discourse*, Bhatia (2004) chama a atenção para o aspecto essencialmente dinâmico e correlativo dos gêneros. Na esfera em que atuam, isto é, em seu mundo sociodiscursivo real, os gêneros existem e funcionam de modo essencialmente “complexo, dinâmico, versátil e imprevisível” (BHATIA, 2004, p. xiv). Daí a necessidade de se levar em conta as interconexões que os gêneros estabelecem uns com outros (tanto em relação a aspectos estruturais como funcionais e discursivos) quando atuam num dado contexto social.

A partir do estudo de Devitt (1991), no qual foi cunhado o termo *conjunto de gêneros*, surgiu uma profusão de estudos que abordam vários tipos de agrupamento de gêneros. Nesses estudos são propostos diversos termos (*sistema de gêneros, constelação de gênero, colônia de gênero, cadeia de gêneros, rede de gêneros, ecologia de gêneros, repertório de gêneros*), alguns das quais se sobrepõem. Contudo, a maior parte aponta para noções que se complementam ou que abordam fenômenos diferentes.

Os agrupamentos e relações genéricas abordados neste capítulo servem de base para a (re)elaboração do conceito de *hipergênero*, o objeto central desta tese, a ser desenvolvido nos próximos capítulos. Também serão revisitadas aí as noções de *suporte textual e mídia*, em correlação com a noção de *gênero*.

CAPÍTULO 2

REVISITANDO OS CONCEITOS DE MÍDIA, SUPORTE E HIPERGÊNERO

Neste capítulo, tenho como objetivo visitar os conceitos de *mídia*, *suporte* e *hipergênero*. Apresento o modo como cada termo é conceituado e teorizado em alguns campos teóricos. *Suporte* e *hipergênero* são estudados a partir dos trabalhos de Marcuschi (2003) e Bonini (2011), ambos inseridos, em termos gerais, no campo da Análise de Gêneros (AG). Já a categoria *mídia* será estudada a partir da *Midiologia* de Debray (1993, 2004) e a partir da proposta de Bonini (2011).

As correlações entre *gênero-mídia*, *gênero-suporte* e *gênero-hipergênero*, que serão objeto de teorização e estudo nesta pesquisa, ainda são pouco exploradas no campo da Análise de Gêneros, Midiologia e Comunicação Social. Por exemplo, uma breve revisão da literatura clássica dessas disciplinas nos mostra que o par *gênero-mídia*, cujos conceitos, considerados individualmente, já estão razoavelmente desenvolvidos, ainda é pouco explorado.

No campo da Midiologia e Comunicação social, a abordagem do *gênero* e *mídia* como categorias correlacionadas não aparece nos estudos de Debray (1993, 1998, 2000, 2004), Bougnoux (1994), Silverstone (2005), Beltrão (1976, 1980), Marques de Melo (1992, 2003, 2006), Marques de Melo e Assis (2010), Martínez Albertos (1993).

No campo da AG, os estudos de Swales (1990, 1998, 2002, 2004), Bazerman (1994, 2005), Bhatia (1993, 1997a, 1997b, 2002) não apresentam propostas teóricas que articulem a interface *gênero-mídia*. Bhatia (2004) faz referência à mídia como um componente do complexo sistema de funcionamento do gênero, mas sem avançar para uma teorização mais aprofundada.

Os trabalhos de Seixas (2009a, 2009b), no campo Comunicação Social, e o de Bonini (2011), no campo da análise de Gêneros, são particularmente importantes para o estudo da correlação entre gênero e mídia porque apresentam propostas teóricas seminais. O ensaio de Bonini (2011), por exemplo, aponta para a necessidade de se construir, no campo da AG, um arcabouço teórico mais amplo, capaz de aglutinar e correlacionar outras entidades que funcionam em conjunto com os gêneros, em especial a *mídia* e o *hipergênero*.

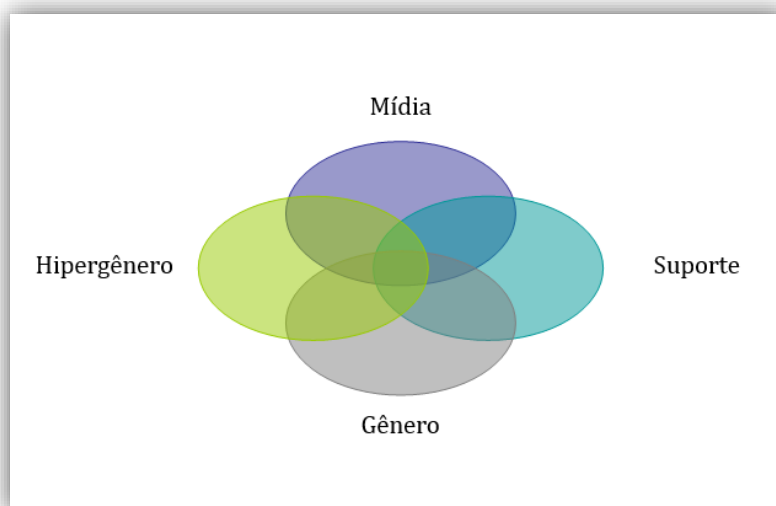
É considerando esse cenário de novos enfrentamentos teóricos que busco, nesta tese, abordar o conceito de *hipergênero*²³ e correlacioná-lo a *mídia*, *suporte* e *gênero*, de modo a estabelecer os pontos de convergência (sobreposição/continuidade) e pontos de fronteira (descontinuidade).

É importante assinalar, logo no início, que *mídia*, *suporte*, *hipergênero* e *gênero* nem sempre podem ser tomados como categorias individualizadas. A separação desses elementos ocorre muito mais em função de uma necessidade teórica. Em seu ambiente de

²³ O termo *hipergênero* é tomado dos trabalhos de Bonini (2001[2004a], 2003b, 2008a, 2008b, 2009a[2011]). Desde o trabalho de 2001[2004a], quando cunhou o termo, o autor vem usando *hipergênero* para identificar o jornal como “um gênero que abriga outros gêneros”.

funcionamento, *mídia*, *suporte*, *hipergênero* e *gênero* se sobrepõem em vários pontos (continuidade, sobreposição). Assim, me parece ser mais apropriado pensar numa disposição contínua e não discreta, conforme mostra a Figura 1:

Figura 1 – Disposição em contínuo: mídia, suporte, hipergênero e gênero.



Nas próximas seções, os conceitos de *mídia*, *suporte* e *hipergênero* serão revisitados. Buscarei apresentar um quadro das definições existente na literatura para, a partir daí, propor no Capítulo 3 uma definição para cada elemento.

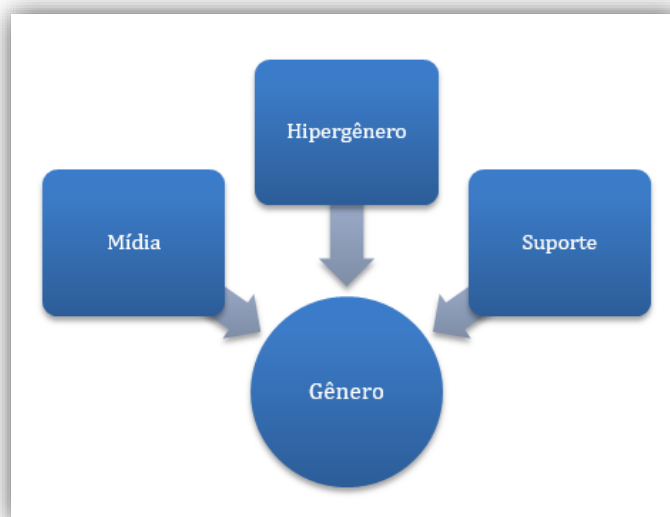
2.1 Em torno do conceito de *mídia*

Analisar teoricamente um termo como *mídia* é uma tarefa complexa, uma vez que a *mídia* é objeto de interesse (direto e indireto) de vários os domínios disciplinares. Por isso, é importante levar em conta a advertência de Charaudeau (2009, p. 20): “com relação aos fenômenos sociais, quaisquer que sejam, há sempre várias análises possíveis que dependem do ponto de vista que se escolhe e da disciplina que lhe serve de apoio”.

Assim, ressalto que a abordagem aqui empreendida parte de um ponto disciplinar, a Análise de Gêneros, cujas demandas epistemológicas nos levam a colocar no centro o *gênero*, não a *mídia* (cf. Figura 2). Mesmo realizando uma análise interdisciplinar, face à exigência que um objeto como *mídia* impõe, este estudo plantará suas bases no campo da AG. Isso significa admitir que algumas faces da *mídia*, assumidamente importantes, serão

levadas em conta apenas subsidiariamente. Como afirma Charaudeau (2009, p. 22), “toda abordagem disciplinar, por definição, é parcial”.

Figura 2 – Correlação entre gênero, hipergênero, mídia e suporte



2.1.1 Escolha terminológica

O primeiro problema a ser resolvido é a escolha do termo a ser usada neste trabalho, em face da diversidade: *meio* (MARTIN-BARBEIRO, 2003; MCLUHAN, 2006), *mídia* (CHARAUDEAU, 2009; THOMPSON, 2011; ZIELINSKI, 2006), *mídium* (MAINGUENEAU, 2008), *médium* (DEBRAY, 1993²⁴, 1998, 2000, 2004).

Apesar de *mídia* encerrar vários conceitos, opto por esse termo, seguindo Bonini (2011), por já estar consagrado no português brasileiro. O uso de outro termo só contribuiria para perpetuar a falta de uniformidade terminológica, além de complicar um pouco a leitura. Mesmo que esse termo tenha alguns sentidos associados ao senso comum, não há justificativa para introduzir um neologismo técnico. O que realmente precisamos fazer, segundo Bonini (2011), é delimitar a acepção a ser utilizada.

²⁴ Em Debray (1993, p. 15) aparecem ainda os termos *mídio* e *mídia*: “Em midiologia, *mídio* designa, em primeira abordagem, o conjunto, técnica e socialmente determinado, dos meios simbólicos de transmissão e circulação”; “Uma mesa de refeição, um sistema de educação [...] não são feitos para ‘difundir informações’. Não são ‘*mídia*’, mas entram no campo da midiologia enquanto espaços e alternativas de difusão, vetores de sensibilidades e matrizes de sociabilidades” (grifo em negrito meu).

2.1.2 Conceito de mídia na midiologia de Debray

Como o conceito de *mídia* de Debray (1993, 1998, 2004) não é construído no interior das teorias da comunicação, embora pareça à primeira vista, para ele, a *mídia* não deve ser estudada como um meio de comunicação. Do contrário, corre-se o risco de afirmar que um objeto tão complexo, sempre presente na história cultural do homem e associado a diversas revoluções, seja equivalente aos meios de comunicação de massa: imprensa, cinema, rádio, televisão, internet.

Para tentar dar conta de toda a complexidade da *mídia*, Debray coloca no “mercado das ciências” um “novo produto”: a *mediologia*, que tem por objeto de investigação o fenômeno da *transmissão*. Os capítulos introdutórios do *Curso de mediologia geral* (1993) e de *Introdução à mediologia* (2004)²⁵ são dedicados à construção do objeto da *mediologia*, distanciando-a da Comunicação Social.

Debray (2004, p. 12) defende que é preciso “ultrapassar o horizonte do ‘comunicar’ para chegar ao continente do ‘transmitir’ que não é visível ao olho nu e que, como todos os conceitos operativos, não pode ser recebido em estado bruto da experiência imediata”. Considera-se como transmissão “tudo o que se relacione com a dinâmica da memória coletiva” e como comunicação, “a circulação das mensagens num momento concreto” (DEBRAY, 2004, p. 12). Reforçando um pouco mais a distinção, pode-se dizer que “comunicar consiste em *transportar uma informação no espaço* dentro de uma mesma esfera espaciotemporal e transmitir, em *transportar uma informação no tempo* entre esferas espaciotemporais diferentes” (DEBRAY, 2004, p. 12).

Debray considera a *transmissão* como um processo de transferência, perpetuação, renovação, subversão de modelos culturais, acervos simbólicos, tecnologias materiais, capitais etc. É por meio do processo de transmissão que a história humana é alinhavada, conectada e construída de modo dinâmico.

As conexões históricas, mediadas por processos de transmissão, não ocorrem de modo determinista, do tipo A causa B, de modo invariável e exclusivo. Debray (2004, p. 76) previne que qualquer um que “formule a hipótese de uma relação (senão constante,

²⁵ O livro *Introdução à mediologia* é uma tradução portuguesa, por isso há divergência ortográfica em algumas palavras.

recorrente) entre isto e aquilo (definição de uma lei objectiva) expor-se-á à acusação de determinismo (primário) e de reducionismo (simplista)”. A transmissão simbólica constrói uma relação de causalidade sistêmica negativa, assim formulada: “A não produz B, mas se não há A, não existe B” (BOUGNOUX apud DEBRAY, 2004, p. 77). Depreende-se dessa fórmula que,

O elo causal entre uma técnica e uma cultura não é nem automático nem unilateral. Não se pode ter certezas sobre os tipos de comportamento que a escrita linear vai desenvolver ou não numa cultura oral. Em contrapartida, há a certeza de que uma cultura que ignora este processo de memorização não terá este ou aquele comportamento (DEBRAY, 2004, p. 77).

O deslocamento de um objeto que está fixado num espaço-tempo, a comunicação, para um objeto que perpassa vários espaços-tempos, a transmissão, permite traçar uma história dos impactos da mídia no curso da história humana. A teoria da transmissão fornece condições para se proceder a uma arqueologia da mídia (ZIELINSKI, 2006) e mostrar as correlações históricas, culturais, sociais, políticas e técnicas imbricadas em cada modelo midiológico.

Debray (1993, 2004) mostra, por exemplo, como a passagem do *rolo*²⁶ para o *códice*²⁷ está intimamente ligada à transmissão (expansão geográfica, acomodação filosófico-cultural, perpetuação etc.) do cristianismo. A questão pode ser resumida da seguinte maneira: “O cristianismo favorece o desaparecimento do *volumen* (ou rolo), impróprio para a leitura litúrgica e de fraco impulso, e a supremacia do *códex* favorece a do cristianismo sobre os cultos pagãos” (DEBRAY, 2004, p. 77).

Nos termos das teorias de gênero e letramento, podemos dizer que o *rolo* e o *códice* pertencem a dois sistemas de mediação da escrita, cada um com uma modelagem de

²⁶ “No mundo greco-romano, as obras literárias usualmente eram publicadas na forma de rolos de papiro ou pergaminho. Para formar o rolo, folhas eram coladas lado a lado no sentido horizontal, formando uma longa tira presa a um bastão, em torno do qual ela era enrolada, formando um *volumen*” (BEZERRA, 2006a, p. 386).

²⁷ “Semelhante aos livros que conhecemos na atualidade, o *códice* consistia na encadernação de folhas dobradas ao meio e costuradas uma sobreposta à outra. Grupos sucessivos de quatro folhas dobradas ao meio formavam pequenos cadernos com folhas pares e ímpares que eram em seguida costurados juntos, transformando-se em um livro de tamanho variável. Uma vantagem adicional do novo formato era a possibilidade de se escrever na frente e no verso da folha (a chamada escrita opistográfica), o que reduzia consideravelmente o custo de produção” (BEZERRA, 2006a, p. 386).

mediação (mídia), ancoragem (suporte) e agrupamento ordenado (hipergênero) de gêneros²⁸. A transição de um sistema (de mediação, ancoragem e agrupamento) para outro acarreta impactos sobre vários setores da atividade humana: sistemas políticos (formas de governo, hierarquização do poder do estado etc.), sistemas culturais (religião, educação, língua, identidade étnica, identidade nacional etc.) e sistemas sociais (divisão do trabalho, papéis sociais, instituições) etc.

Para ilustrar, vejamos como uma mudança no sistema de mediação, ancoragem e agrupamento ordenado de gêneros repercute no quadro das instituições sociais, fazendo surgir novas instituições e/ou redesenhando as já existentes, com novas formas organizacionais e novos postos na hierarquia social. O exemplo das instituições *Igreja* e *universidade*, na passagem do século XV ao XVII, é esclarecedor. A transição do *sistema de mediação manuscrito* (tendo o *códice* como ícone de todo um sistema de mediação, ancoragem e agrupamento genérico) para o *sistema de mediação tipográfico* (que tem o *livro* como manifestação emblemática) associa-se, tanto em termos de causa quanto de efeito, a uma grande reconfiguração política e social do papel da *Igreja*, que deixou de ser a instituição que produz, distribui, legitima e controla o saber, e da *universidade*, que passou a ser reconhecida socialmente como a instância de produção e disseminação do saber.

O novo *modus operandi* de produção, circulação e funcionamento dos gêneros escritos, tendo a prensa como centro da cadeia de produção material, provocou o enfraquecimento do controle que a Igreja detinha sobre a produção e circulação dos discursos. As organizações tipográficas e editoriais logo alcançaram status de instituições culturais e econômicas, concentrando poder suficiente para rivalizar com a Igreja e, ao mesmo tempo, fortalecer as universidades. De fato, a indústria editorial fez surgir “novos centros e novas redes de poder simbólico” (THOMPSON, 2011, p. 88).

É verdade que a Igreja instaurou um sistema de censura, aliado à estrutura da inquisição. Essa manobra político-eclesiástica foi instalada com mais sucesso na Espanha e Portugal (e respectivas colônias), onde a inquisição funcionou com maior eficácia. Apesar

²⁸ O conceito de *sistema de mediação da escrita* será trabalhado mais adiante, no Capítulo 3. Por ora vale ressaltar que cada paradigma de uso social da escrita envolve modelos específicos de mediação (mídia), ancoragem (suporte) e agrupamento (hipergênero) de gêneros.

das pretensões em torno do *Index librorum prohibitorum*²⁹, promulgado inicialmente em 1559 e revisto seguidas vezes, o projeto de censura da Igreja operou com muitas restrições, obtendo pouco sucesso nessa área. Os censores e inquisidores podiam atuar apenas sobre autores e livros confiscados em seu domínio de jurisdição, pouco podendo fazer para impedir a operação de tipografias e a circulação de livros em espaços longínquos. “Os editores sempre encontravam meios de burlar os censores, e os livros banidos numa cidade ou região eram editados numa outra e contrabandeados por comerciantes e mascates” (THOMPSON, 2011, p. 89). O certo é que a atividade econômica que se construiu em torno das tipografias e do transporte de livros se tornou muito grande para que pudesse ser controlada por decretos papais, ou até mesmo decretos do rei (THOMPSON, 2011).

O projeto de censura mexeu ainda mais com a base do poder da Igreja. Para atuar em seus próprios domínios, aqueles em que não perdera espaço para os movimentos reformistas protestantes, a Igreja passou a ter de depender da anuência e interesse dos estados nacionais. Para isso, teve de fazer alianças que diminuíram o seu poder, beneficiando de algum modo as organizações e instituições políticas locais.

Paralelamente à corrosão do poder da Igreja, a universidade, ancorada na indústria tipográfica, foi se edificando e solidificando, até se firmar como espaço social legítimo de produção e disseminação do saber.

Debray (1993, 2004) defende que apenas o estudo dos processos de *transmissão* nos permite compreender plausivelmente as imbricações existentes entre *mídia* e (r)evoluções históricas. Um olhar investigativo sobre as *transmissões*, que precederam os meios de comunicação de massa (imprensa, cinema, rádio, televisão, internet), pode desvelar o modo como determinadas práticas sociodiscursivas se associaram a certos movimentos na história.

Uma incursão pelo conceito de *transmissão* abre espaço para a Análise de Gêneros (AG) e para a Análise do Discurso (AD) explorar territórios ainda pouco considerados. Os analistas do discurso e de gêneros ainda se concentram muito na análise de eventos discursivos que circulam nos *mass media*. O conceito de *transmissão* de Debray (1993, 1998, 2000, 2004) pode ser um construto teórico bastante promissor para a análise de gêneros circulantes em esferas pré e extramidiáticas.

²⁹ Trata-se de uma lista de livros censurados pela Igreja Católica. A primeira versão do Index foi promulgada pelo Papa Paulo IV em 1559, e a última em 1948. O Index só veio a ser abolido em 1966, pelo Papa Paulo VI.

A dicotomia *transmissão/comunicação* tem um papel decisivo na definição de *mídia* em Debray (1993, 1998, 2000, 2004). Segundo o autor, a midiologia não tem como foco a comunicação. Logo, a concepção de *mídia* como meio de comunicação de massa é substituída por uma nova concepção, voltada para o fenômeno da transmissão.

Em *mediologia*, *mídi*o designa, em primeira abordagem, *conjunto*, técnica e socialmente determinado, *dos meios de transmissão e circulação*. Conjunto que precede e supera a esfera dos meios de comunicação de massa contemporâneos impressos e eletrônicos, entendidos como meios de difusão maciça (imprensa, rádio, televisão, cinema, publicidade, etc.). (DEBRAY, 1993, p. 15).

Os meios de comunicação de massa fazem parte do processo de transmissão, mas constituem apenas um entre os vários vetores midiológicos em funcionamento nas sociedades urbanas. Como tal, os *mass media* fazem parte da existência de determinadas relações midiológicas, mas não podem constituir mídias autônomas e suficientes nos processos de transmissão cultural.

No *Curso de mediologia geral*, Debray (1993) apresenta o quadro teórico a partir do qual o objeto da midiologia, “o médium”, é construído. De acordo com a delimitação proposta pelo autor, não se pode identificar concretamente uma mídia, já que ela não é uma entidade física, como, por exemplo, uma tecnologia de difusão da informação identificável por certos contornos materiais, mas um construto teórico abstrato que designa um conjunto complexo de elementos (materiais e simbólicos) e um conjunto de relações construídas no/pelo funcionamento dos elementos transmissores. A mídia “não existe *por se*, como único e visível por si próprio. [...] De facto, designa diversas realidades de natureza diferente” (DEBRAY, 2004, p. 36).

Nesse sentido, a natureza do conceito teórico de mídia, na midiologia, se aproxima bastante da natureza do conceito de *sociedade* na Sociologia, de *discurso* na Análise do Discurso, de *cultura* na Antropologia. De um ponto de vista epistemológico, tal como *sociedade*, *discurso* e *cultura*, a *mídia* não existe como uma entidade do mundo material, mas sim como uma “categoria abstrata” (DEBRAY, 1993, p. 31) teórico-científica, “uma abstração reificada” (DEBRAY, 1993, p. 20).

Debray (1993) apresenta também, no *Curso de mediologia geral*, alguns recortes conceituais de *mídia*, numa perspectiva menos abstrata. Vejamos essas definições.

Considerando todos os tipos de mediação semiótica, mídia pode designar

instituições (a escola), objetos técnicos (aparelho de rádio, tela de cinema, tubo catódico), suportes materiais (papel, tecido fita magnética, tijolo), códigos sociais (gramática, sintaxe), órgãos do corpo (laringe, cordas vocais), modos gerais de comunicação (oral, escrito, impresso, audiovisual, informática)” (DEBRAY, 1993, p. 18).

Considerando apenas a mediação semiótica verbal, o termo mídia

poderá aplicar-se tanto à linguagem natural utilizada (inglês ou latim), como ao órgão físico de emissão e apreensão (*voz* que articula, *mão* que traça sinais, *olho* que decifra o texto), ao *suporte* material dos traços (papel ou tela), ao *processo* técnico de coleta de dados e reprodução (impresso, eletrônico): ou seja, no mínimo, quatro acepções. Seria, então, a midiologia a arte de exprimir conceitos imprecisos sobre um objeto impreciso? (DEBRAY, 1993, p. 18).

Na *Introdução à mediologia*, Debray (2004) apresenta um conceito semelhante ao anterior. Mídia pode designar:

1) um *procedimento geral de simbolização* (palavra articulada, sinal gráfico, imagem analógica); 2) um *código social de comunicação* (a língua utilizada pelo locutor ou pelo escrevedor); 3) um *suporte físico* de registro e conservação (pedra, papiro, suporte magnético, microfilmes, CD-ROM), e 4) um *dispositivo de difusão* com o correspondente modo de circulação (manuscrito, tipográfico, informático) (DEBRAY, 2004, p. 36-37).

Segundo Bonini (2011), duas questões chamam imediatamente a atenção nessas definições de mídia: amplitude e imprecisão. Debray (1993, 2004) parece não se preocupar em alargar as fronteiras de seu objeto. Faz questão de dizer que a midiologia se interessa por todos os tipos de mediação semiótica. Na prática, isso significa que a mídia de Debray é tão ampla que não pode ser delimitada materialmente, ou identificada por um número limitado de objetos. Qualquer objeto (material ou simbólico), ao qual se possa atribuir um sentido, pode ser considerado uma mídia. Isso coloca o midiólogo como um investigador de um campo quase sem limites.

O interessante é que o próprio Debray (1993, p. 15) fornece base para essa crítica, ao afirmar:

Uma mesa de refeição, um sistema de educação, um café-bar, um púlpito de igreja, uma sala de biblioteca, um tinteiro, uma máquina de escrever, um circuito integrado, um cabaré, um parlamento não são feitos para ‘difundir informações’.

Não são ‘mídia’, mas entram no campo da midiologia enquanto espaços e alternativas de difusão, vetores de sensibilidades e matrizes de sociabilidades.

Operar com um objeto tão diversificado no âmbito da teorização e conceituação pode até ser praticável, mas no domínio da pesquisa, das operações metodológicas, é praticamente impossível (BONINI, 2011). Considere-se a dificuldade que um midiólogo teria para identificar todos os componentes midiológicos envolvidos na mudança de um sistema de produção artesanal para um sistema de produção industrial, ou na mudança do sistema de agregação feudal para o sistema de agregação urbana. A consecução de uma pesquisa exige um recorte, uma delimitação, sob o risco de, na busca por explicar todas as correlações midiológicas, perder-se o foco da pesquisa ou inviabilizar-se o seu término.

Debray (1993, p. 18) se antecipa à crítica ao indagar: “Seria, então, a midiologia a arte de exprimir conceitos imprecisos sobre um objeto impreciso? Não o cremos”. Embora dê indício de que vai apresentar uma racionalização teórica para o impasse, o fato é que no desenvolvimento das obras *Curso de midiologia geral* e *Introdução à mediologia* não se encontra uma solução plausível para esse problema.

Considerando o campo de interesse da AG, o conceito de mídia de Debray (1993, 2004) apresenta pelo menos três problemas: a) a mídia é um elemento que medeia (transmite) um número indefinido de semioses; b) não há separação conceitual entre mídia e suporte; c) não há na teoria midiológica uma consideração a respeito do papel desempenhado pelo gênero nos processos de mediação.

Debray (1993, 1994, 1998, 2000, 2004) trabalha com um número indefinido de semioses. Como visto, para Debray qualquer elemento pelo qual se possa construir sentido, constitui um vetor midiológico. A transmissão incorpora, portanto, um número indefinido e aberto de sistemas semióticos, “inclui, para além e para além do verbal, muitos outros suportes de sentido: tanto gestos e locais como palavras e imagens, tanto cerimônias como tetos, tanto fenômenos corporais e arquiteturais como fenômenos do ‘intelectual’ e da ‘moral’” (DEBRAY, 2004, p. 17).

Na proposta de Debray, a mídia desempenha um papel importante em todos os tipos de prática social, mesmo aquelas que não são fundamentalmente discursivas. Há até mesmo a possibilidade de se equacionar evento social e mídia. Vejam-se os casos de um jogo de

futebol e competição de ginástica rítmica, eventos que não são centralmente discursivos³⁰. Uma investigação em midiologia dirá que esses eventos efetuam transmissão cultural, portanto funcionam como “espaços e alternativas de difusão, vetores de sensibilidades e matrizes de sociabilidades” (DEBRAY, 1993, p. 15). Por isso devem ser considerados como mídias potenciais.

O enquadramento de instituições (escola, igreja), cenários (mesa de bar), movimentos corporais (toque, sinalização das mãos, expressões faciais) como mídia, real ou potencial, parece ser realmente incompatível com a noção de mediação a ser considerada na AG.

Debray não apresenta uma fronteira conceitual decisiva entre mídia e suporte³¹. Em alguns casos, há uso intercambiável. O *livro* ora é descrito como suporte, ora como mídia. Essa crítica já foi assinalada por Bonini (2011, p. 685):

A imprecisão conceitual se torna visível, por exemplo, no capítulo sobre o **suporte**, onde ele se refere ao livro como uma mídia, pronunciando-se nos seguintes termos: “Esse **médium** fermentou durante quase um século, antes de revelar que uma nova técnica de comunicação veicula uma nova moral intelectual [...]” ([DEBRAY, 1993,] p. 217 – negrito nosso). O texto não deixa claro em que medida o livro é um suporte e/ou uma mídia.

No entanto, as relações que se estabelecem entre gênero/mídia e gênero/suporte são de ordem distinta. Os conceitos de *mediação genérica* e *ancoragem genérica*, a serem desenvolvidos no Capítulo 3 desta tese, delimitarão a natureza das relações construídas em cada par.

O conceito de *mídia* de Debray (1993, 2004) mostra ser produtivo para o campo da AG, embora o autor não inclua em sua teorização a noção de *gênero*. Considerando que os trabalhos de Debray sobre a mídia, em especial o *Curso de midiologia geral*, estão teoricamente situados fora do campo dos estudos da linguagem, é natural que a categoria *gênero* não esteja presente.

Contudo, o uso da proposta conceitual de Debray no campo da AG, seja em parte ou

³⁰ Segundo Fairclough (2003, p. 65), “uma interação nunca é apenas discurso, embora seja, com frequência, sobretudo discurso”. Determinadas eventos sociais não são propriamente discursivos. Apesar de o discurso estar presente em todas as esferas da atuação humana, há certos eventos que se desenvolvem por meio de ações físicas ou por meio de ações de outra natureza que não a discursiva.

³¹ O conceito de *suporte* em Debray será objeto de análise na seção 2.2.1, neste mesmo capítulo.

integral, requer uma breve reconsideração sobre o papel que o gênero tem ocupado no desenvolvimento e nas transformações das mídias, desde as tábuas de argila ao computador. Sabe-se, atualmente, que qualquer sistema, modelo ou paradigma de interação verbal mediado além da mídia e do suporte, inclui um sistema de gêneros.

Se seguirmos à risca a teoria midiológica de Debray, chegaremos a um paradigma segundo o qual as transmissões culturais ocorreram/ocorrem num vácuo genérico (BONINI, 2011). Por exemplo, dizer que a passagem de um paradigma midiológico baseado no *rolo* para um paradigma midiológico baseado no *códice* favoreceu a transmissão e consolidação do cristianismo, sem analisar o papel dos gêneros nesse processo, parece ser uma enorme simplificação do fenômeno. O fato é que a emergência dos gêneros *evangelho*³², *narrativa dos atos apostólicos*³³, *epístola apostólica* e *narrativa apocalíptica* também constituiu um elemento fundamental na formação, coesão doutrinária, fortalecimento e proteção do cristianismo. Sem a emergência desses gêneros, certamente não haveria cristianismo tal como conhecemos hoje.

Numa fase posterior, alguns exemplares dos gêneros *evangelho*, *narrativa dos atos apostólicos*, *epístola apostólica* e *narrativa apocalíptica* foram agrupados num único volume (formando um hipergênero), chamado *Novo Testamento*³⁴. Esse hipergênero se juntou a outro hipergênero (o Antigo Testamento) já existente, dando origem ao livro sagrado dos cristãos, a *bíblia*. Esse hipergênero, a *bíblia*, teve (e continua tendo) um papel central na história do cristianismo e na história da institucionalização da igreja.

Outras correlações genéricas e hipergenéricas ainda podem ser mencionadas. No período pós-apostólico, a emergência de certos gêneros institucionais fundou a base da institucionalização eclesial. O primeiro gênero institucional a emergir foi o *credo apostólico*, uma espécie de condensação doutrinária, que serviu para fortalecer ainda mais as bases da teologia cristã. Esse gênero chama a atenção pelo poder de controle que passou a exercer sobre as relações religiosas, tanto no âmbito institucional como no âmbito da prática de fé. A história do cristianismo segue com o surgimento de várias outras

³² Catalogação e organização de excertos orais narrativos a respeito da vida e atividades públicas de Jesus.

³³ Narrativa da vida e atividade dos primeiros apóstolos, com ênfase nas figuras de São Pedro e São Paulo.

³⁴ O Novo Testamento é formado por quatro *evangelhos*, uma *narrativa dos atos apostólicos*, 21 *epístolas apostólicas* e uma *narrativa apocalíptica*, formando um total de 27 textos.

manifestações genéricas decisivas para preservação e fortalecimento da igreja: *tratado teológico, encíclicas etc.*

Esse exemplo mostra que uma teoria midiológica terá necessariamente de incluir o gênero como uma variável importante nos processos de transmissão. Caso contrário, incorrerá no risco de chegar ao extremo de defender, de modo implícito, que momentos históricos, instituições etc. não afetam, nem são afetados pelos gêneros.

2.1.3 Conceito de mídia em Bonini

A abordagem de Bonini (2011) é um ponto de partida importante para uma exploração do quadrinômio *mídia-suporte-hipergênero-gênero*. O artigo *Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações* é um dos primeiros trabalhos a incluir a *mídia* como elemento importante para a análise de gêneros³⁵. O autor se propõe a analisar as relações genéricas em quatro níveis: na mídia, no hipergênero, no sistema de gêneros e na comunidade de discursiva. Antes de apresentar as análises, Bonini (2011) procede a uma revisão dos conceitos de mídia e suporte em Debray (1993), McLuhan (2006), Marcuschi (2003), Bonini (2005) e Távora (2008).

A mídia é definida por Bonini (2011, p. 688) como uma

tecnologia de mediação da interação languageira e, portanto, do gênero como unidade dessa interação. Cada mídia, como tecnologia de mediação, pode ser identificada pelo modo como caracteristicamente é organizada, produzida e recebida e pelos suportes que a constituem.

Uma das diferenças mais importantes entre os conceitos de Debray (1993) e de Bonini (2011) está na delimitação da interação como uma atividade *languageira*. A mídia

³⁵ Fairclough (1995, 2003) menciona o processo de mediação (mídia) e os gêneros como componentes importantes das práticas discursivas e das interações sociais. Contudo, não há em seu trabalho uma proposta de conceituação teórica da mídia, nem uma proposta de articulação entre as categorias *mídia, gênero e discurso*. Já o trabalho de Graham (2004) apresenta o esboço de uma teoria da mediação. O autor mostra um quadro que integra os elementos mídia, discurso, gênero, texto e modo. Contudo, embora afirme que “mídia, gêneros e modos são aspectos fundamentais do processo de construção do significado” (GRAHAM, 2004, p. 62), o autor não desenvolve um amplo esquema teórico. Seu trabalho pode ser visto como a apresentação seminal de uma proposta que busca um entendimento mais aprofundado da “mediação, o movimento do significado através do espaço e do tempo” (GRAHAM, 2004, p. 53), com vistas à análise dos significados avaliativos construídos no/pelo discurso.

de Bonini não se estende a um campo indefinido de interação, que recobre qualquer tipo de semiose, real ou potencial. Sua mídia é uma tecnologia de mediação *linguageira*.

A mídia surgiu na história das atividades humanas como uma tecnologia de mediação da linguagem, que visava estender o processo de comunicação a uma situação em que os agentes da linguagem não podiam partilhar simultaneamente o tempo e o espaço. Portanto, a capacidade de estender e prolongar a *interação verbal* para além das situações imediatas deve constituir um dos traços básicos da definição de mídia.

De acordo com o conceito de Bonini (2011), a mídia pode ser identificada a partir de três modos de operação (*organização, produção e recepção*) e dos suportes que a ela se ajuntam. O autor utiliza a mídia *televisão* para exemplificar o modo como cada uma dessas operações – organização, produção e recepção – cooperam para construir e caracterizar a mídia.

Ao longo de seu trabalho, Bonini (2011) faz menção a 14 mídias: Adobe Flash Player, arquivo, áudio, chat, cinema, e-mail, fórum, fotografia, internet, jornal, programa de conversação instantânea, revista, televisão, vídeo.

O que chama a atenção nessa listagem é a diversidade das mídias identificadas. Há plataformas de transmissão eletromagnéticas (televisão, internet), sistema de captação e registro de imagem (fotografia), sistema de captação e registro eletrônico de som e imagem conjugados (vídeo), sistema de registro gráfico e encadernamento (jornal, revista), software (Adobe Flash Player, programa de conversação espontânea), sistema de registro digital (arquivo), entre outros.

Em suma, o trabalho de Bonini (2011) fornece duas contribuições importantes à AG: a) a inserção da *mídia* como um componente fundamental da produção, mediação e compreensão dos gêneros; b) a identificação da *mídia* como um elemento mais importante que o suporte nos processos interacionais desencadeados pelo gênero e pelo hipergênero.

2.2 O torno do conceito de *suporte*

As discussões sobre a natureza do *suporte textual* e seu papel na ancoragem, circulação, estruturação e funcionamento dos gêneros ainda são escassas. Trabalhos como os de Marcuschi (2003) e Távora (2008), com uma investigação centralizada no suporte,

ainda são poucos. Temos muitos trabalhos que tratam do tema, mas de modo indireto; normalmente partem do conceito proposto por Marcuschi (2003), sem problematização ou sem proposta de expansão ou revisão. Enquadram-se nessa classificação os estudos de Rodrigues e Rauber (2009), Dantas e Gomes (2008) e Cruz (2006).

Embora ainda pouco pesquisado, o suporte instaura uma relação importante com o gênero. Ambos se afetam mutuamente, mas não numa relação causal invariável e estável. Evidentemente, há casos em que o gênero pressiona mais o suporte e outros em que o suporte pressiona mais o gênero.

É importante salientar que o suporte afeta o gênero e é afetado por ele, mas não na mesma medida que a mídia. Nesse ponto, sigo o posicionamento de Bonini (2011, p. 689):

Mesmo reconhecendo a existência do suporte, não se pode dizer que ele seja o elemento mais diretamente relacionado ao gênero como unidade da interação. Em sentido abrangente, os termos mais importantes e usuais para se caracterizar o processo de interação são gênero e mídia. O termo *suporte* só é relevante em uma análise mais pormenorizada de uma mídia específica. Podemos dizer, desse modo, que a interação se faz por meio de gêneros e que esses gêneros circulam em mídias.

No modelo teórico-conceitual aqui seguido, mídia e suporte aparecem imbricados no processo de mediação e ancoragem do gênero. Sem a mídia e o suporte, o gênero fica sem condições de materialidade, comprometendo os processos de registro, armazenamento, difusão, captura e/ou acesso, sem os quais não pode haver um evento sociodiscursivo mediado (TÁVORA, 2008).

A seguir apresento uma revisão do conceito de suporte desenvolvido por Debray (1993, 2004), Marcuschi (2003) e Bonini (2011).

2.2.1 Conceito de suporte em Debray

Embora, às vezes, trate mídia e suporte de forma indistinta, Debray (1993) desenvolve uma reflexão teórica específica para o suporte. No capítulo “*A dinâmica do suporte*”, Debray (1993) discute o papel que esse elemento desempenha nos processos de transmissão e mediação cultural ao longo da história. Para ele, em todos os processos de mudança sociocultural, “o suporte é, talvez, o que se vê menos e o que conta mais” (DEBRAY, 1993, p. 207).

Sociedades e movimento históricos constroem seus suportes a partir de certas bases naturais que lhe são contíguas (pedra, argila, papiro, pele de animal, metal, trapos de vegetal etc.) e são construídas por eles. Mudanças sociais, a um só tempo, são provocadas por mudanças de suporte e desencadeadoras de renovação e exploração de novos suportes.

Debray (1993) mostra que, num primeiro momento, a descoberta e exploração de certos suportes estavam associadas a fatores geográfico-naturais. Isso explica porque um suporte aparece num contexto geográfico, não em outro. Por exemplo, “na Mesopotâmia, na região situada entre-dois-rios, o Tigre e o Eufrates, não há madeira nem pedra, mas argila. Daí, essas placas de argila cozida, quadrados com beiras arredondas, que, em Ur e Uruk, receberam os primeiros ideogramas” (DEBRAY, 1993, p. 207). O mesmo pode ser dito sobre o surgimento do *papiro* no Egito, do *pergaminho* em Pérgamo e arredores, e do *papel* na china.

O apogeu de certos suportes está associado a certos modelos de escrita/notação e paradigmas socioculturais. Debray (1993) mostra a associação entre pedra e pictograma, argila e ideograma, papiro/pergaminho e escrita alfabética. A evolução dos sistemas de notação e sistemas gráficos está intimamente ligada à mudança dos suportes e vice-versa. À medida que um elemento passa oferecer mais recursos, o outro muda também.

Não são apenas os sistemas de notação/escrita que mudam; certas instituições culturais só se tornaram possíveis porque houve condições de mídia e de suporte favoráveis. Por exemplo, o papiro conserva bem menos que a argila, mas oferece ganhos que foram fundamentais para expansão do Cristianismo: melhor portabilidade e usabilidade, propiciando a circulação dos escritos apostólicos nas mídias *volumem*³⁶ e *códice*, e maior extensão da área de registro, permitindo, como visto, a produção de diversos gêneros e hipergêneros mais extensos e complexos, portanto mais pertinentes à orientação e regulação da comunidade de fé.

Embora nem sempre deixe claro, Debray (1993) apresenta o suporte como o elemento material através do qual ocorrem os processos de transmissão. Também é possível deduzir de Debray (1993) que o suporte é um componente da mídia, mais especificamente a interface material na qual são registrados e armazenados os conteúdos simbólicos.

³⁶ *Volumem* e *rolo* são aqui tomados como sinônimos, e serão usados de forma indiscriminada.

Debray (1993) aborda apenas suportes mais antigos (pedra, argila, papiro, pergaminho, papel), discutindo a função que eles desempenharam (o papel ainda desempenha) nos processos de mudança histórica. O autor não desenvolve uma discussão aprofundada sobre suportes mais recentes, como os que são usados em processos de mediação eletrônico-digital. Portanto, os suportes aos quais ele se refere são, sobretudo, elementos de registro e armazenamento, embora sejam também usados para acesso.

A noção de suporte de Debray (1993), embora não tão delimitada, é importante porque estabelece uma distinção com a noção de mídia. Diferentemente do que é proposto nas discussões mais tradicionais da AG (MARCUSCHI, 2003; XAVIER, 2002; TÁVORA, 2008) e nos estudos da história da escrita e leitura (CHARTIER, 1998, 2002), o suporte, tal como define Debray (1993), não constitui o elemento portador e organizador das formas simbólicas. Quem desempenha esse papel é a mídia. O suporte é apenas a contraparte material da mídia na qual são registrados e armazenados dados ou uma interface de acesso e/ou atualização do gênero (TÁVORA, 2008), constituindo assim um elemento da mídia (BONINI, 2011).

2.2.2 *Conceito de suporte em Marcuschi*

O estudo de Marcuschi (2003) tem o mérito de ser o primeiro a discutir e teorizar o suporte textual, na perspectiva da AG. Pelo seu didatismo, a proposta do autor se tornou amplamente popular no âmbito dos estudos de gênero no Brasil. É seguida consensualmente pela maioria dos estudos que fazem referência a suportes textuais, e, também, amplamente utilizada em materiais didáticos de ensino de língua materna e estrangeira, especialmente em materiais produzidos depois que a teoria de gêneros passou a ser exigida como a base teórica a ser usada nas abordagens e metodologias de ensino de leitura e produção de texto³⁷.

³⁷ Os editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) indicam que a teoria de gêneros deve nortear a estrutural geral do livro didático, devendo estar virtualmente presente nas propostas didáticas dos quatro eixos de ensino de língua: prática de leitura, prática de produção de textos, prática de análise linguística e prática de análise literária

(Cf. <<http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais>>)

Marcuschi (2003, p. 11) propõe o seguinte conceito:

Entendemos como suporte de um gênero um **locus físico ou virtual** com **formato específico** que serve de base ou **ambiente de fixação do gênero** materializado como texto. Numa definição sumária, pode-se dizer que suporte de um gênero é uma **superfície física** em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto (grifo meu).

De acordo com essa definição, o suporte é formado por três propriedades básicas: materialidade, forma e função. O próprio Marcuschi (2003) propõe um roteiro de análise resumido de cada uma dessas características.

a) *A materialidade*: “o suporte é um lugar físico ou virtual”. De acordo com Marcuschi (2003, p. 12) o suporte “deve ser algo real [...]. Essa materialidade é incontornável e não pode ser prescindida”. A realidade construída pelo suporte pode ser de natureza física ou virtual, mas deve ser uma entidade reconhecível e delimitada empiricamente.

b) *A forma*: “suporte tem um formato específico”. Marcuschi (2003, p. 12) afirma que “os suportes não são informes nem uniformes, mas aparecem sempre em algum formato específico, tal como um *livro*, uma *revista*, um *jornal*, um *outdoor* e assim por diante”. Esse é sem dúvida, um dos pontos da definição de Marcuschi (2003) que mereceria uma problematização e expansão, já que o autor simplesmente diz que *livro*, *revista*, *jornal* e *outdoor* têm formato diferente, mas não esclarece quais propriedades fazem com sejam diferentes. O autor não apresenta uma sistematização a respeito do que está propondo como formato; não especifica quais propriedades são responsáveis por elaborar/construir o formato de um suporte. Podemos entender por *formato* um conjunto de características. Por exemplo, se entendermos formato como o modo de fixar (registrar) os caracteres linguísticos, *livro*, *revista*, *jornal* pertencerão ao mesmo formato, já que os caracteres linguísticos são fixados nos três suportes por meio da impressão. Contudo, apesar de *livro*, *revista* e *jornal* serem igualmente mídias impressas, há outros elementos em sua estruturação que os tornam diferentes. Daí a necessidade de se apresentar que elementos e/ou propriedades básicas são responsáveis por dar identidade a um formato.

c) *A função*: “o suporte serve para fixar e mostrar o texto”. O suporte tem como “função básica [...] fixar o texto e assim torná-lo acessível para fins comunicativos” (MARCUSCHI, 2003, p. 12). O autor é bastante enfático em dizer que o suporte apenas fixa e mostra o

gênero, não servindo para transportar ou fazer o texto circular. Isso porque, segundo Marcuschi (2003), as funções de transmissão e circulação são ativadas por meio do *canal* (ou meio) ou *serviço*.

A proposta de Marcuschi (2003) não inclui a mídia como categoria analítica. Não há referência a um componente da interação que seja responsável pela mediação dos eventos sociodiscursivos. Para dar conta de todo o processo de mediação e compreensão dos gêneros, Marcuschi (2003) recoloca no cenário da linguística o conceito de *canal* (meio, veículo), proveniente da Teoria Matemática da Informação (SHANNON, 1948; SHANNON; WEAVER, 1949) e da Linguística Estrutural de Jakobson (1991), e conceito de *serviço*, proveniente da economia.

O conceito de *canal* (meio, veículo), tal como desenvolvido na Teoria Matemática da Informação e na Linguística Estrutural de Jakobson (1991), é amplamente combatido na Linguística Enunciativa e Crítica. O principal motivo é que tal modelo prevê que o enunciador (emissor) detém e controla o sentido do texto, que é recebido passivamente pelo coenunciador (receptor). As teorias enunciativas e críticas há muito vêm combatendo esse modelo estático de transmissão do sentido. Nas perspectivas enunciativa e crítica, o sentido não é transmitido, mas construído num processo interativo que envolve a participação ativa dos coenunciadores/interactantes, havendo ainda a interveniência de vários fatores, como contexto, matriz cultural, ideologia etc. No campo da AG, Bonini (2003b) mostra o quanto a concepção de veículo (canal) de comunicação é incompatível com uma teoria de gêneros de base enunciativa³⁸.

A noção de *suporte*, quando associada aos conceitos de *canal* e *serviço*, tem como principal problema a imprecisão do que é definido como *suporte*, tendo em vista as similaridades e sobreposições que o suporte estabelece com canal e serviço. O trecho abaixo mostra claramente a dificuldade do autor em estabelecer os limites entre suporte, canal e serviço:

O serviço deve ser considerado como uma categoria importante para distinguir entre suporte e serviço em alguns casos críticos, como o *e-mail*, a *Internet* e a *mala direta*, por exemplo. O caso da *Internet* tanto pode ser um *suporte*, um *meio* ou um

³⁸ A reintrodução do conceito de canal (meio, veículo) no cenário da AG acarreta uma série de problemas teóricos, como já foi analisado por Bonini (2003b) e Távora (2008).

serviço a depender do aspecto da observação. Não é tão simples saber se a *mala direta* é um serviço, como lembrei, ou um suporte ou até mesmo um gênero como alguns já a classificam (por exemplo, Távora, 2003) (MARCUSCHI, 2003, p. 18).

Mais um pouco à frente, Marcuschi (2003, p. 18) define serviço como “um aparato específico que permite a veiculação (circulação e consumo) de um gênero em algum suporte”. Essa definição se aproxima da noção geral de mídia. Assim, o autor poderia ter feito apenas uma delimitação teórica no conceito de mídia, em vez de propor uma nova categoria.

Ao introduzir a categoria *serviço*, Marcuschi (2003) acaba se distanciando da questão da distribuição do gênero e enfocando alguns pormenores analiticamente menos importantes, que remetem a outros enquadramentos teóricos³⁹.

Embora o termo *serviço* esteja conceitualmente próximo do termo *mídia*, um dos exemplos dados por Marcuschi (2003) dificilmente poderia ser classificado como uma mídia ou um aparato de mídia: os *correios*. O uso de *correio* ao lado de *Internet*, *mala direta*, *telefone etc.* mostra que a categoria *serviço* de Marcuschi (2003) parte de duas bases conceituais distintas: uma técnico-acadêmica, proveniente da economia, e outra do senso comum, proveniente do uso cotidiano.

Visto sob o ponto de vista da economia, *serviço* é definido como uma atividade econômica através da qual são comercializados bens intangíveis, isto é, *processos* de ação em contraste com produtos materiais *resultantes* de uma atividade manufatureira, que visam atender determinadas necessidades sociais (SILVA E MEIRELES, 2006; KON, 2004, 1999). Já do ponto de vista do senso comum, *serviço* é visto como o exercício de qualquer atividade que serve para algum fim. Assim, *correio* estaria associado ao conceito econômico de serviço e *internet* ao conceito comum. No Brasil, os *Correios* são uma empresa prestadora de serviço postal, situada no setor terciário da atividade econômica, que explora comercialmente a necessidade que as pessoas têm de transportar objetos. Já a *internet* não pode ser vista como uma empresa. É, na verdade, uma plataforma de circulação de informação em rede, isto é,

³⁹ A esse respeito, veja-se a decomposição que o autor faz da cadeia percorrida pelo gênero *carta pessoal*:

carta pessoal (GÊNERO)? **tinta** (MATERIAL DA ESCRITA)? **papel-carta** (SUPORTE)? **envelope** (EMBALAGEM)? **correios** (SERVIÇO DE TRANSPORTE) ...

(MARCUSCHI, 2003, p. 13).

uma base que serve (daí a designação de serviço) para conectar máquinas informáticas em rede e fazer circular a informação. Numa análise midiológica *stricto sensu* dificilmente poderíamos classificar os *serviços de correio* como uma mídia. Já a *internet* pode ser vista como uma mídia (ou um aparato de mídia) em qualquer análise midiológica que se faça.

O mesmo problema de imprecisão ocorre quando o autor propõe a categoria de *canal*, diferenciando-o do suporte. Veja-se o excerto abaixo:

Tecnicamente, o canal seria o meio físico de transmissão de sinais; este é o caso do *rádio*, da *televisão* e do *telefone* quando vistos como emissora ou aparelho operando como canal de transmissão. Mas em certos casos o canal pode ser confundido com o suporte dos sinais transmitidos por operarem como *locus de fixação*. Pode-se dizer que o canal se caracteriza como um condutor e o suporte como um fixador (MARCUSCHI, 2003, p. 18).

Marcuschi (2003, 2008) classifica os suportes em duas categorias. Segundo o autor,

há suportes que foram elaborados tendo em vista a sua função de portarem ou fixarem textos. São o que passo a chamar de *suportes convencionais*. E outros que operam como suportes ocasionais ou eventuais, que poderiam ser chamados de *suportes incidentais* (MARCUSCHI, 2003, p. 20).

Essa divisão é importante para a AG porque permite o desenvolvimento de uma teoria geral da ancoragem genérica, a partir da identificação dos suportes regular e tipicamente utilizados no processo de mediação e realização de certos gêneros. Alguns gêneros e/ou conjunto de gêneros são ancorados regularmente em algum suporte, tornado, em alguns casos, a relação gênero-suporte mais ou menos tipificada. Por exemplo, os gêneros de sinalização de trânsito, os de sinalização vertical – são regularmente ancorados em metal, que assume o formato (mídia) de placa. A relação entre o gênero e o suporte e/ou mídia, nesse caso, é bastante típica, havendo até uma sobreposição entre a nomeação do gênero e a nomeação da mídia, já que ambos podem ser identificados como *placa de trânsito*.

Há, contudo, outros casos em que o gênero não estabelece nenhuma relação de regularidade e tipificação com um suporte e/ou mídia. Veja-se o caso do gênero *recado*, que pode ser ancorado numa folha de papel qualquer, porta da geladeira, lousa, para-brisas de carro, parede etc. A flexibilidade de ancoragem parece ser uma propriedade especial desse gênero.

A classificação de Marcuschi (2003), se aplicada exclusivamente à noção de *suporte* como um componente da mídia, pode também ser importante para a análise da influência de um determinado suporte incidental (não diretamente ligado ao processo de produção, mediação e compreensão dos gêneros) sobre o funcionamento discursivo de um determinado texto. Em alguns casos, mesmo que o suporte não constitua parte regular do processo de mediação de um gênero, pode assumir aí um papel importante na configuração da prática discursiva e construção dos sentidos.

É importante salientar que um suporte incidental como uma parede nem sempre é tão incidental assim. Atualmente, engenheiros e arquitetos de prédios comerciais já incluem no projeto a construção de certas paredes com alto potencial publicitário, com fim de usá-las como mídia fixa. Assim, o posicionamento e a extensão de determinadas paredes são planejados para que elas sirvam como uma espécie de outdoor.

Para Marcuschi (2003, p. 21), os suportes convencionais são aqueles “desenhados com a função específica de serem suportes”. O autor enfatiza o design como uma propriedade delimitadora do suporte convencional, mas não especifica a que aspecto está se referindo: se ao formato da matéria ou se à forma composicional global ancorada na matéria.

Marcuschi (2003) faz uma diferenciação entre *folha de papel* e *livro*, mas não apresenta os critérios que expliquem o porquê de ambas as categorias não poderem ser suportes textuais em sentido estrito:

[...] não se deve tomar a **folha de papel** como o suporte de gênero de maneira geral, pois se no caso de uma carta pessoal ela seria, já no caso de um **livro** a **página** não é o suporte e sim o **livro**. No **livro**, a **página** é uma parte do todo. Se fossemos tomar o **papel impresso** como um suporte de uma maneira geral, não teríamos distinções entre **livros, revistas, livros didáticos, quadro de avisos** e outros como suportes distintos (MARCUSCHI, 2003, p. 21-22, grifo meu).

A partir desse trecho é possível deduzir que *design* da matéria se distingue do *design* da forma composicional. Essa diferença parece ser a razão por que *folha de papel* não deve ser considerada um suporte, e *livro*, sim. Seguindo essa linha, chegamos à seguinte conclusão: *folha de papel* e *papel impresso* não podem ser suportes textuais porque constituem apenas uma matéria, dissociada de uma forma composicional. Já *livro*, *livro didático* e *revista* são suportes porque agregam à matéria uma forma e organização composicional.

Portanto, de acordo com o modelo proposto por Marcuschi (2003, 2008), pode-se dizer que a *folha de papel* designa o formato de uma matéria, já o termo *livro* designa uma forma composicional global, nem sempre manuseável como uma entidade material. Frases como “já escrevi a metade do livro” e “já escrevi metade da folha” mostram claramente a diferença entre o *suporte* como espaço de ancoragem genérica (folha de papel) e o suporte como uma forma composicional global (livro). Na frase “já escrevi metade do livro” o termo *livro* designa, não uma matéria especializada em ancorar gênero, mas um complexo composicional simbólico, cuja produção requer um conjunto de procedimentos retóricos (em larga escala) muito semelhante ao que se aplica ao processo de produção de um gênero (em pequena escala). Por isso, julgo ser mais adequado classificar o livro como uma *mídia*, quando estiver designando uma forma composicional material, e como um *hipergênero*, quando estiver designando uma forma composicional simbólica.

A concepção de *suporte* adotada nesta tese se distancia um pouco da concepção de Marcuschi (2003, 2008). Enquanto o autor realça a **forma composicional** como uma propriedade prioritária na delimitação de um *suporte*, buscarei enfatizar, como faz Bonini (2011), o **caráter material** do suporte, sem que este tenha de ter uma organização formal. Basta apenas que seja materialmente adequado para o processo de registro, armazenamento e/ou acesso ao gênero. Nesse modelo teórico, são as categorias *mídia* e *hipergênero* que darão conta da organização composicional global.

O livro constitui um exemplo bastante proveitoso para se demonstrar a delimitação das fronteiras entre *suporte*, *mídia* e *hipergênero*. Quando dizemos que um livro tem um formato material específico, com folhas encadernadas lateralmente à esquerda, uma folha um pouco mais espessa cobrindo a parte frontal e se estendendo à parte posterior (a capa) e folhas internas impressas no anverso e verso, certamente estamos nos referindo ao livro como uma *mídia*, que utiliza tradicionalmente o papel como *suporte*. A acepção 1 do dicionário Houaiss (2009) traz essa definição do livro como *mídia*:

1 coleção de folhas de papel, impressas ou não, reunidas em cadernos cujos dorsos são unidos por meio de cola, costura etc., formando um volume que se recobre com capa resistente.

Observe-se que nessa definição não há qualquer referência ao *design* e à organização retórica do livro, mas apenas uma delimitação dos campos semânticos materiais cobertos pelo lexema *livro*.

Porém, quando dizemos que um livro é uma obra de caráter literário, religioso, científico etc., não periódica, com uma estrutura organizacional (capa, folha de rosto, sumário, introdução, capítulos etc.) relativamente estável, estamos nos referindo ao *hipergênero*. A acepção 2 do Houaiss (2009), embora menos precisa que a acepção 1, nos dá uma pista sobre o conceito hipergenérico de livro:

2 obra de cunho literário, artístico, científico etc. que constitui um volume [Para fins de documentação, é uma publicação não periódica com mais de 48 páginas, além da capa.]

É em função dessa possibilidade de dupla conceituação que podemos presenciar um diálogo como este:

A __ Nossa, como a capa daquele livro ali é bonita. Do que ele trata? Posso olhar?
B __ Pode olhar sim! Mas você se enganou. Não é um livro, é um dicionário.

O interlocutor A, partindo de uma percepção material, refere-se ao livro como uma *mídia*. Já o interlocutor B, partindo de uma experiência simbólico-discursiva mais ampla, e não apenas da percepção visual do objeto, refere-se ao livro como um *hipergênero* (design da forma composicional), não como uma *mídia* (design da matéria). O conhecimento (socialmente partilhado) a respeito do modo como determinados *hipergêneros* se organizam permite o interlocutor B diferenciar um livro (hipergênero) de um dicionário (outro hipergênero), embora possam ter design material bastante parecido.

É importante salientar que o termo *livro* pode designar dois tipos de hipergêneros: o hipergênero organizacional e o hipergênero funcional. No Capítulo 3 desta tese, apresentarei a distinção dessas duas categorias.

2.2.3 Conceito de suporte em Bonini

Há no trabalho de Bonini (2003a) uma evolução no conceito de *suporte*. A noção vai

sendo elaborada num movimento de distanciamento/aproximação com outros termos: *veículo*, *hipergênero* e *mídia*.

Num primeiro momento, o autor, ao confrontar a noção de *veículo* desenvolvida no interior das teorias da comunicação, propõe que esse termo seja substituído por *suporte*. Nessa fase, suporte assume, em Bonini, uma função muito parecida com a que o termo *veículo* desempenha na comunicação social: serve para designar os meios de comunicação de massa (jornal, revista, rádio, TV etc.) como “dispositivos mediante os quais os gêneros circulam” (BONINI, 2003b, p. 79). A preocupação, portanto, não é com o processo geral de ancoragem genérica, mas com a relação que os gêneros jornalísticos estabelecem com os ambientes materiais nos quais circulam, com destaque para o jornal.

Bonini (2003b) mostra a construção do conceito de *veículo*, em duas tradições teóricas⁴⁰, refutando a ideia de que *veículo* de comunicação constitui apenas um condutor da mensagem. Ao exemplificar com o caso do jornal, Bonini (2003b, p. 76) afirma que “o percurso de uma reportagem, desde sua produção pelo repórter até sua recepção por um leitor” mostra claramente “que as noções de gênero e *veículo* se fundem em determinado ponto do processo”, invalidando a concepção de *veículo* como um mero instrumento transmissor ou condutor.

Para Bonini (2003b, p. 79), o termo *suporte* leva vantagem sobre o *veículo*, porque não implica “uma separação nítida entre linguagem e base física”. Contudo, apesar de gênero e *suporte* não se separarem completamente, pode-se construir uma distinção, considerando-se este contínuo que se estende da linguagem à base física transportadora. “Neste caso, o *suporte* pode caracterizar os dispositivos mediante os quais os gêneros circulam” (BONINI, 2003b, p. 79, grifo meu).

O termo *suporte* coexiste com *hipergênero* em boa parte dos trabalhos de Bonini (2003b, 2004a[2001], 2008a, 2008b). Apenas no ensaio de 2011, *Mídia/Suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações*, o autor faz uma diferenciação, estabelecendo os campos de atuação de cada elemento. Embora o termo *hipergênero* tenha sido usado já no trabalho de 2001[2004], o autor não desenvolve aí uma teorização que possibilite a distinção dos dois conceitos. Em função disso, há uma hesitação na designação

⁴⁰ Teoria Matemática da Comunicação, de Shannon e Weaver (1949) e o modelo de Berlo (1979[1960]).

do jornal, ora nomeado como suporte, ora como hipergênero (com prevalência do primeiro termo).

Portanto, excluindo-se a noção de hipergênero textualmente apresentada em alguns trabalhos, mas não efetivamente utilizada para demarcar fronteira com o suporte, pode-se dizer que, para Bonini (2003b, 2004a[2001], 2008b[2005]), o suporte é *um dispositivo através do qual os gêneros circulam*. Esse dispositivo é visto como um hipergênero quando tem uma organização retórica convencionada, isto é, quando é formado por “unidades retóricas regulares”, como o jornal, por exemplo, que “além do conjunto de folhas de papel, apresenta uma abertura (a primeira página) e um conjunto de seções organizadas de modo mais ou menos característico” (BONINI, 2008b, p. 51).

A partir do ensaio *Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações*, Bonini (2011) introduz em seu modelo teórico a categoria *mídia*. O processo de produção, mediação e compreensão do gênero passa a contar então com três partes: *mídia*, *suporte* e *hipergênero*. A inclusão da categoria *mídia* permite ao autor construir uma feição teórica mais abrangente. A categoria *mídia*, como visto, passa a ocupar espaços teóricos antes destinado ao suporte. Com isso, há uma nova proposta de conceituação para suporte, que passa a ser visto um componente da mídia. Passa a designar, então, “as tecnologias de registro, armazenamento e transmissão envolvidas” (BONINI, 2011, p. 687) nas mídias.

O autor define mídia e suporte, de modo formal e contrastivo, da seguinte maneira:

mídia – tecnologia de mediação da interação linguageira e, portanto, do gênero como unidade dessa interação. Cada mídia, como tecnologia de mediação, pode ser identificada pelo modo como caracteristicamente é organizada, produzida e recebida e pelos suportes que a constituem;

suporte – elemento material (de registro, armazenamento e transmissão de informação) que intervém na concretização dos três aspectos caracterizadores de uma mídia (suas formas de organização, produção e recepção) (BONINI, 2011, p. 688).

Esse novo modelo teórico de Bonini (2011) será seguido nesta tese, com leves modificações em alguns pontos, como se verá no capítulo seguinte. Mídia será vista como uma entidade maior, isto é, um conjunto de tecnologias que asseguram o *processo de mediação genérica*. O suporte designará os artefatos e aparelhos usados para o registro, armazenamento e/ou acesso aos gêneros, no *processo de ancoragem genérica*.

2.3 Em torno do conceito de *hipergênero*

Embora Bhatia (1993, 2004) tenha feito a advertência de que os gêneros não costumam circular sozinhos, o estudo da estrutura e funcionamento de gêneros isolados ainda é uma prática bastante comum no interior da AG. Uma possível justificativa seria: só é possível compreender as correlações discursivas decorrentes de um agrupamento de gêneros, quando se conhece bem os contornos estruturais e funcionais de cada gênero envolvido no grupo. Caso aceitemos essa justificativa, teremos de esperar até haver um acervo considerável de gêneros descritos e interpretados, para só então começarmos a investigar o funcionamento grupal dos gêneros.

A busca pelo conceito de *hipergênero* nasce da consciência de que a compreensão do funcionamento de um gênero requer um estudo não apenas de sua estrutura e de seu entorno social, mas também do entorno de suas relações genéricas. Mesmo nos casos em que nem todos os gêneros envolvidos na relação tenham sido descritos, o estudo focado no grupo se mostrará mais completo.

Como visto, a preocupação com o entorno sociocultural do gênero constituiu um avanço enorme no estudo dos gêneros: permitiu superar a concepção do gênero como um objeto formal, exclusivamente literário. Agora, um novo desafio se impõe: além de compreender a configuração estrutural e sociocultural de um determinado gênero, precisamos percorrer o caminho das relações de troca que esse gênero institui com outros gêneros, tanto no contexto de produção como nos contextos de mediação e compreensão. Nesse sentido, o conceito de *hipergênero* fornece pistas bastante produtivas para o estudo do agrupamento ordenado de alguns gêneros.

Antes de abordar a noção de *hipergênero* que orientará esta tese, procedo a uma breve revisão do uso do prefixo *hiper* nos estudos ciberculturais.

2.3.1 *Hipergênero nos estudos da cibercultura*

O prefixo *hiper* tem sido amplamente utilizado nos estudos ciberculturais (LÉVY, 1992, 1996, 1998, 1999, 2000, 2001, 2003, SANTAELA, 2003, 2008; Bell, 2001, 2003; BELL; KENNEDY, 2000). Nesse cenário, alguns termos já se encontram fortemente sedimentados:

hiperlink, *hipertexto* e *hipermídia*. Outros ocorrem com certa flutuação: *hiperrealidade*, *hiperliteratura*, *hiperidentidade*. Nessa área de estudo, o prefixo *hiper* não designa grandeza, superioridade, mas uma possibilidade de interconexão e construção virtual.

O prefixo foi utilizado primeiramente no âmbito da Ciência da Computação, nos termos *hypertext* e *hyperlink*, cunhados por Nelson (1992), nos anos 60. *Hyperlink* designa uma cadeia de referências computadorizadas (KOCH, 2007), através das quais determinadas palavras, imagens, ícones etc. presentes num documento, quando acionadas, remetem a um documento/arquivo externo, que se encontra numa base de dados comum, possibilitando um acesso otimizado (direto, rápido, não linear). O *hiperlink* permite a criação de uma ampla rede de interconexão textual, daí a utilização do prefixo *hiper* no termo *hipertexto*.

Portanto, nos estudos *ciberculturais*, o prefixo *hiper* passou a designar uma possibilidade quase ilimitada de interconexão virtual de textos e documentos, fortemente expandida depois da *World Wide Web*. Nesse contexto, o termo *hipergênero* não designa um gênero de grandeza superior, mas um gênero criado e situado no ambiente das hiperconexões.

É importante dizer que, devido ao avanço nas demandas e trocas culturais que a cibercultura ou cultura eletrônica vem provocando e realizando (LÉVY, 1997), o ciberespaço tem sido um ambiente bastante propício para a transformação e emergências de novos gêneros (MARCUSCHI, 2005b; YATES, 2000).

Portanto, na perspectiva dos estudos ciberculturais, o termo *hipergênero* pode ser sinônimo de *cibergênero* e *gênero digital*. Embora, *hipergênero* apareça em alguns trabalhos de AG (HAAG; ET AL., 2005; MOTTA-ROTH; MARSHAL; REIS, 2005), defendo o uso do termo *gênero digital* por duas razões: a) elimina a possibilidade de ambiguidade com outros usos do termo *hipergênero*, b) já se encontra consagrado na literatura (MARCUSCHI; XAVIER, 2005; MARCUSCHI, 2005b; XAVIER, 2002).

2.3.4 Conceito de hipergênero em Bonini

O termo *hipergênero* vem sendo usado por Bonini desde 2001(2004a), quando foi cunhado para denominar o jornal. Tradicionalmente visto como um *veículo*, tanto no campo da Comunicação Social como da AG, o jornal possui uma organização retórica, tanto no

nível estrutural quanto no funcional, que o leva a transcender a função de mero portador (transmissor) de texto. Foi o reconhecimento dessa característica que levou o autor a recusar a identificação do jornal como veículo, propondo o termo *hipergênero* como substituto:

embora na literatura sobre gêneros textuais o jornal seja caracterizado basicamente como um veículo, [há] motivos para considerá-lo um gênero que abriga outros (ou seja, um hipergênero), porque preenche quesitos como propósitos comunicativos próprios, organização textual característica [...] e produtores e receptores definidos (BONINI, 2004a[2001]).

Desde então, Bonini vem usando o termo *hipergênero* em correlação com *suporte* (e mais recentemente *mídia*) para descrever e interpretar as relações genéricas instauradas no jornal. Em vários trabalhos, Bonini (2003a, 2003b, 2008a, 2008b) recoloca o termo e o conceito, de modo sumário; em alguns casos, o conceito é dado em nota de rodapé. Seguem as definições dadas em alguns de seus trabalhos:

Entendo por hipergênero os suportes de gêneros que são, ao mesmo tempo, gêneros que se compõem a partir de outros gêneros, como é o caso dos jornais, da revista, de vários tipos de *home-pages* (BONINI, 2003a, p. 210, em nota de rodapé).

A identidade do gênero pode emergir da própria saliência em um processo complexo de interação, *o que permite ver* os textos que compõem o jornal como gêneros encaixados e *o próprio jornal como um hiper-gênero formado por estes gêneros encaixados e por outros mecanismos [...]*. (BONINI, 2003b, p. 79, grifo meu).

[...] um gênero pode ser convencionado como suporte de um outro gênero (ou de outros). O jornal, nesse sentido, é um típico exemplar de suporte convencionado que eu tenho denominado de hipergênero, uma vez que é um gênero constituído por vários outros (BONINI, 2008b[2005], p. 51)

[...] as relações entre gênero e hipergênero podem entrar como parte do estudo das regularidades da organização textual do gênero. [...]. O estudo do gênero segundo essa perspectiva possibilita compreender aspectos da organização do jornal como um hipergênero. No interior do jornal, o gênero cumpre funções hipergenéricas [...] (BONINI, 2008a, p. 28).

Não havia, no entanto, na abordagem de Bonini (2004a[2001], 2003a, 2003b, 2008a, 2008b[2005]) uma discussão em torno das propriedades ou subcategorias formadoras da noção de *hipergênero*. Essa carência só foi, em parte, suprida no estudo de (2011), no qual o autor constrói um modelo teórico para análise das relações genéricas na *mídia*,

hipergênero, sistema de gêneros e comunidade discursiva.

De acordo com Bonini (2011, p. 691), “o gênero, como uma unidade de interação linguareira, está imerso numa série de relações contextualizadoras que lhe são constitutivas”.

Essas relações se associam a quatro componentes:

- a) o hipergênero – Os gêneros, por vezes, são produzidos em agrupamento, compondo uma unidade de interação maior (um grande enunciado) que estou chamando de hipergênero [...];
- b) a mídia – [...]. Diferentemente do hipergênero, a mídia não é um grande enunciado, mas um continente para os enunciados. [...];
- c) o sistema de gêneros – Os gêneros também podem ser vistos como elementos de uma sequência de práticas e ações sociais. [...] Em um sistema ordenado sequencialmente, um gênero cria condições para existência de outro. Desse modo, a própria mídia se realiza através da execução de pelo menos um sistema de gêneros [...]; e
- d) a comunidade discursiva – Os gêneros, em uma comunidade discursiva [...] estão a serviço de uma hierarquia de membros que, juntos, realizam um conjunto de práticas sociais também hierarquizadas. [...]. As práticas sociais de uma comunidade discursiva se realizam através de gêneros, hipergêneros, mídias, e sistemas de gêneros, embora esses últimos não necessariamente existam nos limites de uma comunidade. (BONINI, 2011, p. 691-693).

O que está na base da noção de *hipergênero* em Bonini (2011) é a visão de que determinados gêneros podem se agrupar para formar um macroenunciado, um gênero de nível superior. Nesse sentido, busca-se a identificação de um hipergênero como uma unidade discursiva produzida no interior de uma comunidade discursiva, mas nem sempre circunscrita aos seus limites. Bonini (2011) mostra ainda que o jornal atende os critérios postos por Bakhtin (2010[1952-53]) para identificação de um enunciado: a) alternância dos sujeitos do discurso, e b) conclusibilidade⁴¹.

Nesta tese, partirei da noção de hipergênero como um enunciado de nível superior, para avançar na construção teórica do conceito, a fim de estendê-lo a outros macroenunciados situados ao longo do contínuo *oralidade – letramento* (MARCUSCHI, 2005).

No próximo capítulo serão propostos/desenvolvidos os conceitos de *mediação*, *ancoragem* e *agrupamento genérico* (mídia, suporte e hipergênero), que servirão de base para a análise das relações genéricas presentes no hipergênero.

⁴¹ A aplicação dos critérios bakhtinianos para a delimitação do hipergênero como um macroenunciado será retomada no capítulo seguinte, no item 3.2.2 *Elementos para a delimitação do hipergênero como um macroenunciado*.

2.4 Resumo do capítulo

Neste capítulo revisei os conceitos de *mídia*, *suporte* e *hipergênero*. Busquei apresentar o modo como cada categoria é elaborada dentro de alguns campos teóricos, e o modo como são (ou não, em especial a categoria mídia) correlacionadas à teoria de gêneros.

Os conceitos de *mídia* de Debray (1993, 2004) e de Bonini (2011) foram revisitados. De acordo com o modelo de Debray (1993, 2004), a mídia é vista como um “conjunto, técnica e socialmente determinado, *dos meios simbólicos de transmissão e circulação*”, que “precede e supera a esfera dos meios de comunicação de massa” (DEBRAY, 1993, p. 15, grifo do autor). De um ponto de vista epistemológico, Debray (1993, 2004) não define *mídia* como os artefatos materiais que servem para fazer circular os conteúdos simbólicos, comumente identificados como meios de comunicação de massa, nos estudos da comunicação.

Na abordagem de Bonini (2011), a mídia é vista como uma “tecnologia de mediação da interação languageira e, portanto, do gênero como unidade dessa interação. Cada mídia [...] pode ser identificada pelo modo como caracteristicamente é organizada, produzida e recebida pelos suportes que a constituem” (BONINI, 2011, p. 688). Dentre as contribuições da proposta de Bonini (2011) para a AG, se destacam: a) inserção da *mídia* como um componente fundamental da produção, mediação e compreensão dos gêneros; b) identificação da *mídia* como um elemento mais importante que o suporte nos processos interacionais desencadeados pelo gênero e pelo hipergênero.

A noção de *suporte* foi revisitada em três propostas teóricas: Debray (1993) e Marcuschi (2003) e Bonini (2011). Debray (1993) se concentra em suportes mais antigos (pedra, metal, pergaminho, papiro e papel). O autor mostra o suporte como a base material onde conteúdos simbólicos são cunhados, registrados, armazenados.

A abordagem de Marcuschi (2003, p. 11) apresenta o suporte como “um **locus físico ou virtual** com **formato específico** que serve de base ou **ambiente de fixação do gênero** materializado como texto. Numa definição sumária, pode-se dizer que suporte de um gênero é uma **superfície física** em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto” (grifo meu).

Bonini (2011, p. 688) define suporte como o “elemento material (de registro, armazenamento e transmissão de informação) que intervém na concretização dos três

aspectos caracterizadores de uma mídia (suas formas de organização, produção e recepção)”. A proposta de Bonini (2011) tem a vantagem de distinguir e combinar os conceitos de *mídia* e *suporte*.

O conceito de hipergênero foi revisitado a partir dos trabalhos de Bonini (2003a, 2003b, 2008a, 2008b), em especial o ensaio *Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações* (BONINI, 2011), no qual o autor faz a seguinte consideração: “os gêneros, por vezes, são produzidos em agrupamento, compondo uma unidade de interação maior (um grande enunciado) que estou chamando de hipergênero” (BONINI, 2011, p. 691).

No próximo capítulo apresentarei o arcabouço teórico-conceitual que constituirá o referencial e o núcleo desta tese, dada a sua natureza fundamentalmente teórica. Serão apresentados, de modo um pouco mais detalhado, os componentes conceituais que vão sustentar a concepção de *mídia, suporte e hipergênero*.

CAPÍTULO 3

MÍDIA, SUPORTE E HIPERGÊNERO: CONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO E AGRUPAMENTO ORDENADO DOS GÊNEROS

Neste capítulo, tenho como objetivo expor as propriedades conceituais dos processos de *mediação genérica* (mídia), *ancoragem genérica* (suporte) e *agrupamento ordenado* de gêneros (hipergênero). Apresento, assim, um arcabouço conceitual para as categorias *mídia*, *suporte* e, sobretudo, *hipergênero*. Proponho que a) o hipergênero seja visto como um macroenunciado composto por um conjunto de gêneros típicos que se agrupam de modo ordenado e articulado, b) a *mídia*, como uma unidade de interação (BONINI, 2011) e de mediação dos gêneros, e c) o *suporte*, como um componente material da mídia no qual se ancoram os gêneros.

3.1 Mídia e mediação de gêneros

Parto, inicialmente, da noção de *mídia* para em seguida discutir as implicações e desdobramentos desse conceito.

A *mídia* é vista aqui como um conjunto de tecnologias materiais, nas quais os gêneros se instalam (processo de ancoragem) e pelas quais os gêneros circulam (processo de mediação genérica) em espaços-tempos remotos. A mídia também incorpora um conjunto de tecnologias simbólicas, por meio das quais o conteúdo mediado, os gêneros neste caso, ganha forma e sentido potencial. Quando as interfaces, material e simbólica, da mídia entram em operação, um processo de interação mediada se desencadeia. Isto é, agentes sociais – pessoas ou instituições que produzem, fazem circular e interpretam os gêneros – distantes no tempo, no espaço ou em ambos, estabelecem uma negociação (construção e reconstrução) dos sentidos potencialmente instalados na mídia, suporte e gênero, bem como no contexto social e discursivo. É importante lembrar que os sentidos negociados em qualquer interação são sempre instáveis porque estão abertos a uma gama de interferências sociais, discursivas, culturais etc.

Na esfera das tecnologias materiais, operam os suportes, que servem para registrar, armazenar, difundir, atualizar e/ou acessar os gêneros (TÁVORA, 2008). Na esfera das tecnologias simbólicas, opera um conjunto de artefatos simbólicos (a modalidade de língua e linguagem, o hipergênero, o gênero, o sistema de mediação da escrita e de outras semioses, o discurso etc.) fundamentais para a consecução de todo o processo da interação mediada.

A seguir abordo as implicações da noção de mídia apresentada acima, começando pelo *processo de mediação e a interação mediada*, chegando às interfaces da mídia, vista como *um conjunto de tecnologias materiais* e como *um conjunto de tecnologias simbólicas*⁴².

⁴² Friso mais uma vez que o processo de ancoragem genérica não se dá de forma autônoma; é na verdade o elemento material do processo de mediação dos gêneros.

3.1.1 Mediação e interação mediada

Mediação e interação mediada, embora sejam componentes fundamentais do funcionamento de vários gêneros, ainda têm recebido pouca atenção nos estudos genéricos. O que busco aqui é esboçar uma área de confluência entre o estudo do hipergênero, por conseguinte do gênero, e certas propriedades de uma teoria da mediação (SILVERSTONE, 2005) e interação mediada (THOMPSON, 2011).

A *mediação* é vista aqui como o processo que se constrói em torno da utilização das tecnologias materiais e simbólicas que formam a mídia, através das quais textos e sentidos se movem de um contexto discursivo a outro.

Do ponto de vista material, a mediação é concebida como o processo através do qual textos de diferentes modalidades (orais, escritos, multimodais), uma vez ancorados em algum suporte⁴³, se movem de um espaço-tempo (físico e/ou social) para outro, instaurando aí uma interação mediada.

Do ponto de vista simbólico, a mediação é vista como um processo através do qual os significados potenciais ancorados em diversos sistemas semióticos e componentes simbólicos (texto, gênero, hipergênero, linguagem, discurso etc.) se movem de diversas maneiras: a) no interior de uma prática social, b) de uma prática social a outra, c) de um evento social a outro, d) de um texto a outro etc. (SILVERSTONE, 2005; FAIRCLOUGH, 2003).

A *mediação* permite que os textos, vistos neste momento como uma unidade material revestida e investida de diversas tecnologias simbólicas (gênero, língua, modalidade de língua, discurso etc.), se movam de um domínio ou situação de discurso a outra. É dentro das cadeias de mediação que as várias relações genéricas são instauradas.

Muitos gêneros podem funcionar sem necessidade dessa mediação. Estão nesse grupo os gêneros orais utilizados na interação face a face. Contudo, com a expansão da cultura escrita e das mídias, as sociedades urbanas têm se tornado cada vez mais letradas. Isso implica, necessariamente, um aumento na quantidade de gêneros cujo funcionamento acontece numa interação à distância (no tempo, no espaço ou em ambos), mediada por um

⁴³ Os tipos de ancoragem de gêneros serão abordados adiante na seção 3.1.1 *A mídia como um conjunto de tecnologias materiais*.

conjunto de dispositivos materiais e simbólicos.

Mesmo os gêneros orais, da interação face a face (que dispensam a mídia), podem ser captados e registrados em equipamentos eletrônico-digitais para distribuição, consulta e/ou acesso posterior. Uma vez captado, o gênero sai do campo de uma interação face a face para o campo de uma interação mediada. Daí pode entrar num novo circuito de interação e numa nova ordem de discurso, passando por mudança nos padrões de funcionamento. Isso faz com que os seus significados potenciais, bem como seus padrões de funcionamento retórico e discursivo, sejam afetados por essas mudanças.

Como se vê, a mediação vem se estendendo a diversas práticas sociais, colonizando praticamente todas as esferas de atuação humana. Isso tem se tornado uma das marcas fundantes da modernidade tardia (FAIRCLOUGH, 1995, 2001[1992], 2003; SILVERSTONE, 2005; THOMPSON, 2011).

3.1.2 Tipos de interação

Segundo Thompson (2011), existem três tipos de interação:

a) *A interação face a face* – definida como a interação que “acontece num contexto de *copresença*; os participantes estão imediatamente presentes e partilham um mesmo sistema referencial de espaço e de tempo” (THOMPSON, 2011, p. 120).

b) *A interação mediada* – vista como a interação que implica “o uso de um meio técnico (papel, fios elétrico, ondas eletromagnéticas, etc.) que possibilita a transmissão de informação e conteúdo simbólico para indivíduos situados remotamente no espaço, no tempo, ou em ambos” (THOMPSON, 2011, p. 121). Embora distantes, os participantes estabelecem uma interação dialogada⁴⁴, isto é, o fluxo comunicativo é bidirecional; ambos

⁴⁴ Os termos *diálogo* e *dialogado* serão usados aqui em sentido estrito, referindo-se ao tipo de interação em que os participantes alternam turnos de fala, seja em textos falados ou escritos. Esses termos tomam como base o processo de co-produção material do evento de fala, no qual dois ou mais participantes, em turnos alternados, produzem não apenas sentidos, mas também as partes materiais do texto. Já os termos *dialogismo* e *dialógico*, oriundos das teorizações de Bakhtin e Kristeva, tomam como base o processo de troca e co-construção dos sentidos, o qual acontece nas interações discursivas, independentemente do modo como o texto é materialmente produzido. Podemos dizer, portanto, de modo mais simplificado, que *diálogo* e *dialogado* se referem à forma

os participantes produzem e recebem informação, alternam turnos de fala (THOMPSON, 2011).

c) A quase-interação mediada – vista como a interação cujas relações são estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão, etc.) (Cf. THOMPSON, 2011, p. 122). Diferentemente, dos dois tipos anteriores, em que os participantes alternam turnos de fala, travam um diálogo, a quase-interação mediada é monologada, “isto é, o fluxo de comunicação é predominantemente de sentido único” (THOMPSON, 2011, p. 122).

Pode-se dizer que a classificação de Thompson (2011) está fundada em dois critérios: a) posicionamento dos participantes da interação, em termos de contiguidade (*interação face a face*), e distanciamento espaço-temporal (*interação mediada e quase-interação mediada*); e b) direção do fluxo da comunicação, em termos de ação dialógica⁴⁵ (*interação face a face e interação mediada*) e de ação monológica (*quase-interação mediada*).

Thompson (2011), embora critique a Teoria Matemática da Comunicação, elabora uma estrutura conceitual bastante semelhante à ideia de que as mídias constituem apenas meios de transmissão de informações e conteúdos simbólicos, produzidos por emissores que controlam o sentido dos textos, e dirigidos a receptores passivos. A ideia de fluxo de comunicação, um dos elementos que dá base à sua estrutura conceitual, leva o autor a afirmar que “enquanto a interação face a face e a interação mediada são dialógicas, a quase-interação mediada é monológica” (THOMPSON, 2011, p. 122).

A classificação da *quase-interação mediada* como um evento comunicativo monológico toma como base a noção de emissor e receptor da Teoria Matemática da Comunicação. A separação dos participantes de um evento de discurso em duas categorias

material, concreta como o evento discursivo é produzido, já os termos *dialogismo* e *dialógico* se referem ao processo de interconexão textual e discursiva que perpassa toda a cadeia de produção, mediação e interpretação textual.

⁴⁵ Há em Thompson (2011) certa imprecisão terminológica em torno das palavras *dialógico* e *monológico*. O autor parece usar esses termos no sentido comum, referindo-se a dois tipos de interação: a) uma em que os participantes alternam o turno de fala, sendo ambos responsáveis pela produção material do texto, e b) outra em que apenas um participante é responsável pela produção material do texto, cabendo ao outro participante, o ouvinte ou o leitor, receber o texto já pronto, sob o ponto de vista material. Como discutido na nota de rodapé anterior, me parece mais adequado usar, em português, os termos *dialogado* e *monologado*, para evitar certa confusão com os termos *dialogismo*, *dialógico* e *monológico* provenientes da teoria bakhtiniana.

radicalmente distintas (quem emite e quem recebe) parece não se coadunar muito bem com as teorias e estudos do discurso, texto e comunicação. Elaboraões teóricas e estudos a partir dos conceitos de dialogismo (BAKHTIN, 2008[1929]; 2006[1929]) e intertextualidade (KRISTEVA, 1974) têm mostrado que o sentido é social e coletivamente construído, numa direção necessariamente dispersa, nunca pertencendo exclusivamente ao sujeito emissor do discurso, nem seguindo um único fluxo. Nesse sentido, a proposta de Thompson (2011) parece contradizer algumas afirmações feitas por ele mesmo, em outros pontos de sua obra:

O processo de compreensão é sempre uma ação recíproca entre as mensagens codificadas e os interpretes situados, e estes sempre trazem uma grande quantidade de recursos culturais de apoio a este processo (THOMPSON, 2011, p. 50).

[...]

A recepção deveria ser vista como uma *atividade*: não como algo passivo, mas o tipo de prática pelas quais os indivíduos percebem e trabalham o material simbólico que recebem (THOMPSON, 2011, p. 66).

[...]

Interpretação [...] não é uma atividade sem pressuposições: é um processo ativo e criativo no qual o intérprete inclui uma série de conjecturas e expectativas para apoiar a mensagem que ele procura entender (THOMPSON, 2011, p. 69).

Fairclough (2003), tomando como base Martin (1992), propõe um modelo de classificação bastante próximo ao de Thompson (2011), com algumas diferenças pontuais. Segundo o autor, considerando a interveniência das tecnologias de comunicação, o discurso pode ser diferenciado em termos de dois pares de distinção: a) comunicação de uma via (unidirecional) *versus* de duas vias (bi ou multidirecional) e b) comunicação mediada *versus* comunicação não-mediada.

Fairclough (2003) apresenta o seguinte quadro de exemplos:

Quadro 7 – Tipos de interação segundo Fairclough (2003)

INTERAÇÃO DE DUAS VIAS		INTERAÇÃO DE UMA VIA	
Não-mediada	Mediada	Não-mediada	Mediada
Conversação face a face	Telefonema E-mail Videoconferência	Palestra	Imprensa Rádio Televisão Internet Filme

Fonte: Fairclough (2003, p. 77, adaptado para a forma de quadro)

A proposta de Fairclough (2003) toma como base praticamente os mesmos critérios de Thompson (2011): a) *grau de proximidade* temporal e espacial dos agentes da interação não-mediada *versus* mediada, e b) direção do fluxo da comunicação em uma via *versus* duas vias).

Como discutido, a noção de comunicação de uma via tem se mostrado conceitualmente problemática. Embora, de um ponto de vista material, se possa classificar uma interação comunicativa como unidirecional (por exemplo, uma palestra, uma reportagem de telejornal, um romance) e outra como bidirecional (por exemplo, um telefonema, uma conversa face a face, e-mail), o fato é que, de um ponto de vista da construção do sentido, todo ato de fala é, necessariamente, multidirecional, dialógico. Por esse motivo, considero que esse critério de classificação implica mais problemas do que benefícios.

No entanto, apesar de problemáticas em alguns pontos, as propostas de Thompson (2011) e Fairclough (2003) são importantes porque buscam classificar as interações levando em conta o papel que a mediação material exerce (ou não) nos vários tipos de trocas simbólicas.

Para fins de discussão, aproveito as propostas de Thompson (2011) e Fairclough (2003), excluindo delas apenas o segundo critério de classificação. Assim, chego a um modelo também com três tipos de interação, mas baseado apenas na posição (espaço-temporal) que os participantes do evento discursivo ocupam: a) *interação face a face*, b) *interação mediada simultânea*, c) *interação mediada não-simultânea*.

Ambas as interações mediadas são à distância⁴⁶. O que as distingue é o fator tempo.

⁴⁶ Os termos mediação, mediado e correlatos serão usados nesta tese como derivados de mídia, não como termos autônomos. Isso significa que quando forem usados, o conceito de mídia estará sendo de alguma forma mobilizado. Esse recorte conceitual nos ajuda a desfazer o seguinte problema teórico: em abordagens discursivas, é consenso que todas interações, sejam face a face ou à distância apresentam diversos recursos simbólicos de mediação, isto é, são mediadas pela linguagem, situação de fala/discurso, contexto pragmático, evento social, prática social, estrutura social etc. Assim, criar uma tipologia segundo a qual há algum tipo de interação não mediada seria temerário. Contudo, penso que se tornarmos o conceito dos termos mediado e mediação derivados do conceito de mídia resolvemos o impasse. Observe-se, por exemplo, que quando dizemos “as interações são mediadas pela linguagem”, sem mobilizar o conceito de mídia, a proposição parece não apresentar nenhum fator de objeção teórica. Mas se usarmos a palavra mídia no lugar de mediada o cenário muda. A sentença “A linguagem é a/uma mídia através qual interagimos” traz implícito o questionamento: “Que conceito de mídia está sendo usado?”. Portanto, embora reconheça que toda interação, face a face ou a distância, seja necessariamente mediada, considero necessário restringir o uso dos termos mediação e mediado aos casos em que a noção de mídia possa ser mobilizada. Assim, ao dizer que as interações mediadas são

Na interação mediada simultânea, os participantes do evento discursivo partilham um mesmo quadro de referência temporal, isto é, interagem em tempo real. Já na interação mediada não-simultânea, os participantes do discurso se encontram separados tanto no tempo quanto no espaço.

Nas últimas décadas, as mídias têm desenvolvido, e tornado acessível, uma série de dispositivos tecnológicos que possibilitam vários tipos de interações em tempo real. Isso tem feito surgir uma série de novos modos de interação e novos gêneros (FAIRCLOUGH, 2003; MARCUSCHI, 2005b).

Segundo alguns teóricos, o encurtamento do tempo, que veio na esteira do encurtamento do espaço, começou na modernidade e aprofundou no que hoje é chamado de pós-modernidade, modernidade tardia ou hiper-modernidade (HARVEY, 2000; GIDDENS, 1991, 2002; LIPOVETSKY, 2005; THOMPSON, 2011). A alteração no quadro de representação e significação do tempo e do espaço afeta profundamente o funcionamento dos discursos e dos gêneros. Daí a importância de se incluir nas pesquisas sobre gêneros a preocupação sobre o modo como o tempo e o espaço estão sendo elaborados/ressignificados nas interações mediadas.

As noções de *interação face a face* e *interação mediada simultânea* requerem ainda algumas considerações. Embora a definição de *interação face a face* seja razoavelmente precisa, há alguns problemas a serem considerados.

Com a expansão das mídias, certas interações do tipo face a face podem ser captadas por algum dispositivo de mídia (suporte) e circular no interior de novas práticas e novos eventos sociais. Há também casos em que certos textos produzidos numa interação face a face são planejados e elaborados com o fim de circular especificamente num contexto de discurso mediado, como uma entrevista, por exemplo. Em casos assim, a interação face a face sofre interferência dos padrões da interação mediada, constituindo, portanto, um evento “ponte”, ou preliminar, que conduz a uma interação mediada a se realizar posteriormente.

As interações em tempo real, amplamente potencializadas pelas mídias eletrônico-digitais, embora realizadas a um só tempo, não permitem que os participantes do evento discursivo partilhem exatamente a mesma experiência de tempo. Partilha-se apenas uma

necessariamente à distância, estou considerando o fato de que as interações face a face dispensam as mídias e as interações à distância só podem acontecer se alguma mídia for utilizada.

referência externa de medição do tempo, não o modo como cada sujeito da interação e o seu entorno cultural representam e significam o tempo, no ato da interação. Isso implica dizer que a interação é apenas temporalmente simultânea; mas nunca temporalmente isomórfica, homogênea.

A diferença de fuso horário constitui um dos exemplos mais expressivos do fato de que interações à distância, embora possam ser simultâneas, sempre estarão encaixadas em relações socioculturais, econômicas e institucionais temporalmente diferenciadas. Uma interação em tempo real à distância, cujos participantes estejam em horários locais diferentes, está necessariamente encaixada dentro de rotinas e experiências temporais em descompasso. Além disso, há também o descompasso cultural decorrente do modo como cada matriz cultural local organiza e significa seu tempo, jamais permitindo que os contextos coincidam completamente, apesar de a interação acontecer em tempo real.

A expansão das mídias eletrônico-digitais, entre outros fatores, tem enfraquecido a noção de espaço e tempo como categorias físicas estáveis, ressaltando sua concepção como construtos sociais. Fairclough (2004) chama a atenção para o fato de que, nas sociedades modernas, as pessoas residem simultaneamente em diferentes espaços-tempos, não mais num único quadro de referência e localização física.

Por um lado, as experiências culturais imediatas, isto é, não mediadas por elementos ou artefatos materiais, fornecem ao sujeito um senso de identificação com seu domínio local (por exemplo, regiões dentro do país e o próprio país); por outro lado, as experiências socioculturais mediadas constroem um senso de identificação e pertencimento a uma comunidade global, supranacional, internacional (por exemplo, América Latina, Mercosul, União Europeia). Assim, enquanto as mídias eletrônico-digitais possibilitam que certas ordens de discurso alcancem espaços-tempos remotos, permitindo que as pessoas entrem em contato com tradições e experiências globais, as interações locais imediatas constituem, de certo modo, barreiras que servem de contestação e resistência à entrada de tradições e discursos globais hegemônicos.

Pode-se dizer, portanto, que a circulação de gêneros e discursos à distância, via mídias eletrônico-digitais, instaura um embate entre as ordens de discurso globais hegemônicas e as ordens de discursos locais. Os discursos mediados, apesar do poder que incorporam em função dos recursos que as mídias lhe conferem, não são consensualmente

aceitos em todos os espaços-tempos em que circulam; há movimentos de resistência.

Uma vez discutidas as noções de mediação e interação mediada, parto agora para uma análise dos elementos que compõem a noção de mídia, discutindo suas interfaces materiais e simbólicas.

3.1.3 A mídia como um conjunto de tecnologias materiais

Começo fazendo a ressalva de que este trabalho não está situado no campo das teorias e do estudo das tecnologias de transmissão de dados e informação. Portanto, não tenho o objetivo de apresentar um quadro dos elementos envolvidos nas diversas tecnologias e sistemas de transmissão (rádio, satélite, cabo óptico etc.). Busco apenas apresentar o modo como certos componentes materiais das mídias estão associados aos processos de ancoragem e mediação dos gêneros.

Como dito no capítulo anterior, os suportes serão vistos aqui como componentes da mídia (BONINI, 2011), não como elementos autônomos; constituem as interfaces materiais da mídia, nas quais e através das quais os gêneros são registrados, transmitidos (difundidos) e acessados (TÁVORA, 2008). São, portanto, “o substrato material das formas simbólicas, isto é, o elemento material com que, ou por meio do qual, a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido” (THOMPSON, 2011, p. 44). Diferentemente das propostas de Marcuschi (2003) e Távora (2008), o suporte não é visto aqui como um elemento formal, isto é, um elemento que contém certa organização composicional, funcionalidade retórica e princípio interativo. Isso porque, aqui, essas noções são aplicadas à mídia e, em alguns casos, ao hipergênero.

O suporte é concebido aqui como um elemento material que pode ter diversos tipos de materialidade e funções de ancoragem diversificadas; pode ser: a) uma superfície na qual o gênero é registrado (o papel, por exemplo), b) um dispositivo eletrônico-digital no qual o gênero é armazenado (um DVD, por exemplo), c) um dispositivo eletrônico-digital através do qual o gênero é atualizado/acessado (uma tela de computador, de smartphone ou de tablete, por exemplo).

Assim, o processo de interação é apenas potencializado no suporte, sendo efetivamente realizado na mídia, quando o processo de mediação se completa. Uma tela em

si não é capaz de atualizar um gênero e instaurar uma interação. É preciso que a mídia, que conjuga elementos materiais e simbólicos, coloque o gênero em funcionamento. Uma notícia não pode ser simplesmente atualizada numa tela de computador sem que uma série de outros elementos (materiais e simbólicos) esteja em operação.

Não reivindico uma separação total entre mídia e suporte, já que o suporte opera dentro da mídia (BONINI, 2011). Há sobreposição e continuidade. O suporte, embora tenha como função prioritária ancorar os gêneros, certamente também incide sobre o processo de mediação e sobre os movimentos dos sentidos aí potencialmente instalados. Como há um deslizamento ascendente do suporte à mídia, é praticamente impossível demarcar, de forma distinta, o papel exercido pelo suporte em cada momento do processo da interação mediada. Portanto, a separação entre os processos de ancoragem e mediação do gênero constitui muito mais um recurso metodológico, que uma descrição da realidade tal como ela ocorre empiricamente.

A título de exemplo, vejamos o caso de uma reportagem produzida para circular no hipergênero revista semanal de informação. Em linhas gerais e de modo bastante simplificado, pode-se considerar hoje que o texto tem o seguinte percurso: inicialmente, é elaborado dentro de uma repartição (editorial, redação) da organização que produz a revista, como resultado de uma pauta. Pode ser registrado e/ou atualizado numa tela de computador e armazenado numa unidade de registro de dados (disco rígido, disco removível, cartão de memória etc.) e/ou registrado em papel. Uma vez finalizado, o texto segue, geralmente em formato eletrônico, para a diagramação e tratamento gráfico, onde é ordenado no corpo da revista, obedecendo a certo padrão de organização retórica hipergenérica. Até o momento de finalização da revista, quando ela se torna uma macrounidade genérica retoricamente ordenada, o hipergênero, o texto circula em vários planos de ancoragem e em diversos planos de mediação/interação, mas todos eles provisórios. Até esse momento, o computador, em conjunto com os suportes e dispositivos de mídia (aplicativos) a ele associados, constitui a principal mídia usada para produzir a reportagem e a revista.

Quando o hipergênero *revista semanal de informação*⁴⁷ alcança sua organização composicional final e se instala na mídia impressa, pode-se dizer que as mídias, dispositivos de mídias e suportes usados no processo de produção se tornam invisíveis ao leitor. A *revista impressa*, instalada no suporte papel, se torna então a mídia final, aquela com a qual o leitor interage. Ela se desliga materialmente das mídias e suportes anteriores, construindo a ideia de que o produto que o leitor toma nas mãos é a única mídia e suporte envolvidos no processo de mediação dos gêneros da revista. Contudo, mesmo sendo quase sempre invisível e/ou inacessível ao leitor, a revista impressa incorpora uma extensa cadeia virtual de mídias e suportes.

Portanto, o gênero, durante o processo que se estende da produção até a finalização da revista, funciona numa espécie de contexto de discurso preliminar, circunscrito a uma situação retórica provisória. As operações que se desenvolvem nesse contexto preliminar têm em vista preparar a revista para uma circulação externa futura, na mídia impressa. Os processos de ancoragem e mediação só se completam quando a revista entra no processo de difusão, isto é, alcança uma circulação social fora da comunidade discursiva de produção.

Como se nota, é difícil determinar, de forma compartimentada, qual suporte e qual mídia operam em cada momento do processo de produção, mediação e recepção (acesso e compreensão) do gênero. Por esse motivo, é melhor ver os processos de produção, mediação (ancoragem e transmissão) e compreensão (acesso e interpretação) do gênero como um contínuo, no qual vários elementos materiais e simbólicos atuam concomitante e imbricadamente.

Por último, chamo atenção para o fato de que o suporte, embora ocupe um espaço menor em todo o processo de mediação, incide também sobre o processo de construção dos sentidos do gênero. No caso dos gêneros escritos, a superfície de registro e/ou acesso também está implicada na rede de significados que os gêneros constroem. Chartier (2002a), embora parta de um conceito de suporte mais amplo do que o adotado aqui, nos alerta:

⁴⁷ Os termos revista semanal de informação e revista impressa serão utilizados para diferenciar a revista como hipergênero da revista como mídia. Como se verá adiante, na seção 3.2 Hipergênero e o agrupamento ordenado de gêneros, deste Capítulo e em todo o Capítulo 4, a revista é concebida como um hipergênero quando se considera o seu aspecto organizacional, retórico e discursivo-textual. É vista como uma mídia quando é considerada a partir dos seguintes aspectos: design material, suporte, tipos de registro e acesso, e os protocolos de recepção e leitura.

é preciso lembrar que a forma que [...] torna [o texto] disponível para a leitura também participa da construção do sentido. O ‘mesmo’ texto, fixo em sua letra, não é o ‘mesmo’ se mudarem os dispositivos do suporte que o transmite a seus leitores, a seus ouvintes ou a seus espectadores” (CHARTIER, 2002a, p. 123).

Ao entrar num processo de mediação, o gênero e/ou o hipergênero se abre, necessariamente, à interferência semântico-discursiva de elementos não propriamente constitutivos, internos. Por exemplo, os textos que circulam na mídia revista impressa podem sofrer interferências de diversos fatores relativos à natureza do papel no qual são registrados/armazenados/acessados. Itens como formato, espessura, qualidade e tipo de papel podem ser determinantes no modo como a revista e os textos aí registrados serão lidos e socialmente representados. As *revistas semanais de informação* são encadernadas num formato padrão, que inclui regularidade nas dimensões do caderno, tipo de papel e modo de impressão. Uma vez alterado algum desses elementos, possivelmente a representação social da revista também será alterada, afetando, conseqüentemente, a rede de sentidos aí potencializada.

Considerando apenas o aspecto *formato*, o caso do jornal mostra com mais clareza o quanto elementos externos aos gêneros podem participar da constituição dos significados. Em geral, os jornais são impressos em três formatos: a) *standard* (ou formato padrão), com 52,5 x 29,7 cm; *berliner*, com 24,5 x 40 cm; e *tablóide*, com 26,5 x 29,7 cm. Os jornais brasileiros de maior circulação (*Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Correio Braziliense* etc.) são impressos no formato *standard*. E uma das razões para isso, é que esse formato incorpora certos valores simbólicos como profundidade, seriedade, credibilidade, objetividade, em contraste com valores como popularidade, sensacionalismo, superficialidade comumente aplicados ao formato *tabloide* (CASCAIS, 2001; CAPRINO, 2009; PACHECO, 2011).

Pode-se dizer que o mercado editorial brasileiro (incluindo aí tanto as organizações que produzem os jornais, quanto os leitores) é conservador. Há uma insistência no formato *standard*, apesar dos outros formatos (*berliner* e *tabloide*) se mostrarem mais viáveis, tanto em termos econômicos quanto em termos de consumo, já que são mais fáceis de manusear e ler. É provável que os jornais brasileiros de maior circulação tenham a avaliação e reprovação do consumidor. Mudar para um formato menor (*berliner* ou *tabloide*), embora seja uma

tendência mundial⁴⁸, pode significar perda de credibilidade e uma consequente redução nas receitas financeiras.

O *Jornal do Brasil (JB)* ilustra um caso de mudança de formato mal sucedida. Fundado em 1891 por Rodolfo Dantas, o *JB* se consolidou ao longo do século XX como um dos principais jornais do Brasil, figurando por vários anos como o de maior circulação. No início dos anos 2000, em crise financeira, o *JB* foi arrendado a Nelson Tanure, empresário conhecido por comprar empresas em crise, recuperá-las e depois revendê-las⁴⁹. O jornal conseguiu uma leve recuperação entre 2003 e 2007. Contudo, a partir daí as vendas voltaram a cair e a crise se aprofundou. Isso levou o jornal a encerrar a versão impressa em 31 de agosto de 2010, passando a funcionar apenas em plataforma eletrônico-digital.

Porém, antes do encerramento, o *JB* fez uma reformulação gráfica e tentou emplacar o formato *berliner*, um meio termo entre o formato *standard* e o *tablóide*. A medida foi tomada como um possível caminho para retomar o crescimento e prestígio. Partiu-se da ideia de que, tendo sido testada com êxito em grandes jornais europeus, como os britânicos *The Times*, *The Guardian* e *The Independent*, a fórmula haveria de dar certo por aqui também. Além disso, a mudança representaria a superação de um formato “ultrapassado face à dificuldade de manuseio” (TARGINO; GOMES, 2008, p. 64).

Assim, em 16 de abril de 2006, o *JB* chegou às bancas com um formato novo, usado até o encerramento da versão impressa, em 31 de agosto de 2010. Como se vê, a medida não foi bem sucedida. Na verdade, se for levado em conta apenas o número de vendas – que parte de 100 mil exemplares em 2007 para 20941 em 2010⁵⁰ – pode se dizer que o formato prejudicou ainda mais o jornal.

⁴⁸ Essa tem sido uma medida adotada por jornais de grande circulação mundo afora, como os britânicos *The Times*, *The Guardian* e *The Independent*, como uma estratégia para sobreviver à concorrência de outras mídias, em especial as mídias eletrônico-digitais (CAPRINO, 2009).

⁴⁹ Parte das informações apresentadas aqui foi extraída da reportagem “O ‘Jornal do Brasil’ faz 110 anos e começa nova fase”, de Cristina Grillo, publicada na *Folha Online*, em 09 abr. 2011. O texto está disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u18224.shtml>>. Acesso em: 31 out. 2012.

⁵⁰ Esses dados foram extraídos da reportagem “Empresário anuncia o fim do ‘Jornal do Brasil’ em versão impressa”, de Elvira Lobato, publicada na *Folha Online*, em 14 jul. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/766640-empresario-anuncia-o-fim-do-jornal-do-brasil-em-versao-impressa.shtml>>. Acesso em: 30 out. 2012.

Certamente, há outros fatores associados ao encerramento do *JB* impresso. Contudo, o uso mal sucedido do formato *berliner* serve como indicativo de que o mercado editorial brasileiro aplica bastante valor ideológico ao aspecto material da mídia. O formato *standard* continua incorporando os valores de seriedade, profundidade, credibilidade, objetividade. Aliás, a invenção desse formato foi idealizada exatamente para se criar uma contraposição de valores e linha editorial entre os jornais *standards* e os jornais *tabloides*.

Portanto, o caso dos formatos dos jornais, me parece ilustrar com clareza, o quanto fatores relacionados ao suporte e à mídia podem operar na construção dos significados negociados num evento discursivo.

A seguir faço uma breve descrição dos tipos de ancoragem que os suportes dão ao gênero. Chamo a atenção para o fato de que as ancoragens variam em função da natureza da mídia, do evento discursivo, da prática social e de outros fatores. O hipergênero *revista semanal de informação*, por exemplo, demanda, no processo de produção, o uso de suportes de registro/atualização eletrônica (tela de computador) e algum suporte de armazenamento eletrônico-digital, como disco rígido, dispositivo de armazenamento de dados, cartão de memória flash etc. Os processos de difusão e acesso demandam o uso dos suportes como *papel* para versão impressa e *tela* para a versão digital/digitalizada.

3.1.2.1 Suportes de registro

Chamo de suporte de registro a superfície física ou virtual na qual os elementos linguísticos e outros componentes semióticos multimodais do gênero são material e/ou virtualmente inscritos. Os suportes de registro estão estreitamente, talvez até exclusivamente, relacionados com a língua escrita; são extensões espaciais, não temporais. Por isso, permitem que os textos sejam dispostos numa certa área, podendo ser capturados em partes ou na totalidade, dependendo da extensão do suporte.

O registro dos gêneros, em especial os escritos, constitui um processo tecnológico potencializado por diversas ferramentas e técnicas. Normalmente, o modo de registro e as ferramentas e tecnologias utilizados estão associados a um dos sistemas de mediação da escrita, que podem ser classificados como: a) sistema de mediação pré-manuscrito, b) sistema de mediação manuscrito, c) sistema de mediação impresso e d) sistema de mediação

eletrônico-digital.

Atualmente, como é possível observar, o sistema de registro manuscrito está em declínio, devido à expansão das mídias eletrônico-digitais. Isso quer dizer que gêneros como bilhete, recado, carta etc., tradicionalmente manuscritos e comumente registrados em papel, estão assumindo novas feições estruturais e novos tipos de ancoragem e mediação.

Alguns suportes de registro são, ao mesmo tempo, suportes de armazenamento, difusão e atualização/acesso. O papel, por exemplo, se encaixa perfeitamente nesse caso. Outros, como a tela eletrônica, servem apenas para registro e atualização, requerendo o auxílio de outros suportes para armazenamento.

3.1.2.2 Suportes de armazenamento

Os suportes de armazenamento servem para tornar o gênero e todo o material simbólico durável, pronto para ser difundido ou consultado posteriormente. São os suportes de armazenamento que conferem ao gênero certo grau de *fixação* e preservação, em meios que possuem graus variáveis de durabilidade (THOMPSON, 2011). Uma vez armazenados, os gêneros podem ser conduzidos de um espaço-tempo a outro, de uma prática social a outra e de um evento social a outro.

É importante ressaltar o quanto as tecnologias de armazenamento têm, ao longo da história, moldado nossos modos de significação e experiência do tempo e espaço. Thompson (2011) defende que o declínio das tradições locais vem ocorrendo, sobretudo, por causa da ação dos artefatos de armazenamento e difusão das formas simbólicas. Num ambiente cultural em que as interações são feitas face a face, via oralidade, há pouca possibilidade de migração de tradições e valores culturais. A falta de durabilidade do conteúdo simbólico impede que ele seja levado, sem suportes de armazenamento, de um contexto a outro. Em situações assim, para haver migração de formas simbólicas, deve haver migração humana; o sujeito do saber e da tradição deve se mover para que seus valores e acervos culturais se movam. Contudo, em ambientes onde há interação mediada, as fronteiras culturais locais sofrem constantemente a intervenção de valores e tradições estrangeiras, isto é, formas simbólicas vindas de outros cantos, sob a ação de diversos processos de mediação, estão constantemente entrando nos ambientes culturais locais e transformando-os.

Registro e armazenamento se confundem em alguns casos. Por exemplo, a escrita manual em papel é simultaneamente um processo de registro e de armazenamento. Contudo, quando um texto é digitado num aplicativo de texto, como o Word da Microsoft, os processos de registro e armazenamento constituem atividades separadas. O registro é virtualmente feito na tela por meio de um teclado, que pode estar distante da tela (como, por exemplo, os computadores em geral) ou digitalmente acoplado em sua extensão (como, por exemplo, os *smartphones* e *tábletes*). Já o armazenamento é feito numa unidade de gravação de dados. Nesses casos, a tela permite apenas o registro e o acesso/atualização, mas não o armazenamento.

Em mídias como o *táblete*, em que a tela constitui o componente mais visível do aparelho, há certa sobreposição entre os processos de registro e armazenamento, especialmente no ato de produção do texto. Apenas quando o usuário recorre à memória do dispositivo para abrir um texto (arquivo) é que os processos ficam claramente separados.

Os processos de registro e armazenamento seguem uma lógica diferente para os gêneros orais. Lembremos que, diferentemente da escrita, a oralidade é um fenômeno muito mais temporal que espacial. Isso quer dizer que os gêneros orais são manipulados principalmente na dimensão do tempo, não do espaço como são os gêneros escritos.

3.1.2.3 Suportes de atualização e acesso

Os suportes de atualização e acesso são vistos aqui como uma interface que permite ao ouvinte/leitor acessar o texto, isto é, estabelecer algum tipo de contato sensorial com o material simbólico atualizado, tal como ouvir, ver, tocar.

Os suportes de atualização e acesso permitem que os textos sejam atualizados de modo permanente ou pontual. Em suportes como o papel, plástico, madeira, parede, entre outros, os gêneros ficam permanentemente atualizados, podendo ser acessados a qualquer momento. Já em suportes eletrônico-digitais como aparelho de rádio, aparelho de TV, tela de computador, de *táblete*, de celular e de *smartphone*, aparelhos de reprodução de áudio, entre outros, os gêneros são atualizados de modo pontual.

3.1.2.4 Suportes e os processos de difusão

Os suportes e os processos de difusão são responsáveis por tornar o gênero móvel, portátil, reproduzível em pequena e larga escala. A difusão decorre, portanto, da capacidade que os meios técnicos têm de transmitir, replicar e multiplicar cópias de uma forma simbólica (THOMPSON, 2011). O processo de difusão se iniciou com “o desenvolvimento dos sistemas de escrita e de meios técnicos como o pergaminho e o papel”, aumentando “substancialmente a reprodutibilidade das formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p. 46).

Embora dependa grandemente dos suportes de armazenamento (havendo até identificação em alguns casos), a difusão se refere ao processo de deslocamento do gênero de um espaço-tempo para outro, enquanto o armazenamento diz respeito à durabilidade e permanência do gênero.

É importante salientar que uma operação técnica de difusão não é apenas uma ação técnico-material. Pode-se dizer que por trás da operação de quaisquer instrumentos técnicos existe uma ampla rede de operações sociodiscursivas, isto é, um conjunto de operações humanas regulamentadas por certos protocolos de ação e convenções discursivas. As tecnologias materiais são operadas em conjunto com as tecnologias e recursos simbólicos, formando assim uma esfera de interferência mútua. Isso quer dizer que a ação técnica de difundir os discursos por meio de alguma tecnologia material se constitui também em um evento social, o qual se abre à interferência dos discursos aí difundidos. Portanto, pode-se dizer que os discursos acabam construindo algum tipo de ação sobre os agentes sociais e sobre os processos sociais que se desenvolvem no âmbito da operação técnica de difusão. As ações de mediação e os discursos e gêneros mediados se inter-relacionam, fazendo com que as interfaces material e simbólica da mídia sejam mutuamente interdependentes.

3.1.2.5 Tipos de suportes: considerações gerais

A interação mediada é constituída a partir de um contínuo no qual podemos identificar três domínios de construção, negociação e circulação dos sentidos dos textos. Há

o domínio de onde partem os textos (contexto de produção)⁵¹, o ponto por onde passam os textos (contexto de mediação) e o ponto para onde se dirigem os textos (contexto de compreensão). Em cada um desses pontos, os gêneros passam por processos de ancoragem diferenciados e/ou coincidentes.

Em determinados tipos de interação mediada, o suporte de ancoragem utilizado no contexto de produção é o mesmo que no contexto de acesso (interpretação/compreensão do gênero). Em geral, os gêneros impressos, uma vez produzidos e instalados na mídia, seguem até o leitor no mesmo suporte (papel, plástico etc.) em que foram registrados e armazenados. Isso quer dizer que o gênero fica permanentemente atualizado, podendo ser acessado a qualquer momento e sem necessidade de um dispositivo de acesso. O suporte, nesse caso, serve tanto para o registro quanto para o armazenamento e acesso do gênero.

Há outros casos em que o gênero é registrado num suporte e armazenado em outro. Os gêneros eletrônico-digitais estão nessa categoria. Isso significa que o gênero não fica permanentemente atualizado (disponível para o acesso). É preciso que haja algum dispositivo de acesso que permita sua atualização.

Há ainda casos em que o gênero não é registrado, nem armazenado; a produção se dá concomitantemente ao processo de difusão e acesso, dispensando os suportes de registro e armazenamento (TÁVORA, 2008). Os gêneros que circulam ao vivo na mídia rádio então nesse grupo. Duas ressalvas são aqui necessárias: a) os gêneros do rádio podem ser gravados (armazenados) e replicados posteriormente, tanto no próprio rádio quanto em outras mídias; b) certos gêneros que circulam no rádio podem ser produzidos e gravados com antecedência, sendo apenas replicados aí.

3.1.4 A mídia como um conjunto de tecnologias simbólicas

A interface material da mídia é facilmente reconhecível. Os componentes materiais

⁵¹ Na verdade, nenhum texto tem um ponto de partida zero. Todo texto é produzido dentro de uma cadeia dispersa, respondendo às demandas de algum texto anterior e impondo demandas para algum texto posterior. Noutras palavras, todo texto se forma a partir de resíduos, vestígios e projeções de textos precedentes e de textos que ainda virão. Como diz Bakhtin (2010[1952-53], p. 272), “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”. O conceito de cadeia de gênero, discutido no item 1.4.6.3 *Cadeia de gêneros*, Capítulo 1, esclarece essa questão.

que a compõem (rádio, televisão, computador etc.) e o modo como eles se agrupam e se organizam para fazê-la funcionar são questões notadas com certa facilidade, sem muito esforço teórico.

Já a interface simbólica é mais difícil de ser notada. Normalmente, nos estudos midiológicos e de comunicação social, elementos como língua, sistemas grafêmicos⁵², sistema de mediação da escrita, semioses multimodais, gênero, discurso etc. não são considerados como parte da mídia. Por outro lado, cada um desses elementos é estudado numa área disciplinar específica, sem levar muita em conta a mídia. Como mostrado no Capítulo 2, os estudos midiológicos não têm considerado o gênero como parte importante da composição e funcionamento da mídia. Em contrapartida, os estudos genéricos, em geral, têm ignorado o papel que a mídia desempenha na estruturação e funcionamento dos gêneros.

Thompson (2011) lembra que, tradicionalmente, os estudos da mídia têm se concentrado nos elementos técnicos de transmissão, deixando de lado os componentes simbólicos que funcionam no entorno e dentro da mídia. Não é sem razão que o autor faz a seguinte advertência:

é importante sublinhar que os meios de comunicação [mídias] têm uma dimensão simbólica irredutível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que *são significativos* para os indivíduos que os produzem e os recebem (THOMPSON, 2011, p. 35, grifo do autor).

Partindo do postulado de Geertz (2008, p. 4), segundo o qual “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, pode-se dizer que na base de quaisquer processos e artefatos técnicos (materiais) há uma complexa rede de elementos simbólicos que lhe dão sustentação, funcionalidade, significação.

São muitos os artefatos culturais, ou elementos simbólicos, que se relacionam com a mídia. Neste trabalho, não tenho o objetivo de discutir a natureza simbólica da mídia, listando e analisando cada um dos seus elementos. Vou abordar apenas um dos seus

⁵² O termo *grafêmico* se refere aos mecanismos e sistemas de notação da escrita por meio de grafemas ou notação grafêmica. Uso esse termo em substituição ao termo *gráfico* porque em partes posteriores desta tese, em especial no Capítulo 4, o termo *gráfico* é usado, conforme o sentido atribuído pela área de design e artes gráficas, para designar a forma como o texto, as imagens e outros elementos multimodais (tipologia gráfica, cores etc.) são organizados, diagramados e acomodados no espaço (virtual e material) de registro.

componentes simbólicos, aquele que está fundamentalmente ligado aos estudos de gênero e hipergênero escritos: *a escrita e os seus sistemas de mediação*.

3.1.3.1 Os primeiros suportes e mídias da escrita

Diversos artefatos e procedimentos tecnológicos surgiram ao lado da escrita. Certamente, uma tecnologia tão complexa como a escrita, elemento chave para a expansão de diversas práticas simbólicas humanas, não nasceria isoladamente. Na verdade, ela surgiu amalgamada numa rede de invenções.

Certos elementos da natureza, de ordem mineral (pedra, argila), vegetal (tábuas de madeira, papiro) e animal (pele de carneiro), passaram a ser manipulados para ancorar textos (DEBRAY, 1993; XAVIER, 2002). Foi dessas matérias que surgiram os primeiros suportes e as primeiras mídias.

A técnica de transformar objetos naturais em superfícies de inscrição de conteúdo simbólico foi certamente fundamental para o aprimoramento e sofisticação dos diversos sistemas simbólicos, entre eles os sistemas gráficos. Sem a invenção e utilização de suportes e mídias móveis, dificilmente as figuras registradas nas paredes das cavernas, ou em outras superfícies imóveis, evoluiriam para os símbolos ideográficos e, posteriormente, para os símbolos alfabéticos. Portanto, a descoberta ou invenção de suportes e mídias móveis foi fundamental para que chegássemos à escrita ideográfica e à alfabética. Também foi fundamental para que gêneros tão extensos como *peça de teatro (comédia, tragédia)*, *épistola* (gênero percussor da *carta* moderna), entre outros, emergissem.

As matérias primas *pedra, argila, papiro, pergaminho* (pele de carneiro) e *papel*, quando utilizadas para ancorar textos, se relacionavam de maneira bastante particular a certas mídias típicas. A pedra e a argila se associavam às *tábuas*, o papiro e pergaminho aos *rolos* e ao *códice*, e o papel ao *códice*. Como se vê, a relação não é biunívoca, de um para um. Mais de uma matéria (suporte) podem estar relacionadas a uma mídia e mais de uma mídia podem estar relacionadas a um suporte.

Ao longo de todo o processo de expansão da escrita e de transformação dos aparelhos de mediação, nota-se que nenhuma mídia (bem como nenhum suporte) foi abruptamente superada, ou mesmo extinta, após o surgimento de uma nova. Havia sempre um longo tempo

de coexistência em condições de paridade⁵³. Depois disso, a mídia emergente passava à condição de mídia dominante, mas sem extinguir as precedentes. Serve de exemplo a tábua (placa) de pedra (posteriormente de madeira e metal também), cujo período de maior uso ocorreu entre os séculos X e V a.C. Esse artefato continuou sendo usado no período de hegemonia do *rolo*, do *códice*, do *livro impresso*. Na verdade, é utilizado até hoje em certas situações e eventos discursivos, como o epitáfio⁵⁴.

A transição de um sistema de mediação da escrita, normalmente centrado numa mídia, para outro é um processo bastante lento, havendo casos em que a tecnologia de registro (cunhagem e escrita manual, por exemplo) e suas mídias típicas permanecem por tempo indefinido na história. Dos suportes mencionados acima, a *argila*, a *pedra* e o *metal* ainda continuam sendo utilizados, apesar da multiplicidade de suportes disponíveis em nosso contexto e momento histórico. Quanto às mídias, ainda são utilizados as tábuas (de madeira, metal e pedra), que atualmente tomaram a forma de placa, e o *códice*, que atualmente tomou a forma de *caderno e/ou bloco de anotação*, tanto os encadernados em brochura quanto os encadernados com “espiral”. Atualmente essas mídias têm usos bastante especializados, servindo para mediar gêneros específicos. É o caso, por exemplo, das placas de metal (usadas para mediar gêneros associados à sinalização em geral), das placas de pedra (usadas para mediar gêneros que servem para homenagear pessoas e/ou instituições), dos cadernos e blocos de anotação (usados para mediar gêneros que servem para registrar aspectos da vida escolar e da vida cotidiana).

⁵³ É importante registrar que novas tecnologias, num primeiro momento, costumam custar mais caro do que as antigas. Esse é, certamente, um dos fatores que impedem a rápida expansão de uso de certos artefatos tecnológicos.

⁵⁴ O epitáfio constitui um caso em que há certa sobreposição entre as categorias suporte, mídia e gênero. Talvez seja mais sensato considerar que o evento discursivo como um todo, incluindo aí os vários elementos que o formam – o (túmulo), o suporte (pedra ou algum metal), a mídia (uma tábua ou placa especializada em gravar mensagens como esta) e a conteúdo linguístico-textual – constitui uma espécie de *evento genérico*, uma categoria de análise mais ampla que o *gênero*. Contudo, faço a ressalva de que apenas novas teorizações poderão nos dizer se há ou não necessidade de uma categoria além do *gênero* para a análise de eventos discursivos como o *epitáfio*.

3.1.3.2 Sistemas de mediação da escrita

Como estamos vendo, escrita é uma prática social ampla, cujos contornos envolvem diversos aspectos. Neste momento, me interessa abordar a escrita como uma tecnologia e como uma modalidade de uso da língua⁵⁵. A escrita, vista a partir deste recorte, é uma prática discursiva necessariamente mediada, isto é, produzida num espaço-tempo e com possibilidade de circulação em outro espaço-tempo.

Há diversas questões envolvidas no processo de mediação da escrita. Destaco aqui duas de natureza técnica, que juntas formam o *sistema de mediação da escrita*. A primeira é a *notação grafêmica*, uma tecnologia simbólica bastante complexa, que representa visualmente os signos linguísticos⁵⁶, sejam eles de nível reduzido (fonema) ou mais extensos (sílabas, morfemas ou mesmo lexemas). Há diversos tipos de notação grafêmica. No mundo ocidental, se usa, de modo quase exclusivo, a notação alfabética. A segunda é a técnica de registro dos signos grafêmicos e imagéticos em algum suporte e mídia. A inscrição do material grafêmico e imagético no suporte e mídia envolve alguma técnica de inserção (cunhagem, escrita manual, impressão, datilografiação, digitação, digitalização etc.) e um conjunto de instrumentos técnicos (cálamo, pena, tipos móveis, prensa, lápis, caneta, impressoras, scanners, teclado etc.).

Chamo de *sistema de mediação da escrita* um conjunto de instrumentos e técnicas que, associado a um sistema de notação grafêmica, é usado para inscrever o gênero num dado suporte.

Nesse sentido, a mediação escrita passou por diversas fases tecnológicas, cada uma delas dando origem a novos sistemas. Em cada fase, surgiram novos suportes e mídias, bem como novos gêneros e novos modos de operação e arranjo do letramento como uma prática social.

⁵⁵ Para uma discussão mais ampla sobre o status teórico-conceitual da escrita, da cultura escrita, do letramento e das práticas de letramento, segundo diversos paradigmas teóricos, os seguintes trabalhos podem ser consultados: Barton (1994), Chartier (1998, 2001, 2002a, 2002b), Galvão e Batista (2006), Goody e Watt (1963), Havelock (1998), Ong (1998), Soares (1995, 2002, 2006), Street (1984), as coletâneas de Kleiman (1995) e de Marinho e Carvalho (2010), entre outros.

⁵⁶ Esta é, sem dúvida, uma definição bastante simplista para o *sistema de notação gráfica* (*writing system*). Uma discussão mais profunda sobre o tema pode ser encontrada em Rogers (2005) e Martin (1994).

Classifico a mediação da escrita em quatro fases, aqui denominadas de: a) *sistema de mediação pré-manuscrito*, b) *sistema de mediação manuscrito*, c) *sistema de mediação impresso*, d) *sistema de mediação eletrônico-digital*. Como se verá adiante, cada um desses sistemas se associa tipicamente a uma ou duas mídias. A *tábua* se relaciona com a *mediação pré-manuscrita*, o *rolo* e o *códice* com a *mediação manuscrita*, o *livro* com a *mediação impressa*, e o *computador* com a *mediação eletrônico-digital*.

É importante voltar a dizer que, embora os sistemas estejam na ordem cronológica em que surgiram, isso não significa que a cada nova fase o sistema anterior tenha deixado de existir. Até hoje ainda vemos, embora em situações mais raras, a utilização do sistema pré-manuscrito (registro da escrita por meio do rebaixamento ou elevação do relevo que dá contorno aos grafemas na superfície), como nos casos de letreiros, epitáfios, placas descerradas etc. Casos como esses nos sugerem que o uso do sistema pré-manuscrito está, atualmente, associado à ideia de perenidade e autoridade. É usado para mediar discursos que conferem aos sujeitos enunciadores, sejam pessoais ou institucionais, certa notabilidade e/ou historicidade.

A cunhagem de moedas constitui um caso interessante de uso do sistema pré-manuscrito. Destaco aqui, brevemente, duas questões importantes sobre o registro da escrita em moedas. Em primeiro lugar, o modo como os caracteres são registrados dificulta a adulteração. Isso indica que o gênero aí registrado deve ser considerado permanente e inviolável. Em segundo lugar, o material que serve de suporte para o registro do gênero “cédula de valor” também incorpora algum significado. O valor da moeda, quando começou a ser cunhada, estava fundamentalmente associado ao tipo de metal no qual o gênero era inscrito, e não propriamente ao que era escrito ou cunhado. Apenas mais recentemente, o conteúdo simbólico, o texto inscrito, passou a se sobrepor ao suporte, tornando o valor comercial do metal usado para o registro irrelevante para a aferição do valor da moeda.

Atualmente, tanto os gêneros escritos quanto os orais e multimodais podem ser mediados. Contudo, em razão do objetivo central deste trabalho, vou me concentrar na mediação dos gêneros escritos; eventualmente, farei alguma discussão sobre o processo de mediação dos gêneros da oralidade, mas sem aprofundar a temática.

Busco, a seguir, mostrar brevemente a evolução histórica dos processos de mediação,

partindo das primeiras técnicas, instrumentos e materiais de registro, para chegar a um conceito mais especializado de *sistema de mediação da escrita*.

a) Instrumentos e técnicas de registro da escrita

O surgimento dos suportes e das mídias está intimamente relacionado com as técnicas de registro, de armazenamento, de difusão e de acesso dos gêneros escritos. Cada tipo de suporte e de mídia constitui, ao mesmo tempo, causa e consequência da descoberta e aprimoramento dos instrumentos e técnicas envolvidos no processo de registrar.

Noutras palavras, a utilização de um novo suporte pode ser vista, simultaneamente, como causa de mudanças nos modos de registro da escrita (processos de inserção e notação) e como resultado de tendências e inovações nos modos de registrar. Por exemplo, a escrita cuneiforme exigia uma superfície que pudesse ser fendida; também exigia gêneros menos extensos, dada a limitação do espaço disponível para registro e as limitações técnicas do modo de inserção dos símbolos. Já a escrita feita a partir da técnica de manchar tinturariamente uma base se adapta mais facilmente a várias superfícies, permitindo e potencializando a inovação de suportes e mídias, bem como dos instrumentos e objetos que compõem toda a tecnologia de mediação. Por exemplo, a passagem do instrumento de fender a pedra, a argila ou a madeira para o *cálamo*, e deste para a *pena* permitiu um profundo refinamento das atividades motoras, e uma consequente expansão dos gêneros escritos e das práticas sociais da escrita.

A substituição da técnica de cunhar (fender) pela técnica de deslizar um instrumento sobre uma superfície, sem a necessidade de lhe alterar o relevo, propiciou um ganho tecnológico enorme, com reflexos visíveis nas práticas socioculturais. Isso fez a atividade de registrar a escrita se tornar menos trabalhosa e mais produtiva. Assim, a mudança nos instrumentos, na superfície e no modo de inscrição (cf. Quadro 8) permitiu que, com essa facilidade, a cultura escrita passasse por um enorme processo de expansão. A escrita avançou para novas áreas geográficas e para novas esferas da vida social; chegou às instituições de poder, dando condições para que certos regulamentos políticos e culturais pudessem ser registrados em gêneros escritos e fossem mais facilmente divulgados.

Quadro 8 – Mudança nos instrumentos e técnicas de registros da escrita

COMPONENTES TECNOLÓGICOS DO SISTEMA DE MEDIAÇÃO PRÉ E MANUSCRITO		
INSTRUMENTO	SUPERFÍCIE	MODO DE INSCRIÇÃO
Ferramenta de fender	Tábua de argila	Em baixo relevo
Cálamo	Papiro/pergamino	Sem alteração do relevo
Pena	Papel	Sem alteração do relevo

A seguir apresento uma discussão sobre cada *sistema de mediação da escrita*, buscando mostrar as relações que cada um estabelece com os processos de ancoragem e mediação genérica, especialmente dos gêneros escritos.

b) Sistema de mediação pré-manuscrito

Da pedra e da argila, surgiram as tábuas, nas quais eram cunhados diversos símbolos, entre os quais os signos linguísticos, num primeiro momento os ideográficos e posteriormente os alfabéticos. O material simbólico era fendido na superfície (de pedra e/ou de barro) com um instrumento de metal ou madeira, conhecido como cunha. Nessa fase, a tecnologia material (matérias, instrumentos e procedimentos utilizados para desenvolver uma tarefa) usada para registro era bastante simples.

Durante o período em que a tábua foi a mídia dominante, a escrita, ainda em formação, ocupava um espaço sociocultural, político e econômico de baixo impacto. E havia, certamente, diversas razões para isso. Podem ser apontadas várias questões culturais e sociais que restringiam o uso da escrita. Entre elas, está o fato de os processos e artefatos tecnológicos utilizados para registrar os textos serem bastante limitados e difíceis de manusear. O sistema de registro cuneiforme e o sistema de notação ideografêmico formavam um pacote tecnológico material e simbólico um tanto limitado, o que dificultava bastante a realização de ações socioculturais e políticas de larga escala. Mesmo depois que o sistema alfabético foi inventado, a escrita ainda continuava restrita por causa das limitações inerentes ao registro cuneiforme.

As dificuldades de cunhagem, somadas à pequena extensão das superfícies de registro, tiveram, possivelmente, muita influência sobre a configuração retórico-composicional dos primeiros gêneros escritos. É provável que a extensão e organização retórica dos primeiros textos tenham sido determinadas (ou, ao menos, afetadas) pelas

características do suporte e da mídia, bem como dos processos sociais envolvidos na prática da escrita. O que se pode dizer, com alguma certeza, é que os primeiros gêneros escritos eram bastante curtos, com informações bastante sintetizadas.

Embora seja uma questão de pesquisa relevante para história dos gêneros, é difícil apontar quais foram os primeiros gêneros escritos a emergirem ou serem adaptados da oralidade. Há dificuldade até mesmo em identificar quais ações retóricas eram predominantes: coagir (ou ordenar), instruir, informar, narrar. Em geral, os historiadores da escrita⁵⁷ nomeiam os primeiros materiais grafados apenas como textos, sem indicar detalhes importantes para a identificação do gênero.

É provável que os primeiros traços gráficos, aqueles que estão na origem das práticas da escrita ocidental, tenham surgido na Mesopotâmia por volta de 3300 a.C., quando funcionários da administração pública criaram um meio de arquivar os pagamentos de impostos, anotando em argila o tipo e a quantidade de mercadorias recolhidas (SAMPALHO, 2009). Os primeiros signos gráficos registrados em mídias móveis consistiam, então, em números, para indicar a quantidade, e desenhos (mulher, carneiro, espiga), para identificar o objeto. O texto daí decorrente era uma espécie de *anotação de controle tributário*.

É amplamente aceito que, da Mesopotâmia, a prática da escrita tenha migrado para o Egito, Ásia e outros lugares, sem necessariamente constituir a única fonte de todas as tradições de escrita espalhas pelo mundo. O que parece mais provável é que a cultura gráfica tenha surgido, entre 3500 a.C. e 3300 a.C., concomitantemente em vários lugares, tendo, portanto, se disseminado a partir de diversos pontos de origem, possibilitando, em alguns casos, cruzamentos e fusões, tal como aconteceu com as línguas em geral. A partir dessa hipótese é possível, por exemplo, explicar as práticas de escrita entre os povos ameríndios, principalmente os Incas e Astecas, que, até onde se sabe, permaneceram isolados dos povos asiáticos e europeus até o século XV d.C.

Nos séculos seguintes, as sociedades foram se apropriando da escrita e estendendo-a a inúmeros sistemas de atividade social, tais como: administração, jurisdição, religião e artes.

É importante dizer que, mesmo em sociedades em que a escrita tinha uma penetração considerável, como a Egípcia, as tradições orais ainda tinham larga vantagem. A escrita só

⁵⁷ Entre eles: Higounet (2003), Hooker (1996), Fischer (2009).

se tornou a prática discursiva dominante e hegemônica recentemente, a partir da revolução industrial e francesa, quando houve um barateamento dos custos de produção e circulação dos livros, bem como uma extensão das práticas de alfabetização e letramento às camadas sociais menos privilegiadas social e economicamente. Foi a partir desse momento histórico que as práticas sociais do letramento se tornaram capazes de reordenar, em larga escala, as estruturas e práticas sociais, colonizando praticamente todos os sistemas de atividade social da vida urbana (GILMON, 2002; SOUZA; CRIPPA, 2012).

c) Sistema de mediação manuscrito

O sistema de mediação pré-manuscrito, centrado na mídia *tábua de argila*, permaneceu como o principal meio de registro e difusão dos gêneros escritos até o século V a.C., quando os egípcios passaram a utilizar como suporte o *papiro*. Pouco tempo depois, os habitantes da região de Pérgamo começaram a utilizar a pele de carneiro como suporte, dando origem ao *pergaminho*. Levou pouco tempo, para que esse suporte se tornasse mais popular que o papiro, principalmente por causa da facilidade de acesso e da maior durabilidade.

Dos suportes papiro e pergaminho, surgiram as mídias *rolo* (volumem) e *códice*. A invenção do rolo está associada a um novo sistema de registro (o manuscrito) e, no ocidente, a um novo sistema de notação (o alfabético). Juntos, o *rolo*, o registro *manuscrito* e a escrita *alfabética*, dão origem a um novo sistema de mediação, que passo a chamar de *sistema de mediação manuscrito*.

Como este trabalho não tem o objetivo de fazer um estudo diacrônico dos processos de ancoragem e mediação genérica, busco, nesta seção, apenas levantar algumas questões que servem de apoio à reflexão sobre os processos de mediação e podem ser exploradas em pesquisas posteriores. Uma investigação sobre o transcurso histórico dos suportes e mídias que ensejaram diversas mudanças nas interações mediadas (remotas não simultâneas e, mais recentemente, as simultâneas) deve mostrar a função que diversos gêneros e hipergêneros ocuparam em todo o percurso. Vários gêneros (e hipergêneros) surgiram, evoluíram e se transformaram ao longo do período em que esses suportes e mídias (tábua, rolo, códice) estiveram em operação, relacionando-se estreitamente com diversas mudanças históricas,

entre elas a ascensão e solidificação do cristianismo, como se viu no Capítulo 2.

Não são apenas os suportes e mídias que intervêm dialeticamente nas mudanças sócio-históricas. Os gêneros (e, em alguns casos, os hipergêneros) também agem sobre certas configurações sócio-históricas. Bazerman (2006d), em seu estudo sobre o percurso histórico do gênero *carta*, nos mostra uma série de mudanças sociais, institucionais e discursivas que se associam aos variados modos de utilização da *carta pessoal* e dos gêneros que dela emergiram. Entre os exemplos citados, merece destaque a relação entre as correspondências pessoais e o surgimento dos periódicos acadêmicos.

Segundo Bazerman (2006d), o *Jornal des Scavans* e o *Philosophical Transactions of the Royal Society*, publicados pela primeira vez em 1665, são considerados como as primeiras publicações de periódicos não noticiosos. O segundo se originou de uma intensa troca de cartas entre filósofos naturalistas. De acordo com o estudo de Bazerman (2006d), em meados do século XVII, grandes figuras das ciências e filósofos desenvolveram uma ativa troca de correspondências com o fim de relatar resultados de investigação e/ou reflexões teóricas.

O alemão Henry Oldenburg, no fim dos anos 1650, após ter se mudado para a Inglaterra, começou a se corresponder com proeminentes estudiosos, como Massah bem Israel, John Milton, Robert Boyle e John Hartlib. A correspondência com os filósofos naturais, em pouco tempo, dominou os outros interesses de Oldenburg [...], que [logo] fez circular as informações entre [...] [outras pessoas]. Como resultado dessa ativa correspondência, em 1662, ele se tornou o secretário da recém-criada Royal Society. Neste papel, sua correspondência aumentou ainda mais, e, em 1665, ele utilizou como material para um novo periódico, a *Philosophical Transactions of the Royal Society* (BAZERMAN, 2006d, p. 95).

Esse caso nos mostra que mudanças sociais e históricas se associam tanto com ações das mídias e suas tecnologias quanto com ações dos gêneros e dos discursos neles materializados. O percurso sócio-histórico do gênero *carta*, por exemplo, nos permite ver as mudanças sociais que transformaram a publicação de resumo de correspondências e resumo das reuniões da Royal Society no que hoje conhecemos como *publicação acadêmica em periódicos*. Essas mudanças sociais e discursivas transformaram uma prática discursiva relativamente simples numa atividade social bastante ampla e complexa, que hoje envolve uma extensa e variada rede de gêneros. Toda a estrutura de discurso que se construiu em torno da divulgação de reflexões teóricas e resultados de pesquisa se originou, portanto, da

expansão de uma prática discursiva relacionada ao campo da vida privada, *a carta pessoal*, para uma prática discursiva relacionada à vida pública, *a publicação de periódicos acadêmicos*. De um determinado gênero, emergiram outros que atendem a finalidades sociais semelhantes, mas a propósitos sociodiscursivos diferentes, atuando em sistemas de atividade social diversificados.

Em resumo, pode-se dizer que estruturas, práticas e ambientes sociais surgem e são transformados em virtudes dos processos de ação discursiva (nos quais operam suportes, mídias, gêneros e hipergêneros) que aí ocorrem.

O *sistema de mediação manuscrito* foi por vários anos a base de todo um modelo de produção, circulação e uso social da escrita, constituindo assim um amplo sistema de letramento⁵⁸.

d) Sistema de mediação impresso

O surgimento da tecnologia de registro tipográfico dá continuidade à tradição de haver uma mídia e um suporte hegemônicos para as práticas de escrita. No período em que operou hegemonicamente o *sistema de mediação manuscrito* havia outras mídias, além do volumem e, posteriormente, do códice. Contudo, o uso dessas outras mídias era tão limitado, esporádico e especializado que praticamente não intervinha nas práticas culturais mais amplas.

O *sistema de mediação impresso* já nasceu com uma mídia dominante, o livro. Na verdade, a tipografia não inventou o livro. Apenas adaptou tecnicamente o códice aos padrões de produção tipográfica. Contudo, o formato da mídia e o suporte foram mantidos sem alterações relevantes.

Volto a chamar a atenção para o fato de uma mídia nunca ser abruptamente superada. O mesmo ocorre com um suporte. Isso quer dizer que, apesar do surgimento e da ampla utilização do livro impresso a partir do século XIV, o códice não foi rapidamente abandonado. Chartier (1998) nos diz que houve, num primeiro momento, bastante resistência ao sistema tipográfico. Pode-se dizer que

⁵⁸ Em síntese, continua sendo consumido em comunidades menos expostas às tecnologias eletrônico-digitais.

de modo geral, persistia uma forte suspeita diante do impresso, que supostamente romperia a familiaridade entre o autor e seus leitores e corromperia a correção dos textos, colocando-os em mãos ‘mecânicas’ e nas práticas do comércio” (CHARTIER, 1998, p. 9).

Havia ainda o receio de que a imprensa corrompesse os valores estéticos do livro e a arte da iluminura.

Devo chamar a atenção também para o fato de que embora a invenção da tipografia estenda enormemente os espaços físicos e sociais de circulação da escrita, a cultura oral continuou sendo dominante. Gilmon (2002, p. 58), em seu estudo sobre a Reforma Protestante e às práticas de leitura, enfatiza que “no século XVI, o que há de novo com o livro é sua multiplicação num mundo em que o essencial das relações é oral”. O surgimento do livro, de início, afetou pouco as várias práticas discursivas orais da época. Gêneros e práticas discursivas orais, como os boatos que alimentavam os debates públicos e privados, as proclamações dos pregoeiros públicos, o pregão dos vendedores, os sermões, o teatro cômico ou polêmico, a correspondência, a canção de rua e, também, a leitura pública continuavam circulando normalmente, em seus contextos e cenários sociorretóricos (cf. GILMONT, 2002).

Houve certamente uma grande expansão das práticas sociais institucionalizadas, que até então eram realizadas quase exclusivamente pelas instituições religiosas. A imprensa criou condições para o surgimento de diversos gêneros textuais associados à burocracia pública, tanto no âmbito político quanto fiscal. Houve também uma expansão dos gêneros associados à atividade acadêmica.

O surgimento e expansão do sistema de mediação impresso enfraqueceu o poder da igreja. Uma vez que novos textos, novos gêneros, novos hipergêneros e novos discursos começaram a ser amplamente produzidos, distribuídos e recebidos fora dos espaços físicos e sociais da igreja, novas conjunturas sociais, políticas, culturais e econômicas se estabeleceram. Merece destaque a relação entre a expansão da imprensa e a emergência das línguas vernaculares como línguas de difusão cultural, em substituição ao latim. Enquanto vigorava o sistema de mediação manuscrita, toda a produção cultural estava, de alguma forma, sob o poder da igreja. Isso facilitava o controle da língua a ser utilizada, bem como

dos textos, gêneros e discursos escritos a serem produzidos e distribuídos. Com a emergência da mediação impressa, a produção de textos escritos deixou de ser função apenas de mosteiros e instituições religiosas.

Outro movimento histórico também merece menção. Trata-se da ascensão dos estados nacionais. A emergência das línguas vernaculares como línguas de produção cultural e institucional contribuiu decisivamente para o surgimento e fortalecimento dos Estados nacionais (HAUGEN, 2001).

Portanto, pode-se dizer que uma série de mudanças sócio-históricas, todas elas associadas ao surgimento da mediação impressa, criaram uma série de condições sociais e políticas favoráveis ao surgimento e fortalecimento de várias instituições de poder laicas, que passaram a rivalizar com o poder clerical. A imprensa instituiu condições para que os novos estados nacionais fossem gradualmente se distanciando da igreja, com a qual se associaram num primeiro momento. Isso contribuiu para que surgisse uma nova conjuntura de poder laico, centrada em novos tipos de poder simbólico. Novas instituições de poder, ligadas a diversas atividades sociais, tais como a atividade política, a atividade jurídica, a atividade educacional, entre outras, emergiram, passando a orientar a vida social sem a interferência da religião.

O sistema de mediação impresso continuou a afetar os rumos da história por muitos anos. Na verdade, pode-se dizer que até hoje a vida social é, em muitos aspectos, governada pela mediação impressa. Desde o século XVII, quando o impresso assumiu a condição de principal *sistema de mediação da escrita*⁵⁹, o impresso vem sendo um componente fundamental do funcionamento de instituições importantes como a administração pública, as escolas e as universidades, o sistema judiciário, o jornalismo, a igreja, dentre outras.

A hegemonia da mediação impressa só veio a ser superada nos anos 2000, aproximadamente uns 10 anos depois da invenção da World Wide Web (WWW), quando o sistema de mediação eletrônico-digital assumiu uma posição de hegemonia.

⁵⁹ Embora a escrita manual ainda fosse bastante utilizada e reverenciada, alguns fatores contribuíram bastante para a popularização do impresso, entre os quais, destaco: a invenção das mídias jornal e revista, a produção de livros menores (os libelos), e a produção dos panfletos contribuíram muito para isso.

e) Sistema de mediação eletrônico-digital

O sistema de mediação eletrônico-digital é bem mais complexo do que os anteriores. A principal razão para isso está no fato de ser construído a partir de dois sistemas: *o eletrônico*, fundamentalmente associado às mídias rádio, telefone (tradicional), cinema e televisão, e *o digital*, prioritariamente associado ao computador como uma mídia central. É importante mencionar que os termos *eletrônico* e *digital* se sobrepõem, podendo em muitos casos ser tomados como sinônimos ou como hiperônimos – já que toda as operações e transmissões digitais são também eletrônicas. Portanto, dada a dificuldade de se abordar separadamente os dois sistemas, especialmente se considerarmos o atual processo de concentração das mídias no computador, decidi discutir ambos os sistemas sob único rótulo: *sistema de mediação eletrônico-digital*. Contudo, em alguns casos – havendo alguma necessidade teórico-analítica –, os suportes, mídias, gêneros e hipergêneros associados a cada um dos dois sistemas poderão ser analisados separadamente.

A expansão dos sistemas de produção, registro e transmissão digital têm diminuído bastante a separação entre as práticas discursivas associadas à mídias eletrônicas tradicionais (rádio e televisão) e as novas mídias digitais (computador, smartphone, tablete etc.). Como já foi dito, há, atualmente, um grande movimento de convergência das mídias em direção a uma única plataforma de mediação, aberta à ancoragem e a circulação de praticamente todos os gêneros e hipergêneros. Noutras palavras, pode-se dizer que esse movimento tem conduzido todas as mídias para “dentro” do computador, transformando-o numa espécie de mídia central, a partir da qual os mais variados gêneros, hipergêneros e mídias, provenientes dos mais diversos tipos de interação sociodiscursiva, oral e escrita, podem ser produzidos, mediados e recebidos.

Já é lugar comum afirmar que vivemos na era da informação. Estamos todos sob o domínio de uma mudança que começou em meados do século XX e se aprofundou a partir dos anos de 1990, com a criação da World Wide Web (WWW). Embora os temas *sociedade da informação* e *cibercultura* já constituam objetos de estudo amplamente explorados, tanto em nível teórico quanto analítico, há ainda muitas questões relacionadas à era da informação que precisam ser discutidas e aprofundadas. Entre essas questões, está a relação entre mídias digitais, gêneros e hipergêneros. Há que se expandir a reflexão sobre o impacto que os

sistemas de produção, registro, mediação e recepção digital, centrados na rede mundial de computadores, têm provocado no quadro dos gêneros, hipergêneros e mídias. Já há vários estudos sobre as interações e gêneros digitais, contudo são necessários ainda estudos que analisem o fenômeno de forma mais abrangente, concebendo a cibercultura como uma ecologia de gêneros e hipergêneros.

Os estudos de Xavier (2002), Marcuschi (2005b, 2008), Yates (2000), constituem um bom ponto de partida. Xavier (2002) apresenta uma reflexão sobre os novos modos de interação discursiva potencializados pelas mídias digitais. Para o autor, o surgimento e expansão das mídias digitais fizeram surgir um novo modo de enunciação, o digital, com certas características peculiares, suficientes para diferenciá-lo dos modos de enunciação anteriores.

Trabalhos como o de Xavier (2002), sobre a enunciação digital, e como o de Araújo, J. C. (2006), sobre a colônia de gêneros que se criou em torno do bate-papo eletrônico (chat), entre outros, têm mostrado a fecundidade que o campo das interações discursivas digitais oferece para a teorização e análise de gêneros.

O *sistema de mediação digital* apresenta algumas características que o tornam diferente dos sistemas de mediação anteriores. Destaco aqui duas questões importantes: a) a criação e expansão das mídias simbólicas, e b) o processo de convergência das mídias numa plataforma central.

Diferentemente de outros momentos históricos, em que a invenção de uma mídia consistia fundamentalmente na criação de um artefato físico⁶⁰, atualmente as novas mídias físicas (computador, smartphone, tablete etc.) exigem e/ou possibilitam a invenção de uma infinidade de mídias simbólicas, os chamados *aplicativos*, *sistemas operacionais*, *redes de interação social* etc.

Nas revoluções midiológicas anteriores, eram as mídias físicas, como o *códice*, o *livro impresso*, o *telefone*, o *cinema*, a *televisão*, que desencadeavam todo o processo de mudanças e evoluções. Atualmente, embora as mídias físicas ainda exerçam grande

⁶⁰ É verdade que em torno de cada um desses artefatos físicos (códice, livro, jornal, revista, rádio, televisão) havia uma rede de tecnologias simbólicas. Contudo, essas tecnologias simbólicas constituem parte e dispositivos de funcionamento da mídia em si, não novas mídias dentro da mídia. Por isso, o *livro*, o *rádio*, a *televisão* etc., vistas em sua forma clássica, devem ser considerados como mídias simples, e não complexas, por não incorporarem em si novas mídias e nem permitem a integração.

influência sobre os padrões de interação discursiva, não se pode deixar de considerar a influência que as mídias simbólicas têm exercido sobre os novos modos de interação social, discursiva, política etc. Em alguns casos, são as mídias virtuais, ou simbólicas, que mais exercem pressão sobre as mudanças sociais, discursivas e históricas. O fato de as mídias simbólicas, como *aplicativos, sistemas operacionais, redes sociais etc.*, poderem funcionar em várias mídias físicas, tem feito com que elas assumam certo protagonismo no curso das mudanças sociais, discursivas, de gênero e de hipergênero.

A convergência entre mídias constitui outra característica importante do *sistema de mediação digital*. Essa é talvez a principal razão por que esse *sistema de mediação* é completamente diferente de todos os que o antecederam. As revoluções midiológicas anteriores tiveram como característica principal a invenção de um sistema de mediação que superava o sistema e a(s) mídia(s) anterior(es), mas sem permitir a convergência. Por exemplo, a imprensa até incorporou alguns traços do sistema manuscrito, mas não criou condições tecnológicas capazes de integrar plenamente a escrita manual ao sistema impresso.

A mediação digital permite a convergência e integração de praticamente todos os sistemas de escrita anteriores: impresso, manuscrito, cuneiforme. Este último, por exemplo, pode ser processado através da produção e reprodução de imagens estáticas e/ou dinâmicas em 3D. A mediação digital ampliou também as possibilidades de convergência entre oralidade e escrita. Pode-se dizer que o processo de sobreposição e continuidade entre oralidade e escrita se fortaleceu, tornando a análise isolada de gêneros da escrita ou de gêneros da oralidade teoricamente inviável. A colônia de gêneros formada pela interação escrita síncrona, o *bate-papo*, constitui um bom exemplo de como oralidade e escrita estão cada vez mais fundidas.

O sistema de mediação eletrônico-digital conduziu a cultura escrita a alcançar e colonizar praticamente todas as esferas da vida social. Essa expansão provoca diversas mudanças no quadro das relações sociais e das práticas discursivas. Por exemplo, pouco tempo atrás, o gênero *receita culinária* era mediado quase exclusivamente pelo sistema manuscrito. Havia uma cultura de se produzir o hipergênero *caderno de receita* e de usá-lo enquanto se fazia uma refeição familiar. Nesse sentido, a produção e o uso dos cadernos de receita estavam, de certo modo, ligados à transmissão de tradições familiares. Atualmente, o cenário é bem diferente. Uma série de mudanças sociais provocadas pela globalização e

pela expansão das mídias de longo alcance têm enfraquecido bastante essas tradições (FAIRCLOUGH, 2006; THOMPSON, 2011; GIDDENS, 2002; HARVEY, 2010), e os cadernos de receita praticamente não existem mais. A indústria editorial descobriu o potencial econômico de se editar livros de receitas. Como se nota, a passagem de um hipergênero manuscrito, *o caderno de receitas*, para hipergênero impresso, *o livro de receitas*, está associada a uma série de mudanças de funcionamento do gênero *receita culinária*. Contudo, apesar de o hipergênero *livro de receitas*, baseado no sistema de mediação impresso, ainda ter uma boa circulação social, novos usos do gênero *receita culinária*, têm se tornado muito frequentes. Trata-se de usos realizados a partir da mediação digital. É cada vez mais comum que alguém, ao precisar de uma determinada receita, use uma mídia física qualquer (computador, tablete ou smartphone) para encontrá-la na web, normalmente via site de busca. Uma vez acessado, o gênero pode ser interpretado (consumido) diretamente a partir da tela do dispositivo ou a partir de uma folha impressa. Observe-se que neste caso, o hipergênero que reuniria um certo conjunto de receitas deixa de existir, ou pelo menos, deixa de ser consumido como tal, restando apenas o gênero.

Portanto, pode-se dizer que a expansão contínua da cultura escrita, desde sua invenção, está historicamente associada a uma série de mudanças tecnológicas nos sistemas de mediação. Cada novo sistema de mediação – com todas as suas mídias, técnicas e suportes – instaura novos modos de operar a escrita, geralmente mais rápidos e mais abrangentes.

3.2 Hipergênero e o agrupamento ordenado de gêneros

Nesta seção, busco ampliar a discussão sobre a noção de hipergênero. Tomo como ponto de partida o conceito proposto por Bonini (2011), para quem o hipergênero é uma unidade de interação maior, um gênero de nível superior, formado pelo agrupamento de outros gêneros. Está na base dessa noção a ideia que um certo conjunto de gêneros pode se agrupar para formar uma grande unidade discursivo-textual, cujas partes, os gêneros individuais, se interconectam umas às outras de forma ordenada, compondo um todo.

Na primeira subseção, apresento uma proposta de conceituação para o termo. Nas demais, proponho uma discussão sobre as categorias que estão na base dessa conceituação.

3.2.1 *Conceituação de hipergênero*

O Hipergênero é conceituado aqui como um gênero maior, formado por outros gêneros que se agrupam de forma ordenada, compondo assim um todo discursivo-textual. A estruturação composicional e o funcionamento dessa macrounidade genérica é regulada por convenções retórico-textuais e retórico-discursivas estáveis. É preciso dizer, contudo, que essas convenções, tal como as que são aplicadas ao gênero, são apenas relativamente estáveis, o suficiente para que o hipergênero seja socialmente reconhecido como uma extensão textual unificada, e não um simples aglomerado de textos.

São, portanto, as convenções retórico-textuais que regulam a estruturação composicional do hipergênero. Isto é, são essas convenções que criam uma macroestrutura retórica potencial, que orienta a disposição e encaixamento dos gêneros, a partir de certas unidades e movimentos retóricos prototípicos. As unidades retóricas mais típicas do hipergênero, aquelas que aparecem recorrentemente em praticamente todos exemplares, são normalmente mais bem articuladas e encaixadas no hipergênero. Em geral, há uma cadeia de referência temática e genérica ligando as unidades básicas do hipergênero entre si. Por exemplo, as unidades retóricas de abertura normalmente fazem referência a unidades posteriores, posicionadas mais ao meio, e estas, com frequência, também fazem referência, direta ou indireta, a unidades anteriores. Por exemplo, em um *congresso acadêmico-científico*, um hipergênero da oralidade fortemente dominado por práticas de letramento, há geralmente um gênero de abertura, através do qual alguém ligado à organização anuncia, entre outras informações, a grade dos eventos sociodiscursivos (gêneros) que comporão a totalidade do hipergênero: palestras, seminários, comunicações coordenadas, painéis, lançamentos de livro etc. Esse gênero de abertura aparece não apenas na abertura do *congresso*, mas é retomado em diversos momentos do hipergênero, assumindo a função de organizador do modo como os outros gêneros estão temporalmente ordenados ao longo de toda a extensão do hipergênero. O gênero *abertura* constrói, então, uma cadeia de referência temática e genérica, com recorrentes retomadas do tema principal do congresso e com recorrentes indicações das atividades (palestras, comunicações, painéis), nas quais o tema dominante do congresso será, de alguma forma, tratado. Esse gênero oral se aproxima bastante da função que o sumário desempenha nos hipergêneros escritos.

É comum haver na constituição do hipergênero um fio temático condutor, perpassando toda a sua extensão. Quando esse fio temático é visível, o processo de referência e interligação entre as unidades retóricas é ainda maior. Hipergêneros escritos como o livro (*que pode resultar da organização de vários artigos acadêmicos, ensaios, artigos de opinião, crônicas etc.*), a revista de informação semanal, a revista acadêmica (*com chamada temática*), entre outros, mostram isso com bastante clareza.

Portanto, o hipergênero, como a realização de uma estrutura composicional, resulta de um amplo processo de ordenamento retórico-textual, com várias especificidades e propriedades. É esse processo de ordenamento que acaba transformando o agrupamento de um conjunto típico de gêneros em algo mais que uma simples sequência ou uma coletânea de gêneros. Os gêneros se unem para formar um macroenunciado, com continuidade e progressão temática e articulação genérica.

As convenções retórico-discursivas orientam o funcionamento do hipergênero no plano dos eventos e práticas sociais. Pode-se dizer que o hipergênero é um evento sociodiscursivo produzido e mediado a partir de uma comunidade discursiva e/ou de um sistema de atividade social, tendo em vista a realização de um propósito sociodiscursivo e/ou de uma determinada ação social. Em alguns casos, o propósito sociodiscursivo e a ação social incorporados ao hipergênero são facilmente reconhecíveis. Em outros, nem tanto.

Nas seções seguintes, discutirei algumas questões teórico-analíticas relacionadas à concepção do hipergênero como uma macrounidade genérica e como um evento sociodiscursivo. A discussão se inicia com uma reflexão sobre os critérios usados para a delimitação do hipergênero como um enunciado.

3.2.2 Elementos para a delimitação do hipergênero como um macroenunciado

A delimitação do hipergênero como uma totalidade textual parte dos critérios utilizados para a delimitação do gênero. Os mesmos argumentos usados para estabelecer os limites, a especificação e o nível de acabamento de um gênero como uma unidade textual podem ser usados para delimitar o hipergênero. Talvez um ou outro critério não se aplique, mas a maior parte pode ser transferida para o hipergênero.

Seguindo esse programa, o trabalho de apontar as razões por que se deve considerar

o hipergênero como uma unidade genérica parece ser teoricamente simples. Consiste apenas em mostrar no hipergênero o que já foi mostrado no gênero.

Acontece, porém, que as tradições de estudo do gênero que dão base a esta pesquisa, a Análise Sociorretórica de Gêneros (ASG) e a Análise Crítica de Gêneros (ACG), demonstradas no Capítulo 1, não apresentam uma formulação específica sobre os critérios que podem ser usados para estabelecer a unicidade textual do gênero. O estatuto do gênero como a unidade básica da comunicação – com articulação interna e com grau de acabamento definido – tem sido tomado como algo dado, consensual, sem necessidade de maiores aprofundamentos.

Existe no campo da ASG, como foi visto no Capítulo 1, uma ampla discussão sobre a organização interna do gênero, isto é, sobre o modo como o gênero se organiza em movimentos retóricos. Mas não há uma discussão a respeito da maneira como essa organização se associa ao acabamento, à especificidade e à delimitação do gênero, fatores que fazem do gênero a unidade básica das interações sociodiscursivas, em contraposição à oração, à sentença e ao texto.

Há também na ASG e na ACG, especialmente nos estudos de Bhatia (1997, 2004), uma discussão sobre o conceito de integridade genérica. À primeira vista, o nome parece apontar para uma teorização sobre os fatores que fazem do gênero uma unidade formal e sociofuncional íntegra, com contornos definidos. Contudo, o foco de Bhatia (2004) não é esse. Sua discussão, bastante pertinente, focaliza a manutenção *versus* variação das propriedades genéricas, retóricas e léxico-gramaticas de um determinado gênero, e não a sua unicidade.

A perspectiva de Bhatia (1997, 2004) está voltada, portanto, para o estudo dos aspectos composicionais e sociofuncionais que definem a especificidade de um gênero em comparação a outro. Diz respeito às propriedades genéricas que, embora abertas, conferem certa estabilidade a um determinado gênero, impedindo que sua integridade seja afetada. Essa integridade genérica decorre de um conjunto de traços retóricos e léxico-gramaticais convencionados, mas com certo grau de abertura à variação e à inovação. Noutras palavras, pode-se dizer que a atenção de Bhatia (1997, 2004) está voltada para questões relativas às forças de convenção e de inovação que atuam sobre um gênero específico.

O conceito de integridade genérica desenvolvido por Bhatia (1997, 2004) é

importante para a teoria geral dos gêneros porque abre espaço para a abordagem do gênero como uma atividade discursiva variável, sujeita à interferência de fatores sociais e contextuais relativos ao momento de sua realização. Também é importante porque abre caminho para uma discussão sobre o processo de variação e mudança genéricas. Estudos sobre variação genérica ainda são raros. Mais raros ainda são os estudos que buscam traçar a trajetória diacrônica de um determinado gênero. As considerações de Bhatia (2004) sobre as forças de manutenção e de variação do gênero nos permitem dizer que, quando a variação prevalece sobre a estabilidade, desfazendo a integridade do gênero, um novo gênero emerge, como resultado de um processo de deslizamento ou transformação⁶¹.

Contudo, apesar de pertinente e amplamente produtivo, o conceito de integridade genérica de Bhatia (1997, 2004) não se aplica à delimitação do gênero. Consequentemente, também não se liga diretamente ao estabelecimento dos critérios que devem ser usados para delimitar o hipergênero.

Vale ressaltar que os arcabouços teóricos de uma determinada área são construídos por demanda. Assim, se ainda não há na ASG e ACG um quadro teórico definido sobre a delimitação do gênero como uma totalidade discursivo-textual, talvez seja porque, até o momento, essa questão não se revelou uma lacuna teórica importante.

3.2.2.1 Natureza do enunciado segundo Bakhtin (2010[1952-53])

O fato de a unicidade do gênero não ter suscitado grandes discussões nas perspectivas de estudo do gênero surgidas pós 1980, não quer dizer que o tema nunca tenha sido discutido. Na verdade, esse tema constitui uma das razões por que o estudo pioneiro de Bakhtin (2010[1952-53]) foi produzido. A defesa do gênero como a unidade básica da comunicação, com contornos e acabamentos definidos, constitui um dos temas centrais do ensaio *Os gêneros do discurso*, de Bakhtin, escrito nos anos de 1950. Bakhtin (2010[1952-53]), na maior parte do texto, se ocupa em defender o enunciado como a unidade básica da

⁶¹ Uma teorização sobre os processos de variação, mudança e emergência genérica, embora seja fundamental para a expansão das teorias de gênero, não constitui o foco deste trabalho. Considerei importante levantar sumariamente essa questão para mostrar os campos de teorização e pesquisa que se abrem a partir do conceito de integridade genérica de Bhatia (1997, 2004).

comunicação discursiva, em contraposição à sentença⁶², uma unidade linguística convencional, que era, e ainda é, amplamente usada nos estudos linguísticos como objeto de análise de estruturas linguísticas⁶³.

A extensa discussão de Bakhtin (2010[1952-53]) sobre a natureza do enunciado também se dá em virtude da necessidade de se contrapor a unidade discursiva efetivamente usada nos eventos de interação sociocomunicativa – o *enunciado* – a uma unidade linguística convencional usada nas abstrações teórico-analíticas da linguística – a *sentença*. Segundo Bakhtin (2010[1952-53]), apenas o enunciado pode ser tomado como uma unidade discursiva acabada, semanticamente plena. A sentença é apenas uma unidade formal da língua, que, embora faça parte da estruturação interna do enunciado, jamais pode ser tomada ela mesma como uma unidade de interação comunicativa.

É a partir dessa contraposição, entre enunciado e sentença, que Bakhtin propõe os critérios para definir os tipos de ação linguístico-discursiva que podem ser considerados uma unidade básica da comunicação. São apresentadas, então, duas propriedades características do enunciado: 1) a possibilidade de alternância dos sujeitos do discurso, e 2) a conclusibilidade do discurso. Esta última é desdobrada em mais três propriedades: a) exauribilidade do objeto, b) projeto de discurso do falante, e c) formas composicionais típicas do gênero.

É importante dizer que a proposta de Bakhtin (2010[1952-53]), para caracterizar as

⁶² O termo utilizado na tradução brasileira de Bakhtin (2010[1952-53]) para contrapor o *enunciado* é *oração*. Preferi usar o termo *sentença* em substituição a *oração*, por considerar que, em português, esse último termo não designa adequadamente o objeto abordado por Bakhtin. A unidade da língua que Bakhtin recusa como objeto de estudo da linguística constitui uma extensão sintática unificada e acabada, não apenas uma cláusula. Por essa razão, considero que o termo *sentença* é mais apropriado, uma vez que designa uma extensão sintática plena, embora sem condição de se realizar como uma unidade discursiva efetiva.

⁶³ De acordo com Bakhtin (2010[1952-53], p. 269), “o estudo da natureza dos enunciados e dos gêneros discursivos é, segundo nos parece, de importância fundamental para superar as concepções simplificadas da vida do discurso, do chamado ‘fluxo discursivo’, da comunicação, etc., daquelas concepções que ainda dominam a nossa linguística. Além do mais, o estudo do enunciado como *unidade real da comunicação discursiva* permitirá compreender de modo mais correto também a natureza das unidades da língua (enquanto sistema) – as palavras e orações”. Na seção “Enunciado como uma unidade da comunicação discursiva”, Bakhtin se ocupa em apresentar o *enunciado* como a unidade discursiva efetivamente usada nas interações comunicativas, e, portanto, a unidade que deve ser tomada como objeto de análise, se quisermos compreender a vida real do discurso. Logo no começo, depois de discutir brevemente o caráter dialógico do enunciado, o autor apresenta o objetivo de seu debate teórico: “Aqui com base no material do diálogo e das suas réplicas, é necessário abordar previamente o problema da oração como unidade da língua em sua distinção em face do enunciado como unidade da comunicação discursiva. (...) Para nós importa definir com precisão a relação da oração com o enunciado, de um lado, e a oração, de outro” (BAKHTIN, 2010[1952-53], p. 276-277).

propriedades que definem um enunciado, nasceu da necessidade de se apresentar um novo objeto de análise para os estudos discursivos e linguísticos, em substituição ao objeto (a sentença) que era usado pelo estruturalismo então hegemônico. Não constitui, assim, uma construção teórica voltada especificamente para a análise de gêneros, mas para o quadro geral da análise linguística. Os critérios apresentados para a definição do enunciado foram elaborados muito mais para negar o estatuto da *sentença* como um objeto de análise válido, do que para caracterizar a natureza do gênero. Mas, apesar disso, a proposta de Bakhtin (2010[1952-53]) apresenta recursos suficientes para investigar se uma determinada extensão discursiva constitui ou não um gênero. Além disso, como foi dito, as novas correntes de estudo do gênero não consideraram importante discutir e expandir essa questão.

Portanto, seguindo e aprofundando a proposta de Bonini (2011), considero a proposta de Bakhtin (2010[1952-53]) um recurso importante para a identificação e delimitação das práticas discursivas que podem ser consideradas um macroenunciado, um hipergênero. Contudo, chamo atenção para a necessidade de se abrir um novo debate teórico em torno da questão. Embora não seja pertinente fazer isto neste trabalho, por uma questão de foco, penso ser necessário debater a natureza dos critérios (propriedades) apresentados por Bakhtin (2010[1952-53]), para se verificar a necessidade ou não de uma revisão teórica.

3.2.2.2 Aplicação dos critérios de Bakhtin à delimitação do jornal como um macroenunciado

O quadro conceitual de Bakhtin (2010[1952-53]) foi produtivamente aplicado por Bonini (2011) na delimitação do *jornal* como um grande enunciado, um hipergênero. Bonini (2011) mostrou, num quadro descritivo (cf. Quadro 9), que o jornal apresenta todas as características propostas por Bakhtin (2010[1952-53]), podendo, portanto, ser considerado como um macroenunciado.

Quadro 9 – Características do enunciado (BAKHTIN, 2010[1952-53], p. 281) aplicadas ao jornal

Características do enunciado	Aplicação dessas características ao jornal
1 ALTERNÂNCIA DOS SUJEITOS DO DISCURSO	O jornal apresenta um modo <i>dixi</i> (sua própria constituição, por exemplo, com primeira e última página) que assinala a alternância de enunciados (de edição para edição) e dá a deixa para que o outro se pronuncie em relação ao seu conteúdo.
2 CONCLUSIBILIDADE 2.1 Exauribilidade do objeto	A equipe que produz o jornal expressa todo o conteúdo que quer ou pode expressar na edição. Esse conteúdo, por sua vez, funciona como uma unidade de sentido que pode ser alvo de réplica, de modo que alguém pode afirmar, por exemplo: “Gostei da edição de ontem do jornal X”.
2.2 Projeto de discurso ou vontade de discurso do falante	Embora compartilhado entre muitos sujeitos e não passível de especificação, há um intuito na produção do jornal. Do mesmo modo como ocorre com outros enunciados coletivos, a exemplo de um filme, de um espetáculo, há, no caso do jornal, uma hierarquia de enunciadores. Sendo assim, alguns têm mais poder e espaço na construção do todo do que outros. No caso de um filme, é geralmente o diretor; no do jornal, os editores.
2.3 Formas típicas composicionais e de gênero do acabamento	O jornal apresenta uma organização genérica, composta principalmente de cabeçalho, chamadas, expediente, editorial, carta gênero do acabamento” do leitor e cadernos. Essa organização, por sua vez, cria um espaço de circulação para outros gêneros.

Fonte: Bonini (2011, p. 692, ligeiramente adaptado)

O quadro explicativo proposto por Bonini (2011), embora sucinto, deve ser visto como um ponto de partida importante para as próximas teorizações e análises, pois mostra que as categorias bakhtinianas podem ser produtivamente usadas para a identificação e a delimitação de enunciados maiores que o gênero, os macroenunciados.

Portanto, partindo de Bakhtin (2010[1952-53]) e passando pela proposta de Bonini (2011), aprofundo a noção de hipergênero, concebendo-o como um macroenunciado, cuja composição: a) permite a alternância dos sujeitos enunciadores do discurso, b) incorpora um propósito de dizer e c) constitui uma totalidade semântica. Isso quer dizer que o hipergênero é uma unidade de sentido concluída, que comporta uma réplica (BONINI, 2011). Essa unidade apresenta, como resultado da organização e distribuição típica dos gêneros ao longo de sua extensão, uma progressão retórico-semântica com começo, meio e fim.

Nas seções seguintes, proponho uma reflexão sobre algumas categorias que dão sustentação à noção do hipergênero como um macroenunciado.

3.2.3 O hipergênero como um conjunto de unidades textuais descontínuas

O hipergênero compõe-se de unidades textuais descontínuas, porém ordenadas. A palavra *descontínuo* aqui não equivale a *independente* ou *desconectado*. Pretende significar que as menores unidades retóricas do hipergênero, especialmente as formadas por gêneros funcionais, podem ser individualmente deslocadas para fora do hipergênero, sem que haja prejuízo da integridade formal e semântica, tanto do hipergênero como do gênero.

Duas ressalvas são importantes aqui. Em primeiro lugar, é preciso dizer que a integridade do hipergênero depende de uma quantidade mínima de unidades retóricas. Isso significa que uma ou outra unidade textual pode ser retirada, de cada vez, sem causar prejuízo ao hipergênero, mas a retirada de várias unidades textuais de uma só vez pode provocar algum tipo de desfiguração composicional e/ou discursiva no hipergênero. Em segundo lugar, a afirmação segundo a qual as unidades retóricas podem ser deslocadas para fora do hipergênero sem causar-lhe prejuízo formal ou semântico deve ser vista apenas como um argumento em favor da afirmação de que as unidades que compõem o hipergênero são descontínuas, e não como uma nova proposição teórica.

3.2.3.1 Deslinearização na produção, mediação e compreensão do hipergênero

O fato de ser composto por unidades descontínuas permite que o hipergênero seja produzido e compreendido em partes, isto é, de forma deslinearizada. Os hipergêneros escritos, que têm o espaço, e não o tempo, como a plataforma de ancoragem mais básica, possibilitam ainda mais que a produção e a compreensão sejam realizadas de forma deslinearizada. Já os hipergêneros orais, por se ancorarem no tempo, uma unidade fundamentalmente linear, são, em grande parte, produzidos e compreendidos de forma bastante linearizada.

Os hipergêneros orais e multimodais que circulam em mídias eletrônico-digitais (*o documentário, o filme, o jornal televisivo*, entre outros), como são produzidos para uma circulação mediada, seguindo diversas normas dos gêneros da escrita, constituem exemplos à parte. Estes têm um grau de deslinearização composicional bastante parecido com hipergêneros escritos, podendo ser compreendidos em unidades isoladas, tal como acontece

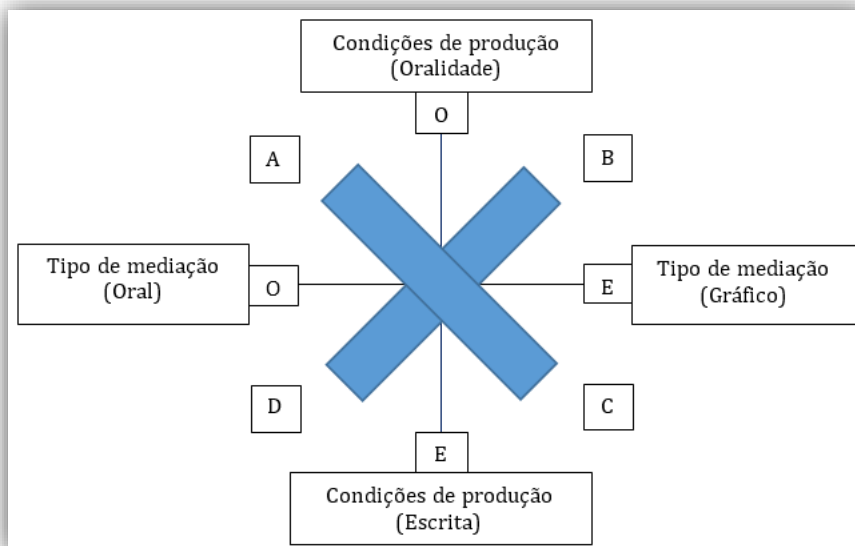
com os hipergêneros *webpage*, *jornal*, *revista de informação* etc. Hipergêneros como o *telejornal* se caracterizam por compartilhar traços tanto da oralidade quanto da escrita, tornando inviável uma classificação unívoca. Embora sua realização final seja oral, praticamente todas os procedimentos de produção são orientados pelas normas e convenções da escrita. O *teleprompter* constitui o dispositivo de mídia que faz a intermediação entre o material produzido conforme as convenções da escrita e o material oral a ser produzido (ou oralizado) quando da realização do hipergênero.

O esquema teórico proposto por Marcuschi (2008) nos ajuda a entender o modo como a relação oralidade-escrita⁶⁴ intervém sobre o funcionamento alguns gêneros e hipergêneros. Embora o autor use o termo *meio*, em vez de *mídia*, suas considerações parecem bastante pertinentes para explicar a sobreposição entre oralidade e escrita presente nos processos de produção, mediação e/ou compreensão de alguns gêneros e hipergêneros.

Marcuschi (2008) propõe a análise dos gêneros na relação fala-escrita a partir de dois eixos, que, quando cruzados, produzem quatro domínios. O Gráfico XX, a seguir, adaptado aos termos que venho utilizando ao longo desta tese, nos mostra que o eixo vertical considera as condições de produção (concepção) e o eixo horizontal considera as condições de mediação (recepção).

⁶⁴ Segundo o modelo teórico proposto por Marcuschi (2005a, 2008), o contínuo oralidade-letramento é constituída por quatro categorias: fala, escrita, oralidade e letramento. Marcuschi (2005a) dispõe essas quatro categorias em dois eixos que se cruzam. No eixo vertical, está o contínuo oralidade-letramento e no eixo horizontal está o contínuo fala-escrita. Como se nota, para o autor fala e oralidade constituem categorias teóricas distintas. O mesmo ocorre com escrita e letramento. Essa proposta de Marcuschi (2005a, 2008) constitui um instrumento teórico importante para se analisar pormenorizadamente o modo como oralidade-escrita se sobrepõem nos processos de produção, mediação e compreensão dos gêneros e hipergêneros. Contudo, por uma questão foco, simplifico os dois eixos em apenas um, aqui denominado de oralidade-escrita, em que oralidade descreve todos os tipos de interação verbal que tem por base os signos da fala e escrita para os tipos de interação que tem por base os signos gráficos.

Figura 3 – Gêneros e hipergêneros na relação oralidade e escrita



Fonte: Marcuschi (2008, p. 192, com adaptação)

Segundo Marcuschi (2008), temos em [A] um domínio tipicamente oral, no qual os gêneros e hipergêneros são produzidos e atualizados na oralidade. Em [C], temos a contraparte de [A], um domínio tipicamente escrito. Já os domínios [B] e [D] seriam domínio mistos, com forte sobreposição entre a oralidade e a escrita. Seguindo o esse esquema, podemos situar o hipergênero *telejornal* no domínio [D], já que é produzido de acordo com as convenções da escrita e mediado segundo os padrões da oralidade.

Uma comparação entre o hipergênero *revista acadêmica*, um evento mediado pela escrita, com o hipergênero *culto* ou *missa religiosa*⁶⁵, um evento típico de interação face a face, pode nos mostrar mais algumas questões relacionadas ao contínuo oralidade-escrita. Tanto a *revista acadêmica* quanto a *missa* podem ser decompostos em unidades textuais descontínuas, os gêneros que as compõem. Em geral, a *revista* é formada pelas seguintes unidades genéricas típicas: *ficha catalográfica*, *corpo editorial*, *sumário*, *cabeçalho ou rodapé de paginação*, *apresentação*, *artigos*, *ensaio*, *dossiê*, *resenhas*, entre outras. O *culto* tem as seguintes unidades constitutivas principais: *abertura*, *cântico*, *leitura da bíblia*,

⁶⁵ Os termos *culto* e *missa* serão usados de forma indiscriminada ao longo desta tese. Ambos designam um mesmo hipergênero: uma sessão litúrgico-religiosa cristã oficiada por um sacerdote. A única diferença que há entre os termos é que *missa* é usado predominantemente na tradição católica, e *culto*, predominantemente na tradição protestante.

sermão, oração etc.

Contudo, *revista acadêmica* e *culto* não oferecem as mesmas condições de deslinearização e isolamento das unidades. A *revista acadêmica*, embora constitua uma macrounidade genérica, pode ser produzida e consumida em partes e em ordem diversa daquela que é apresentada. Uma vez que está ancorado na unidade física *espaço*, esse hipergênero permite a recepção e o consumo (compreensão) em momentos diversificados. Os gêneros funcionais típicos da revista – *artigo, ensaio, dossiê, resenha* – são, em geral, produzidos e lidos individualmente, de acordo com a necessidade do leitor, mesmo quando há uma organização temática.

Atualmente, com a expansão das *revistas acadêmicas eletrônicas*, a descontinuidade das partes se acentuou ainda mais. Cada unidade funcional da *revista* pode ser adquirida e lida individualmente, geralmente em arquivo PDF. A organização eletrônico-digital desse hipergênero fez com que os laços hipergenéricos dos gêneros funcionais se enfraquecessem bastante. Porém, os laços hipergenéricos construídos pelos gêneros organizacionais permanecem, no geral, inalterados. As unidades genéricas responsáveis pela organização formal do hipergênero, tais como *o sumário* e *o cabeçalho* ou *rodapé* (de indicação do nome, número, volume e página), e os recursos multimodais que caracterizam a identidade gráfico-composicional da *revista acadêmica eletrônica* se mantêm da mesma forma da versão impressa, ou uma forma bastante parecida. Na verdade, com o deslocamento da *revista* para o sistema de medição eletrônico-digital, esses elementos se transformaram nos principais, quase únicos, recursos de unificação hipergenérica desse macroenunciado.

Portanto, a construção dos traços hipergenéricos da *revista acadêmica* está situada, sobretudo, no processo de mediação, isto é, nos espaços e processos onde se realizam as operações de editoração acadêmica e gráfica. É aí que a linearização e unificação retórica das partes da *revista acadêmica* assumem uma forma definida; é, sobretudo, no processo editorial que os gêneros são dispostos e organizados na mídia formando uma totalidade discursiva.

Por outro lado, o *culto*, como está situado na esfera do tempo, é produzido e compreendido num mesmo quadro de referência temporal. Há certamente alguns gêneros que são produzidos antes do evento, como o *sermão*. Mas, para quem está presente no evento, a enunciação do sermão é interpretada como uma atividade de produção que está

acontecendo naquele momento. Isso significa que, mesmo tendo sido produzido, na totalidade ou em parte, antes do evento, o texto escrito não realiza plenamente o gênero sermão. É preciso haver a enunciação oral. Portanto, o fator tempo faz com que os gêneros formadores do hipergênero oral sejam mais lineares, de modo a diminuir a possibilidade de compreensão fora da ordem em que são encadeados no hipergênero.

Como foi discutido nos capítulos 1 e 2, a expansão das mídias permitiu que eventos de interação tipicamente oral pudessem ser capturados, armazenados e difundidos em tempos e espaços remotos. Isso quer dizer que praticamente todos os eventos de interação oral, quando capturados e/ou armazenados em algum dispositivo que lhes serve de suporte, podem ser transformados em eventos de interação mediada. Um hipergênero tipicamente oral como, uma *missa*, pode ser gravado em áudio e/ou vídeo para uma difusão simultânea ou posterior. Nesse caso, o processo de mediação pode alterar os padrões de linearização das unidades. Por exemplo, o sermão pode ser destacado do todo e circular isoladamente, inclusive preenchendo outras finalidades.

Os dois casos discutidos acima ilustram como os hipergêneros, embora sejam todos formados por unidades textuais descontínuas, tem planos de organização e funcionamento diferentes, com padrões de linearização variáveis. Diversos fatores estão associados à possibilidade de que sejam produzidos e/ou compreendidos de forma deslinearizadas. O fator tempo, para os hipergêneros orais, é certamente o que mais restringe a possibilidade de produção e acesso descontínuo.

3.2.4 O hipergênero como um agrupamento ordenado de um conjunto de gêneros típicos

O título desta seção se associa a duas questões fundamentais: a) o hipergênero é formado por um conjunto típico de gêneros e b) esses gêneros típicos se agrupam de forma ordenada.

Por definição, todo hipergênero tem, em sua composição, um grupo típico de gêneros. Esses gêneros são típicos porque aparecem em praticamente todos os exemplares de um determinado hipergênero. Por exemplo, reconhecemos um *telejornal* porque há nele alguns gêneros que sempre se repetem: *escalada, chamada, nota, boletim, notícia, reportagem, entrevista*.

O hipergênero, a exemplo do gênero, tem uma estruturação relativamente estável. Há certos gêneros e certos traços de ordenamento que são convencionados, e, por isso, constantes. É essa relativa estabilidade na organização e na recorrência de alguns gêneros que permite ao leitor/ouvinte reconhecer um determinado hipergênero. Porém, do mesmo modo que o gênero está aberto à variação, sem que sua integridade seja rompida (BHATIA, 1997, 2004), o hipergênero também está aberto à incorporação de novos gêneros e à alteração dos padrões de organização.

3.2.4.1 Classificação dos gêneros típicos do hipergênero

Os gêneros típicos de um hipergênero podem ser classificados em dois grupos: *gêneros organizacionais (ou organizadores)* e *gêneros funcionais*. Tomei essa classificação emprestada de Bonini (2011). De acordo com a proposta do autor, há, na composição genérica do jornal, um grupo de gêneros que visa organizar a estruturação do jornal como um gênero de nível superior, e outro grupo que faz o jornal funcionar como um evento sociodiscursivo.

O grupo dos *gêneros organizadores* é constituído por aqueles gêneros que servem para organizar e estruturar o jornal como um hipergênero, dando-lhe uma configuração composicional global, unitária. São aqueles gêneros que permitem o ordenamento sequencial e temático de cada unidade textual, tornando o jornal (e, por extensão, a revista e outros hipergêneros) uma unidade genérica de nível superior. Pertencem a esse grupo, entre outros, os gêneros: “o cabeçalho (indica o hipergênero); a chamada (indica o conteúdo do hipergênero); o expediente (indica os autores responsáveis); o editorial (fornece a opinião do/s autor/es hierarquicamente superior/es na cadeia de produção do jornal); a carta do leitor (expressa a opinião do coenunciador)” (BONINI, 2011, p. 697, em nota de rodapé).

O grupo dos *gêneros funcionais* é formado por aqueles gêneros que servem para colocar o jornal em funcionamento. Isto é, são os gêneros, bem como outros recursos semióticos multimodais, que permitem o jornal e outros hipergêneros ligados à atividade jornalística como a *revista*, o *telejornal*, o *webjornal*, o *radiojornal*, etc. serem reconhecidos como mídias jornalísticas e como artefatos simbólicos de comunicação social, construídos de acordo com certos padrões retóricos e com um propósito sociodiscursivo mais ou menos

definido. Entre os gêneros que compõem o conjunto de gêneros funcionais típicos do jornal, podem ser citados: notícia, nota, reportagem, artigo de opinião, crônica, charge, crítica.

A proposta classificatória de Bonini (2011) pode ser, sem prejuízo conceitual, estendida a vários outros hipergêneros escritos, tanto aqueles mediados pelo *sistema de mediação impressa* quanto aqueles mediados pelo *sistema de mediação eletrônico-digital*. Eis alguns exemplos: livro (visto aqui como uma unidade simbólica, não como objeto material), dicionário, tese, webpage, homepage etc.

3.2.4.2 Gêneros e dispositivos organizadores

Alguns gêneros organizadores são bastante recorrentes nos hipergêneros preparados e editorados para a mediação impressa. Dentre esses gêneros, se destacam: capa, sumário, cabeçalho/rodapé, índice remissivo. Junto a esses gêneros, ocorrem também, com muita frequência, alguns dispositivos organizadores, tais como a divisão do texto em capítulos, seções e páginas, recuo de parágrafos, separação entre corpo do texto e nota de rodapé, início de período e parágrafo com letra maiúscula, início de capítulo com letra epistolar, diagramação etc. Embora não constituam gêneros, esses dispositivos também são bastante importantes para a organização geral dos hipergêneros impressos.

Como vimos nos capítulos 1 e 2, o surgimento das mídias *códice* e *livro* ampliou bastante as possibilidades de agrupamento e ordenamento do gêneros numa mesma unidade composicional. Essa expansão das potencialidades materiais do *códice* e do *livro* veio acompanhada da necessidade de se criar recursos organizadores. A passagem do *rolo* para *códice* permitiu a segmentação da mídia em partes descontínuas, as páginas, e com isso criou a necessidade de que essas partes fossem numeradas e ordenadas. O *rolo* era uma mídia de extensão contínua, isto é, uma mídia cujo espaço de registro formava uma única unidade material. Embora os textos ancorados no *rolo* pudessem ser divididos em colunas, não havia, na estruturação material da mídia, uma divisão correspondente. Alguns fatores ligados à falta de seccionamento material do *rolo*, tais como dificuldade de manuseio, impossibilidade de escrever durante a leitura etc. podem estar associados a questões como: a) quantidade de gêneros escritos existentes na época, b) extensão composicional desses gêneros, já que textos demasiadamente longos eram difíceis de ser lidos, c) quantidade e tipo de agrupamento

ordenado de gêneros etc.

A chegada do *códice*, uma mídia composta por folhas encadernadas, com unidades materiais descontínuas, as páginas, possibilitou o nascimento e a evolução dos gêneros e dispositivos organizadores. Pode-se considerar o *códice* como a tecnologia material que mais potencializou o surgimento e a transformação dos hipergêneros escritos.

As tecnologias materiais incorporadas ao *códice* expandiram as possibilidades de novos agrupamentos e de novas combinações genéricas. A possibilidade de reunir vários gêneros funcionais numa mesma mídia abriu caminho para que fossem feitas diversas experimentações. Além disso, com o surgimento dos gêneros e dispositivos organizadores, criou-se a possibilidade de explicar ao leitor os princípios de ordenamento usados na composição do hipergênero, o que facilitou o surgimento de novas formas de leitura e de novas formas de interação autor-editor-texto-leitor.

Fala-se muito, atualmente, sobre a deslinearização da leitura possibilitada pelo hiperlink. Contudo, é preciso dizer que a leitura deslinearizada não surgiu a partir do hiperlink. Os gêneros e dispositivos organizadores surgidos com o *códice* já permitiam que o leitor navegasse no hipergênero, que é formado por unidades descontínuas, e se detivesse no lugar onde mais lhe interessasse.

Embora estivesse disponível na estrutura do *códice* uma série de tecnologias e inovações, nem todas foram aproveitadas. Algumas só foram efetivamente usadas no livro impresso. E há diversas razões sociais e históricas para isso, principalmente de cunho religioso. Mas, mesmo assim, a invenção do *códice* continua sendo um dos capítulos mais importantes da história das mídias, talvez superado apenas pelo surgimento do computador.

O impacto do livro impresso sobre a história cultural do ocidente parece ofuscar a importância do *códice*, transferindo-a para o *livro*. Contudo, como bem pontua Chartier (1998), o *livro* tal como conhecemos hoje, em termos de estrutura e forma, é praticamente igual ao *códice* usado no século III. Portanto, a grande mudança cultural ocorrida na Europa a partir do século XV deve ser creditada ao novo sistema de mediação da escrita, a imprensa, que popularizou o livro, e não ao *livro* em si. A comparação que deve ser feita não é, portanto, do *livro* com o *códice*, mas dos sistemas de mediação da escrita: o sistema manuscrito com o sistema impresso. Considerando apenas o formato e o aspecto material, *livro* e *códice* são muito parecidos.

3.2.4.3 Papel dos gêneros e dispositivos organizadores nos hipergêneros orais

Os hipergêneros tipicamente orais, tais como *comício*, *assembleia*, são menos dependentes dos gêneros e dispositivos organizadores. Isso porque a linearidade temporal, em si mesma, já funciona como um princípio organizador da distribuição dos gêneros. É muito comum haver nos hipergêneros orais a figura do sujeito que conduz, organiza o hipergênero. Esse sujeito recebe diversas designações, dependendo do tipo de hipergênero, mas a função é mais ou menos a mesma. Ele pode ser identificado como *mestre de cerimônia*, *dirigente*, *oficial de liturgia*, *presidente da sessão*, *presidente da mesa* etc. O que importa destacar, nesse caso, é que a atuação do condutor constitui o fio organizador central do hipergênero. Sua enunciação constitui o gênero organizador básico, que estabelece os momentos de entrada e de encerramento de cada gênero que compõem o hipergênero. Esse gênero organizador central será aqui denominado de *cerimonial*⁶⁶.

Os hipergêneros orais, embora mais flexíveis que os escritos, também constituem eventos convencionados. Nesse sentido, o gênero organizador central tem como função básica conectar e ordenar sociorretoricamente certo conjunto típico de gêneros, de modo a torná-lo um macroenunciado socialmente reconhecido como um evento social. O reconhecimento e uso de um agrupamento de gêneros como um evento social só pode ocorrer quando os gêneros são relacionados de forma tipificada, isto é, quando a organização genérica obedece às restrições impostas por determinadas convenções sociorretóricas e discursivas.

É importante dizer que essas convenções não criam apenas um roteiro para o ordenamento temporal ou espacial dos gêneros. O hipergênero constitui uma situação retórica ou evento social que se desenvolve dentro de uma prática social particular, a qual constrói não apenas um padrão de organização genérica, mas também um sistema de relações e identidades sociais. Fairclough (2001[1992], p. 91) afirma que “os eventos discursivos” são determinados “segundo o domínio social particular ou quadro institucional em que são

⁶⁶ Escolhi a designação *cerimonial* por considerá-la a menos problemática. Estou ciente de que esse termo parece não se aplicar perfeitamente à todos hipergêneros orais. Por exemplo, não me parece muito adequado nomear a atividade discursiva de quem preside uma defesa de trabalho acadêmico ou de quem preside uma sessão plenária como *cerimonial*. Contudo, não encontrei outra designação que fosse plenamente adequada e que pudesse ser aplicada a todas as situações.

gerados”. Isso quer dizer que o sujeito que realiza o *cerimonial* de um hipergênero ocupa um papel social regulado por uma prática social, dentro da qual o hipergênero opera. Assim, os participantes de um hipergênero, em função da tipificação da situação sociorretórica ou da atividade social dentro das quais ocorre, têm expectativas não apenas relacionadas à ordem, ao encaixamento, à unificação e aos tipos de gêneros que devem ocorrer, mas também relacionadas aos sujeitos sociais que estarão atuando no hipergênero, e aos procedimentos e ações retóricas que desempenham, entre outras questões.

A seguir, ilustro esta discussão com o hipergênero *sessão plenária*, seguindo o objetivo de mostrar o papel que os gêneros e dispositivos organizadores desempenham em sua organização, bem como mostrar o modo como os gêneros funcionais são ordenados e encaixados. Escolhi o hipergênero *sessão plenária* como objeto de exemplificação porque, estando nas interfaces entre a *oralidade-escrita*, nos oferece recursos que servem para descrever e analisar tanto os hipergênero orais quanto os escritos, como se verá na seção seguinte.

3.2.4.4 *Sessão plenária* como um agrupamento ordenado de gêneros

A *sessão plenária*, embora seja um dos eventos discursivos mais importantes da atividade política parlamentar, ainda é pouco estudada. Há certamente muitas pesquisas sobre o *discurso político* visto como *discurso*, mas não como um gênero textual⁶⁷. Nesse sentido, a pequena descrição que apresento a seguir deve ser vista apenas como um ponto de partida para pesquisas posteriores, que busquem analisar a *sessão plenária* em sua totalidade textual e discursiva.

O Senado Federal, por meio da Secretaria de Taquigrafia, faz a transcrição das *sessões plenárias* e as disponibiliza em seu website. Apesar das mudanças que a transcrição opera sobre o texto, a versão transcrita nos permite ver o modo como o hipergênero é organizado e o papel que os gêneros e dispositivos organizadores aí exercem.

Pode-se dizer que a *sessão plenária* é um hipergênero organizado tipicamente por

⁶⁷ Fiz uma busca no *Google Acadêmico*, em 07 fev. 2013, e não encontrei nenhuma referência a estudos que enfocassem o *discurso político* como um gênero textual. Também não encontrei nenhuma referência a estudos sobre a configuração da *sessão plenária* como um evento discursivo-textual.

um gênero central, aqui identificado como *cerimonial*, que atravessa toda a extensão do hipergênero, ordenando a entrada e o encerramento de todas as unidades genéricas que o compõem. É esse gênero que estabelece a ordem de entrada dos gêneros funcionais bem como o cumprimento dos rituais institucionais requeridos para a consecução do evento discursivo.

Nessa perspectiva, a *sessão plenária* é composta pelas seguintes unidades retóricas⁶⁸:

- a) abertura
- b) comunicação parlamentar livre
- c) apreciação da matéria do dia
- d) informes institucionais
- e) encerramento

É a partir desse esquema estrutural organizador que o condutor do cerimonial, o presidente da sessão, conduz o desenvolvimento retórico do hipergênero, fazendo a distribuição e ordenamento dos gêneros típicos como *discurso (pronunciamento) parlamentar, ordem do dia, projeto de lei, votação de matéria* entre outros. Vale dizer que o papel social representado pelo presidente de uma *sessão plenária* e as atividades que ele desenvolve são governados por uma série de convenções sociais e políticas, incluindo aí todo o ordenamento jurídico e institucional que dá forma ao parlamento brasileiro. Assim, o presidente da mesa, ao conduzir a cerimônia e a moderação dos discursos, pode até imprimir ao evento certos traços de estilo pessoal, desde que não desobedeça às macrodeterminações sociais e jurídicas, e às convenções sociorretóricas e discursivas que regulam o hipergênero. Segue o Quadro 10 que resume a estruturação retórica do hipergênero *sessão plenária*⁶⁹:

⁶⁸ O conceito de unidade retórica será desenvolvido na seção 3.2.5 O hipergênero como um conjunto de unidades. Neste momento, vale dizer que uma unidade retórica constitui uma extensão discursivo-textual com totalidade de sentido, ou seja, constitui um enunciado segundo os critérios de Bakhtin.

⁶⁹ Tomei a *Sessão Plenária* (Deliberativa Ordinária n. 197, de 17/10/2012) como exemplo. O texto está disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/listaDisc.asp?s=197.2.54.O>>. Acesso em: 04 jan. 2013.

CAPÍTULO 3

MÍDIA, SUPORTE E HIPERGÊNERO:

CONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO, ANCORAGEM E AGRUPAMENTO ORDENADO DOS GÊNEROS | 163

Quadro 10 – Estruturação retórica do hipergênero sessão plenária

GÊNERO ORGANIZADOR CERIMONIAL (CONDUÇÃO DA <i>SESSÃO PLENÁRIA</i>)	GÊNEROS FUNCIONAI S	UNIDADES RETÓRICAS	MOVIMENTOS RETÓRICOS	
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA Em 17 de outubro de 2012, (quarta-feira), às 14 horas 192ª SESSÃO (DELIBERATIVA ORDINÁRIA)	–	Título descritivo	Mov.1	Descrição do evento discursivo
A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos nesta tarde.	–	Abertura	Mov.2	Declaração de abertura
Sobre a mesa, Expediente que será lido. A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Expediente lido vai à publicação.	<i>Expediente</i>		Mov.3	Apresentação de expedientes para publicação oficial
O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Srª Presidente, para uma comunicação parlamentar. A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, está inscrito o Senador Paulo Paim, primeira inscrição. [...] O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Salvo engano, sou o primeiro orador inscrito, Srª Presidente. A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Exatamente, é o primeiro orador inscrito.	–		Mov.3	Moderação das inscrições para os discursos
[O presidente da <i>sessão</i> passa, então, a conceder aos oradores inscritos o direito de fala. Sempre que um orador termina seu discurso, o presidente toma a fala. Em alguns casos dialoga com o orador]	<i>Discurso</i>	Comunicação parlamentar livre	Mov.4	Discussão de questões relacionadas os interesses políticos do orador
O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – [Faz-se a leitura da ordem do dia, seguida de votação].	<i>Projeto de lei</i>	Apreciação da matéria do dia	Mov.5	Apresentação e votação da matéria do dia
[O presidente da <i>sessão</i> passa, então, a conceder aos oradores inscritos o direito de fala. Sempre que um orador termina seu discurso, o presidente toma a fala. Em alguns casos dialoga com o orador]	<i>Discurso</i>		Mov.6	Discussão da matéria do dia
O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – A Presidência designa o Senador João Costa [...] O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – A Presidência designa o Deputado Valtenir Pereira [...]	–	Informes institucionais	Mov.6	Publicação de deliberações da presidência
O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – A Presidência, atendendo à solicitação de diversos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, comunica [...].	–		Mov.7	Comunicação da agenda institucional
O SR. PRESIDENTE (Tomás Correia. Bloco/PMDB – RO) – Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente sessão. Está encerrada a sessão.	–	Encerramento	Mov.8	Encerramento

Fonte do material citado: Website do Senado Federal

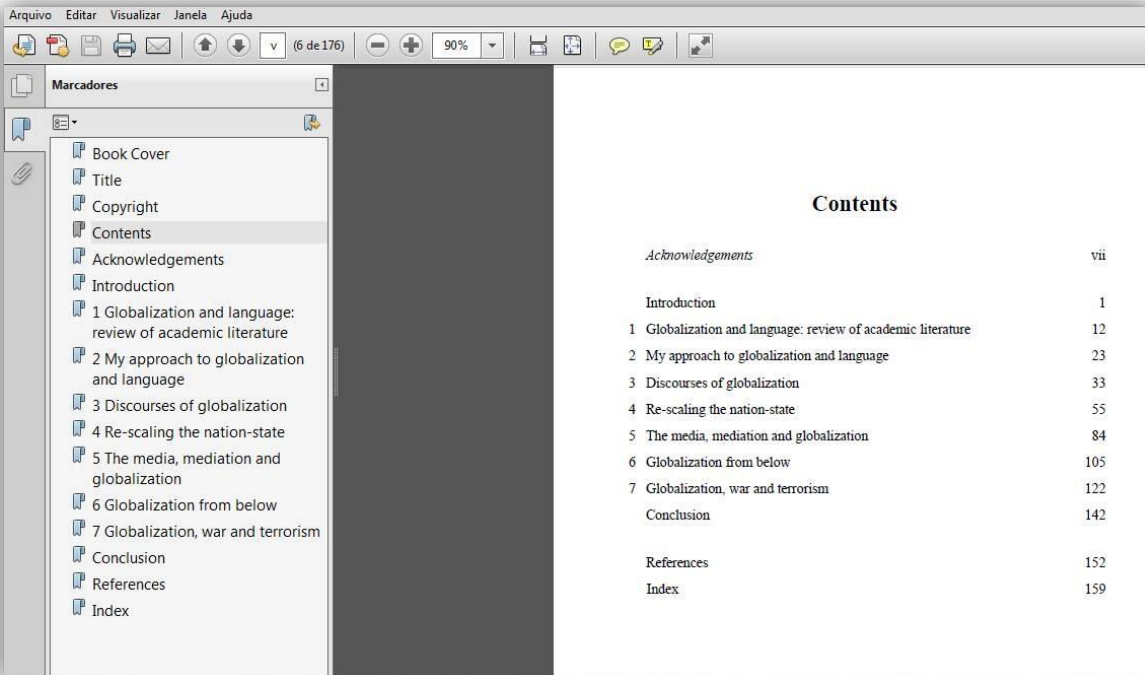
A passagem do hipergênero *sessão plenária* para a modalidade escrita torna necessária a construção de um novo modo de organização hipergenérica e textual. Um novo gênero organizacional, típico dos hipergêneros escritos, o *sumário*⁷⁰, é inserido, com o fim

⁷⁰ O gênero organizador *sumário* recebe, em diversos hipergêneros, o nome de *índice*, especialmente nos hipergêneros jornalísticos. Por exemplo, as revistas semanais de informação *IstoÉ* e *Veja* nomeiam a seção que sumariza o conteúdo de cada edição como *índice*. Contudo, segundo as normas NBR 6024 e NBR 6027 da

de facilitar a interação do leitor com o texto.

O *sumário* é um gênero organizador bastante recorrente nos hipergêneros escritos. Em geral, tem como propósito dar ao leitor uma visão global de toda a extensão do hipergênero e facilitar a localização e acesso às suas partes internas, constituindo assim um recurso de navegação semelhante ao hiperlink usado nos hipertextos eletrônico-digitaes. Pelo *sumário*, o leitor pode saber como o agrupamento de gêneros está estruturado, quantas partes tem, onde se inicia, onde está o ponto central, como se encerra. A estrutura composicional desse gênero consiste basicamente de dois movimentos: a) identificação da seção ou unidade interna, b) seguida da indicação da página onde se encontra. Em geral, a indicação de cada unidade interna é feita numa entrada de parágrafo, como pode ser visto na Figura 4 a seguir:

Figura 4 – Exemplo do gênero organizador *sumário*



Contents	
<i>Acknowledgements</i>	vii
Introduction	1
1 Globalization and language: review of academic literature	12
2 My approach to globalization and language	23
3 Discourses of globalization	33
4 Re-scaling the nation-state	55
5 The media, mediation and globalization	84
6 Globalization from below	105
7 Globalization, war and terrorism	122
Conclusion	142
References	152
Index	159

Fonte: Fairclough (2006)

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), *sumário* e *índice* são gêneros diferentes. Embora ambos estejam fundados na ação retórica de localizar alguma coisa na extensão do hipergênero. O *sumário*, normalmente, é colocado na abertura e serve para localizar seções, enquanto o *índice*, normalmente colocado no fechamento do hipergênero, serve para localizar termos específicos: nome de pessoas, nome de lugar, alguma palavra-chave etc.

Nas interfaces gráficas, isto é, nas janelas e nos ambientes de Interação Mediada por Computador (IMC), o gênero organizador que desempenha o papel de sumário e identificador das partes internas de um documento, de uma pasta, de um website etc. é, em geral, identificado como *menu* (BONINI, 2011), cujo dispositivo de organização e de interação fundamental é o *hiperlink*.

O funcionamento do gênero *menu*, na verdade de todos os gêneros mediados por computador, depende de muitos outros dispositivos organizadores, além do hiperlink. Entre os principais, podem ser citados: abertura dos conteúdos em janelas sobrepostas ou em abas (guias), barra de tarefas, movimento do cursor, barra de rolagem etc.

Pode-se dizer que assim como as inovações tecnológicas incorporadas ao *códice*, em especial a divisão da área de registro em partes descontínuas (as páginas), provocaram uma série de mudanças na organização dos gêneros e hipergêneros, assim também as inovações tecnológicas incorporadas à Interação Mediada por Computador (IMC) têm provocado diversas mudanças na quantidade, nos tipos, na estruturação, na organização, no agrupamento, na relação, no funcionamento dos gêneros. Por exemplo, a constelação de gêneros rotulada sobre o nome de *bate-papo* (chat)⁷¹ surgiu em razão da possibilidade de se realizar uma interação escrita e dialogada à distância, em que dois ou mais participantes podem, a partir de um mesmo quadro de referência temporal (interação síncrona), escrever um ao outro como se estivessem conversando.

Portanto, pode-se dizer que, à medida que as mídias inovam, surge a demanda de novos gêneros, tanto organizadores quanto funcionais, bem como a demanda de novos hipergêneros. De fato, a maior parte dos gêneros organizadores tem surgido exatamente por causa das possibilidades de mediação e interação que novas mídias vêm oferecendo.

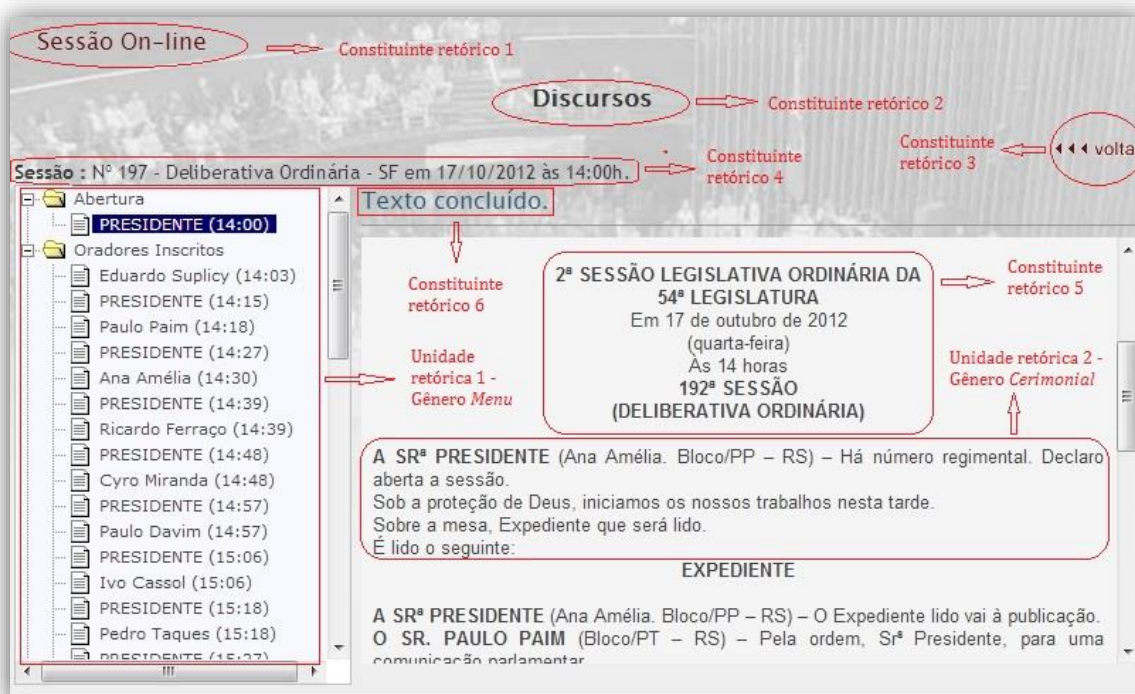
Dada a semelhança na estrutura e funcionamento, podemos dizer que o gênero organizador *menu* resulta de uma evolução histórica do gênero *sumário*. Uma vez alteradas as condições e estruturas tecnológicas de indicação e mapeamento dos conteúdos presentes numa mídia, um novo gênero organizador emergiu. O percurso diacrônico dos gêneros mostra que alguns emergem sem estar diretamente ligados a um gênero anterior, contudo, ao

⁷¹ Para mais detalhes sobre o *bate-papo* (chat) como uma constelação de gêneros, há o estudo de Araújo, J. C. (2006).

que parece, a maioria emerge a partir da estrutura e dos esquemas retóricos de gêneros já existentes.

A Figura 5 mostra que, uma vez trasposto para o sistema de mediação eletrônico-digital, o hipergênero *sessão plenária* precisou ser investido de alguns gêneros e dispositivos organizadores típicos dos hipergêneros escritos e eletrônico-digitais, com destaque para o gênero *menu* e para o dispositivo organizador *hiperlink*.

Figura 5 – *Sessão plenária* transposta para o sistema de mediação eletrônico-digital



Fonte: Website do Senado Federal

A Figura 5 nos mostra, nos constituintes retóricos 4 e 5, que certos dispositivos organizadores típicos da cultura escrita precisam ser acrescentados quando um hipergênero da oralidade é transposto para escrita. Os constituintes 4 e 5, aqui rotulados como *títulos descritivos*, servem para apresentar informações básicas sobre a natureza do hipergênero, os quais não aparecem no hipergênero oral; resultam, portanto, da intervenção dos protocolos de escrita.

A unidades retórica 1, ampliada na Figura 6, a seguir, resulta da transformação do gênero *cerimonial* no gênero *menu*. Observe-se que, nesse caso, há uma forte sobreposição entre as modalidades da língua – oralidade e escrita – e entre o sistema de mediação impresso e o sistema eletrônico-digital. Assim, temos, em linhas gerais, o seguinte percurso: um gênero típico da oralidade, o *cerimonial*, se transforma num gênero típico do sistema de mediação eletrônico-digital, o *menu*, que por sua vez adota fundamentalmente a estruturação retórica de um gênero típico do sistema de mediação impresso, o *sumário*. O *cerimonial*, por ser um gênero que atravessa toda a extensão da *sessão plenária* e que lhe confere uma unidade hipergenérica, constitui um ponto de referência importante para sumarizar e hiperlinkar as unidades retóricas do hipergênero, principalmente os *pronunciamentos* e a *ordem do dia*.

Figura 6 – Menu em hiperlink do hipergênero sessão plenária



Fonte: Website do Senado Federal

3.2.5 O hipergênero como um conjunto de unidades retóricas

Nesta seção, busco caracterizar o hipergênero como um conjunto ordenado de diferentes unidades retóricas. Antes de apresentar os tipos de unidades retóricas que formam

o hipergênero, considero importante conceituar os termos *unidade*, *constituente* e *movimento retóricos*. Esses três termos designam aqui objetos diferentes, embora todos estejam associados à estruturação retórico-composicional do hipergênero.

3.2.5.1 Unidade retórica

O termo *unidade retórica* é entendido aqui como uma unidade textual, de qualquer extensão, que funciona no interior do hipergênero como um enunciado, isto é, como uma unidade de sentido que pode ser individualmente destacada do hipergênero sem, com isso, perder sua integridade retórica, semântica e discursiva. Nesses termos, o hipergênero é constituído por uma rede de unidades retóricas de extensão e função variadas, partindo do gênero como a unidade menor e mais recorrente unidade do hipergênero.

As outras unidades retóricas, mais extensas que o gênero, são constituídas pelo agrupamento de dois ou mais gêneros, que formam, dentro do hipergênero, uma variedade de enunciados de média e grande extensão, que se articulam de modo hierarquizado. Esses agrupamentos internos têm funções retóricas diversificadas, e são aqui classificados como *bloco retórico*, *seção retórica* e *colônia retórica*. Esses termos são brevemente caracterizados a seguir.

O *bloco retórico* é uma unidade retórica pequena, normalmente formada por um gênero maior, em torno da qual gravitam alguns gêneros menores e dependentes, que lhe servem de complemento ou suplemento. O gênero reportagem, por exemplo, quando visto como um *bloco retórico*, é formado por um gênero maior, *a reportagem*, e por alguns gêneros complementares/suplementares, como a *fotografia*, conforme se vê na Figura 7, a seguir.

Figura 7 – Bloco retórico

Nosso Mundo

Transição perigosa

EGITO | O corte do gás para Israel é sintoma do aprofundamento de um impasse político que diz respeito a todo o Oriente Médio

POR ANTONIO LUIZ M. C. COSTA

SEM AVISO, a EGAS, subsidiária da estatal petrolífera do Egito, decidiu cancelar o fornecimento de gás natural a centrais elétricas de Israel, que representam 40% da sua receita com o produto (o restante era absorvido por empresas egípcias) e 40% do consumo do país vizinho. É óbvio que o suposto atraso de pagamento alegado pela EGAS e negado por Israel é um pretexto, embora nenhum dos países tenha interesse em fazer alarde dos verdadeiros motivos.

O acordo de exportação firmado em 2005, identificado com a corrupção, o regime Hosni Mubarak e a traição da causa árabe-palestina, sempre foi impopular no Egito e tornou-se ainda mais no verão de 2010, quando a escassez interna de gás causou seis semanas de corte de energia. Desde a queda do ex-ditador, o gasoduto foi bombardeado 14 vezes por presumíveis militantes islâmicos e o fornecimento tornou-se irregular.

Israel terá de racionar a eletricidade, ao menos enquanto não se iniciar a produção dos campos de gás que desenvolve no Mediterrâneo. Mas o Egito perde 300 milhões de dólares anuais em exportações (1,2% do total) e arrisca a ajuda militar estadunidense, de 1,3 bilhão em 2012, e a receita de 1 bilhão por ano das Zonas Industriais Qualificadas, cujos débitos prováveis no Egito com matérias-primas de Israel são hoje isentos de tarifas nos EUA.

É crítico para um país com desequilíbrio crônico na balança comercial e que, desde a Primavera Árabe, sofreu uma queda de 32% no turismo e 22% nos investimentos estrangeiros, teve as reservas reduzidas de 36 bilhões para 15 bilhões e tenta negociar um empréstimo de emergência do FMI. Por aí se avizora o desespero do governo militar por



Cartas marcadas. Os militares tentam votar em candidatos que possam fazer sombra a Amr Moussa e Ali Shater.

apoiar popular. Teria de ceder o poder ou apelar para medidas de força de consequências imprevisíveis se fosse preciso enfrentar novos cortes de energia e estes fossem associados às vendas a Israel. Com a medida, recebe ao menos um aplauso momentâneo, inclusive da Irmandade Muçulmana, com a qual vive em tensão crescente.

No processo que levou às eleições parlamentares, a junta militar (SCAF – Supreme Council of the Armed Forces, Conselho Supremo das Forças Armadas) inicialmente favoreceu os fundamentalistas, aparentemente por ver neles um contrapeso às forças liberais e de esquerda que iniciaram a revolução que lhes permitira conseguir o papel de fiel da balança. Mas os três partidos islâmicos, encorajados pelo entusiasmo popular, esqueceram a promessa inicial de restringir suas candidaturas e limitar sua participação a 40% do Parlamento; conseguiram 69% dos votos e 74% das cadeiras (sem contar os “bônus” nomeados pelo SCAF), 47% da Irmandade Muçulmana, 25% do ul-

traconservador Al-Nur (salafista) e 2% do moderado Al-Wasat.

Conseqüentemente, esses partidos elegeram dois terços do comitê que deveria redigir a nova Constituição e este foi anulado pelo Judiciário, criando um impasse ainda não resolvido. A junta pressiona por uma Constituinte de “notáveis” sem políticos e ameaça dissolver o Parlamento, convocar novas eleições e voltar a colocar os partidos islâmicos fora da lei. Estes não se intimidam e, para enfatizar seu apoio popular, responderam quebrando a promessa de não disputar as eleições presidenciais e lançaram o empresário Khairat El-Shater pela Irmandade Muçulmana, e Abu Ismail pelo Al-Nur.

Em resposta veio a candidatura inviolável de Omar Suleiman, ex-vice e chefe de inteligência de Mubarak, anunciada em 12 de abril para gerar protestos generalizados. Dois dias depois, com uma decisão salomônica na teoria e magnânica na prática, a comissão eleitoral casou sua candidatura e as dos dois principais rivais islâmicos (além de outros candidatos menos importantes) com

pretextos casuísticos: Suleiman por ser ex-funcionário de Mubarak, El-Shater por ter sido presidente até março de 2011 (foi libertado pela revolução) e o de Abu Ismail porque a mãe (falecida) obteve cidadania dos EUA.

A junta aparentemente espera garantir a vitória de Amr Moussa, ex-chanceler e ex-secretário geral da Liga Árabe, com a imunidade por crimes do passado, de tortura e corrupção.

O impasse egípcio pode se repetir na Líbia, onde o precário governo de transição quer proibir os partidos religio-

A junta cedeu à opinião pública. A venda de gás a Israel era muito impopular no Egito e o gasoduto foi bombardeado 14 vezes desde a queda do regime Mubarak

O problema está colocado desde 2006, quando as eleições palestinas foram vencidas pelo fundamentalista Hamas. Nas atuais condições econômicas e políticas do Oriente Médio, o liberalismo laico tem poucas chances em eleições livres. Onde o autoritarismo apodrece e cai, a indignação popular se expressa no islamismo político que talvez possa ser cooptado – convencido, por exemplo, a aceitar o acordo do Egito com o FMI – mas nunca ignorado. Está praticamente perdida a aposta em que, mesmo depois de Mubarak, os militares conseguiriam manter o Egito alinhado aos interesses dos EUA e Israel. Qualquer tentativa da SCAF de fazer a história recuar e permitir os partidos islâmicos terá vida curta. E uma possível crise financeira por falta de financiamentos externos já servirá para radicalizar ainda mais as massas.

Fato aparentemente não assimilado por Israel, que não dá sinal de levar em conta que medidas para agradar à extrema-direita e sustentar o governo Benjamina Netanyahu a curto prazo, com a recente legalização de novas colônias na Cisjordânia – as primeiras em 20 anos – podem inviabilizar sua sobrevivência no longo prazo, que o Irã consiga armas nucleares, quer não. ■

Fonte: Revista CartaCapital (n. 695, p. 48-99).

A *seção retórica* constitui uma unidade retórica média, maior que o *bloco retórico*. Em geral, a *seção retórica* é formada por um conjunto de *bloco retóricos* que se agrupam em torno de uma temática comum. A divisão dos *jornais diários* e *revistas de informação* em editoriais constitui um bom exemplo sobre o modo como o hipergênero é seccionado em unidades formadas por um ou mais gêneros que partilham conteúdo temático e certos traços retóricos. Por exemplo, no *jornal diário*, a *seção retórica* classificada como *Cidades* se caracteriza por reunir *blocos retóricos* que tematizam eventos, acontecimentos e fatos relativos à vida da cidade.

A *colônia retórica* é unidade retórica mais complexa e difícil de delimitar que o *bloco* e a *seção*. Embora seja hierarquicamente superior ao *bloco* e à *seção*, pode ser composta de um único *bloco retórico* ou de várias *seções retóricas*. Portanto, a *colônia* não é definida a partir da dimensão, mas a partir de fatores retóricos e discursivos. Além disso, em geral, não

há uma marca gráfico-composicional específica responsável por delimitar os contornos de sua extensão.

Dos três rótulos usados para descrever a hierarquia composicional dos agrupamentos internos dos hipergêneros, a *colônia retórica* é o que mais se associa à organização retórico-composicional global do hipergênero. Noutras palavras, pode-se dizer que as *colônias retóricas* constituem as unidades e movimentos retóricos básicos dos hipergêneros, aqueles que formam sua estrutura retórica prototípica. São as unidades e movimentos retóricos que permitem a identificação de um determinado hipergênero. Por exemplo, reconhecemos um *jornal diário* porque realiza algumas *colônias retóricas*, isto é, algumas *unidades e movimentos retóricos* prototípicos.

3.2.5.2 Constituinte retórico

O *constituente retórico* é definido aqui como um elemento que, embora possa ser segmentado, não possui completude e nem autonomia semântica; não pode, portanto, ser desmembrado da unidade retórica da qual faz parte. Entre os principais constituintes retóricos dos hipergêneros escritos, podemos citar: a) certos recursos de organização do gênero: *título, subtítulo, assinatura, trecho em destaque (olho) etc.*; e b) dispositivos e gêneros organizadores do hipergênero como *paginação, títulos de capítulo e/ou seção, hiperlink, chamada de capa, chamada de webpage, sumário, ficha catalográfica, índice, menu etc.*

3.2.5.3 Movimento retórico

Como vimos na seção 1.4.5 *O gênero é organizado em unidades e movimentos hierárquicos*, do Capítulo 1, os termos *unidade retórica* e *movimento retórica* são, em geral, tomados como sinônimos na literatura de Análise Sociorretórica de Gêneros brasileira. Neste trabalho, uso os dois termos para denominar objetos diferentes.

A *unidade retórica*, como dito antes, designa uma porção do hipergênero, de extensão e função variada, que tem completude semântica. Já o termo *movimento retórico* é

usado aqui para designar a *ação retórica* desenvolvida por qualquer parte do gênero e/ou do hipergênero. De modo mais didático, pode-se se dizer que a *unidade retórica* se refere a uma extensão material do hipergênero, enquanto o *movimento retórico* se refere a um componente abstrato, à ação retórico-discursiva realizada por uma unidade ou uma subunidade do gênero e/ou do hipergênero. Portanto, pode-se conceituar o *movimento retórico* como um componente retórico-discursivo organizador, responsável por realizar a articulação e a progressão retórica do gênero e/ou do hipergênero.

Nessa perspectiva, é importante destacar que a extensão textual coberta por um movimento retórico pode, às vezes, coincidir com a extensão de uma unidade, criando uma equivalência. Contudo, observa-se que, na maior parte dos casos, a extensão das unidades retóricas é maior que a extensão textual coberta pelos movimentos. Isso significa que, em geral, os hipergêneros têm um número de movimentos retóricos maior que o número de unidades.

3.2.6 O hipergênero como uma estruturação retórica prototípica

Como vimos, cada hipergênero é constituído por um conjunto de unidades e movimentos retóricos típicos, compondo assim uma estrutura retórico-composicional relativamente estável e relativamente particular. Considerando que, assim como o gênero, cada hipergênero têm uma estruturação retórica mais ou menos específica, dificilmente conseguiremos chegar a um padrão retórico geral que dê conta da estruturação de todos os hipergêneros. As modalidades de uso da língua (oral, escrita e multimodal) e os sistemas de mediação (manuscrito, impresso, eletrônico-digital e misto) influenciam bastante a forma de organização e composição retórica do hipergênero, o que torna bastante difícil, talvez impossível, a elaboração um modelo retórico-composicional geral.

A criação de uma tipologia para os hipergêneros pode nos ajudar a chegar a certos modelos retóricos mais gerais. Levando-se em conta a modalidades de uso da língua (oralidade e escrita) e sistemas de mediação da escrita (impresso e eletrônico-digital) como critérios, podemos classificar os hipergêneros em três grandes grupos: hipergêneros orais, hipergêneros impressos e hipergêneros eletrônico-digitais. É importante dizer que os três grupos interagem e se sobrepõem em vários casos. Isso significa que um hipergênero

eletrônico-digital, dificilmente é exclusivamente eletrônico digital. Poderá ter forte influência dos esquemas de mediação impressa, bem como dos esquemas de organização da fala. Do mesmo modo, quando se diz que um determinado hipergênero é oral, não significa que seja exclusivamente oral. Haja vista que a maior parte dos hipergêneros está associada à cultura escrita. Por exemplo, a classificação do *programa de auditório* como um hipergênero oral, não exclui a possibilidade de haver em sua produção e realização uma série de recursos provenientes da modalidade escrita e dos sistemas de mediação impresso e eletrônico-digital.

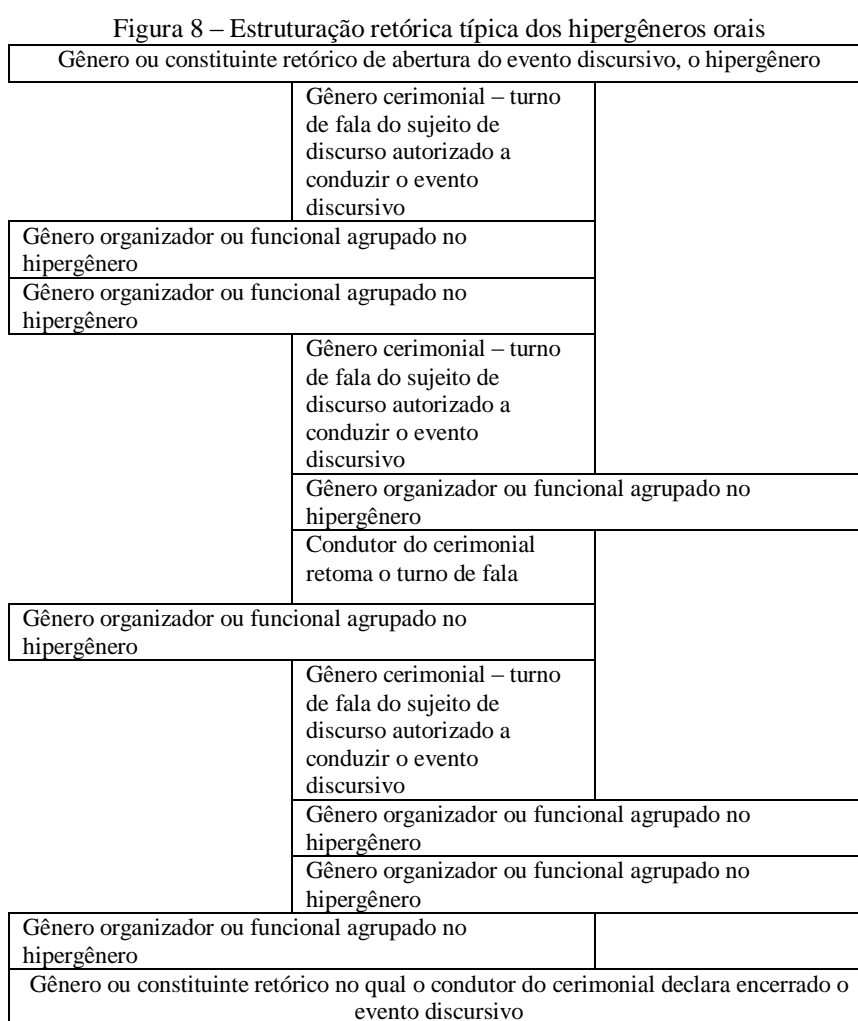
Como vimos, essa classificação leva em conta dois critérios: *modalidade de uso da língua* (oralidade – escrita) e *sistemas de mediação* (manuscrito, impresso e eletrônico-digital). O primeiro grupo, o dos hipergêneros orais, está fundado na noção de *modalidade de uso da língua*. O segundo, o dos hipergêneros impressos, está fundado na noção de *sistema de mediação*. O terceiro, dos hipergêneros eletrônico-digitais, está fundado tanto na noção de *modalidade de uso* (oralidade e escrita) quanto na noção de *sistema de mediação* (eletrônico-digital), isso porque as mídias eletrônico-digitais, muito mais que as outras, funcionam a partir da coexistência e sobreposição de multissistemas semióticos e multissistemas de mediação.

Podemos, portanto, a partir dessa tipologia elaborar três estruturações retóricas prototípicas para o hipergênero. É importante dizer que, no casos dos hipergêneros *impressos* e *eletrônico-digitais*, as características e recursos da mídia são muito importantes para sua caracterização retórica, havendo, em alguns, casos certa sobreposição entre a noção de mídia e a noção de hipergênero.

a) Estruturação retórica prototípica dos hipergêneros orais

Como vimos no item 3.2.4.4 *Sessão Plenária como um agrupamento ordenado de gêneros*, os hipergêneros orais se caracterizam por ter um gênero organizador central, que atravessa toda a extensão temporal do hipergênero. A partir desse gênero, aqui rotulado como *cerimonial*, um sujeito do discurso, uma espécie de mestre de cerimônia, conduz o desenvolvimento do hipergênero numa linha temporal, marcando os momentos retóricos mais importantes, como por exemplo a abertura, o núcleo central e o encerramento. De modo

mais detalhado, pode-se dizer que esse sujeito do discurso, a quem se concede a posição de gestor do hipergênero, conduz o evento, alternando seu turno de fala com o turno de outros sujeitos. Em geral, é através de seus turnos de fala que o sujeito condutor do hipergênero controla os momentos de entrada e encerramento dos gêneros organizadores e funcionais. Em geral, também é esse sujeito que tem a autoridade discursiva para abrir e encerrar o hipergênero, conforme se vê na Figura 8, a seguir.



A Figura 8 mostra, na coluna central, que marca a extensão temporal do hipergênero, o funcionamento do gênero organizador *cerimonial*. A linha horizontal superior designa o gênero ou dispositivo organizador que dá abertura ao hipergênero. E a linha horizontal inferior designa o gênero ou dispositivo organizador que encerra o hipergênero. Os retângulos acoplados à coluna vertical central designam os diversos gêneros organizadores

e funcionais que compõem a parte interna do hipergênero. Ressalte-se que a ordem dos gêneros organizadores ou funcionais encaixado no gênero organizador central, o cerimonial, constitui uma propriedade particular de cada hipergênero. Assim, a ordem apresentada na Figura 8 deve ser vista apenas com uma ilustração, e não como um padrão retórico.

É difícil estabelecer uma caracterização retórica mais ampla do que essa, capaz de mostrar as unidades e movimentos retóricos internos dos hipergêneros orais, uma vez que esses hipergêneros apresentam uma variação considerável em sua constituição interna. Desse modo, o esquema apresentado aqui serve como um modelo geral, a partir do qual se deve descrever e analisar a constituição das unidades e movimentos retóricos típicos de cada hipergênero oral.

b) Estruturação retórica prototípica dos hipergêneros impressos

Retomo aqui uma ideia que já foi discutida anteriormente. Os hipergêneros impressos, diferentemente dos orais, não estão baseados na noção de tempo, mas de espaço. Nesse caso, devemos partir de uma extensão espacial para compreender melhor a organização dos hipergêneros impressos, ou os gêneros produzidos segundo os esquemas das mídias impressas.

A unidade de espaço que atravessa praticamente todos os hipergêneros é a *página*. Ela constitui um dos principais recursos materiais (ou virtuais) usados para a distribuição, localização e visualização dos gêneros nos hipergêneros *Jornal, livro, revista de informação, revista acadêmica, dicionário, cartilha etc.*

O sistema de paginação, a numeração progressiva de cada página, constitui a contraparte simbólica que se associa à página como uma unidade material. É um dispositivo de organização fundamental para a sequenciação e progressão retórica do hipergênero. Funciona como uma espécie de linha que controla a entrada dos gêneros no hipergênero, cumprindo um papel parecido com o que o *cerimonial* desempenha nos hipergêneros orais. Associados à paginação, existem ainda dois gêneros fundamentais para a organização do hipergênero: o *sumário* e o *índice*.

Deve-se considerar também a área de registro e/ou impressão da página como um elemento importante na estruturação retórica dos hipergêneros impressos, visto ser o

elemento que possibilita a acomodação, a organização gráfica, a diagramação dos gêneros nos espaços da mídia e no interior do hipergênero.

É preciso considerar ainda o fato de que os hipergêneros impressos também têm, em geral, uma unidade retórica de abertura, *a capa*, e uma unidade retórica de encerramento, *a contracapa* (ou quarta capa). Esses dois elementos são partes constitutivas tanto da mídia como do hipergênero. Essa sobreposição nos permite dizer que a *capa* e a *quarta capa* são, simultaneamente, gêneros organizadores e dispositivos materiais e retóricos de mídia.

O Quadro 11, a seguir, mostra a composição típica dos hipergêneros impressos. A linha horizontal indica o *sistema de paginação*, responsável por delimitar a extensão material da mídia e, conseqüentemente, do hipergênero. O macroenunciado que constitui o hipergênero é alocado nas unidades internas da mídia, as páginas, de acordo com um esquema retórico prototípico, o qual tem, em geral, a seguinte estruturação básica:

Quadro 11 – Estruturação básica dos hipergêneros impressos

UNIDADE RETÓRICA	GÊNERO(S) TÍPICO(S)	MOVIMENTO RETÓRICO
Abertura	Capa	Apresentação das informações básicas do macroenunciado: tema, e sujeito e instituição autoral
Identificação do hipergênero	Frontispício (Folha de rosto) Ficha catalográfica, Expediente etc.	Especificação das informações relativas à natureza do macroenunciado
Referenciação e localização das unidades internas	Sumário (índice)	Referenciação e localização das partes que compõem o macroenunciado
Núcleo retórico – unidades fundantes do hipergênero	Vários	Desenvolvimento do conteúdo temático do macroenunciado
Promoção do hipergênero (opcional)	Contracapa (quarta capa) e/ou orelhas	Promoção do hipergênero

É importante registrar que a unidade retórica de promoção, embora esteja alocada no final da mídia, no caso da *quarta capa*, não constitui uma parte fundamental dos hipergêneros impressos. Por essa razão, não é uma unidade constante. Em muitos casos, a *contracapa* constitui apenas a unidade da mídia, sem registro algum.

c) Estruturação retórica prototípica dos hipergêneros eletrônico-digitais

Como vimos, os gêneros e hipergêneros eletrônico-digitais podem ser classificados em duas categorias, de acordo com o sistema de mediação e as tecnologias materiais associadas. Num grupo estão os gêneros e hipergêneros tipicamente mediados pelo *rádio*, *televisão*, *telefone (convencional)* e *cinema*. No outro, estão os gêneros e hipergêneros tipicamente mediados pelo *computador*, *smartphone*, *táblete*, *smart tv* etc., tendo a rede mundial de computadores (world wide web) como sistema básico de transmissão de dados.

Atualmente, com a expansão dos sistemas de produção, registro e transmissão digital, a separação entre esses dois grupos tende a diminuir, ou mesmo acabar. O que se vê é um amplo movimento de convergência de mídias, o qual cria uma ampla plataforma de mediação, aberta à ancoragem e a circulação de praticamente todos os gêneros. Noutras palavras, pode-se dizer que esse movimento de convergência tem levado todas as mídias para o computador, transformando-o numa espécie de mídia central, onde os mais variados gêneros, hipergêneros e mídias, provenientes dos mais diversos tipos de interação sociodiscursiva, podem ser produzidos, mediados e recebidos.

Os hipergêneros eletrônico-digitais, dada a amplitude e diversidade do sistema de mediação eletrônico-digital, não aprestam um padrão de estruturação retórica geral. Pode-se dizer que, em função da convergência de mídias e da forte intersecção entre oralidade e escrita que atravessam o sistema de mediação eletrônico-digital, os padrões de estruturação retórica dos hipergêneros são necessariamente dispersos e diferentes, o que dificulta (ou impossibilita) a elaboração de um modelo retórico capaz de incluir pelo menos a maior parte dos hipergêneros.

Dizer que os hipergêneros eletrônico-digitais têm uma estruturação retórica dispersa, não significa dizer que um dado hipergênero possa individualmente ser realizado em várias estruturas. Antes, significa dizer que há no sistema de mediação eletrônico-digital tantos hipergêneros, com características tão diferentes, que é praticamente impossível elaborar um modelo retórico geral.

Portanto, a dificuldade de se elaborar um esquema retórico geral aponta para a necessidade de se construir uma tipologia dos hipergêneros eletrônico-digitais. Uma vez estabelecidos os grupos, é possível elaborar os modelos retóricos que governam a

estruturação dos hipergêneros de cada um. Seguem alguns critérios que podem ser usados para a construção da tipologia: a) tipo de mídia em que circulam, b) modalidade de língua dominante (oralidade ou escrita) e c) características retóricas e discursivas que incorporam.

A discussão sobre os modelos de estruturação retórica dos hipergêneros orais, impressos e eletrônico-digitais desenvolvida aqui deve ser vista como o primeiro passo de uma reflexão teórica que requer continuidade em pesquisas posteriores. O modo como os hipergêneros de cada um desses grupos se organizam retoricamente requer um debate teórico específico, algo que foge às possibilidades desta tese. Portanto, a questão deve ser vista como uma abertura para o debate.

3.2.7 O hipergênero como um conjunto de unidades interligadas por uma cadeia referencial

Já vimos que o hipergênero é reconhecido como uma unidade, e não como uma simples coletânea de gêneros, pelo fato de haver nele um fio retórico-textual condutor que atravessa a maior parte dos gêneros e constrói um complexo sistema de articulação e progressão retórico-textual.

O processo de ordenamento e encaixamento dos gêneros no hipergênero é realizado por várias operações retórico-textuais e discursivas, entre elas, destaco aqui: a) o processo de referenciação temática e genérica, b) o processo de progressão retórica. Um tema pode ser retomado várias vezes no hipergênero, formando uma cadeia referencial que interconecta vários gêneros. Além disso, um determinado gênero pode fazer referência a outro gênero, formando uma cadeia referencial genérica.

A Figura 9, a seguir, ilustra um caso em que o tema dominante do hipergênero, apresentado como *objeto de discurso*⁷² na manchete de capa, é retomado várias vezes na *revista semanal de informação*, contribuindo assim para a construção da *progressão tópica*⁷³ do macrotexto. A capa dos hipergêneros *jornal e revista* constitui um bloco de gêneros dominado principalmente pelo gênero *chamada*. Dentre os movimentos retóricos

⁷² O termo *objeto de discurso* foi tomado de Mondada e Dubois (2003).

⁷³ Uso o termo *progressão tópica* a partir do conceito desenvolvido nos trabalhos de Marcuschi (2006), Rezende (2006) e Koch (2004).

CAPÍTULO 3

MÍDIA, SUPORTE E HIPERGÊNERO:

CONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO, ANCORAGEM E AGRUPAMENTO ORDENADO DOS GÊNEROS | 178

constituintes da *chamada*, há um cuja ação de linguagem consiste em referenciar (indicar) o local interno (seção e página) em que se encontra o gênero que expande aquele conteúdo temático. Veja-se a Figura 9 abaixo:

Figura 9 – Cadeia referencial e genérica com os objetos de discurso *Mensalão* e *STF*

1º Enunciado			Apresentação do objeto de discurso			2º Enunciado			Retomada 1		
						24 UM POETA NA ALTA CORTE Apesar de sensível às ruas, Ayres Britto, novo presidente do STF, não pretende ceder à cólera coletiva					
GÊNERO	TÍTULO	P.	GÊNERO			TÍTULO			P.		
Capa	<i>Não podemos ceder à pressão</i>	1	Sumário			<i>Um poeta na alta corte</i>			4		
3º Enunciado			Retomada 2			4º Enunciado			Retomada 3		
											
GÊNERO	TÍTULO	P.	GÊNERO			TÍTULO			P.		
Nota	<i>A pobreza tem cor</i>		Entrevista			<i>Um poeta na alta corte</i>			25		
5º Enunciado			Retomada 4			6º Enunciado			Retomada 5		
											
GÊNERO	TÍTULO	P.	GÊNERO			TÍTULO			P.		
Artigo de opinião	<i>O julgamento do mensalão</i>	29	Artigo de opinião			<i>Política de uma nota só</i>			59		

Fonte: *CartaCapital*, n. 961

O exemplo acima ilustra o papel que a cadeia referencial e temática exerce sobre o modo de articulação e encaixamento dos gêneros. Os objetos de discurso *STF* e *mensalão*

são referenciados em seis unidades retóricas diferentes, mobilizando cinco gêneros: capa, sumário, nota, entrevista, artigo de opinião.

Essa rede de referências construída em torno dos objetos de discurso *STF e mensalão* está estreitamente relacionada com a progressão retórica do hipergênero. Esses dois objetos formam o núcleo temático dominante do n. 961 da *Revista CartaCapital*, formando uma espécie de fio que liga progressivamente uma parte a outra.

Pode-se dizer que cada unidade retórica, em que o núcleo temático é mobilizado, serve de ponto de partida para a seguinte. Por um lado, há um grupo de gêneros, formado especialmente por gêneros organizadores, que estabelecem uma inter-relação textualmente explícita, isto é, fazem referência direta a uma outra unidade retórica do hipergênero. A relação que a *capa* e o *sumário* estabelecem com os gêneros internos constitui um bom exemplo de progressão retórica desenvolvida por meio de uma referência explícita. Por outro lado, há outro grupo de gêneros, formado especialmente pelos gêneros funcionais internos, que estabelecem entre si uma relação intertextual implícita, realizada fundamentalmente por mecanismos discursivos.

A Figura 9 nos mostra que, mesmo não havendo ligação e continuidade textuais explícitas entre as unidades retóricas “*Um poeta na alta corte*” (Cf. Anexo 2, Figura 22), “*O julgamento do mensalão*” (Cf. Anexo 2, Figura 23) e “*Política de uma nota só*” (Cf. Anexo 2, Figura 24), os enunciados estão discursivamente conectados, porque fazem parte de uma cadeia discursiva, a que podemos chamar de o caso do *O julgamento do mensalão*. A designação de *caso* vem de Bento (2011), para quem certos eventos sociais podem se organizar discursivamente, de modo a formar uma unidade discursiva de nível intermediário, posicionada entre o gênero e o discurso, a que chama de matriz genérica. Existem, de acordo com Bento (2011), seis tipos de matrizes genéricas: a) matriz argumentativa, b) matriz injuntiva, c) matriz narrativa, d) matriz expositiva/explicativa, e) matriz dialogal e f) matriz preditiva.

Pode-se dizer que o núcleo temático do n. 691, da revista *CartaCapital*, (cf. Figura 9, Anexo 2), está encaixado na *matriz narrativa*, constituindo parte de um grande caso jornalístico, intitulado de *O julgamento do mensalão*. É importante dizer que a grande narrativa *O julgamento do mensalão* deriva-se de outra narrativa, já amplamente explorada e narrativizada pela grande mídia jornalística brasileira, o caso *O mensalão*. Um *caso* seria,

para Bento (2011), o nome pelo qual costuma se tornar conhecido um conjunto de textos que compõem uma matriz narrativa.

Visto dessa forma, pode-se dizer que cada uma das unidades retóricas da revista, que mobilizam os objetos de discurso *O julgamento do mensalão* e *STF*, constitui, ao mesmo tempo, um elemento de progressão retórica do núcleo temático do hipergênero e uma manifestação de discurso que expande a narrativa do caso *Julgamento do mensalão*. O forte processo de intertextualidade presente nas unidades retóricas “*Um poeta na alta corte*”, “*O julgamento do mensalão*” e “*O julgamento do mensalão*” permite ao leitor interpretá-las de modo integrado. Assim as conexões intertextuais e interdiscursivas são percebidas como recursos para a progressão temática do hipergênero e para a extensão discursiva da grande narrativa do caso *Julgamento do mensalão*.

3.3 Resumo do Capítulo

Neste capítulo, apresentei uma reflexão teórica sobre as noções de *mídia* e *hipergênero*, com vistas a elaborar um arcabouço conceitual para a análise dos processos de mediação e agrupamento ordenado dos gêneros. O capítulo estrutura-se a partir de três conceitos-chave: a) a *mídia* como uma unidade de interação (BONINI, 2011) e de mediação dos gêneros; b) o *suporte* como um componente da mídia (BONINI, 2011), responsável pela ancoragem dos gêneros e hipergêneros; e c) o *hipergênero* como um agrupamento ordenado de gêneros.

A discussão sobre o processo de mediação exigiu, num primeiro momento, que se apresentasse uma conceituação para *mediação* e para os tipos de *interação mediada*. Uma vez discutidas essas noções, partiu-se para uma análise dos elementos que compõem a noção de mídia, em sua interface material e simbólica.

Sob o ponto de vista material, a mídia é concebida como um conjunto de tecnologias e dispositivos que permitem a ancoragem dos gêneros e hipergêneros. Os suportes, vistos como os componentes materiais da mídia, são os dispositivos nos quais e através dos quais os gêneros e hipergêneros são registrados, armazenados, atualizados e acessados. Esses tipos de ancoragem variam em função da natureza da mídia, do evento discursivo, da prática social e de outros fatores.

Sob o ponto de vista imaterial, a mídia se constitui como um conjunto de tecnologias simbólicas desenvolvidas no âmbito da cultura, do discurso, da organização social etc. Como se pode notar, os aspectos simbólicos da mídia são bastante amplos e diversificados. Em razão disso, a discussão se concentrou apenas em um de seus componentes simbólicos, aquele que está mais ligado aos estudos dos gêneros e hipergêneros escritos: *a escrita e os seus sistemas de mediação*.

Foi proposta uma tipologia para as formas de mediação da escrita, com base nos seguintes critérios: a) progressão histórica, e b) meios técnicos de registro e difusão. Partindo desses critérios, chegou-se à seguinte classificação: a) sistema de mediação pré-manuscrito, b) sistema de mediação manuscrito, c) sistema de mediação impresso e d) sistema de mediação eletrônico-digital.

O núcleo teórico do capítulo se ocupa da conceituação de *hipergênero*. Partindo de Bakhtin (2010[1952-53]), foi possível estabelecer os critérios a serem levados em conta para a delimitação do hipergênero como um enunciado, isto é, como uma macrounidade discursivo-textual. Assim, considerando principalmente as contribuições de Bakhtin (2010[1952-53]) e Bonini (2011), o hipergênero foi conceituado como um macroenunciado cuja composição: a) permite a alternância dos sujeitos enunciadores do discurso, b) incorpora um propósito de dizer e c) constitui uma totalidade semântica. Isso quer dizer que o hipergênero é definido como uma unidade de sentido concluída, que comporta uma réplica (BONINI, 2011). Essa unidade apresenta, como resultado da organização e distribuição típicas dos gêneros ao longo de sua extensão, uma progressão retórico-semântica com começo, meio e fim.

Em seguida, foi proposta uma discussão sobre algumas categorias que dão sustentação à noção do hipergênero como um macroenunciado. Foram feitas algumas reflexões teóricas sobre o hipergênero como: a) um conjunto de unidades textuais descontínuas; b) um agrupamento ordenado de um conjunto de gêneros típicos; c) um conjunto de unidades retóricas de extensão e função variadas; d) uma estruturação retórica prototípica; e) um conjunto de unidades ligadas por uma cadeia referencial.

No próximo capítulo, apresentarei uma análise da constituição retórica do hipergênero *revista semanal de informação*, com vistas a aplicar as categorias teóricas desenvolvidas neste capítulo. Serão analisados os mecanismos genéricos, discursivos e

CAPÍTULO 3

MÍDIA, SUPORTE E HIPERGÊNERO:

CONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO, ANCORAGEM E AGRUPAMENTO ORDENADO DOS GÊNEROS | **182**

textuais que tornam a *revista semanal de informação* um macroenunciado, constituído a partir do agrupamento ordenado de um conjunto de gêneros típicos.

CAPÍTULO 4

A REVISTA SEMANAL DE INFORMAÇÃO COMO UM HIPERGÊNERO

Neste capítulo, busco aplicar as categorias conceituais desenvolvidas nos capítulos anteriores, na análise da *revista semanal de informação* como um hipergênero. Parto do pressuposto de que a estrutura conceitual elaborada para caracterizar o hipergênero constitui um instrumental teórico produtivo para ser aplicado nos estudos de gêneros, especialmente nos casos em que se busca analisar o processo de agrupamento genérico. Os conceitos de mediação, ancoragem e agrupamento ordenado de gêneros são aqui usados tanto para explicar o modo como se constituem e se organizam certos grupos de gêneros, quanto para mostrar o efeito que outras categorias contíguas aos gêneros – a mídia e o hipergênero – exercem sobre sua estruturação sociorretórica e funcionamento sociodiscursivo.

4.1 Aspectos metodológicos: considerações sobre o objeto e sobre o *corpus*

O percurso de pesquisa construído nesta tese até o momento mostra que a teorização ocupa o papel central, e não a análise. Embora no projeto de pesquisa, que deu origem a esta tese, tenha sido colocado como objetivo geral “*analisar a constituição sociorretórica da revista semanal de informação como um hipergênero*”, o andamento do estudo mostrou ser necessário o aprofundamento de algumas questões teóricas relativas ao hipergênero. Ainda na fase de revisão da literatura, e delimitação e construção do objeto a ser investigado, notei a necessidade de elaborar uma reflexão mais pormenorizada sobre algumas categorias conceituais já existentes e a necessidade de se propor outras, antes de partir para a análise. Assim, as análises que se seguem devem ser vistas como uma atividade complementar à teorização desenvolvida nos capítulos anteriores, na qual são aplicadas experimentalmente as categorias que foram objeto de teorização. Penso que uma análise mais aprofundada da organização sociorretórica da revista semanal de informação, com vistas a demonstrar os fatores textuais, retóricos e discursivos envolvidos em sua constituição como um hipergênero requer mais espaço e tempo do que disponho neste momento. Portanto, este capítulo deve ser visto, não como o Capítulo no qual encerro esta tese, mas como o Capítulo a partir do qual começarei outras “teses”.

4.1.1 Sobre a escolha do objeto de estudo

Como já foi dito em outros lugares desta tese, o hipergênero a ser analisado nas seções seguintes é a *revista semanal de informação*. A escolha desse objeto se deve à proximidade estrutural e discursiva que tem com o hipergênero *jornal diário impresso*. Como vimos, foi a partir dos estudos sobre os gêneros do jornal que Bonini (2004a[2001]) propôs o termo *hipergênero* para se referir ao jornal como um grande gênero formado por outros gêneros. Nesse sentido, considere os estudos de Bonini sobre o jornal um indicativo de que a revista deveria ser outro hipergênero relevante a ser estudado, dada a proximidade com o jornal. Nesse caso, uma parte do trabalho de teorização e análise a ser feito sobre a revista poderia tomar os estudos sobre o jornal como ponto de partida.

Como foi dito, durante a fase de teorização, notei a necessidade de aprofundar a

estrutura conceitual, mas manteve o planejamento de fazer uma análise da constituição da revista semanal de informação.

4.1.2 Sobre a constituição do corpus

Compatível com o redirecionamento da tese, das 16 edições de *revista semanal de informação* que antes compunham o corpus, foram escolhidas apenas quatro, sendo um número de cada uma das principais revistas brasileiras: *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ*, *Veja*. À medida que a elaboração teórica se tornou o núcleo da tese, tornou-se desnecessária a composição de uma amostra maior. Com a mudança do objetivo geral, as análises passaram a ter a função de apenas exemplificar o que foi teoricamente construído; passaram a cumprir o propósito de mostrar o modo como as unidades retóricas se constituem e como se relacionam umas com as outras no interior da revista. Portanto, o deslocamento da pesquisa para o campo da teorização acabou acarretando também algumas mudanças nos procedimentos metodológicos.

Nesse sentido, a amostra que aqui apresento passou a ser constituída de apenas quatro edições de revista, um número cada uma das revistas, *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ*, *Veja*, do mês de maio de 2012. Seguem os números a serem analisados:

CartaCapital, n. 695, 2 maio 2012. Capa: “Não podemos ceder à pressão”

Época, n. 729, 7 maio 2012. Capa: “TED: o fast-food do saber”.

IstoÉ, n. 2216, 2 maio 2012. Capa: “Veta, Dilma”.

Veja, ed. 2268, 9 maio 2012. Capa: “Nas águas do Cachoeira”.

4.2 Análise da constituição sociorretórica da revista

Busco, nesta seção, aplicar as categorias teórico-conceituais desenvolvidas no Capítulo 3, especialmente aquelas relacionadas à constituição do hipergênero, na análise do processo de agrupamento ordenado de gêneros que se realiza na *revista semanal de informação*.

Nessa a análise, levo em conta o fato de que a revista, sob o ponto de vista geral,

incorpora elementos de diversas categorias: mídia, hipergênero, gênero, discurso etc. Isso implica que a análise poderia ser realizada em diversas direções. Três delas se relacionam mais diretamente com o que está sendo proposto nesta tese: a) análise do sistema de atividade social e do sistema de gêneros realizados pelo jornalismo; b) análise da revista como uma mídia jornalística que incorpora certas condições materiais e simbólicas de produção, mediação e compreensão discursiva; c) análise da revista como uma macrounidade simbólica, isto é, um hipergênero formado a partir do agrupamento e organização de um certo grupo de gêneros.

Essas três linhas estarão, de alguma forma, presentes nas análises subsequentes, com ênfase no item c), ou seja, na constituição da revista como um hipergênero.

A análise será composta de três partes. Na primeira, apresento a tipologia que será usada para inventariar e classificar os gêneros da revista. Na segunda, apresento as três unidades retóricas – *bloco*, *seção* e *colônia* – que realizam e articulam os agrupamentos internos da *revista semanal de informação*, a partir dos quais o macroenunciado é construído. Na terceira, analiso a configuração e a composição genérica do *bloco retórico*, o qual requer uma análise pormenorizado por ser a unidade básica, da qual parte toda a configuração global do hipergênero.

4.2.1 Inventário e proposta de classificação dos gêneros da revista

Nesta primeira seção, busco apresentar o inventário dos gêneros típicos que atuam na composição e funcionamento da *revista semanal de informação*. Junto com esse inventário, é apresentado um paradigma classificatório, elaborado a partir do papel que os gêneros desempenham na constituição e organização hipergenérica da revista.

Apresento inicialmente duas ressalvas importantes sobre o processo de classificar, o qual, embora não constitua o ponto central da maior parte das teorizações construídas sob uma perspectiva discursiva, costuma ser o elemento mais aberto a questionamentos. Em primeiro lugar, é preciso pontuar que os paradigmas classificatórios, para qualquer objeto, devem sempre ser considerados provisórios, visto se tratar de um construto historicamente situado. As propostas de classificação são feitas a partir de um acervo de conhecimento teórico-analítico disponível até o momento da classificação, portanto, aberto e provisório.

Em segundo lugar, as tipologias devem ser vistas como um meio e não como um fim em si mesmas. São instrumentos teóricos que visam facilitar a elaboração e/ou expansão de um arcabouço teórico, e/ou contribuir para o aprimoramento da análise de algum objeto. Noutras palavras, pode-se dizer que as taxonomias são elaboradas para se chegar a alguma postulação teórica e/ou procedimento de análise mais avançados, e não para chegar a uma simples rotulação dos objetos.

O paradigma aqui proposto é dividido em vários níveis. Neste momento, serão apresentados os dois primeiros. O principal trata da classificação dos gêneros da revista segundo a natureza da ação discursiva e do sistema de atividade social que realizam: informar *versus* promover. O segundo nível trata da classificação dos gêneros segundo o papel que realizam na composição e configuração do hipergênero: organizar *versus* fundar. Os demais níveis serão apresentados na seção 4.2.3 *Configuração e funcionamento do bloco retórico*, onde se analisarão o papel e as relações que os gêneros estabelecem na composição do bloco como uma unidade textual delimitada, tanto no aspecto gráfico-composicionais, quanto no aspecto semântico.

4.2.1.1 Gêneros fundantes e gêneros coadjuvantes: papel dos gêneros na constituição sociodiscursiva da revista

A classificação dos gêneros em *fundantes* e *coadjuvantes* considera os gêneros a partir da função que exercem na constituição da revista como um evento sociodiscursivo situado em dois sistemas de atividade social: o jornalismo e a publicidade. O grupo dos *gêneros fundantes*, bem mais extenso e complexo, se liga à atividade jornalística e o grupo dos *gêneros coadjuvantes* está mais relacionado à atividade publicitária⁷⁴.

Embora estejam situadas no campo da comunicação social e compartilhem certos elementos, a atividade jornalística e a publicitária têm funcionamento discursivo diferente. O jornalismo assume publicamente, como finalidade principal, a ação sociorretórica de informar (MARQUES DE MELO, 2003, 2006; MARTINEZ ALBERTOS, 1993; BOND, 1978); já a publicidade assume a ação sociorretórica de promover (CARVALHO, 1998; SANT'ANNA,

⁷⁴ Jornalismo e publicidade serão visto aqui como *sistemas de atividades sociais*, conforme a proposta teórica de Bazerman (2006b).

2000). Essa diferença é suficiente para situá-los em sistemas de atividade social e discursiva diferentes. Pode-se dizer que as duas atividades são constituídas de dois sistemas discursivos e dois sistemas de gêneros distintos, embora com alguma intersecção. Além disso, se as tipologias textuais forem consideradas como fator de distinção, pode-se dizer que a informação é uma atividade retórica desenvolvida basicamente a partir da *narração* e *exposição*, enquanto a ação de promover é construída a partir de um complexo sistema de tipos, no qual ocorrem praticamente todos os tipos textuais: *argumentação*, *descrição*, *exposição*, *injunção* e *narração*. Observe-se que, no caso da atividade publicitária, a ação retórica que orienta a argumentatividade dos gêneros é léxico-gramaticalmente menos marcada, portanto, mais instável. Isso significa que o efeito retórico é construído por meio de recursos tipológicos bastante variáveis.

Como já foi dito, a ação de informar é concebida como a atividade retórica que define e funda o jornalismo. Contudo, essa ação nunca aparece de forma pura. Embora o jornalismo, em razão de um forte investimento ideológico, seja visto como uma instituição social que visa tornar a informação pública, o fato é que, junto com a ação de informar, necessariamente se imiscuem outras, tais como: opinar, interpretar, educar, entreter.

Não há consenso, entre os teóricos da área, sobre quantas e quais são, de fato, as ações retóricas centrais do discurso jornalístico. Contudo, a ação de *informar* parece ser aquela que está na base e origem de todas. Para efeito de demonstração, veja-se o quadro apresentado por Seixas (2009a):

Quadro 12 - Finalidades do jornalismo para estudiosos do campo

Finalidades do jornalismo para estudiosos do campo (Espanha, Brasil, EUA)							
Martinez Albertos (1974)	Gomis Lorenzo (1989)	NúñezLadevèze (1991, 1995)	Luiz Beltrão (1976)	J. Marques de Melo (2006)	Fraser Bond (1959)	Curtis Macdougall (1963)	Phillip Meyer (1991)
Relatar	Interpretação informativa	Informar	Informar	Informar	Informar	Transmitir informação	
	Interpretação opinativa	Ajudar a compreender o que ocorre	Orientar	Opinar	Orientar		
Analisar				Jornalismo interpretativo	Interpretar	Interpretar	Interpretação com método
			Divertir	Jornalismo diversional	Entreter		
				Jornalismo utilitário			Jornalismo público
Persuadir		Convencer					

Fonte: Seixas (2009a, p. 73).

O Quadro 12 mostra que categorias como “*persuadir*” (ALBERTOS, 1974), “*jornalismo utilitário*” (MARQUES DE MELO, 2006) e “*divertir*” – “*jornalismo diversional*” – “*entreter*” (BELTRÃO, 1976; MARQUES DE MELO, 2006; BOND, 1978[1959]) parecem ser aquelas em que os teóricos divergem entre si. Já as categorias *informar*, *opinar e interpretar* parecem ser próximas do consenso. Destas, *informar* ocupa o primeiro plano, como a finalidade prototípica do fazer jornalístico.

No que diz respeito à atividade publicitária, pode se dizer que essa atividade social está primordialmente ancorada na ação de promover marcas e/ou produtos. Para isso, fundamenta sua ação retórica na persuasão. Embora a informação esteja presente na prática discursiva publicitária, não é a partir dela que o discurso é produzido. A informação é usada como um instrumento retórico-persuasivo secundário.

Informar e persuadir mobilizam ações sociorretórica diferentes. Contudo, é preciso dizer que, em razão do forte movimento de hibridismo cultural, social e discursivo que vem se aprofundando nas últimas décadas (CANCLINI, 2006; THOMPSON, 2011; FAIRCLOUGH, 2001[1992], 2003), certas fronteiras de discurso estão sendo diluídas. Fairclough (2003) nos adverte que o discurso jornalístico está cada vez mais próximo do discurso publicitário, chegando, em alguns casos, a fundir *informação* como *promoção*. Seguindo essa mesma tendência de interdiscursividade, o discurso publicitário, ao buscar a credibilidade como um recurso de persuasão inovador e de impacto, tem se aproveitado de certos elementos sociorretóricos típicos do jornalismo.

Portanto, partindo da distinção que se faz entre discurso jornalístico e publicitário brevemente apresentada aqui, e considerando que a *revista semanal de informação* é reconhecida socialmente como uma atividade/produto jornalístico que visa prioritariamente informar, proponho que os gêneros da *revista* sejam classificados nos dois grupos mencionados. O primeiro, identificado como o *grupo dos gêneros fundantes*, é formado pelos gêneros jornalísticos (reportagem, nota, entrevista, infografia etc.), somados aos gêneros que organizam a estrutura da revista (sumário, cabeçalho, rodapé etc.). O segundo, identificado como grupo dos *gêneros coadjuvantes*, é formado pelos demais gêneros que aparecem na revista, em especial os *gêneros publicitários*.

Os gêneros jornalísticos e os gêneros que organizam a estrutura hipergenérica da *revista* devem ser considerados como *gêneros fundantes*, sobretudo, porque sem esses

gêneros não há possibilidade de se construir uma revista. Já os *gêneros coadjuvantes*, embora estejam frequentemente presentes e sejam importantes para o funcionamento econômico da revista, podem, numa situação idealizada, ser suprimidos sem que a integridade do hipergênero seja alterada.

É importante ressaltar que há casos em que um ou mais *gêneros coadjuvantes* ocupam um lugar importante na composição do hipergênero. Nessas ocorrências, mesmo que o *bloco retórico*⁷⁵ seja formado por gêneros publicitários, os contornos retóricos e discursivos da unidade acabam agregando certas feições jornalísticas. Por exemplo, a seção/bloco retórico *Einstein Saúde*, situada após a *Seção Leitor – Blogosfera* da revista *Veja*, constitui-se de um anúncio que, embora vise primordialmente promover a marca *Hospital Albert Einstein*, escamoteia suas propriedades publicitárias ao incorporar as características do gênero *artigo de divulgação*.

Conforme se vê na Figura 10, a seguir, o texto “*Sua cintura na medida certa*” tanto pode ser classificado como um *anúncio* quanto como um *artigo de divulgação*. Se observado a partir de um plano sociodiscursivo mais amplo, considerando-se as condições de produção e o propósito discursivo primário, o gênero é um anúncio. Mas se considerado sob um ponto de vista estrutural e sociodiscursivo mais restrito, o gênero pode ser classificado como um *artigo de divulgação científica*.

⁷⁵ Utilizo o termo *bloco retórico* conforme a definição dada na seção 3.2.5.1 *Unidade retórica*, do Capítulo 3.

Figura 10 – Seção *Einstein Saúde* da revista *Veja*

EINSTEIN SAÚDE

SUA CINTURA NA MEDIDA CERTA

Síndrome metabólica aumenta risco de diabetes e doenças cardiovasculares

A medida da cintura é um importante indicador de saúde. Os centímetros que medem a concentração de gordura visceral evidenciam não apenas a obesidade, mas também os riscos de desenvolver doenças cardiovasculares ou diabetes.

Esse número é o principal critério utilizado pelos médicos para diagnosticar a síndrome metabólica. A medida varia de acordo com a etnia e gênero do indivíduo: no caso dos homens caucasianos e negros a preocupação surge a partir de 94 cm; no caso dos sul-asiáticos, ameríndios e chineses, a partir de 90 cm; e no caso dos japoneses, a partir de 85 cm. No caso das mulheres, as caucasianas, negras, sul-asiáticas, ameríndias e chinesas devem se preocupar com medidas a partir de 80 cm; e as japonesas, a partir de 90 cm.

Além da medida da cintura, que é uma condição que deve necessariamente estar presente, o diagnóstico de síndrome metabólica necessita da presença de mais dois critérios entre os seguintes: níveis de pressão arterial máxima (sistólica) maior ou igual a 13 cm/Hg ou pressão arterial mínima (diastólica) maior ou igual a 8,5 cm/Hg; glicemia medida em jejum elevada (a partir de 100 mg/dl) ou diabetes diagnosticado; perfil lipídico alterado (baixo colesterol bom – HDL menor que 50 mg/dl nas mulheres e 40 mg/dl nos homens – ou triglicérides elevados – acima de 150 mg/dl).

Esse conjunto de fatores eleva também o risco de morte por doenças como o acidente vascular cerebral (AVC) ou o infarto. De acordo com a Sociedade Brasileira de

Endocrinologia, quando presente, a síndrome metabólica está relacionada a uma mortalidade cardiovascular três vezes maior que na população em geral.

A doença é silenciosa, já que dificilmente apresenta sintomas, e frequente: a incidência é de 30% em toda a população. Ela pode aparecer a partir dos 30 anos, mas é mais comum na faixa dos 50. Nessa idade, o número de casos dobra em comparação com as faixas etárias anteriores. Não há um componente hereditário, mas quem tem histórico familiar de diabetes ou doenças cardiovasculares deve redobrar a atenção, pois é mais suscetível.

O diagnóstico da síndrome é feito por meio de exames laboratoriais – que vão avaliar os níveis de glicemia, colesterol e triglicérides presentes no organismo – em conjunto com uma avaliação clínica, na qual o médico irá aferir o nível de pressão arterial.

O tratamento de ponta para esse problema é multidisciplinar, ou seja, deve abordar vários fatores da vida do paciente. É preciso controlar o peso, a glicemia e o colesterol. Em alguns casos há necessidade de usar medicamentos, mas em geral a indicação é exercício físico e alimentação balanceada.

Levando-se em conta que a origem da síndrome metabólica está no acúmulo do tecido adiposo, quando a pessoa emagrece, as consequências são atenuadas e ela pode deixar de apresentar o diagnóstico. Por isso a realização de atividade física regular, dieta equilibrada e controle do peso são as principais maneiras de prevenção da doença.

A medida da circunferência abdominal é o principal critério para o diagnóstico da síndrome metabólica

Salba mais sobre este e outros assuntos no site www.einstein.br
Sugira o tema para as próximas edições: paginaeinstein@einstein.br

Sua saúde é o centro de tudo.

Responsável Técnico:
Dr. Miguel Cendoroglo Neto - CRM: 48949

Siga-nos nas redes sociais:
facebook.com/hospitalaiberteinstein
twitter.com/hosp_einstein

Fonte: *Veja*, ed. 2268, p. 61

A hibridização de gênero realizada em “*Sua cintura na medida certa*” faz o anúncio se afastar da prática discursiva publicitária e se aproximar da prática discursiva jornalística. O bloco-seção retórica *Einstein Saúde* não chega a estar completamente encaixado na organização e sequenciação genérica da revista, mas ocupa um local importante em sua estrutura hipergenérica.

É importante dizer que casos como esse merecem uma análise mais aprofundada. Levantei essa questão, neste momento, com o objetivo mostrar que a classificação dos gêneros da revista em *gêneros fundantes* (organizadores e jornalísticos) e *gêneros coadjuvantes* (publicitários) nos serve por agora, mas pode ser questionada e/ou refinada em novas pesquisas ou em novas realidade de discurso.

Considero importante frisar que, embora no momento meu objetivo principal esteja direcionado à investigação do processo de ordenamento dos *gêneros fundantes*, reconheço que os outros gêneros são importantes para os processos de produção, mediação e consumo da revista, tanto como uma atividade/produto textual quanto como um bem simbólico (mídia) encaixado na indústria da comunicação e na indústria cultural.

Levando-se em conta o estado atual da atividade jornalística, pode-se dizer que a supressão dos *gêneros coadjuvantes*, especialmente dos gêneros publicitários, só é possível se pensarmos na composição global da revista de um modo idealizado, haja vista que boa parte dos *gêneros publicitários* se encaixam na estrutura gráfico-composicional a partir de certas determinações discursivas.

Há ainda outra razão que nos permite afirmar que uma *revista semanal de informação* sem os gêneros publicitários constitui uma idealização. Trata-se do papel que esses gêneros exercem sobre a construção da revista como uma atividade/produto econômico e político. Há casos em que a presença dos gêneros publicitários é tão determinante sobre a revista que chega a delinear sua identidade e sua ação sociopolítica e ideológica. Considero que a publicidade constitui uma atividade importante para configuração discursiva (social, política e ideológica) e econômica (exploração de um espaço do mercado) da revista, tanto nos contextos de produção (instituições que produzem a revista e instituições que usam os espaços da revista para promover marcas e/ou produtos), quanto nos contextos de mediação e recepção (contextos nos quais estão situados as instituições de distribuição, os leitores e os consumidores em geral).

Observando apenas o lado das instituições jornalísticas, note-se que elas são, em geral, empresas que atuam no mercado, explorando certo setor da atividade econômica. Boa parte de suas receitas advêm exatamente dos espaços vendidos para a publicidade. As *revistas semanais de informação* existem em geral para faturar, para dar lucro. E, para isso, têm de vender alguns de seus espaços, estrategicamente situados ao longo de sua extensão, entre os *gêneros fundantes*, para serem ocupados por gêneros publicitários⁷⁶. Portanto, a supressão dos *gêneros coadjuvantes* deve ser considerada sob o ponto de vista da forma e da organização retórica da revista, não sob um ponto de vista sociodiscursivo (social, político,

⁷⁶ Outra parte da receita das revistas semanais de informação advém da venda de exemplares e de assinaturas.

ideológico e econômico).

Encerro esta seção chamando a atenção para o fato de que, embora reconheça que recortar os gêneros publicitários da *revista semanal de informação* resulte na construção de um objeto abstraído de sua real natureza discursiva, considero este procedimento metodológico importante em alguns casos. Não custa dizer que construção de abstrações para fins teórico-analíticos é um procedimento epistemologicamente necessário e presente em praticamente todas as atividades científicas, especialmente se considerarmos os casos em que novos objetos estão sendo teorizado ou pesquisados. Me parece sensato dizer que, caso não se possa fazer recorte e abstração, certas teorizações ou pesquisas se tornam inviáveis.

Portanto, essa discussão sobre o processo de abstração da *revista* deve ser visto apenas como uma nota, no sentido de esclarecer que para se proceder a uma análise mais completa da constituição hipergenérica da *revista semanal de informação* é preciso considerar também o papel que os gêneros publicitários exercem sobre sua constituição tanto hipergenérica quanto discursiva. Mas, isso só é possível ser feito em sucessivas etapas de teorização ou pesquisa.

4.2.1.2 Gêneros organizadores e gêneros funcionais: papel dos gêneros na organização e funcionamento da revista

O grupo dos gêneros fundantes se constitui de dois subgrupos: *gêneros organizadores* e *gêneros funcionais*. Como já foi dito, tomei essa classificação emprestada de Bonini (2011). De acordo com a proposta do autor, o jornal traz um grupo de gêneros responsáveis por sua organização e estruturação composicional e outro grupo responsável por seu funcionamento. A proposta classificatória de Bonini (2011) pode ser estendida à revista, bem como a outros hipergêneros, sem nenhum prejuízo conceitual. Pode-se dizer que, do ponto de vista hipergenérico, o *jornal* e a *revista* se estruturam de modo bastante parecido. As diferenças mais importantes se situam no campo retórico e discursivo, não no estrutural.

Foram encontrados nas quatro edições de *revista semanal de informação* pesquisadas oito (8) gêneros organizadores e dezessete (17) gêneros funcionais. O Quadro 13, a seguir, mostra o conjunto total de gêneros típicos encontrados nas *revistas semanais de informação*,

tanto os fundantes, quanto os coadjuvantes. Cada revista está identificado por número, segundo a ordem: (1) *CartaCapital*, (2) *Época*, (3) *IstoÉ* e (4) *Veja*.

Quadro 13 – Quadro geral dos gêneros presentes na revista

GÊNEROS DA REVISTA														
GÊNEROS FUNDANTES								GÊNEROS COADJUVANTES						
GÊNEROS ORGANIZADORES				GÊNEROS FUNCIONAIS				GÊNEROS						
GÊNEROS	REVISTA				GÊNEROS	REVISTA				GÊNEROS	REVISTA			
	1	2	3	4		1	2	3	4		1	2	3	4
Cabeçalho	x	x	x	x	Artigo de opinião	x	x	x	x	Anúncio	x	x	x	x
Capa	x	x	x	x	Carta do leitor	x	x	x	x	Press release	x	x	x	x
Chamada	x	x	x	x	Cineminha				x	Artigo de divulgação-anúncio				x
Editorial	x	x	x	x	Crítica	x	x	x	x	Cartaz de divulgação de evento			x	
Errata		x			Depoimento				x					
Expediente	x	x	x		Ensaio				x					
Rodapé	x	x	x	x	Entrevista	x	x	x	x					
Sumário	x	x	x	x	Fotografia	x	x	x	x					
					Frases	x	x	x	x					
					Guia	x	x	x	x					
					Ilustração fotográfica	x	x	x	x					
					Ilustração gráfica	x	x	x	x					
					Infografia (infográfico)	x	x	x	x					
					Legenda	x	x	x	x					
					Nota	x	x	x	x					
					Reportagem	x	x	x	x					

4.2.2 Constituição das unidades retóricas internas da revista

Pode-se estudar a ecologia interna dos gêneros da revista sob a ótica do discurso e/ou da organização retórico-composicional. Neste momento, por uma questão de foco (e de disponibilidade de espaço), analisarei a distribuição e encaixamento dos gêneros na revista considerando prioritariamente o fator retórico-composicional.

Como vimos, o hipergênero se constitui a partir de uma rede retórica hierarquicamente organizada por unidades que se agrupam e se articulam para compor um macroenunciado. Partindo dessa noção, apresento duas proposições que delineiam a direção que darei à discussão sobre os agrupamentos internos da revista: a) os gêneros se agrupam

para formar unidades internas, com extensões e funções variadas, denominadas de *bloco*, *seção* e *colônia retóricas*⁷⁷; b) a constituição dessas unidades, bem como das relações que se estabelecem entre elas, obedecem a certos padrões retóricos. Essas duas proposições podem ser assim condensadas: os espaços da revista são ocupados a partir de alguns esquemas retórico-discursivos que estabelecem uma espécie de mapeamento a) da distribuição dos *conteúdos temáticos*, b) *das direções retóricas* da atividade jornalística (informação, interpretação, opinião, utilidade, entretenimento) e c) dos tipos de agrupamentos internos.

Portanto, a *revista* pode ser compreendida como um agrupamento composto por três tipos de unidades retóricas, as quais se formam a partir do agrupamento ordenado e hierarquizado de certo conjunto típico gêneros. E cada uma dessas unidades é responsável por ordenar certos gêneros segundo padrões retóricos específicos. Em resumo, pode-se dizer que a *revista* se configura como hipergênero a partir da construção e articulação dos *blocos*, *seções* e *colônias retóricas*.

Nas próximas seções, apresentarei uma discussão, acompanhada de exemplos, sobre cada uma dessas unidades.

4.2.2.1 O bloco retórico

O *bloco retórico* é uma unidade pequena, composta por um ou por um conjunto de gêneros, que desenvolve uma temática comum. Na *revista*, o *bloco* se caracteriza por apresentar, além do contorno temático, uma certa delimitação gráfico-composicional. Os dispositivos retóricos que ligam um texto a outro dentro de um bloco podem ser de ordem estrutural ou funcional. Do ponto de vista da estrutura, os gêneros podem se articular por meio da configuração gráfica e da estruturação genérica complementar e/ou suplementar. Do ponto de vista funcional, os gêneros se agrupam em decorrência da unidade temática e da direção retórico-discursiva (informação, interpretação, opinião) predominante no bloco retórico.

O agrupamento gráfico-composicional resulta de uma demarcação das fronteiras do

⁷⁷ Os conceitos de bloco, seção e colônia retóricas foram apresentados na seção 3.2.5 *O hipergênero como um conjunto de unidades retórica*, no capítulo anterior.

bloco retórico por meio de alguns sinais gráficos (marcas de diagramação) característicos como: contorno da unidade com fios (linhas gráficas finas), uso de um pequeno quadro para marcar o encerramento da unidade etc. Essas marcas de delimitação retórica sugerem ao leitor que todos os textos ali integrados deve ser vistos como uma unidade. Cada texto, verbal ou não verbal, uma vez encaixado numa unidade gráfico-composicional, deve ser visto como parte de um todo. A Figura 11, a seguir, nos mostra o plano de configuração de um *bloco retórico*.

Figura 11 – Bloco retórico na revista *semanal de informação*

Comportamento

CRIANÇAS GOURMET



Com paladar de adulto, meninos e meninas abandonam os cardápios infantis em busca de experiências gastronômicas requintadas

Paula Rocha

Espagete ao vôngole, ravióli com trufas negras, sorvete de gianduia e tiramisú. Esses pratos e sobremesas, que parecem ter sido escolhidos a dedo por um exigente crítico gastronômico, são, na verdade, o cardápio dos gêmeos Thiago e Thomas Pereira, 13 anos. Filhos do restaurateur paulistano Juscelino Pereira – dono do bem conceituado restaurante Piselli –, eles fazem parte de uma nova leva de crianças com paladar apurado, que trocam facilmente os menus infantis e as tradicionais redes de fast-food pela alta gastronomia. Lá fora, esses minigourmets já estão sendo chamados de “koodies”, acrônimo de “foodie kids”, ou, basicamente, crianças interessadas em boa comida. Por aqui, a presença de garotos e garotas em restaurantes considerados requintados está cada vez maior, como conta o chef Marclio Araújo, do bistrô Le Vin, em São Paulo. **“Hoje recebo clientes mirins muito exigentes, que pedem até ostras e escargot”, diz.**

No caso de Thiago e Thomas, o apreço por pratos bem executados foi adquirido por influência do pai e também nas visitas frequentes a al-

VIVÊNCIA Os gêmeos Thiago (de branco) e Thomas Pereira, 13 anos: educação gastronômica com direito a turismo culinário

guns dos melhores restaurantes do País. “Sempre disse aos meninos que comer não serve apenas para saciar a fome. É uma experiência sentimental”, diz Juscelino. A educação gastronômica dos gêmeos inclui ainda viagens a destinos conhecidos por suas iguarias culinárias. “Fizemos uma viagem com o papai para o sul da Itália, onde provamos tartufo e canole”, diz Thiago, fazendo referência às trufas e à sobremesa típica da região da Sicília. “Também gostei muito das pizzas de lá, que têm a massa mais fina e são muito saborosas”, completa Thomas. Para o chef Araújo, o interesse das crianças pela alta gastronomia pode ser algo positivo, desde que não haja deslumbre. “É preciso ensinar os pequenos que comida caseira benfeita também é uma delícia”, diz.

Assista ao vídeo em istoé.com.br

Pequeno grande crítico



O nova-iorquino David Pines, 12 anos, se parece com qualquer outra criança da sua idade, exceto por seu peculiar talento para avaliar pratos e restaurantes. Apaixonado por gastronomia, ele acaba de lançar o livro “Pines Picks – a Kid’s Guide to the Best Things to Eat and Drink in New York City” (“As escolhas de Pines – um guia para crianças sobre as melhores coisas para comer e beber em Nova York”, em tradução livre), no qual analisa cerca de 100 pratos, que vão de hambúrgueres a lagosta.

66 | ISTOÉ 2216 2/5/2012

FOTOS: KILSEN PERINARDI/EP/VALGACAO

O bloco mostrado na Figura 11 apresenta a seguinte composição genérica:

- a) Gênero principal do bloco: reportagem.
- b) Gêneros complementares: fotografia 1 (conjugada com a *legenda “Vivência”*) e a fotografia 2 (conjugada com a *legenda expandida “Pequeno grande crítico”*).
- c) Constituintes retóricos: 1) o chapéu “*Comportamento*”, que indica a seção à qual pertence o bloco, 2) o título do bloco “*Crianças gourmet*”, 3) o subtítulo “*Com o paladar de adultos, meninos e meninas abandonam os cardápios infantis em busca de experiências gastronômicas requintadas*”, e 3) os títulos das legendas “*Vivência*” e “*Pequeno grande crítico*”.

O bloco “*Crianças gourmet*” ocupa a extensão de uma única página. Nesse caso, os próprios limites físicos da página constituem os demarcadores gráfico-composicionais da matéria. Há apenas uma linha fina separando a coluna 1 da coluna 2. As unidades textuais constituintes do bloco são separadas entre si pelos seguintes recursos gráficos: a) espaçamento, b) tipologia gráfica⁷⁸, c) cores das letras, e d) fundo da caixa de texto, especialmente no box no qual está a legenda da fotografia 2, “*Pequeno grande crítico*”.

Uma questão importante a se ressaltar é que a unidade gráfico-composicional não pressupõe uma leitura, necessariamente, linear, principalmente porque a própria diagramação ou estruturação gráfica do bloco não dispõe os textos de forma rigorosamente linearizada. Por exemplo, as unidades textuais “*Vivência*” (legenda), “*Pequeno grande crítico*” (legenda ampliada), a reportagem e o subtítulo⁷⁹, “*Com o paladar de adultos, meninos e meninas abandonam os cardápios infantis em busca de experiências gastronômicas requintadas*”, não estão numa ordem exatamente linear. Se considerarmos a) que o *bloco* está dividido em três colunas, b) que as colunas devem ser lidas da esquerda para a direita, conforme o protocolo de leitura mais comum, e c) que os constituintes e unidades retóricas do *bloco* estejam ordenados linearmente, nesse caso a leitura começaria pela coluna da esquerda, que tem um “*E*” capitular marcando o início da matéria, e se estenderia às outras. Essa sequência de leitura rigorosamente linear também parece ser possível. Mas o problema é que o subtítulo alocado na coluna da direita, ao lado da fotografia

⁷⁸ O termo tipologia gráfica é usada nas artes gráficas para designar os vários modelos de letras.

⁷⁹ No gênero *notícia*, o período introdutório no qual se dão as informações básicas sobre os elementos *quem, o que, quando e onde* é identificado como *lide*.

maior, quando lido depois de iniciada a leitura da matéria, causa estranhamento. O leitor, num primeiro momento, pode até achar que o texto “*Com o paladar de adultos, meninos e meninas abandonam os cardápios infantis em busca de experiências gastronômicas requintadas*” seja uma legenda da fotografia, por causa da localização, mas o tamanho da letra, o conteúdo e a assinatura indicam que se trata de um período introdutório, no qual se apresentam as informações básicas (quem, o que, onde e quando) da reportagem.

O posicionamento do subtítulo, nesta matéria, deixa claro que a disposição gráfica dos elementos retóricos do bloco seguem uma ordem relativamente flexível. Segundo uma ordem mais conservadora, teríamos a fotografia maior posicionada à direita e o subtítulo à esquerda, deixando claro ao leitor que o enunciado “*Com o paladar de adultos, meninos e meninas abandonam os cardápios infantis em busca de experiências gastronômicas requintadas*” seria o subtítulo, não uma possível legenda.

Portanto, pode-se dizer que a configuração gráfica e retórica do *bloco* pressupõe uma dada ordem de leitura socioculturalmente convencionada. Contudo, essa ordem pode ser alterada em função da incorporação de alguns recursos visuais, que visam agregar à matéria certos elementos semântico-discursivos. Além disso, pode-se dizer que os protocolos e ordens de leitura também estão abertos à intervenção e controle cognitivo. É possível que certos leitores estabeleçam ordens destoantes daquelas previstas nos esquemas sociocognitivos mais comuns.

Além da deslinearização gráfico-composicional, pode-se dizer que o *bloco retórico* reproduz, num plano menor, aquilo que o hipergênero constrói num plano macro. Já vimos que o hipergênero permite uma leitura deslinearizada. A *revista* tem, em sua própria configuração hipergenérica, uma proposta de organização textual naturalmente flexível, podendo ser lida a partir de qualquer ponto e de forma descontínua. Nesse sentido, a organização hipergenérica da revista é bem mais flexível que a do livro. Embora o livro também possa ser lido de forma descontínua, sua organização pressupõe uma leitura um pouco mais linear. Desse modo, tal como se pode ler a revista com certa flexibilidade, também se pode ler o bloco retórico numa ordem relativamente flexível. Até mesmo a leitura da unidade retórica principal pode ser, em alguns momentos, interrompida para se ler um unidade textual complementar, com uma infografia, por exemplo.

O *bloco retórico* é, certamente, a unidade mais diretamente ligada ao aspecto

composicional do hipergênero. Pode-se dizer, a partir de uma análise estrutural, que os blocos retóricos são uma espécie de “sentenças” do hipergênero; são unidades que se somam e se articulam umas às outras para, a partir de uma série de recursos e fatores retórico-discursivos, constituir um macroenunciado.

Nas seções seguintes, apresento uma breve discussão sobre a constituição da *seção* e *colônia* retóricas como as unidades nas quais os blocos se agrupam ordenadamente para compor o hipergênero. Em seguida, apresento quatro quadros, um para cada revista analisada, que mostram o modo como elas se compõem e organizam retoricamente. Na sequência, são apresentados alguns pontos importantes que os quadros nos permitem inferir.

4.2.2.2 A seção retórica

Como vimos, a *seção retórica* é uma extensão do hipergênero formada por um conjunto de *bloco retóricos* que se agrupam em torno de uma temática comum. De certo modo, quando aplicada à revista, a noção de *seção retórica* coincide com a noção de *seção da revista* (ou *editoria*, em alguns casos).

No contexto jornalístico, a seção é definida como uma extensão da *revista* ou do *jornal*, com estrutura e localização mais ou menos estável, na qual se veicula uma ou mais matérias jornalísticas de uma determinada editoria⁸⁰. Contudo, há casos em que o nome da seção, embora esteja no âmbito da produção da *revista* ligado a uma editoria, não reflete a repartição editorial responsável por sua produção. Entre esses casos, podem ser citados: *Medicina e Vida digital*.

Assim, embora reconheça que as condições de produção são importantes para explicar certas questões relativas à situação sociorretórica de produção e à atividade discursiva empreendida pelo jornalismo, considero importante definir a *seção da revista* a partir de critérios retóricos. Nesse sentido, a *seção* será considerada muito mais em função do espaço e posição que ocupa na organização da revista do que em função de sua ligação com certa editoria. Por mais que, no ambiente de produção, a *revista* seja geralmente

⁸⁰ *Editoria* é o nome que se dá para às seções especializadas da estrutura jornalística, os setores de cobertura da notícia. A redação dos jornais e revistas costumam ter as seguintes editorias: Cidade, Brasil (ou Nacional), Política, Economia, Cultura, Comportamento, Mundo, entre outras (JORGE, 2008).

construída de forma segmentada, com cada editoria ou departamento se responsabilizando por uma parte, a visão que o leitor tem, quando a revista está em suas mãos, é de um material completo, composto de partes temáticas e estruturais (Seção do sumário, Seção de entrevista, Seção de cartas, Seção de opinião, Seção de economia, Seção de cultura, entre outras).

O leitor não especialista tende a ignorar o processo de estratificação na produção editorial da revista – Editoria de educação, Editoria de economia, Editoria de cultura, Editoria de política, Editoria internacional etc. Outra razão importante para se levar em conta a divisão de *seção* por tema, não por editoria, consiste no fato de que os nomes, quantidade e perfil das seções constituem um elemento da identidade visual e editorial da revista. Isso quer dizer que cada revista possui uma divisão seccional particular que a distingue de outras.

4.2.2.3 A colônia retórica

A *colônia retórica* constitui uma grande extensão retórico-discursiva formada por uma ou mais seções retóricas. As colônias podem se formar a partir de fatores estruturais e retórico-discursivos.

Do ponto de vista estrutural, o hipergênero revista pode ser dividido em três colônias: a) *núcleo de abertura*, na qual estão situadas as seções responsáveis por promover, organizar e identificar o hipergênero, bem como oferecer informações sobre sua estruturação geral; b) *núcleo leve*, na qual estão situadas as seções retóricas responsáveis por fazer da revista um produto cultural de consumo massificado, ligado tanto à indústria da informação quanto à indústria do entretenimento; c) *núcleo pesado*, na qual estão situadas as seções retóricas responsáveis por tornar a revista uma mídia jornalística informativa. É nesta última colônia que se usam os gêneros jornalísticos mais complexos e com maior empoderamento: reportagem, artigo de opinião e entrevista. É sobretudo nesta colônia que a revista manifesta, de forma mitigada ou explícita, seu alinhamento ideológico-discursivo. Apenas o *núcleo de abertura* ocupa uma posição mais ou menos estável na revista. Os outros dois núcleo aparecem intercalados ao longo do hipergênero. Essa classificação retórica estrutural será levada em consideração apenas em alguns momentos da análise. A classificação fundamental para a elaboração do quadro da organização retórica global da revista será a que apresento logo em seguida.

Do ponto de vista retórico-discursivo, a revista pode ser categorizada em seis grandes colônias: a) colônia de organização, b) colônia de interação, c) Colônia de entretenimento, d) colônia de informação-interpretação, e) colônia de opinião, f) Colônia de utilidade. Essas categorias refletem a direção retórica dada às matérias. Embora a colônia de organização esteja fundamentalmente baseada na noção de estrutura, ela foi incluída no plano retórico-discursivo por incorporar certos movimentos retóricos tipicamente discursivos, tais como a) promover a revista (no caso da seção da Capa) e b) manifestar o discurso da instituição (no caso da Seção do Editorial).

Considero importante caracterizar a colônia de informação-interpretação por ser a que ocupa um maior espaço na composição geral do hipergênero.

Embora as revistas aqui analisadas sejam identificadas como revistas de informação, elas constituem uma prática discursiva híbrida, portanto necessariamente carregadas de outras categorias retórico-jornalísticas. A informação nunca é construída de forma pura, nem mesmo no *jornal diário impresso*, uma mídia bem mais apoiada na informação imediata que a revista. Na verdade, as revistas, dado o tempo de produção de que dispõem, uma semana, precisam apresentar a notícia de modo bem mais aprofundado, o que inclui necessariamente análise, interpretação, opinião. O fator tempo exige que o acontecimento-notícia seja remexido, aprofundado. Do contrário, corre-se o risco de apresentar ao leitor uma informação já vencida, dada a rápida e ampla cobertura dos telejornais e jornais diários.

O gênero principal da colônia *informação-interpretação*, a reportagem, embora seja tradicionalmente classificado, no campo dos estudos jornalísticos (MARQUES DE MELO, 2003), como um gênero informativo, deve, nessa perspectiva, ser considerado como um gênero retoricamente misto, que ultrapassa o limite da informação, entrando no campo da interpretação e da opinião. O estudo de Lima e Coroa (2010), sobre a configuração do sistema de avaliatividade no gênero reportagem, mostra que esse gênero incorpora uma série de recursos avaliativos, portanto interpretativos e opinativos.

Chaparro (2008, p. 136), em sua pesquisa sobre a configuração dos gêneros jornalísticos em jornais brasileiros e portugueses, afirma que

a leitura de textos de Reportagens, Notícias, Entrevistas, Artigos e Colunas evidenciou que o Relato Jornalístico consistente acolhe cada vez mais a elucidação opinativa, e que o Comentário da atualidade exige cada vez mais a sustentação de informação qualificada. A matriz “Opinião x Informação” perdeu, portanto,

eficácia como critério categorizador de gêneros jornalísticos.

Portanto, a forte hibridização retórica presente no discurso da revista torna necessária a fusão das categorias informação e interpretação numa só colônia. É importante dizer que há hibridização e intersecção não apenas entre informação e interpretação, mas também entre praticamente todas as outras categorias.

O mercado exerce certa pressão sobre configuração a discursiva da revista pelo fato de ela ser um produto de consumo massificado. Isso torna necessária a inserção de uma dose de entretenimento e de utilidade como elementos suavizadores do discurso. A revista se apresenta ao leitor não apenas como uma fonte de informação e interpretação da realidade social, mas também como um meio de entretenimento e como um objeto utilitário, que pode orientar o leitor a respeito das melhores oportunidades de consumo.

Portanto, pode-se dizer que a revista, em virtude de dispor de tempo maior para a elaboração que o jornal e em virtude de sua construção como um objeto de consumo, apresenta uma configuração discursiva que quebra as fronteiras entre *informação, interpretação, opinião, utilidade e entretenimento*. Assim, a segmentação da revista nessas seis grandes colônias retóricas, *organização, interação, informação-interpretação, opinião, utilidade e o entretenimento*, deve ser vista com certa flexibilidade, já que as seis colônias compartilham diversos traços retóricos. Portanto, quando se diz que uma determinada extensão e/ou agrupamento da revista pertence à *colônia de informação-interpretação*, na verdade, está-se dizendo que aí predominam a informação e a interpretação, embora também estejam presentes a opinião, certos traços de entretenimento e utilidade.

As colônias retóricas não possuem lugar rigorosamente fixo na revista; também não se apresentam segundo uma ordem específica. A colônia retórica é, entre as três unidades – bloco, seção e colônia –, a única que não recebe marcas de delimitação gráfico-composicional. Sua extensão e localização são definidas por fatores retóricos e funcionais. Lembremos que o *bloco retórico* tem sua extensão gráfica marcada por linhas (fios), extensão da página e alguns sinais gráficos específicos. A *seção retórica* conta com o chapéu⁸¹, um marcador gráfico-retórico que dá nome à seção. Além disso, a afinidade

⁸¹ Chapéu, também chamado de cartola, é um termo usado no jornalismo impresso para dar nome à palavra ou expressão colocada logo acima do título de uma matéria para definir o assunto aí tratado.

temática dos blocos retóricos também serve como um delimitador da seção. Já a *colônia retórica* não conta com qualquer marcador gráfico para delimitar sua extensão.

A seguir apresento quatro quadros, um para cada revista estudada, que mapeiam a organização retórica do hipergênero revista. Os quadros estão dispostos segundo a seguinte ordem: a) *CartaCapital*, b) *Época*, c) *IstoÉ* e d) *Veja*.

Quadro 14 – Organização das seções e colônias retóricas na revista *CartaCapital*

SEÇÃO RETÓRICA		GÊNERO DOMINANTE	COLÔNIA RETÓRICA	MOVIMENTO RETÓRICO
SEÇÃO	NOME DADO PELA REVISTA			
Capa	–	Chamada	Organização-Promoção	Promover a edição e referenciar as matérias internas da revista
Sumário	–	Sumário	Organização-Referenciação	Referenciar e localizar as matérias internas da revista
Cartas	–	Carta	Interação-opinião	Oferecer ao leitor espaço para manifestar sua opinião sobre as matérias publicadas pela revista
Expediente	–	Expediente	Organização	Identificar a instituição jornalística que edita a revista
Comportamento	Brasiliana	Reportagem	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Semana	Rosa dos ventos	Nota	Entretenimento	Apresentar resumidamente os acontecimentos e eventos periféricos da semana, usando uma linguagem leve, descontraída e, eventualmente, carregada de humor e ironia
Editorial	Editorial	Editorial	Organização-opinião	Manifestar o discurso da instituição, isto é, mostrar o modo como a instituição se identifica, e o modo como representa e interpreta a realidade social
Semana	A semana	Nota	Entretenimento	Apresentar resumidamente os acontecimentos e eventos periféricos da semana, usando uma linguagem leve, descontraída e, eventualmente, carregada de humor e ironia
	Blogs do além (Coluna)	Artigo de opinião / Crônica	Entretenimento-Opinião	Representar, interpretar e estetizar certos elementos da vida social
Brasil	Seu país	Reportagem	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Coluna	Vox Populi	Artigo de opinião	Opinião	Apresentar a opinião de especialistas e/ou autoridades discursivas sobre certos elementos e certas situações da vida social
Brasil	Seu país	Reportagem	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Coluna	Sextante	Artigo de opinião	Opinião	Apresentar a opinião de especialistas e/ou autoridades discursivas sobre certos elementos e certas situações da vida social
Brasil	Seu país	Reportagem	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
	Seu país entrevista	Entrevista		
Internacional	Nosso mundo	Reportagem	Utilidade	Sugerir objetos, usos e comportamentos, a partir de informações e conhecimentos especializados
Guia	Lances e apostas			
Comportamento	Ideias			
Guia	Ideias saúde	Reportagem	Utilidade	Sugerir objetos, usos e comportamentos, a partir de informações e conhecimentos especializados
		Artigo de divulgação		
Coluna	Antítese	Artigo de opinião	Opinião	Apresentar a opinião de especialistas e/ou autoridades discursivas sobre certos elementos e certas situações da vida social
Guia	Ideias tecnologia	Reportagem	Utilidade	Sugerir objetos, usos e comportamentos com base em conhecimentos e informações especializadas
		Nota		
Cultura	Plural	Crítica	Entretenimento-Cultura	Avaliar e sugerir produtos e atividades culturais
	Plural fotografia			
	Plural			
	Plural refogado			
	Bravo			
Fotografia	Retratos capitais	Fotografia	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia

Quadro 15 – Organização das seções e colônias retóricas na revista *Época*

SEÇÃO RETÓRICA		GÊNERO DOMINANTE	COLÔNIA RETÓRICA		MOVIMENTO RETÓRICO	
SEÇÃO	NOME DADO PELA REVISTA		COLÔNIA	NOME DA REVISTA		
Capa	–	Chamada	Organização-Promoção	–	Promover a edição e referenciar as matérias internas da revista	
Sumário	–	Sumário	Organização-Referenciação	–	Referenciar e localizar as matérias internas	
Editorial	Da redação	Editorial	Organização-Opinião	Opinião	Manifestar o discurso da instituição / Apresentar e promover matérias internas, especialmente a capa	
Expediente	–	Expediente	Organização-Identificação		Identificar a instituição jornalística que edita a revista	
Editorial	Opinião - Filtro	Artigo de opinião	Opinião		Manifestar o discurso e a opinião da instituição	
Coluna	Opinião	Artigo de opinião			Apresentar a opinião de especialistas e/ou autoridades discursivas sobre certos elementos e certas situações da vida social	
Coluna	Opinião	Artigo de opinião			Oferecer ao leitor espaço para manifestar sua opinião sobre as matérias publicadas pela revista	
Cartas	Opinião – Caixa postal	Carta	Interação-opinião		Retificar informações dadas pela revista	
	Fomos mal	Errata	Organização		Apresentar informações sobre a vida e atividade de pessoas famosas	
Coluna social	Primeiro Plano	Personagem da semana	Reportagem de perfil		Entretenimento-Coluna social	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Ciência		Diagrama	Artigo de divulgação Infografia		Informação- interpretação	Oferecer ao leitor possibilidades de ampliar a interação com a revista através de outras mídias, em especial a web
Semana		Bombou na web	Nota		Entretenimento-Interação	Apresentar informações sobre a vida de pessoas famosas
		Dois pontos	Frases	Entretenimento-Coluna social	Apresentar resumidamente os acontecimentos e eventos periféricos da semana, usando uma linguagem leve, descontraída e, eventualmente, carregada de humor e ironia	
		Felipe Patury	Nota	Entretenimento		
Brasil		Investigação	Reportagem	Informação- interpretação	Tempo	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
		Congresso Nacional				
Entrevista	Entrevista	Entrevista	Ideias			
Mundo	Olimpíada	Reportagem				
Economia	Mercado					
Comportamento	Internet	Entrevista				
Comportamento	Perfil	Reportagem	Entretenimento	Vida	Apresentar resumidamente os acontecimentos e eventos periféricos da semana, usando uma linguagem leve, descontraída e, eventualmente, carregada de humor e ironia	
Coluna	Bruno Astuto (Coluna)	Nota			Apresentar informações sobre a vida de pessoas famosas	
Coluna	–	Crônica	Entretenimento-Opinião	–	Representar, interpretar e estetizar certos elementos da vida social.	
Guia	Vida útil	Reportagem, nota, guia, infografia	Utilidade	Vida	Sugerir objetos, usos e comportamentos, a partir de informações e conhecimentos especializados	
Livros	Livros	Crítica, sinopse	Entretenimento-Cultura	Mente aberta	Avaliar e sugerir produtos e atividades culturais	
Artes	Arte					
Recomendados	Tempo livre? Eis o que você precisa fazer nesta semana					
Livros	Livros mais vendidos					
Coluna	–	Artigo de opinião / Crônica	Entretenimento-Opinião	–	Representar, interpretar e estetizar certos elementos da vida social.	

Quadro 16 – Organização das seções e colônias retóricas na revista *IstoÉ*

SEÇÃO RETÓRICA		GÊNERO DOMINANTE	COLÔNIA RETÓRICA	MOVIMENTO RETÓRICO-DISCURSIVO
SEÇÃO	NOME DADO PELA REVISTA			
Capa	–	Chamada	Organização	Promover a edição da revista
Entrevista	Entrevista	Entrevista	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Expediente	–	Expediente	Organização	Identificar a instituição que edita a revista
Cartas	Cartas	Carta	Interação-opinião	Oferecer ao leitor espaço para manifestar sua opinião sobre as matérias publicadas pela revista
Editorial	Editorial	Editorial	Organização- opinião	Manifestar o discurso da instituição / Apresentar e promover matérias internas, especialmente a capa
Sumário	Índice	Sumário	Organização	Promover, referenciar e localizar as matérias internas da revista
Multimídia	IstoÉ.com.br	Nota	Interação	Oferecer ao leitor possibilidades de ampliar a interação com a revista através de outras mídias, em especial a web
Semana	Semana	Nota	Entretenimento	Apresentar resumidamente os acontecimentos e eventos periféricos da semana, usando uma linguagem leve, descontraída e, eventualmente, carregada de humor e ironia
		Frases		
Brasil	Brasil	Reportagem	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Comportamento	Comportamento			
Coluna social	Gente	Nota	Entretenimento- Coluna social	Apresentar informações relativas a vida de pessoas famosas
Brasil (Capa)	Brasil (Capa)	Reportagem	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Ciência	Medicina e bem- estar			
Economia	Economia			
Guia	Seu bolso	Reportagem, nota, guia	Utilidade	Sugerir objetos, usos e comportamentos, a partir de informações e conhecimentos especializados
Internacional	Internacional	Reportagem	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Tecnologia	Tecnologia	Reportagem		
Ciência	Ciência	Reportagem e Artigo de divulgação		
Tecnologia	Tecnologia	Reportagem		
Cultura	Cinema	Crítica	Entretenimento- Cultura	Avaliar e sugerir produtos e atividades culturais
	Livros			
	Artes visuais			
	Em cartaz	Nota		
Coluna	Nome do colunista	Artigo de opinião / Crônica	Opinião	Representar, interpretar e estetizar certos elementos da vida social.

Quadro 17 – Organização das seções e colônias retóricas na revista *Veja*

SEÇÃO RETÓRICA		GÊNERO DOMINANTE	COLÔNIA RETÓRICA	MOVIMENTO RETÓRICO-DISCURSIVO
SEÇÃO	NOME DADO PELA REVISTA			
Capa	–	Chamada	Organização	Promover a edição da revista
Sumário	Índice	Sumário	Organização	Referenciar e localizar as matérias internas
Multimídia	Veja.com	Nota	Interação	Oferecer ao leitor possibilidades de ampliar a interação com a revista através de outras mídias, em especial a web
Editorial	Carta ao leitor	Editorial	Organização-Opinião	Manifestar o discurso da instituição / Apresentar e promover matérias internas, especialmente a capa
Entrevista	Entrevista	Entrevista	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Coluna	Nome do colunista da edição	Artigo de opinião	Opinião	Apresentar a opinião de especialistas e/ou autoridades discursivas sobre certos elementos e certas situações da vida social
Expediente	–	Expediente	Organização	Identificar a instituição
Coluna	Nome do colunista da edição	Artigo de opinião	Opinião	Apresentar a opinião de especialistas e/ou autoridades discursivas sobre certos elementos e certas situações da vida social
Cartas	Leitor	Carta	Interação	Oferecer ao leitor espaço para manifestar sua opinião sobre as matérias publicadas pela revista
Multimídia	Leitor - Blogosfera	Nota		Oferecer ao leitor possibilidades de ampliar a interação com a revista através de outras mídias, em especial a web
Semana	Panorama	Nota	Entretenimento-Coluna social	Apresentar resumidamente os acontecimentos e eventos periféricos da semana, usando uma linguagem leve, descontraída e, eventualmente, carregada de humor e ironia
		Frases		Apresentar informações sobre a vida e atividade de pessoas famosas
		Entrevista		
Brasil	Brasil	Reportagem	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social
Internacional	Internacional			
Coluna social	Gente	Nota	Entretenimento-Coluna social	Apresentar informações sobre a vida e atividade de pessoas famosas
Esporte	Esporte	Reportagem	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Especial	Especial	Reportagem, nota, guia	Utilidade	Dar sugestões de uso e de comportamento com base em informações especializadas
Espaço	Espaço	Reportagem	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Economia	Economia			
Ideias	Ideias			
Vida digital	Vida digital			
História	História			
Guia	Guia Veja	Nota, guia	Utilidade	Sugerir objetos, usos e comportamentos, a partir de informações e conhecimentos especializados
Cultura	Artes e espetáculos	Crítica	Entretenimento-Cultura	Avaliar e sugerir produtos e atividades culturais
	Cinema			
	Televisão			
	Música			
	Livros			
Coluna	Coluna	Artigo de opinião	Opinião	Apresentar a opinião de especialistas e/ou autoridades discursivas sobre certos elementos e certas situações da vida social

A comparação dos quatro quadros nos permite algumas conclusões:

a) A colônia de informação- interpretação constitui o núcleo discursivo da *revista semanal de informação*. Essa conclusão se aplica especialmente às revistas *CartaCapital*, *IstoÉ* e *Veja*.

b) A revista *Época* apresenta uma organização retórico-discursiva mais híbrida. As colônias retóricas se sobrepõem em diversos momentos. Pode-se afirmar, a partir desse dado, que essa é, entre as quatro revistas, a que mais se autoidentifica como um bem cultural da indústria da informação e do entretenimento. Organização retórico-discursiva e o padrão gráfico-composicional mostram que a revista visa a aprovação do leitor que busca um produto de informação, de entretenimento e de alguma utilidade.

c) A colônia de entretenimento é usada, com certa frequência, para quebrar a força discursiva da colônia de informação-interpretação. Frequentemente, uma seção retórica ligada à colônia de entretenimento é colocada entre duas seções de informação-interpretação para oferecer ao leitor uma possibilidade de suavização no discurso.

e) A colônia entretenimento aparece interseccionada com outras colônias. Isso tornou necessária a criação das seguintes subcolônias retóricas: entretenimento-cultura, entretenimento-coluna social, entretenimento-opinião. Cada uma dessas subcolônias apresentam movimentos retóricos distintos.

f) A presença e a recorrência das seções *Brasil*, *Internacional*, *Economia* e *Comportamento* nas quatro revistas indicam que essas são as seções que ocupam maior destaque na estruturação da *revista semanal de informação*. Essas seções, somadas ao editorial, constituem o espaço no qual o discurso da revista, isto é, seu modo de representar e construir a realidade, as relações e as identidades sociais, aparece com mais ênfase.

Apresento a seguir um quadro que sintetiza o padrão retórico-composicional típico do hipergênero *revista semanal de informação*.

Quadro 18 – Organização das seções e colônias retóricas prototípicas da revista

SEÇÃO RETÓRICA	GÊNERO DOMINANTE	COLÔNIA RETÓRICA	MOVIMENTO RETÓRICO-DISCURSIVO
Capa	Chamada	Organização-promoção	Promover a edição e referenciar as matérias internas revista
Sumário	Sumário	Organização-referenciação	Referenciar e localizar as matérias internas
Editorial	Editorial	Organização-Opinião	Manifestar o discurso da instituição / Apresentar e promover matérias internas
Cartas	Carta	Interação	Oferecer ao leitor espaço para manifestar sua opinião sobre as matérias publicadas pela revista
Multimídia	Nota		Oferecer ao leitor possibilidades de ampliar a interação com a revista através de outras mídias, em especial a web
Coluna	Artigo de opinião	Opinião	Apresentar a opinião de especialistas e/ou autoridades discursivas sobre certos elementos e certas situações da vida social
Expediente	Expediente	Organização-identificação	Identificar a instituição jornalística de que edita a revista
Semana	Nota	Entretenimento	Apresentar resumidamente os acontecimentos e eventos periféricos da semana, usando uma linguagem leve, descontraída e, eventualmente, carregada de humor e ironia
	Frases (Entrevista)	Entretenimento-Coluna social	Apresentar informações sobre a vida de pessoas famosas
Entrevista	Entrevista	Informação- interpretação	Representar e interpretar a realidade social, tomando como base acontecimentos atuais, que incorporem valor-notícia
Brasil	Reportagem (Entrevista)		
Internacional			
Variedades			
Economia			
Comportamento			
Ciência			
Guia	Reportagem, nota, guia	Utilidade	Sugerir objetos, usos e comportamentos, a partir de informações e conhecimentos especializados
Cultura	Crítica	Entretenimento-Cultura	Avaliar e sugerir produtos e atividades culturais
Coluna	Artigo de opinião / Crônica	Entretenimento-Opinião	Representar, interpretar e estetizar certos elementos da vida cotidiana

Finalizo esta seção com uma consideração que julgo ser importante. Dada a quantidade de questões a serem analisadas, as categorias *colônia retórica* e *seção retórica* exigem uma análise específica. Nesta tese, busquei prioritariamente construir uma reflexão teórico-conceitual sobre a categoria *hipergênero*. Os procedimentos de análise aplicados até este momento e os que virão a seguir, buscam muito mais exemplificar certas categorias inerentes ao hipergênero do que descrevê-lo analiticamente.

Por considerar que uma análise mais aprofundada do hipergênero deve partir da categoria menos complexa, busquei concentrar os maiores esforços de pesquisa na análise do *bloco retórico*.

4.2.3 Configuração e funcionamento do bloco retórico

Nas seções seguintes, retomo a noção de bloco retórico com o objetivo de apresentar um paradigma classificatório para os gêneros da revista, levando em conta o modo como eles se agrupam e se relacionam para constituir uma unidade textual.

4.2.3.1 Gêneros dominantes e gêneros complementares e/ou suplementares na composição do bloco retórico

O *bloco retórico* é, em geral, constituído por um *gênero dominante* (reportagem, artigo, entrevista, crítica etc.), em torno do qual se agregam outros *gêneros dependentes* (em especial os gêneros ilustrativos), que lhe servem de complemento e/ou suplemento. Noutras palavras, o bloco é um espaço gráfico-discursivo formado por uma rede integrada de gêneros, dentro da qual os gêneros assumem posições retóricas hierarquizadas.

Em geral, o bloco é dominado por um gênero que assume a condição de núcleo retórico do bloco. Cabe a esse *gênero dominante* fazer a apresentação e desenvolvimento do tópico discursivo, o conteúdo temático, segundo a terminologia de Bakhtin (2010[1952-53]), apontando a direção retórico-discursiva a ser assumida em todo o bloco⁸². Ao gênero dominante se juntam outros gêneros aqui denominados de *complementares* e/ou *suplementares*. Esses gêneros são responsáveis por desenvolver, complementar ou suplementar o conteúdo temático do *gênero dominante*, servindo-lhe, portanto, como movimentos retóricos adicionais.

Pode-se distinguir os *gêneros suplementares* dos *complementares* pela relação que têm com o gênero dominante. Por um lado, os *gêneros suplementares* são aqueles que, embora ocupem uma posição de gênero dominado no bloco, podem ser destacados sem trazer prejuízo semântico ou temático, tanto ao bloco quanto ao gênero em si. Isso significa que, em geral, os gêneros suplementares podem também ocupar a posição de gênero dominante. Por outro lado, os *gêneros complementares* são aqueles que, quando destacados do bloco, causam algum prejuízo semântico, tanto ao bloco como a si mesmos. Contudo, é importante

⁸² Saliente-se, contudo, que certas condições e posicionamentos discursivos antecedem a constituição do bloco retórico; fazem parte da natureza sociodiscursiva da instituição que edita o hipergênero.

salientar que pode haver casos em que a classificação de um determinado gênero em *suplementar* ou *complementar* seja retoricamente instável, dada a relação de continuidade entre as duas categorias classificatórias.

A Figura 12, a seguir, nos mostra o bloco retórico “O símbolo mais quente dos Jogos”, em que o gênero *reportagem*, assume a posição de *dominante*, e os gêneros *fotografia* e *infografia* funcionam como gêneros *complementares*.

Figura 12 – Gênero dominante e complementares na constituição do bloco retórico

O símbolo mais quente dos Jogos

Nos próximos dois meses, a tocha olímpica percorrerá a Grécia, a Irlanda e o Reino Unido até chegar a Londres

DESENO
A forma triangular representativa

OS TRÊS VALORES OLÍMPICOS: respeito, excelência e amizade

PELA TERCEIRA VEZ Londres é sede dos Jogos: 1908, 1948 e 2012

PESO
800 gramas

MATERIAL
É feita de uma liga de alumínio usada pela indústria automobilística e aerospacial

DETALHES
Tem 8 mil furos para representar as 8 mil pessoas que se prepararão

DE FURAS reduzem seu peso e ajudam a prevenir a condutividade de calor

CHAMADA
O sistema que a mantém acesa fica em seu centro e tem gás próprio suficiente para queimar por 10 minutos

ABOTA DO FOGO
Na dia 10 de maio, a tocha será acesa com favelas em Atenas

EM SETE DIAS, será levada por 500 pessoas no trajeto de 5.000 km até Atenas

EM 18 DE MAIO, será levada para a base aérea britânica de Cullinstown. Na manhã seguinte, foi do helicóptero para o aeroporto de Lutetia

DURANTE 70 DIAS, a chama será carregada por 8 mil pessoas em 8 mil tochas

500 MIL PESSOAS serão responsáveis por 13.000 km de percurso

EM 27 DE JULHO, ela chegará a Londres e acenderá a tocha olímpica na cerimônia de abertura dos Jogos

Fonte: *Época*, n. 729, p. 54, 56

As relações hierárquicas dos gêneros são, em grande parte, estabelecidas de forma contextual. A posição que cada gênero ocupa na hierarquia emerge das relações genéricas que se formam no *bloco retórico*. Assim, a classificação dos gêneros em *dominantes* e *complementares/suplementares* nem sempre pode ser feita de forma isolada, sem levar em conta o modo como os gêneros estão articulados num determinado *bloco retórico*. Um mesmo gênero pode assumir, num dado bloco, a condição de *gênero dominante* e em outro, a condição de *gênero complementar* ou *suplementar*. Tome-se o caso da *entrevista* como

exemplo. A Figura 13, a seguir, mostra um caso em que a entrevista assume a condição de gênero dominante do *bloco*. Observe-se que neste caso o tópico discursivo é prioritariamente desenvolvido pela *entrevista*. Além disso, esse gênero quase toda a extensão gráfico-composicional do *bloco retórico*.

Figura 13 – A entrevista como gênero dominante do bloco

Seu País Entrevista

Prezado amigo Afonso

NOVO COLUNISTA | O ex-craque, também doutor, substituiu Sócrates em *CartaCapital*

A FRANCISCO ALVES FILHO

PARA QUEM se inspira no futebol atual, cavalhada de craques e milionários quanto alienados, pode ser incompreensível a trajetória do ex-jogador Afonso Celso Garcia Reis, o Afonso. Apesar do estilo de jogo refinado e toque de bola impecável exibidos em grandes clubes brasileiros (Botafogo, Flamengo, Fluminense e Santos, entre outros), Afonso ficou conhecido por ter sido o primeiro na luta pelo passe livre. Isso em pleno ano de 1971, com a ditadura a todo vapor. No Botafogo, primeiro liderou os companheiros de time em uma campanha pelo pagamento de prêmios atrasados. Alguns tempo depois, foi impedido pela diretoria alvinegra de jogar enquanto mantivesse o visual "subversivo", cabelo comprido e barba. Indulgido com a arbitrariedade, entrou na Justiça em busca do passe livre. E ganhou. Sua atitude abriu caminho para outros jogadores lutarem por direitos trabalhistas e mereceu de Gilberto Gil a música *Mão de Campo* (*Prezado Amigo Afonso, tu continua aqui mesmo... diz a primeira frase*). A partir de maio, Afonso assumirá a coluna *Pênalti* em *CartaCapital*, espaço ocupado por mais de uma década por Sócrates, morto em dezembro passado. Há muita semelhança entre os dois craques: ambos cursaram Medicina, eram amigos e usaram o futebol como instrumento de defesa da cidadania. "Sócrates tinha posições bem claras. Sou mais intuitivo", compara o ex-jogador de 65 anos, que se diz profundamente honrado em substituir o "Doutor" nas páginas da revista.

CartaCapital: É possível fazer uma relação entre o seu jeito de escrever e aquele do Sócrates?
Afonso: O Sócrates rapidamente chegava a uma apreciação profunda, parece que via em tudo X. Em todos os momentos da vida se mostrava bem definido, do seu estilo de jogo. O futebol dele era retinho, até o corpo tinha ângulos agudos. Tanto no campo quanto na vida, Sócrates tinha posições bem claras. Eu sou mais sensível que inteligente, sou mais de sacar coisas do que aprofundar um raciocínio, mais intuitivo.

CC: Acompanhou de perto a Democracia Corinthiana?
Afonso: Sim. Foi um movimento vitorioso também dentro de campo. Então, ninguém pode contestar. No futebol, o resultado é determinante. Quando se ganha, muita coisa errada passa e na derrota mesmo o que está certo vai por água abaixo. Ficou provado: é possível organizar os jogadores de forma diferente e ganhar os jogos. Foi um marco, algo extraordinário não só para o futebol, mas também para a sociedade.

CC: Há um paralelo entre a Democracia Corinthiana e a sua luta pelo passe livre?
Afonso: À minha atitude em relação ao passe tinha a ver com a situação política do momento. Aquelas discussões tiveram importância porque era tudo fechado, então foi uma oportunidade de se abrir um espaço de debate. Aqui, lo temo um vulto muito grande. Chego ao ponto de as décadas da sociedade discutirem o que achavam de um jogador usar barba e cabelo grande.

CC: Como a ditadura mereceu com o futebol?
Afonso: O Brasil ganhou a Copa de 70 e depois ficou 24 anos sem ser campeão mundial. Há quem atribua a Jules Rimet ao regime. Para mim, aquela Copa é uma vitória da geração de 58 e 62, a própria formação dos jogadores foi baseada nessas equipes. Ninguém comenta o jejum de mais de duas décadas como consequência da ditadura.

CC: O modelo da CBF ainda tem muito do antigo CBD, não?
Afonso: É uma coisa terrível, porque a organização do futebol é medieval. O sistema de ligas, federações e confederações é estruturado dessa forma arcaica. Isso persiste. Na federação mineira era o coronel Guilherme. Ele saiu ficou o filho. Na Paraíba, saiu o coronel de Li e ficou a mulher. Continua assim.

CC: Isso atrapalhou a essência do esporte?
Afonso: A relação dos jogadores com a bola hoje é diferente. O Flamengo passou dez jogos sem vencer uma partida, era como se não estivesse acontecendo nada. No Palmeiras a mesma coisa. Eles parecem não ter mais relação com o jogo em si. É o espírito do neoliberalismo transportado para o campo. Cada atleta é uma empresa, tem relações públicas, administrador... Uma coisa fra. Não se relacionam bem. E a coisa mais linda que existe no futebol é a relação dos jogadores entre si. A maneira como foi tratado por craques como Didi, Nilton Santos, Zizinho, era uma coisa de igual para igual.

CC: E o Mano Menezes, o que acha dele?
Afonso: Ele não foi colocado lá para ficar. Assim como o Dunga também não foi colocado para ficar, mas acabou complicando por ter conquistado a Copa das Confederações. Depois, o ciclo se completou mal.

CC: O que o leitor de CartaCapital pode esperar de suas colunas?
Afonso: Posso dizer que vou me colocar de coração, mas vou levar a racionalidade até onde conseguir. Vou manter minha linha mestra de vida: ser coerente. ●

Marco. Ao lutar pelo passe livre em plena ditadura, ele mostrou que o jogador de futebol não era uma simples mercadoria

CC: O Brasil vai conseguir realizar uma boa Copa em 2014?
Afonso: É um momento propício a metrô. E assim: você aceita as regras e tem a Copa, ou não aceita e não tem a Copa. Optou-se por fazer. O Lula apostou nisso. É preciso então encarar de frente, aprofundar a fiscalização. Isso é uma oportunidade de ter alguns avanços na infraestrutura aeroportuária, transportes. Acho que, obrigatoriamente, vai se melhorar alguma coisa.

CC: E a Seleção Brasileira? Tem chances?
Afonso: O Brasil sempre faz um bom time, mas esse agora não há nada que justifique grande animação. Dois anos para fazermos uma Seleção de verdade é muito pouco. O que eles fizeram? Por dois anos usaram a Seleção para mostrar, valorizar, negociar jogadores. Foram dois anos de esculhambação, não havia ideia de time para ganhar a Copa. Era algo deliberado. A CBF tem essa estratégia de negócios mesmo, portanto escancarada.

CC: E o Mano Menezes, o que acha dele?
Afonso: Ele não foi colocado lá para ficar. Assim como o Dunga também não foi colocado para ficar, mas acabou complicando por ter conquistado a Copa das Confederações. Depois, o ciclo se completou mal.

CC: O que o leitor de CartaCapital pode esperar de suas colunas?
Afonso: Posso dizer que vou me colocar de coração, mas vou levar a racionalidade até onde conseguir. Vou manter minha linha mestra de vida: ser coerente. ●

CARTACAPITAL | 2 DE MAIO DE 2012 | 43

Fonte: *CartaCapital*, n. 695, p. 42-43

A Figura 36 (Cf. Anexo 4), por outro lado, mostra um caso em que a entrevista assume a condição de gênero suplementar. O bloco retórico é dominado pela reportagem “*Veta, Dilma*”, o gênero em que se desenvolve o tópico discursivo apresentado como manchete da edição n. 2216 da revista *IstoÉ*. A entrevista “*Marina quer o veto total*” é inserida no *bloco* com fim de expandir certos pontos do tópico discursivo, já abordado no gênero dominante.

Além disso, a *entrevista*, na condição de gênero suplementar, pode eventualmente desempenhar outra função importante. Trata-se da legitimação do discurso construído no gênero dominante. Em certos casos, a inclusão de uma *entrevista* num bloco retórico dominado por uma reportagem pode, por exemplo, servir como um instrumento de poder,

por meio do qual se dá legitimidade à angulação e/ou direção retórico-argumentativa desenvolvida no gênero principal.

A revista *IstoÉ* assume, na reportagem “*Veta, Dilma*” (Cf. Anexo 4, Figura 36), uma posição contrária ao Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados, se juntando ao movimento popular que pedia à presidenta Dilma o veto à lei. O título da manchete de capa, “*Veta, Dilma*”, e o título de uma infografia complementar, “*Os absurdos do código*”, (Anexo 4, Figura 36) sintetizam bem o posicionamento da revista. Nesse contexto, a inserção de uma entrevista da ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (Cf. Anexo 4, Figura 36), no corpo da reportagem, assume a condição de um instrumento de legitimação do discurso assumido pela revista. Em casos como esse, recorre-se a um sujeito social com suposta autoridade discursiva para, através do seu discurso, mostrar ao leitor que o discurso da revista tem respaldo de especialistas na área. Observe-se que a própria revista, quando apresenta o sujeito entrevistado, já o constrói discursivamente como uma autoridade no assunto. Na unidade retórica inicial da entrevista, na qual se apresenta o sujeito social entrevistado, a revista se refere à ex-senadora Marina Silva como “uma das maiores lideranças ecológicas do país” (Cf. Anexo 4, Figura 36). Portanto, pode-se dizer que o discurso de Marina Silva, identificada e representada socialmente como “liderança ecológica”, oferece garantia de que o discurso enunciado na reportagem “*Veta, Dilma*” é legítimo e digno de credibilidade, já que se alinha com o que a ex-senadora, uma autoridade e especialista no assunto, diz.

Portanto, certos gêneros, mesmo podendo ocupar uma posição hierárquica variável, normalmente assumem a posição de *gêneros dominantes* e outros, de *gêneros complementares/suplementares*. Nas edições de *revista* analisadas, os gêneros que mais assumiram a condição de dominantes foram o *artigo de opinião* e a *reportagem*, e os que ocuparam posição de suplementares foram *entrevista*, *nota* e *reportagem*. E as unidades retóricas complementares mais recorrentes foram: *fotografia*, *ilustração gráfica*, *ilustração fotográfica*, *infografia*.

4.2.3.2 Bloco retórico formado por um gênero isolado

Embora menos frequente, um gênero pode, sozinho, formar um bloco, e até seção, da revista. Os gêneros isolados, às vezes, contam com algum recurso gráfico amenizador da carga textual como: olho⁸³, título em letras garrafais, leve ilustração gráfica. Contudo, nenhum desses recursos tem carga e estrutura retóricas suficientes para alcançar o status de gênero distinto do gênero do qual participa.

O *bloco retórico* ilustrado na Figura 14, a seguir, é uma coluna de opinião, ocupado regularmente pelo gênero *artigo de opinião*. Todos as edições de revistas analisadas apresentaram mais de uma ocorrência de blocos retóricos formados por um *artigo de opinião*. São normalmente colunas fixas, isto é, encaixadas numa posição mais ou menos estável no hipergênero, e regulares, isto é, com ocorrência continuada. Há, às vezes, a ocorrência de colunas esporádicas.

⁸³ No jargão jornalístico, o termo *olho* nomeia uma pequena extensão do texto colocada em destaque em algum ponto da extensão gráfico-composicional da matéria. Por exemplo, numa entrevista, normalmente, se destacam trechos considerados mais contundentes da fala do entrevistado.

Figura 14 – Bloco retórico formado por um gênero isolado




Ruth de Aquino

A Justiça do amor

Um pai foi condenado a pagar à filha R\$ 200 mil de indenização por abandono afetivo. A decisão, inédita, é do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em São Paulo. Essa história mexe com sentimentos – e não com reconhecimento de paternidade ou pensão alimentícia. Não deveria pertencer à Justiça, e sim à vida e à consciência de cada um. Como legislar sobre a prática do amor?

É um caso comum. Uma professora de 38 anos, Luciane Nunes, que mora em Votorantim, interior paulista, decidiu há dez anos processar o pai, Antônio Carlos Jamas dos Santos, dono de postos de combustível em quatro Estados, por não ter cuidado dela direito, na infância e na adolescência. Luciane havia nascido de uma longa relação extraconjugal do pai, que durou oito anos.

A mágoa da menina foi agravada por ciúme e rejeição. Os filhos que o pai teve em casamento formal com outra mulher estudaram nas melhores escolas, aprenderam várias línguas. Ela não. Além de uma vida mais confortável, seus meio-irmãos tiveram a atenção paterna em casa. As brincadeiras, as broncas, os carinhos, os conflitos. Ela não.

Luciane cresceu, casou, teve filhos. Mas não superou o ressentimento. Decidiu colocar o pai de castigo numa sala de tribunal. Mostrar publicamente que, como empresário, ele pode ser bem-sucedido e morar em condomínio de luxo. Mas, como pai, embora a tenha reconhecido, não a amou o suficiente. Não a educou. Deixou a tarefa a cargo da mãe. Antônio Carlos conta uma história bem diferente: diz que tentou se aproximar várias vezes da filha, mas a mãe não permitia e era agressiva.

Como encontrar a verdade? Não invejo a juíza Nancy Andrighi, do STJ, que justificou a sentença. “Amar é faculdade, cuidar é dever.” A juíza está certa, não há como discordar. Ela listou algumas obrigações constitucionais da paternidade, “deveres inerentes ao poder familiar”: convívio, cuidado, criação e educação dos filhos. É melhor pensar direito antes de engravidar. Para dar à luz e não às trevas.

Luciane é hoje uma mulher que conseguiu, após uma década de processo, uma vitória judicial importante. Mas não o amor do pai nem a paz interna. A indenização, fixada inicialmente em R\$ 415 mil, foi reduzida à metade. Antônio Carlos diz que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF). Se o Supremo julgar e der razão a Luciane, abrirá caminho para uma enxurrada de filhos que não se sentem amados.

Por enquanto, o abandono afetivo não é previsto em lei.

A professora que processou o pai por abandono afetivo obteve vitória judicial. Mas não o amor dele

Há dois projetos. Um deles propõe detenção de até seis meses para pais acusados de não dar afeto ao filho menor. O outro propõe indenizar por danos morais os filhos e os idosos sem afeto. Quantos velhos são esquecidos em asilos sem receber visita ou ouvir uma só palavra de filhos e netos?

É complicado legislar sobre o exercício do amor e suas subjetividades. Se todos decidíssemos pedir indenização por uma carência temporária ou persistente de afeto, as Varas de Justiça teriam de fechar. Não dariam conta.

O sentimento de abandono nem sempre traduz a realidade. Algumas pessoas acham que amar pressupõe um contato diário. É preciso falar todos os dias. Pessoalmente, pelo telefone ou computador. Há quem se sinta sempre abandonado, mesmo com dezenas de amigos.

O trauma é maior se quem não demonstra amor é o pai ou a mãe. A falta de afeto pode causar profundos estragos emocionais nas crianças e nos adolescentes. Alguém duvida disso, mesmo sem ser psicanalista ou psicólogo?

Para ser pai e mãe, não basta dar nome e dinheiro. Tem de acompanhar, conversar, orientar, ouvir, disciplinar, brigar, beijar, rir e chorar. Ajudar no dever de casa. Consolar, estimular. Não é nada fácil ser pai ou mãe. Todos erramos em alguma medida, por excesso ou falta de zelo. Como somos humanos, dificilmente encontraremos o equilíbrio certo para cada filho, todos diferentes entre si.

Não sei se a mãe de Luciane bloqueou o acesso do pai à filha. Muitas mulheres agem assim, por vingança e ignorância. Mas conheço um número maior de mães que se esforçam, em vão, para o pai se envolver mais na educação do filho. Há homens, separados, que acham que, para ser pai, basta almoçar uma vez por mês com os filhos, compartilhar fotos e trocar uma ideia pelo Facebook, mesmo morando na mesma cidade. Não basta.

A decisão que beneficia Luciane, nas palavras da juíza Nancy, “abre um caminho para a humanização da Justiça”. Talvez abra caminho também para injustiças. Uma indenização não muda sentimentos. Não obriga ninguém a passar a amar. Ao contrário, azeda uma aproximação futura.

Se existe algum benefício na decisão do STJ de São Paulo, é levar as famílias a uma reflexão. Já que amar é cuidar, por acaso sou omissivo ou negligente com meus filhos? E com meus pais? O Dia das Mães é um bom domingo para pensar se cuidamos direito de quem mais amamos. ♦

Ruth de Aquino é colunista de ÉPOCA raquino@edglobo.com.br

122 • ÉPOCA, 7 de maio de 2012

Fonte: *Época*, n. 722, p. 122

Observe-se que, neste caso, a fotografia e nome do colunista, colocados no topo da página, devem ser considerados como dispositivos de organização retórica do hipergênero, e não um gênero ilustrativo propriamente dito. Nesse sentido, temos um bloco formado por um gênero único, *o artigo de opinião*, circundado dos seguintes constituintes retóricos: a) elementos de identificação do colunista (fotografia e nome), título do artigo, olho, assinatura do artigo.

4.2.3.3 Bloco retórico formado por gêneros justapostos

Textos de um mesmo gênero podem se agrupar para formar um bloco de textos justapostos. Embora estejam dentro de um mesmo contorno gráfico-composicional ou dentro de uma *seção retórica*, os textos não apresentam nenhum traço de ligação entre si, seja estrutural ou temática. O fato de aparecerem juntos decorre de um movimento retórico instanciado pela *seção* ou *colônia retórica*. É a configuração da *seção*, um espaço no corpo do hipergênero com uma identidade temática, genérica e socioretórica relativamente estável, que permite que os gêneros sejam justapostos, formando uma unidade retórica.

A Figura 15 ilustra o caso de um *bloco* formado por uma sequência de *frases* justapostas.

Figura 15 – Bloco retórico formado por gêneros justapostos



Fonte: *IstoÉ*, ed. 2216, p. 30

Embora a *frase* seja apenas o recorte de um texto maior, quando instalada na *revista*, assume o estatuto de gênero. Passa a ter uma configuração estrutural e discursiva compatível com o que se exige para que uma unidade textual seja considerada um gênero. A *frase*, ao ser ordenadamente instalada numa certa unidade retórica da revista, tem o seu contexto e cotexto originais (elementos estruturadores da produção/mediação/interpretação dos sentidos) desfeitos ou reconfigurados, havendo aí uma reconstrução discursiva, que lhe confere um estatuto genérico.

4.2.3.4 Encaixamento de gêneros na composição do bloco retórico

Os gêneros podem se agrupar no bloco a partir de um processo de encaixamento. Gêneros como *reportagem* e *entrevista* podem, somados aos gêneros ilustrativos⁸⁴, se agrupar numa única matéria, formando um bloco de textos que se encaixam e se ligam uns nos outros a partir de certas conexões retóricas

Outro fator bastante importante para a delimitação do *bloco de gêneros encaixados* é a articulação gráfica. Os textos que formam um bloco encaixado aparecem articulados e delimitados numa mesma unidade gráfica. Há certamente marcas que delimitam as fronteiras de um texto para outro. Contudo, há uma espécie de área gráfica maior que abarca e delimita todos num único conjunto, conforme se vê na matéria de capa da revista *IstoÉ*, n. 2216, “*Veta, Dilma*” (Cf., Anexo 4, Figura 36).

É importante ressaltar que os gêneros encaixados têm liberdade de ocorrência, isto é, podem ser retirados do bloco no qual circulam originalmente sem que sua integridade genérica e discursiva seja comprometida. De certo modo, a noção de encaixamento de gêneros está associado à noção de gêneros suplementares, uma vez que apenas os gêneros suplementares podem ser removidos de um bloco sem que haja perdas semânticas. Veja-se o caso do bloco retórico que desenvolve a manchete “*Veta, Dilma*”, da revista *IstoÉ*, ed. 2216 (Cf. Anexo 4, Figura 36). O bloco retórico, que curiosamente não tem título, é formado por uma reportagem maior (o gênero dominante), uma entrevista menor (o gênero

⁸⁴ Os gêneros de composição gráfica (fotografias e/ou figuras, acompanhados de legendas, e infografia), estão presentes em praticamente todas as unidades textuais da revista. Por esse motivo, serão tratados como gêneros ilustrativos ou gêneros gráficos inerentemente presos aos gêneros textuais.

suplementar encaixado) e uma extensa infografia e 14 fotografias (os gêneros complementares dependentes).

4.2.3.5 Coordenação de gêneros na composição do bloco retórico

Os gêneros assumem uma relação de coordenação quando mantêm entre si uma ligação na sequenciação composicional e retórico-discursiva; se situam em campos gráficos contíguos e desenvolvem uma mesma temática. Contudo, os gêneros encaixados, embora sejam graficamente próximos e tematicamente relacionados, não mantêm entre si relação de encaixamento e/ou dependência de sentido. Em termos hierárquicos, pode se dizer que eles se posicionam lado a lado, tendo um fio estrutural e retórico-discursivo que os conecta, uma vez que constituem parte de uma unidade retórica maior (uma seção ou colônia) e compartilham um conteúdo temático.

Na *revista semanal de informação*, a coordenação de gêneros se dá, na verdade, no nível do *bloco retórico*, não dos gêneros individuais. Em termos individuais, os gêneros podem se agrupar de forma justaposta ou encaixada, mas não de forma coordenada. Na verdade, pode-se dizer que temos *blocos* coordenados, não *gêneros coordenados*. Uma coordenação ocorre quando um *bloco de gêneros* compartilha com outro *bloco* certos traços hipergenéricos estruturais e retórico-discursivo, tais como: contiguidade física, sequenciação organizacional, continuidade temática. Por exemplo, a sequência de matérias, da revista *Época*, n. 729 (p. 36-42), que tematiza o caso *Cachoeira*⁸⁵, “*Para tirar o ministro*” (Anexo 3, Figura 28), “*De carona nos carros da Delta*” (Anexo 3, Figura 29), “*Um jogo de perderde*” (Anexo 3, Figura 30) e “*Ponte aérea entre Rio e Paris*” (Anexo 3, Figura 31), ilustra a possibilidade de uma extensão da revista ser construída a partir de blocos de gêneros coordenados. Embora essa sequência de matérias não esteja associada à manchete de capa da revista *Época*, n. 729 (Cf. Anexo 3, Figura 27), em geral, as grandes sequências de blocos coordenados são usadas para desenvolver o tema central da edição, apresenta na capa.

Cada *bloco retórico* forma uma unidade de sentido completa, relativamente fechada. A não dependência de complementaridade e/ou suplementaridade de sentido constitui parte

⁸⁵ A noção de *caso*, como uma categoria da matriz genérica narrativa (BENTO, 2011), foi apresentada na seção 3.2.7 *O hipergênero como um conjunto de unidades interligadas por uma cadeia referencial*.

essencial da estrutura e função do *bloco de gêneros*. Daí decorre a proposta de se classificar a proximidade/relação dos blocos que formam uma seção como um caso de coordenação, não de subordinação ou encaixamento. Mesmo que dois estejam coordenados, cada um possui total autonomia semântica e estrutural em relação ao outro.

Uma *seção retórica* pode ser formada por dois ou mais *blocos* não coordenados entre si. A coordenação de blocos não é essencial para que uma seção seja formada. Dois ou mais *blocos* não coordenados podem perfeitamente se juntar para compor um agrupamento maior. Por exemplo, as duas matérias que compõem a seção “*Nosso mundo*”, da revista *CartaCapital*, n. 695, (p. 44-47), “*Contra a austeridade*” (Anexo 2, Figura 25) e “*Transição perigosa*” (Anexo 2, Figura 26) ilustram bem o caso em que uma *seção retórica* pode ser formada por dois blocos tematicamente separados. As reportagens “*Contra a austeridade*” e “*Transição perigosa*” estão graficamente contíguas, mas são tematicamente distantes. Diferentemente, no exemplo anterior, as cinco matérias, “*Para tirar o ministro*” (Anexo 3, Figura 28), “*De carona nos carros da Delta*” (Anexo 3, Figura 29), “*Um jogo de perderde*” (Anexo 3, Figura 30) e “*Ponte aérea entre Rio e Paris*” (Anexo 3, Figura 31), são contíguas tanto no aspecto gráfico quanto no aspecto temático.

4.2.3.6 Subordinação de gêneros na composição do bloco retórico

Chamo de subordinação de gêneros é um fenômeno que ocorre no interior do *bloco retórico*; consiste no agrupamento hierarquizado de dois ou mais gêneros, um principal e o(s) outro(s) subordinado(s). O bloco tem em seu núcleo retórico e discursivo um gênero dominante, isto é, um gênero semântica e estruturalmente autônomo, que pode ser destacado do hipergênero sem que suas bases retóricas e discursivas sejam drasticamente alteradas. Em torno desse gênero dominante, se agregam os gêneros dependentes, que lhe servem de adjuntos retóricos. Os gêneros dependentes se estruturam semanticamente a partir dos conteúdos e informações presentes no gênero principal. Disso decorrem duas consequências retórico-discursivas: a) o gênero dependente constitui uma extensão da informatividade desenvolvida no gênero principal; b) o gênero dependente não tem autonomia estrutural, nem semântica; a base de seu sentido só pode ser recuperada enquanto ele estiver encaixado na unidade gráfico-composicional (espaço gráfico do bloco retórico) dominada pelo gênero

principal. Entre os gêneros dependentes, se destacam: *fotografia*, *ilustração gráfica*, *ilustração fotográfica*, *infografia*.

O bloco retórico “*Os dois senadores*”, da revista *Veja*, ed. 2268 (Anexo 5, Figura 38) é constituído pelo seguinte agrupamento: uma *reportagem* (gênero dominante), uma *fotografia*, uma *infografia* e seis *depoimentos* conjugados com seis *fotografias*.

É importante frisar que o grau de dependência dos gêneros nunca é uniforme. Uns são mais, outros são menos dependentes do gênero principal. Compare-se a infografia “*O senador no Congresso - O senador Grampeado*” (Anexo 5, Figura 38) com o depoimento de *José Agripino (DEM-RN)* reproduzido na Figura 17, apresentada adiante.

A infografia “*O senador no Congresso - O senador Grampeado*” é graficamente organizada por dois polos gráficos, um situado na página 84 e o outro situado na página 85. A organização gráfica conta ainda com os seguintes recursos de polarização, entre outros: a) as datas dos polos gráficos são escritas em cores diferentes: as do polo um, “*O senador no Congresso*”, são escritas na cor azul e as do polo dois, “*O senador grampeado*”, na cor vermelha; b) o polo um é ilustrado por uma fotografia do senador Demostenes Torres e o polo por dois com uma fotografia do contraventor Carlinhos Cachoeira; c) o senador aparece três vezes na ilustração do polo um e nenhum vez na ilustração do polo dois.

A construção gráfica da infografia em dois polos está relacionada com o título do bloco “*Os dois senadores*”. Isso já configura, semanticamente, um primeiro tipo de dependência. Outra dependência diz respeito ao conteúdo temático geral do bloco (envolvimento do senador Demostenes Torres, até então considerado um parlamentar íntegro, com os negócios do contraventor Carlinhos Cachoeira). Sem os recursos de situacionalidade e informatividade⁸⁶ desenvolvidos no gênero dominante, a compreensão da infografia fica, pelo menos em parte, comprometida.

A extensão gráfica da matéria “*Os dois senadores*” se encerra com seis depoimentos diagramados em seis finas colunas alinhadas, Figura 16, a seguir.

⁸⁶ Contextualização e informatividade são dois dos sete critérios de textualidade apresentados por Beaugrande e Dressler (1981). De acordo com os autores, um texto só adquire estatuto de texto quando os critérios *coesão*, *coerência*, *informatividade*, *situacionalidade*, *intencionalidade*, *aceitabilidade*, são satisfatoriamente satisfeito. Embora os autores partam de uma concepção, em alguns pontos, formais dos textos, a teoria dos critérios de textualidade é amplamente aceita, tanto nos estudos de linguística textual quanto nos estudos de análise de gênero e textualidade, como definidora dos aspectos básicos da formação de um texto.

Figura 16 – Depoimentos agregados à matéria “Os dois senadores”



Fonte: *Veja*, ed. 2268, p. 86

O depoimento do senador *José Agripino (DEM-RN)*, Figura 17, a seguir, mostra o alto grau de dependência dessa série de textos em relação ao gênero principal. O texto começa com o enunciado “*Ele era uma expressão do partido*”. O pronome *ele* constitui um elemento de referência anafórica, cujo referente só pode ser recuperado no gênero principal ou em outro gênero que compõe o *bloco retórico*. Se esse for destacado da unidade retórica, o depoimento não poderá ser compreendido, uma vez que o interlocutor não terá condições de recuperar a identidade do sujeito que está sendo tomado como objeto do discurso.

Figura 17 – Depoimento *José Agripino (DEM-RN)*

Fonte: *Veja*, ed. 2268, p. 86

Contudo é importante salientar que entre os gêneros dependentes, a infografia é o que é menos dependente do gênero principal, podendo em alguns casos circular isoladamente, sem que suas bases retóricas e discursivas sejam drasticamente afetadas. Já os gêneros *fotografia* e *ilustração* (gráfica e fotográfica) são os que apresentam um maior grau de dependência.

4.2.3.7 Conjugação de gêneros na composição do bloco retórico

Pequenos grupos de gêneros conjugados, isto é, com ocorrência necessariamente acoplada, se formam dentro do bloco retórico. Esses grupos normalmente são formados pela união de um gênero ilustrativo (*fotografia*, *ilustração fotográfica* e *ilustração gráfica*) com o gênero *legenda*). Conforme se vê na Figura 18, a seguir, a imagem assume a condição do gênero exige a conjugação e a legenda assume a condição de gênero conjugado. Ocorre ainda, especialmente nos grupos encabeçados por uma fotografia, o indicador dos *créditos da imagem*, o qual considero como uma extensão retórica do gênero *legenda*.

Figura 18 – Unidade de gêneros conjugados “Frota suspeita”



O agrupamento de gêneros conjugados forma uma unidade dependente do gênero dominante e/ou do bloco retórico como um todo. Contudo, a *legenda* e, por conseguinte, sua extensão retórica *créditos de imagem*, deve ser vista como um gênero dependente do gênero ilustrativo, com o qual está conjugada (*fotografia*, *ilustração fotográfica* ou *ilustração gráfica*), e não do gênero dominante do bloco retórico.

A Figura 18, além de ilustrar que os gêneros *fotografia* e *legenda* formam um par conjugado, também mostra que o gênero *legenda* realiza uma ação discursiva mais ampla que uma simples identificação do objeto ilustrado. Juntamente com a imagem ilustrativa, a *legenda* constitui um instrumento retórico valioso para multimodalizar o discurso realizado no texto verbal. Certos argumentos e avaliações construídos de forma moderada no texto podem ser expandidos e reforçados na legenda, através de recursos avaliativos e modalizadores. Por exemplo, o constituinte retórico *Frota suspeita*, que ilustra a reportagem “*De carona nos carros da Delta*” (cf. Anexo 3, Figura 29), atua como um movimento retórico que complementa e reforça a direção informativo-interpretativa realizada no corpo do texto verbal.

A partir da Figura 18, pode-se dizer, que a legenda, em grande parte dos casos em que aparece na *revista semanal de informação*, se constitui da seguinte estruturação retórica:

Quadro 19 – Estruturação retórica do gênero legenda

UNIDADE RETÓRICA	MOVIMENTO RETÓRICO		TEXTO
Título	Mov.1	Apresenta e problematiza o objeto ilustrado	<i>Frota suspeita</i>
Corpo do texto	Mov.2	Descreve o objeto	O governador entrega carros à polícia.
	Mov.3	Descreve o objeto de forma analítico-avaliativa	Além de ligações com Cachoeira, ele tem contratos com a Delta

A seguir apresento um quadro que resume a classificação dos gêneros formadores dos blocos retóricos. Como certas categorias de classificação estão associadas ao status hierárquico contextual do gênero, alguns gêneros podem ocorrer em mais de uma classificação, dependendo do papel que ocupem dentro do *bloco retórico*.

Quadro 20 – Classificação dos gêneros formadores dos blocos retóricos

CLASSIFICAÇÃO DOS GÊNEROS FORMADORES DOS BLOCOS RETÓRICOS			
GÊNEROS ISOLADOS	GÊNEROS JUSTAPOSTOS	GÊNEROS COORDENADOS	GÊNEROS CONJUGADOS
Editorial Sumário Entrevista Artigo de opinião Ensaio Reportagem	Carta de leitor Notas Frases Guia Crítica Reportagem	Reportagem Entrevista Reportagem	Fotografia Ilustração fotográfica Ilustração gráfica Legenda

4.3 Resumo do capítulo

Este capítulo teve como objetivo aplicar as categorias teórico-conceituais apresentadas nos capítulos anteriores na análise do hipergênero *revista semanal de informação*. Foram selecionadas para análise quatro edições de revista, sendo uma de cada uma das quatro principais revistas semanais de informação do Brasil: *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*.

Num primeiro momento apresentou-se uma proposta de classificação do gêneros da revista, segundo o papel que exercem em sua constituição discursiva (gêneros fundantes e gêneros coadjuvantes) e segundo o papel que exercem sua organização (gêneros organizadores e gêneros fundantes).

A parte seguinte se propôs a analisar as três unidades retóricas que hierarquicamente constroem a revista como um macroenunciado: *o bloco*, *a seção* e *a colônia*. O bloco retórico foi apresentado como a unidade básica a partir da qual as outras unidades são formadas. A seção retórica constitui uma unidade média, formada por um ou mais blocos. A colônia retórica constitui uma unidade mais extensa, cuja delimitação se dá exclusivamente por fatores retóricos e discursivos. A colônia retórica é a unidade na qual as direções retóricas ou categorias jornalísticas (informação, interpretação, entretenimento, utilidade) tomam forma discursiva.

A análise da organização das seções e colônias nos permitiu segmentar a *revista semanal de informação* em cinco grandes colônias: a) colônia de organização, b) colônia de informação-interpretação, c) colônia de entretenimento, d) colônia de utilidade, e e) colônia de opinião. Foi possível verificar que a colônia de informação-interpretação, somada ao

gênero editorial, constitui o núcleo discursivo, o espaço de enunciação no qual a revista se identifica socioideologicamente e o espaço no qual representa e interpreta a realidade social.

Na parte final do capítulo, o bloco retórico foi retomado para uma análise mais pormenorizada. Buscou-se apresentar o modo como essa unidade é configurada e constituída. Para isso, propôs-se um modelo classificatório com o objetivo de explicitar o papel que os gêneros exercem na composição do bloco retórico, bem como as relações que estabelecem entre si. A análise permitiu classificar os gêneros segundo sete critérios: 1) dominância e complementaridade/suplementaridade de gêneros, 2) isolamento de gêneros, 3) justaposição de gêneros, 4) encaixamento de gêneros, 5) coordenação de gêneros, 6) subordinação de gêneros, 7) conjugação de gêneros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na prática, no entanto, o processo da pesquisa não é tão linear. Os pesquisadores que utilizam a teoria fundamentada param e escrevem sempre que as ideias lhe ocorrem. [...] Com frequência, descobrimos que o nosso trabalho sugere que busquemos mais de uma direção analítica. Dessa forma, podemos nos concentrar em determinadas ideias primeiro e concluir um artigo ou projeto a respeito delas para, posteriormente, voltarmos aos dados e às análises inacabadas (CHARMAZ, 2009, p. 25).

Embora não tenha seguido, nesta pesquisa, os postulados epistemológicos e metodológicos da *teoria fundamentada* (CHARMAZ, 2009; FLICK, 2009), o texto em epígrafe, de certo modo, descreve o percurso que fiz até chegar ao final desta tese. Na primeira versão do projeto, o design geral da pesquisa foi previsto a partir de um modelo de investigação linear (cf. FLICK, 2009, p. 96), cujos passos consistem, basicamente, em tomar uma dada teoria como base, e, a partir dela: a) levantar algumas questões de pesquisa, b) gerar um conjunto de dados, e c) analisá-los, em seguida.

Durante o percurso, acabei me voltando para o campo da teorização. Notei ser necessária a elaboração de uma reflexão teórica mais aprofundada sobre a categoria conceitual *hipergênero* e seus correlatos. Busquei, então, a partir de certas inquietações provocadas pelos padrões de textualidade da revista, e a partir das contribuições de Bonini (2011), elaborar uma estrutura conceitual com o fim de explicar o modo como um conjunto de gêneros típicos pode se agrupar ordenadamente para compor um macroenunciado.

Assim, a elaboração dessa estrutura conceitual, conforme foi apresentada do Capítulo 3, passou a ser o núcleo da pesquisa, em torno do qual gravitaram outras questões teóricas e analíticas complementares, apresentadas nos demais capítulos da tese.

Nessa perspectiva, a discussão desenvolvida nos capítulos 1 e 2, sobre os pontos de convergência entre a Análise de Gêneros e a Análise de Discurso Crítica, deve ser concebida, não como uma teoria de base, mas como a apresentação dos campos disciplinares onde se situa esta reflexão teórica.

As análises feitas no Capítulo 4 servem como ilustração do arcabouço teórico proposto no capítulo central da tese, não como uma análise que descreve e interpreta exhaustivamente um objeto.

Encerro estas considerações finais com uma série de (in)conclusões sobre alguns pontos que destaca neste trabalho.

1. A emergência da Análise Crítica de Gêneros como uma área disciplinar que aglutina os estudos de gênero e de discurso abre caminho para muitas outras análises mais específicas, aprofundadas e completas. Por um lado, o gênero incorpora em sua estruturação e funcionamento certos elementos discursivos, os quais só podem ser criteriosamente investigados, se os aspectos composicionais, retóricos e situacionais do gênero forem levados em conta. Por outro, lado o discurso incorpora nas ordens de discurso, nas formações discursivas etc. certas convenções genéricas e certos aspectos de funcionamento do gênero que só podem ser estudados em conjunto com o discurso. Nesse sentido, uma investigação sobre o modo como o discurso representa e constrói a realidade social, as relações sociais e as identidades sociais requer que tanto o discurso quanto o gênero sejam levados em conta de maneira integrada.

2. Os gêneros textuais funcionam em conjunto, nunca isoladamente. Todo gênero se configura e se realiza numa intrincada rede de gêneros e discurso. Isso significa que os estudos de gêneros devem evitar a análise de gêneros isolados, abstraídos das relações que estabelecem com outros dentro de uma ecologia ou de um sistema de atividade social. Bhatia (2004, p. xiv) chama a atenção para o fato de que os gêneros existem e funcionam de modo essencialmente “complexo, dinâmico, versátil e imprevisível”.

3. Pode-se considerar os agrupamentos de gêneros sob diversas perspectivas e sem que esses vários agrupamentos sejam mutuamente excludentes. Por exemplo, pode-se considerar que os gêneros se agrupam num sistema de atividade social, numa rede discursiva, numa ecologia etc.

4. Verificou-se que o tipo de agrupamento de gêneros abordado nesta tese, o hipergênero, se constitui de um conjunto ordenado de gêneros, que se agrupam numa macrounidade com características estruturais, retóricas e discursivas bastante semelhante às de um gênero.

5. Os hipergêneros escritos apresentam uma forma de organização e funcionamento discursivo mais facilmente identificável. O fato de estarem associados a uma mídia com contornos materiais e simbólicos bastante definidos permite que a estruturação do hipergênero seja mais visível.

6. Ao tomar a *revista semanal de informação* como objeto de exemplificação das categorias desenvolvidas em torno do conceito de hipergênero como um agrupamento ordenado de gêneros, foi possível verificar que as unidades retóricas *bloco*, *seção* e *colônia*, atuam decisivamente na constituição, organização e funcionamento retórico-discursivo da revista. Dentre essas três unidades, a *colônia retórica* apresenta um grande potencial analítico, visto ser a unidade na qual a *revista semanal de informação* constrói e organiza seu discurso. Isso significa que para se analisar a complexidade da *colônia retórica* é preciso usar instrumentos teórico-analíticos tanto da Análise de Gêneros quanto da Análise de Discurso Crítica.

7. A teorização aqui proposta deixou em aberto diversos caminhos. Como foi assinalado em diversos lugares, certas questões foram apenas levantadas, carecendo ainda de um aprofundamento em pesquisas subsequentes. Atualmente, desenvolvo um projeto de pesquisa na Universidade Estadual de Goiás (UEG), sob o título “Gêneros em revista: funcionamento e configuração sociorretórica e discursiva de gêneros em revistas semanais de informação”, no qual darei continuidade a esta pesquisa, aprofundando, portanto, as questões que ficaram em aberto.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. D. Práticas discursivas em conclusões de teses de doutorado. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 6, n. 3, p. 447-462, set./dez. 2006.

ARAÚJO, A. D. *Lexical signaling: a study of unspecific-nouns in book reviews*. Tese (Doutorado em Língua Inglesa e Respectivas Literaturas). Programa de Pós-Graduação em Língua Inglesa e Respectivas Literaturas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

ARAÚJO, J. C. *Os chats: uma constelação de gêneros na Internet*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ARAÚJO, J. C.; BIASI-RODRIGUES, B. (Org.). *Interação na internet: novas formas de usar a linguagem*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010[1952-3]. p. 261-306.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008[1929].

BAKHTIN, M./VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006[1929].

BARTON, D. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Oxford: Blackwell, 1994.

BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. *Genre: an introduction to history, theory, research, and pedagogy*. Fort Collins: The WAC Clearinghouse/West Lafayette: Parlor Press. 2010.

BAZERMAN, C. *Gênero, agência e escrita*. Organização de A. P. Dionísio e J. C. Hoffnagel, e tradução e adaptação de J. C. Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: _____. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006b[2004]. p. 19-46.

_____. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Organização de A. P. Dionísio e J. C. Hoffnagel, e tradução e adaptação de J. C. Hoffnagel. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006c.

_____. Cartas e a base social de gêneros diferenciados. In: _____. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006d[2000]. p. 83-99.

_____. Systems of genres and the enactment of social intentions. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Ed.). *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994, p. 79-101.

_____. *Shaping written knowledge: the genre and activity of the experimental article in science*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

_____. Scientific writing as a social act. In: ANDERSON, P.; BROCKMANN, R. J.; MILLER, C. (Ed.). *New essays in technical writing and communication*. Farmingdale: Baywood, 1983. p. 154-184.

BEAUGRANDE, R. *New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society*. Norwood: Ablex, 1997.

BEEBEE, T. O. *The ideology of genre: a comparative study of generic instability*. Pennsylvania: University Park, 1994.

BELL, D. J. *Cyberculture: the key concepts*. Routledge, 2003.

_____. *An introduction to cybercultures*. Routledge, 2001.

BELL, D.; KENNEDY, B. *The cyberculture reader*. Routledge, 2000.

BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____. *Jornalismo interpretativo*. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BENTO, A. L. *A voz dos eventos sociais: uma construção pela atividade de textos e de discursos*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BERGER, L. L. Applying new rhetoric to legal discourse: the ebb and the flow of reader and writer, text and discourse. *Journal of Legal Education*, v. 49, n. 2, Jun. 1999.

BERKENKOTTER, C.; HUCKIN, T. *Genre knowledge in disciplinary communication: cognition/culture/power*. Hillsdale: Erlbaum, 1995.

BERLO, David K. *O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1979[1960].

BEZERRA, B. G. *Colônia de gêneros: o conceito e seu potencial analítico*. Tubarão: UNISUL/Anais do 4 SIGET, 2007. p. 715-728. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/27.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

_____. Do manuscrito ao livro impresso: investigando o suporte. *Anais do Evento PG Letras 30 Anos*. Recife: PPGL/UFPE, v. I, n. 1, p. 381-396, 2006a. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/pgletras/Anais-30-Anos/Docs/Artigos/4.%20Dout%20e%20mestres%202006/4.1%20Benedito.pdf>>.

Acesso em: 20 jan. 2011.

_____. *Gêneros introdutórios em livros acadêmicos*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2006b.

_____. A organização retórica de resenhas acadêmicas. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 3, n. 1, p. 37-68, jul./dez. 2002.

_____. *Distribuição das informações em resenhas acadêmicas*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

BHATIA, V. K. Accessibility of discursal data in Critical Genre Analysis: international commercial arbitration practice. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, v. 10, n. 3, p. 465-483, 2010.

_____. Genre analysis, ESP and professional practice. *English for Specific Purposes*, v. 27, p. 161-174, 2008a.

_____. Towards Critical Genre Analysis. In: BHATIA, V. K.; FLOWERDEW, J.; JONES, R. H. (Ed.). *Advances in discourse studies*. London: Routledge, 2008b. p. 166-177.

_____. Interdiscursivity in critical genre analysis. In: BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. C.; RAUEN, F. (Org.). *Proceedings from the 4th International Symposium on Genre Studies (SIGET)*. Tubarão: Unisul, 2007. v. 1, p. 391-400. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/English/36i.pdf>>.

_____. *Worlds of written discourse: a genre-based view*. London New York: Continuum, 2004.

_____. Applied genre analysis: a multi-perspective model. *Iberica*, n. 4, p. 3-19, 2002.

_____. Genre analysis today. *Revue Belge de Philologie e d'Histoire*, Bruxelles, n. 75, p. 629-642, 1997a.

_____. Genre-mixing in academic introductions. *English for Specific Purposes*, v. 16, n. 3, p. 181-195, 1997b.

_____. Power and politics of genre. *World Englishes*, v. 16, n. 3, p. 359-371, 1997c.

_____. *Analyzing genre: language use in professional settings*. London: Longman, 1993.

BIASI-RODRIGUES, B. O gênero resumo: uma prática discursiva da comunidade acadêmica. In: BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUSA, S. C. T. (Org.). *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 69-75.

_____. *Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUSA, S. C. T. (Org.). *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BIASI-RODRIGUES, B.; HEMAIS, B.; ARAÚJO, J. C. Análise de gêneros na abordagem de Swales: princípios teóricos e metodológicos. In: BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUSA, S. C. T. (Org.). *Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 17-46.

BITZER, L. The rhetorical situation. *Philosophy and Rhetoric*, v. 1, n. 1, p. 1-14, 1968.

BLACK, E. The sentimental style as escapism, or the devil with Daniel Webster. In: CAMPBELL, K. K.; JAMIESON, K. H. (Ed.). *Form and genre: shaping rhetorical action*. Falls Church, VA: The Speech Communication Association, 1978. p. 75-86.

BOND, F. *Introdução ao jornalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978[1959].

BONINI, A. Análise crítica de gêneros jornalísticos. 2012. SBJor. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, nov. 2012. Disponível em:

<<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/1776/292> Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. Mídia/suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. *Revista brasileira de Linguística Aplicada*, v. 11, n. 3, p. 679-704, 2011[2009].

_____. Critical genre analysis and professional practice: the case of public contests to select professors for Brazilian public universities. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, v. 10, n. 3, p. 485-510, 2010.

_____. Suporte, mídia e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. 2009. (Mímeo).

_____. As relações constitutivas entre o jornal e seus gêneros: relato das pesquisas do 'Projeto Gêneros do Jornal'. In: BRAGA, S.; MORITZ, M. E. W.; REIS, M. S.; RAUEN, F. J. (Org.). *Ciências da linguagem: analisando o percurso, abrindo caminhos*. Blumenau: Nova Letra, 2008a. p. 21-45.

_____. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. (Ed.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008b[2005]. p. 47-60.

_____. Em busca de um modelo integrado para os gêneros do jornal. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. (Org.). *Gêneros textuais e referenciação*. Fortaleza: Prottexto-UFC, 2004a [2001]. (Edição em CD-ROM).

_____. Metodologia para o estudo dos gêneros textuais: como estudar o encaixe dos gêneros no jornal? In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. (Org.). *Gêneros textuais e referenciação*. Fortaleza: Prottexto-UFC, 2004b [2002]. (Edição em CD-ROM).

_____. Os gêneros do jornal: um exemplo de aplicação da metodologia sociorretórica. In: CRISTOVÃO, V. L. L.; NASCIMENTO, E. L. (Org.). *Gêneros textuais: teoria e prática*. Londrina: Moriá, 2004c.

_____. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez. 2003a.

_____. Veículo de comunicação e gênero textual: noções conflitantes. *DELTA*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 65-89, 2003b.

_____. *Gêneros textuais e cognição*. Florianópolis: Insular, 2002[1999].

BONINI, A. BIASI-RODRIGUES, B.; CARVALHO, G. Análise de gêneros textuais de acordo com a abordagem sócio-retórica. In: LEFFA, V. J. (Org.). *Pesquisa em linguística aplicada: temas e métodos*. Pelotas: EDUCAT, 2006.

BORBA, M. S. *A entrevista jornalística: uma análise do gênero a partir de exemplares publicado no jornal Zero Hora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2007.

BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRAIT, B.; CAMPOS, M. I. B. Da Rússia czarista à web. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin e o Círculo*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 15-30.

BRONCKART, J-P.; BOTA, C. *Bakhtin desmascarado: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo*. São Paulo: Parábola, 2012.

BROWN, W. R.; EPOLITO, J.; STUMP, N. Genre theory and the practice of readers theatre. *Speech Teacher*, v. 23, p. 1-8, 1974.

CALDEIRA, A. B. *Chamada de capa: análise do gênero jornalístico com abordagem sociorretórica de Swales*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2007.

- CAMPBELL, K. K.; JAMIESON, K. H. Form and genre in rhetorical criticism: an introduction. In: CAMPBELL, K. K.; JAMIESON, K. H. (Ed.). *Form and genre: shaping rhetorical action*. Falls Church, VA: The Speech Communication Association, 1978.
- CAMPBELL, K. K. The rhetoric of Women's Liberation: na oxymoron. *Quarterly Journal of Speech*, n. 59, p. 74-86, 1973.
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- CASCAIS, F. *Dicionário de Jornalismo: as palavras dos media*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.
- CAPRINO, M. P. Jornalismo impresso: transformações e sobrevivência no século XXI. *Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional*, a. 13, n.13, p. 39-54, jan./dez. 2009.
- CARVALHO, N. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 1998.
- CASSAROTI, L. C. *Crítica de cinema no jornal Folha de S. Paulo: um estudo do gênero*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2006.
- CHAPARRO, M. C. *Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. São Paulo: Summus, 2008.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CHARMAZ, K. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CHARTIER, R. Da história da cultura impressa à história cultural do impresso (Entrevista feita por VENACIO, V. M.; LEÃO, A. B.; BRAGANÇA, A. MIGNOT, A. C.). *Revista Brasileira das Ciências da Informação*, São Paulo, v. XXVIII, n. 1, p. 81-104, jan. / jun. 2005.
- _____. Leitura e leitores 'populares' da renascença ao período clássico. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002a. p. 117-134, v. 2.
- _____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002b.
- _____. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- _____. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1998.
- CLARK, T. D. An exploration of generic aspects of contemporary american campaign orations. *Central States Speech Journal*, v. 30, p. 122-133, 1979.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CHRISTENSEN, D. M.; et al. Mapping genre fields. *SIGDOC 09 Proceedings of the 27th ACM international conference on Design of communication*. 2009. Disponível em: <http://portal.acm.org/citation.cfm?id=1621995.1622057>. Acesso em: 19 jan. 2011.

CHRISTENSEN, D. M. ; et al. Playing in genre fields: a play theory perspective on genre. *SIGDOC 07 Proceedings of the 25th annual ACM international conference on Design of communication*. 2007. Disponível em: <http://portal.acm.org/citation.cfm?id=1297144.1297146>. Acesso em: 19 jan. 2011.

CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. *Genres and institutions: social processes in the workplace and school*. London: Cassel, 1997.

COHEN, R. Do Postmodern Genres Exist? *Genre*, v. 20, p. 241-258, 1987.

_____. History and Genre. *New Literary History*, v. 17, p. 203-218, 1986.

CRUZ, G. D. O e-mail e sua produção no meio eletrônico: o suporte afeta o gênero? *Revista Letra Magna*, Ano 03, n. 05, p. 1-22, 2º sem. 2006.

CRYSTAL, D. *El lenguaje e Internet*. Madrid: Cambridge University Press, 2002.

DANTAS, D.; GOMES, A. L. Questões de Letramento e de gênero do discurso em blogs. *Revista Gatilho*, UFJF, ano IV, 2008.

DEBRAY, R. *Introdução à mediologia*. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.

_____. História de quatro “M”. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 15-27, dez. 1998. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3004/2284>. Acesso em: 20 jan. 2011.

_____. *Manifestos midiológicos*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Curso de mediologia geral*. Petrópolis: Vozes, 1993.

DERRIDA, J. The law of genre. *Critical Inquiry*. Autum, v. 7, n. 8.1, 1980.

DEVITT, A. J. Integrating rhetorical and literary theories of genre. *College English*, v. 62, p. 696-718, 2000.

DEVITT, A. J. Generalizing about Genre: new Conceptions of an old concept. *College Composition and Communication*, v. 44, n. 4, p. 573-586, dec. 1993.

_____. Intertextuality in tax accounting. In: BAZERMAN, C.; PARADIS, J. (Ed.). *Textual dynamics of the professions*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991. p. 336-357.

DEVITT, A.; REIFF, M. J. BAWARSHI, A. *Scenes strategies for composing genres*. New York: Longman/Person, 2004.

DOLZ, J. NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128.

DUDLEY-EVANS, T. Genre analysis: an investigation of the introduction and discussions sections of MSc dissertations. In: COULTHARD, M. (Ed.). *Talking about text*. Birmingham: English Language Research, 1986. p. 128-145.

FAIRCLOUGH, N. A dialectical-relational approach to Critical Discourse Analysis in social research. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Ed.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. 2. ed. London: Sage, 2009. p. 162-186.

_____. *Language and globalization*. London/New York: Routledge, 2006.

_____. Critical discourse analysis in transdisciplinary research. In: WODAK, R.; CHILTON, P. (Ed.). *A new agenda in (Critical) Discourse Analysis*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 53-70.

_____. Critical Discourse Analysis in researching language in the New Capitalism: overdetermination, transdisciplinarity, and textual analysis. In: YOUNG, L.; HARRISON, C. (Ed.). *Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis: studies in social change*. London: Continuum, 2004. p. 103-122.

_____. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. London/New York: Routledge, 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. Coordenação de tradução, revisão técnica e prefácio de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

_____. *Media discourse*. London/New York: Edward Arnold, 1995.

_____. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992a

_____. Intertextuality in Critical Discourse Analysis. *Linguistics and Education*, n. 4, p. 269-293, 1992b.

FIGUEIREDO, L. F. *A nota jornalística no Jornal do Brasil: um estudo do gênero textual e de sua função no jornal*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2003.

FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.

FISHELOV, D. *Metaphors of genre: the role of analogies in genre theory*. Pennsylvania: University Park, 1993.

FISHER, W. Genre: concepts and applications in Rhetorical Criticism. *Western Journal of Communication*, v. 44, p. 288-299, 1980.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANCISCHINI, J. B. *A crônica jornalística em uma perspectiva sociorretórica: organização textual e processo de produção*. Palhoça: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2009. (Dissertação de Mestrado).

FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. Locating genres studies: antecedents and prospects. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Ed.). *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994.

FREEDMAN, A.; SMART, G. Navigating the current of economic policy: written genres and the distribution of cognitive work at a financial institution. *Mind, Culture and Activity*, v. 4, n. 4, p. 238-255, 1997.

GALVÃO, A. M. O. BATISTA, A. A. G. Oralidade e escrita: uma revisão. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 128, p. 403-432, maio/ago. 2006.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 3. ed. São Paulo: 2009.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *Consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GILMON, J.-F. Reformas protestantes e leitura. In: CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002. p. 47-77, v. 2.

GOODY, J.; WATT, I. The consequences of literacy. *Comparative Studies in Society and History*, v. 5, n. 3., p.304-345, 1963.

GRONBECK, B. Celluloid rhetoric: on genres of documentary. . In: CAMPBELL, K. K.; JAMIESON, K. H. (Ed.). *Form and genre: shaping rhetorical action*. Falls Church, VA: The Speech Communication Association, 1978. p. 139-161.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London: Arnold, 1994.

_____. *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional Grammar*. 3. ed. London: Arnold, 2004.

HARRELL, J; LINKUGEL, W. A. On rhetorical genre: an organizing principle. *Philosophy & Rhetoric*, v. 11, p. 262–281, 1978.

HART, R. P. The rhetoric of the true believer. *Speech Monographs*, n. 38, p. 249-261, 1971.
HARVEY, D. *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996.

_____. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HAUGEN, E. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma Linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

HAVELOCK, E. A. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. São Paulo: UNESP/Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996

HEBERLE, V. M. Texto, discurso, gêneros textuais e práticas sociais na sociedade contemporânea: tributo a José Luiz Meurer. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 155-168, 2011.

HIGOUNET, C. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola, 2003.

HALLORAN, M. Aristotle's concept of ethos, or if not his, somebody else's. *Rhetoric Review*, n. 1, p. 118-138, 1978.

HONEYBONE, P. "J. R. Firth". In: CHAPMAN, S.; ROUTLEDGE, P. (Ed.) *Key thinkers in Linguistics and the Philosophy of Language*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2005. p. 80-86.

HOOVER, J. T. (Ed.) *Lendo o passado - do cuneiforme ao alfabeto: a história da escrita antiga*. São Paulo: Edusp, 1996.

INNOCENTE, L. G. *A tira de quadrinhos no Jornal do Brasil: um estudo do gênero*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2005.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1991.

JAMIESON, K. H. Antecedent genre as rhetorical constraint. *Quarterly Journal of Speech*, v. 61, p. 406-415, 1975.

_____. Generic constraints and the rhetorical situation. *Philosophy and Rhetoric*, v. 6, p. 162-170, 1973.

JAMIESON, K. H.; CAMPBELL, K. K. Rhetorical hybrids: fusions of generic elements. *Quarterly Journal of Speech*, v. 68, p. 146-157, 1982.

JOHNS, A. M. et al. Crossing the boundaries of genre studies: Commentaries by experts. *Journal of Second Language Writing*, v. 15, p. 234-249, 2006.

JORGE, T. M. *Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas*. São Paulo: Contexto, 2008.

KINDERMANN, C. A. *A reportagem jornalística no Jornal do Brasil: desvendando as variantes do gênero*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2003.

KLEIMAN, A. B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, Mercado das Letras, 1995.

KOCH, I. G. V. Hipertexto e construção do sentido. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 22-38, 2007.

_____. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KON, A. *Economia de Serviço: teoria e evolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KON, A. Sobre as atividades de serviço: revendo conceitos e tipologias. *Revista de Economia Política*, v. 19, n. 2 (74), p. 64-83, abr./jun. 1999.

KRISTEVA, J. *Introdução à semanálise*. Porto Alegre: L&PM, 1974.

LÉVY, P. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

_____. *A Conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *A máquina universo: criação, cognição e cultura informática*. São Paulo: Artmed, 1998.

_____. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LIMA, S.; COROA, M. L. M. S. Configuração e papel do sistema de avaliabilidade no gênero reportagem. *Calidoscópio*, v. 8, n. 2, p. 127-137, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/calidoscopio/article/view/471/68>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

LIPOVETSKY, G. *A era do vazío: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri: Manole, 2005.

LYONS, J. Firth's theory of 'meaning'. In: BAZELL, C.E.; CATFORD, J.C.; HALLIDAY, M.A.K.; ROBINS, R.H. (Ed.). *In memory of J.R. Firth*. London: Longman, 1966.

MACHADO, A. R. Revisitando o conceito de resumos. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *O discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 7-22, 2006.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005b. p. 13-67.

_____. A questão do suporte dos gêneros textuais. *Língua, linguística e literatura*, João Pessoa, v. 1, n.1, p. 9-40, 2003.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. (Org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. (Org.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

_____. *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. (Org.). *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo*. São Paulo: FTD, 1992.

MARTIN, J. R. Process and text: two aspects of human semiosis. In: BENSON, J. D.; GREAVES, W. S. (Ed.). *Systemic perspectives on discourse*. Norwood: Ablex, 1985, v. 1, p. 248-74.

MARTIN, H.-J. *History and the power of writing*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

MARTIN, J. R. *English texts: system and structures*. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins, 1992.

_____. Analysing genre: functional parameters. In: CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. *Genres and institutions: social processes in the workplace and school*. London: Cassel, 1997.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. *Genre relations: mapping culture*. London: Equino, 2007.

MARTIN-BARBEIRO, J. *Dos meios às mediações: civilização, cultura e linguística*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARTINEZ ALBERTOS, J. L. M. *Curso general de redacción periodística*. 2. ed. Madrid: Paraninfo, 1993.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

MEDVEDEV, P. N.; Círculo de Bakhtin. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. São Paulo: Contexto, 2012[1928].

MEURER, J. L. Uma dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Ed.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: Subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru: EDUSC, 2002. p. 1-29.

MILLER, C. *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia*. Recife: UFPE, 2009.

_____. Rhetorical community: the cultural basis of genre. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Ed.). *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994, p. 67-78.

_____. Genre as social action. *Quarterly journal of speech*, v. 70, p. 151-167, 1984.

MITCHELL, T. F. *Principles of Firthian Linguistics*. London: Longman, 1975.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referência. In: CAVALCANTI, M. M; BIASI-RODRIGUES, B. B; CIULLA, A. L. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

MONTEIRO, D. A. *O gênero comentário: uma análise sociorretórica de exemplares publicados nos jornais Diário Catarinense e Folha de S. Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2008.

MOHRMANN, G. P.; LEFF, M. C. Lincoln as Cooper Union: a rationale for neo-classical criticism. *Quarterly Journal of Speech*, n. 60, p. 459-467, 1974.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. Uma análise de gênero de resumos acadêmicos (abstracts) em Economia, Linguística e Química. *Revista do Centro de Artes e Letras de Santa Maria*, v. 18, n. 1 e 2, p. 53-90, 1996.

MOTTA-ROTH, D.; MARCUZZO, P. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 511-538, 2010.

MOTTA-ROTH, D. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. *DELTA*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 341-383, 2008.

_____. A construção social do gênero resenha acadêmica. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Ed.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: Subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru: EDUSC, 2002. p. 77-109.

_____. A visão de editores sobre o gênero resenha acadêmica. *Intercâmbio*, v. VIII, p. 127-135, 1998. São Paulo: LAEL-PUC/SP.

_____. *Rhetorical reviews in Linguistics, Chemistry and Economics*. Tese (Doutorado em Língua Inglesa e Respectivas Literaturas). Programa de Pós-Graduação em Língua Inglesa e Respectivas Literaturas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

NELSON, T. H. Opening hypertext: a memoir. In: TUMAN, M. C. (Ed.). *Literacy online*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1992. p. 43-57.

ONG, W. J. Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra. Campinas: Papyrus, 1998 [1982].

ORLIKOWSKI, W. J.; YATES, J. Genre repertoire: the structuring of communicative practices in organizations. *Administrative Science Quarterly*, v. 39, p. 541-574, 1994.

PACHECO, R. S. *Design de jornal impresso: a relação entre formato e usabilidade*. Dissertação (Mestrado em Design). Programa de Pós-Graduação em Design da Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011

PALTRIDGE, B. Thesis and dissertation writing: an examination of published advice and actual practice. *English for specific purposes*, n. 21, p. 125-143, 2002.

PARÉ, A.; SMART, G. Observing genres in action: toward a research methodology. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Ed.). *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994. p. 146-154.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996[1959].

PERLOFF, M. (Ed.). *Postmodern genres*. Norman/London: University of Oklahoma Press, 1989.

PLANTIN, C. *A argumentação*. São Paulo: Parábola, 2008.

- PRIOR, P. From speech genres to mediated multimodal genre systems: Bakhtin, Voloshinov, and the question of writing. In: BAZERMAN, C.; BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. (Ed.). *Genre in changing world*. Fort Collins: The WAC Clearinghouse/West Lafayette: Parlor Press, 2009. p. 17-34.
- RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- RODRIGUES, R. H.; RAUBER, M. J. Portfólio empresarial digital: gênero do discurso ou suporte textual? *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 12, n. 2, p. 351-371, jul./dez. 2009.
- RAUM, R. D.; MEASELL, J. S. Wallace and his ways: a study of the rhetorical genre of polarizations. *Central States Speech Journal*, n. 25, p. 28-35, 1974.
- REZENDE, R. C. O tópico discursivo em questão: considerações teóricas e Análise de uma narrativa literária. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 71-84, 2006.
- ROBINS, R. H. John Rupert Firth: Obituary. *Language*, v. 37, p. 191-200, 1961.
- ROGERS, H. *Writing systems: a linguistics approach*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- ROGERS, R. S. Generic tendencies in majority and non-majority Supreme Court opinions: the case of Justice Douglas. *Communication Quarterly*, n. 30, p. 232-236, 1982.
- ROJO, R. Gêneros do discurso no Círculo de Bakhtin - Ferramentas para a análise transdisciplinar de enunciados em dispositivos e práticas didáticas. In: BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. C.; RAUEN, F. B. (Org.). Anais [do] 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais = Proceedings [of the] 4th International Symposium on Genre Studies. Tubarão: UNISUL, 2007. p. 1761-1775
- SAMPAIO, A. F. *Letras e memória: uma breve história da escrita*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- SANTAELLA, L. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2008.
- _____. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANT'ANNA, A. *Propaganda: teoria, técnica, prática*. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.
- SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de texto: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J; e cols. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- SCHNEUWLY, B; DOLZ, J; e cols. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SEIXAS, L. Por uma outra classificação: gêneros discursivos jornalísticos e gêneros discursivos jornalísticos. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 70-84, dez. 2009a.

_____. *Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação*. Covilhã: LabCom, 2009b.

SHANNON, C. E. A mathematical theory of communication. *The Bell System Technical Journal*, v. 27, p. 379-423, 623-656, jul., out., 1948. Disponível em: <<http://cm.bell-labs.com/cm/ms/what/shannonday/shannon1948.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2011.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. *The mathematical theory of communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SILVA, D. E. G.; RAMALHO, V. Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 8, n. 1, p. 19 - 40, 2008.

SILVA E MEIRELLES, D. O conceito de serviço. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 1 (101), p. 119-136, jan./mar. 2006.

SILVER, D.; MASSARANI, A.; JONES, S (Ed.). *Critical cyberculture studies*. New York: NYU Press, 2006.

SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia?* 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005[1999].

SIMONI, R. M. S. *Uma caracterização do gênero carta consulta nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2004.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Cadernos de Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.

_____. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, 1995, n. 0, p. 5-16.

SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. A materialidade do livro de bolso e a expansão do público leitor entre os séculos XV e XIX. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n.27, p. 84-101, dez. 2012.

SPINUZZI, C. Describing assemblages: Genre sets, systems, repertoires and ecologies. Technical report, Computer Writing and Research Lab. 2004. Disponível em: <<http://www.cwrl.utexas.edu/files/040505-2.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

_____. *Tracing genres through organizations: a sociocultural approach to information design*. Cambridge: MIT Press, 2003.

_____. Modeling genre ecologies. *Proceedings of the 20th annual international conference on computer documentation*. p. 200-207, 2002. Disponível em: <<http://portal.acm.org/citation.cfm?doid=584955.584985>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

SPINUZZI, C.; ZACHRY, M. Genre ecologies: an open-system approach to understanding and constructing documentation. *ACM Journal of Computer Documentation*, v. 24, n. 3, p. 169-181, 2000.

SWALES, J. M. *Research genres: explorations and applications*. New York: Cambridge University Press, 2004.

_____. *Other floors, other voices: a textography of a small university building*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 1998.

_____. Genre and engagement. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, v. 71, p. 687-698, 1993.

_____. Re-thinking genre: another look at discourse community effects. In: Re-thinking genre colloquium. 1992, Ottawa. *Anais...* Ottawa: Carleton University, 1992.

_____. *Genre analysis: English in academic and researching settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Discourse communities, genres and English as an international language. *World Englishes*, v. 7, n. 2, p. 211-220, 1988.

_____. Approaching the concept of discourse community. Conference on College Composition and Communication. Atlanta, March 1987.

_____. Research into the structure of introductions to journal articles and its application to the teaching of academic writing. In: WILLIAMS, R.; SWALES, J.; KIRKMAN, J. *Common ground: shared interests in ESP and communication studies*. Oxford: Pergamon, 1984. p. 77-86.

_____. *Aspects of article introductions*. Birmingham: The University of Aston, 1981.

TANNEN, D. Frames Revisited. *Quaderni di Semantica*, v. 7, n. 1, p. 106-109, 1986.

TARGINO, M. G.; GOMES, A. D. Informação e jornais de circulação gratuita em Barcelona – Espanha. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 51-78, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://200.144.189.84/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/195/188>>. Acesso em: 31 out. 2012.

TÁVORA, A. D. F. *A construção de um conceito de suporte: a matéria, a forma e a função interativa na atualização de gêneros textuais*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

TUMAN, M. C. (Ed.). *Literacy online*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1992.

VENTOLA, E. *The Structure of social interaction: a systemic approach to the semiotics of service encounters*. London: Pinter, 1987.

XAVIER, A. C. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. *O hipertexto na sociedade da informação: a constituição do modo de enunciação digital*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2002.

WARE, B. L.; LINKUGEL, W. A. The spoke in defense of themselves: on the generic criticism of apology. *Quarterly Journal of Speech*, n. 59, p. 273-283, 1973.

WINDT, JR., T. O. The diatribe: last resort for protest. *Quarterly Journal of Speech*, n. 58, p. 1-14, 1972

YATES, J.; ORLIKOWSKI, W. Genre systems: structuring interaction through communicative norms. *Journal of Business Communication*, v. 39, n. 1, p. 13-35, 2002.

_____. Genres of organizational communication: a structural approach to studying the communication and media. *Academy of Management Review*, v. 17, n. 2, p. 299-326, 1992.

YATES, J.; ORLIKOWSKI, W. J.; RENNECKER, J. Collaborative genres for collaboration: genre systems in digital media. *Proceedings of the Thirtieth Annual Hawaii International Conference on Systems Sciences*. IEEE Press, 1997.

YATES, S. J. Computer-Mediated Communication. The future of the letter? In: BARTON, D.; HALL, N. (Ed.). *Letter writing as a social practice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000. p. 233-251.

ZIELINSKI, S. *Arqueologia da Mídia*. São Paulo: Annablume, 2006.

ANEXOS

Anexo 1 – Cidade dos grandes eventos floresce

EXEMPLO 2: BÉKÉSCSABA

This text is taken from the 'Property Focus' section to the *Budapest Sun*, 22-8 March 2001. The *Budapest Sun* is an English language newspaper produced in Hungary.

Festival town flourishes



LOCAL FLAVOR: Above left, the town's sports hall and, above right, Sausage Festival participants stuff ground meat into casing.

In the south-east of Hungary lies the pleasant little town of Békéscsaba. Officially it became a county seat in 1950, but even before then was the most significant town in its region. It is now the focal point of Békés County, which has a population of 410,000.

Békéscsaba's several squares are connected to each other and surrounded by schools and churches. The main square is Szent István tér, where the mayor's office is located, which forms the old town center.

The Town Hall, designed by Miklós Ybl, is

"Békéscsaba is an excellent choice for locating businesses that want to penetrate the market in this part of the world."
János Pap, City Mayor



close to the upmarket Hotel Fiume and a theater built in 1879. There are also some traditional folk houses in Békéscsaba that are considered architecturally of note. One of these is the so-called 'fairly house' which is home to a Slovakian club. The town was rebuilt by Slovakian settlers and their descendants still study in Slovakian-speaking schools. The town will soon house the General Consulate of the Slovakian Republic.



Flood plain

Békéscsaba lies in a flood plain in the center of the Körös River Valley, which is excellent agricultural land.

"Traditional events are held in the town every year, for example: An international ethnographical conference; a biannual graphic arts exhibition; an international puppet show; American music days and a cultural market where visitors can become familiar with the art of Eastern Europe," said János Pap, the Mayor of Békéscsaba. "These programs make Békéscsaba a festival-town."

Pap said the intellectual life of the town and its art and traditions were very important. "There is a printing house that was

Appendix of texts 231

232 Appendix of texts

established before the 20th century, called Tevan Printing House," he said. "The tradition still goes on and we have a printing college."

Textile industry and trade are traditional in Békéscsaba. There are special schools which train people for these jobs.

The town is 200km south-east of Budapest and is easily accessible from the capital by road and train within three hours. The M5 motorway and the number 44 main road link it to the country's main road network.

János Sztankó, Managing Director of the local entrepreneurs' center Békéscsabai Vállalkozói Centrum kft, said the town first produced information for investors on a regular basis in 1993. "First we had just a booklet, but now we have all the information on CD ROM in English as well as Hungarian," said Sztankó.

Pap said Békéscsaba was situated on the crossroads of the trans-European traffic network, serving as the nation's south-eastern

gateway to central and eastern Europe. "Because of its geographical position, Békéscsaba is an excellent choice in this region for investment and for locating businesses that want to penetrate the market in this part of the world," he added.

Sztankó said several foreign multinational, predominantly from France, Italy, Germany and Austria, had already chosen the town as a



PLAY TIME: The town's biggest playhouse, the Jókai Színház

regional base for their businesses.

"The town's agri-food industry, including vegetables, fruit, poultry and pork products, are exported worldwide," he said. "Other major industries include printing, bricks and tiles, clothing, knitwear, machinery and milling," he said. "The services, commerce,

finance and transportation also play an important role in our economic life."

Currently there are 13 different banks operating in Békéscsaba.

"About 39% of the town's active earners work in industry, while about 9% labor in the agriculture and forestry sectors. The remainder find jobs in the commerce and service industries," said Sztankó.

"A capable workforce, improving infrastructure and flexible labor is readily available. In addition, the local education system offers qualified, multi-lingual professionals," Sztankó said the average gross monthly salary in the town exceeds \$260.

The Békés County Enterprise Agency, the Hungarian Investment and Development Agency and the Chamber of Commerce and Industry of Békés County are all based in the town. The municipality consciously promotes economic development and investment, offering incentives from site locations to tax breaks.

Békéscsaba is also the region's educational and training center, with 14 secondary schools. The town's higher education institutions train teachers, economists and mid-level managers. As part of a World Bank project, a regional retraining center was established in the town, based on European standards, to offer such things as vocational training, language courses and consultancy at all levels.

Pap said, "Existing companies reinvesting their money are already realizing that the regional retraining center project supports their future developments."

"Now we are planning a new commercial and business center on a greenfield site of 21,000 sqm in the town. It will offer sites for both office and factory constructions."

Sztankó said that over the past few years many new homes have been constructed in the town. Specially-designed apartment blocks and pretty family houses have regularly been among the

Beyond Budapest

Békéscsaba

Mayor: János Pap (SZDSZ)
Address: 5600, Békéscsaba, Szent István tér 7
Tel: (06-66) 523-801
Fax: (06-66) 523-804
Population: 65,000
Area: 19.3 sqkm
Average residential property price: Ft80,000-100,000 per sqm
Land price: Ft1,500-18,000 per sqm

National Architectural Prize's winning designs. "Most of the buildings are family houses that can be recognized by their unique local style," he added. "Here prices are lower than the national average." Pap said that because of its location, Békéscsaba, with its many tiny shops and long pedestrian streets, was also the shopping hub of the region, attracting crowds of shopping

Appendix of texts 233

tourists from Romania. "We hope that current commercial developments in the downtown area will bring lots of new retailers into the town," he said. The open-air market, which offers a wide range of products from vegetables to hand-made items, is packed with visitors every Wednesday and Saturday. Békéscsaba's soccer team is among the nation's top clubs. Next to the football stadium the town also has an indoor sports hall, a swimming pool and tennis courts.

The main hospital in the town was recently upgraded and it is now equipped to international standards, making it the largest such complex in Békés County.

A large green area with rivers, forests and fields, creates a pleasant environment around Békéscsaba. "Many Westerners come to our thermal spas, or to go fishing and hunting," said Pap.

The town's transport service is well-equipped. Next to the railway station is a modern bus station.

Anexo 2 – Recortes da revista *CartaCapital* n. 695 usados como ilustração

Figuras 19 e 20 – Capa “*Não podemos ceder à pressão*” e Sumário

MARANHÃO A morte de Décio Sá, amigo da família Sarney

A SEDUÇÃO DAS DIETAS Até santos e filósofos caíram em tentação

CartaCapital

POLÍTICA, ECONOMIA E CULTURA www.cartacapital.com.br

“Não podemos ceder à pressão”

Ayres Britto, novo presidente do Supremo, defende um julgamento técnico do mensalão. “Senão é linchamento”

COM CONTEÚDO **The Economist**

2 DE MAIO DE 2012 18.900 R\$ ANO XVII N.º 695

14 | BRASILEIRA
Uma balada de MMA permite ao “público A” apostar na “vermelhinha” da extrema zona sul

18 | ROSA DOS VENTOS
MAURICIO DIAS e os rumos do mundo político

20 | A SEMANA
A opinião de CARTA-CAPITAL sobre os assuntos do momento

23 | BLOGS DO ALÉM
VITOR KNEJNIK psicografa os grandes falecidos

SEU PAÍS

24 | UM POETA NA ALTA CORTE
Apesar de sensível às ruas, Ayres Britto, novo presidente do STF, não pretende ceder à cólera coletiva

30 | O XADREZ DA CPI
A disputa entre petistas e tucanos, as ameaças dos meios de comunicação e os prováveis protagonistas da investigação

32 | DE DOM PEDRO AO CACHOEIRA
O imperador não poderia imaginar essa história mafiosa

34 | O TRANSATLÂNTICO SE MOVE
Os bancos públicos anunciam novos cortes nas taxas. E os privados reagem

38 | O BLOGUEIRO E A PISTOLAGEM
Nem jornalistas ligados aos Sarney estão seguros dos crimes de mando no Maranhão

CartaCapital

2 DE MAIO DE 2012 ANO XVII N.º 695

24. Ayres Britto, um poeta na presidência do Supremo Tribunal Federal

42 | PREZADO AMIGO AFONSIÑO
O ex-craque, também doutor, substitui Sócrates em *CartaCapital*

44 | CONTRA A AUSTERIDADE
Na França os resultados do primeiro turno da eleição revelam que os grandes derrotados são os próprios líderes europeus, Nicolas Sarkozy e Angela Merkel

48 | TRANSIÇÃO PERIGOSA
O corte do gás do Egito para Israel e o aprofundamento de um impasse político que diz respeito a todo o Oriente Médio

50 | COM SOTAQUE BAIANO
A Ford aposta no modelo mundial *made in Brazil* e se diz pronta para o novo acordo automotivo

52 | A SEDUÇÃO DAS DIETAS
Nem homens santos, filósofos e escritores renomados resistiram às falsas promessas

56 | NAVEGAR É PRECISO
Fanático torcedor do Vasco da Gama, Humberto Quintas quer ser o primeiro turista brasileiro no espaço

58 | SAÚDE
Os diagnósticos do dr. DRAUZIO VARELLA

60 | TECNOLOGIA
O admirável mundo novo, por FELIPE MARRA MENDONÇA, direto de Londres

62 | ANTES DAS CICATRIZES
A Casa da Imagem de São Paulo revela a perspectiva moderna de Aristodemone Becherini e o classicismo de Carlos Moreira

66 | COM DISCIPLINA E REVERÊNCIA
A transitar por caminhos estéticos quase opostos, o catarinense Ivo Müller mostra sua força como ator

68 | REFOGADO
MARCIO ALEMÃO tempera o mundo com graça

69 | BRAVO!
Drops sobre cultura e entretenimento

Nossos colunistas

29 | Marcos Colmбра
decifra as tendências políticas em VOX POPULI

37 | Delfim Netto
Faz a análise crítica da economia, em SEXTANTE

59 | Vladimir Safatle
Discute temas contemporâneos em ANTÍTESE

74 | RETRATOS CAPITAIS
As personalidades em evidência

CAPLA Breno Fortes/ CB/D.A. Press e O Estado do Maranhão/ Agência O Globo

CENTRAL DE ATENDIMENTO
ASSINATURAS, SUSCRIÇÕES E RECLAMAÇÕES

Tels. 0800 707-0262
11 3038-1477
fax 11 3038-4915
11 3038-4917

cartacapital.acelucos.com.br

Druga@carta.acelucos.com.br
Stano@carta.acelucos.com.br

ATENDIMENTO ON-LINE:
www.assinencartacapital.com.br

Nesta semana em www.cartacapital.com.br

- **Gianni Carta** analisa o clima eleitoral na França às vésperas da escolha do novo presidente do país
- **Gabriel Bonis** relata que a tentativa do Legislativo de sustar determinadas ações do Judiciário é vista como inconstitucional por magistrados
- **José Antonio Lima** discute a luta das mulheres no Oriente Médio por direitos iguais em meos às mudanças da Primavera Árabe

SIGA-NOS TAMBÉM NO TWITTER: www.twitter.com/cartacapital

Figura 21 – Nota “A pobreza tem cor”

ABRIL 2012

S	T	Q	Q	S	S	D
	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

CartaCapital

A Semana

A pobreza tem cor

JUSTIÇA | O STF decide por unanimidade que o sistema de cotas é constitucional

APÓS A ACALORADA votação que legalizou o aborto em caso de anencefalia, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou outro caso polêmico e se posicionou unanimemente a favor das cotas raciais no Brasil. Por 10 votos a 0, a Corte julgou, na quinta 26, constitucional o sistema de cotas adotados pela Universidade de Brasília (UnB), que reserva 20% de suas vagas para alunos que se declaram negros ou pardos. A decisão contraria a ação, ajuizada pelo DEM em 2009, segundo a qual o sistema de cotas violaria preceitos fundamentais da Constituição de 1988, como a dignidade da pessoa humana, o preconce-



Relator. As cotas devem durar até corrigir as distorções, afirmou Lewandowski

to de cor e a discriminação é que prejudicaria o combate ao racismo. A advogada do partido falou, durante a sessão, que os ministros decidiriam se queriam ou não um Brasil “racializado”. Com a decisão, o tribunal considerou que as cotas não ferem a Constituição e podem ser um antídoto para alcançar a igualdade racial. “A pobreza tem cor no Brasil. Negra, mestiça, amarela, mas tem cor”, afirmou a ministra Rosa Weber. “A política de ação afirmativa deve durar o tempo necessário para corrigir as distorções”, disse Ricardo Lewandowski, relator do processo. A decisão deverá servir de base para outras ações. ●

Ustra, não descanse em paz

DITADURA | O MPF denuncia o coronel e um delegado pelo sequestro de Aluísio Palhano

UM GRUPO de procuradores do Ministério Público Federal (MPF) anunciou na terça-feira 24 uma denúncia por sequestro qualificado contra duas tenebrosas figuras da ditadura: o ex-comandante do DOI-Codi de São Paulo, coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, e Dirceu Gravina, delegado da Polícia Civil. Segundo o MPF, ambos participaram da prisão ilegal e tortura do bancário e líder sindical Aluísio Palhano Ferreira em maio de 1971. Se condenados, podem ficar até oito anos na prisão.

Palhano presidiu duas entidades de bancários e atuou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Essa é a segunda ação do MPF por sequestro qualificado contra agentes do Estado



Lei. Se condenado, Ustra ficaria oito anos na prisão

na ditadura. O órgão entende que o crime é permanente e está em execução até o aparecimento da vítima. Logo, não se encaixaria na Lei da Anistia que abrange crimes entre 1961 e 1979.

No Pará, uma ação com a mesma tese contra o coronel Sebastião Curli Rodrigues de Moura não foi aceita pela Justiça. Em São Paulo, informa o MPF, há outros 14 casos semelhantes sob investigação. ●

Um código ruralista

Com a ajuda maciça do PMDB, partido da base governista, o lobby ruralista triunfou, ao menos até agora, sobre as florestas e as águas nacionais na discussão sobre o novo Código Florestal Brasileiro. A despeito da posição do governo, do qual o PMDB faz parte, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quarta 25, por 274 votos a 184, o texto do deputado Paulo Piau que favorece o agronegócio em detrimento do meio ambiente, ainda mais do que o projeto aprovado pelo Senado. Na prática, o reforestamento fica reduzido de 100 metros (segundo a proposta original) para 15 metros a partir das margens dos rios. Foram retiradas ainda a proteção às matas em área urbana e a exclusão de apicuns e salgados da categoria de áreas de preservação permanente. Espera-se que Dilma Rousseff vete vários pontos do código.

(Leila Rosa dos Ventos, de Mauricio Dias)

6,2%

foi a taxa de desemprego registrada no Brasil em março pelo IBGE, menor índice para o mês desde 2002

CARTACAPITAL | 2 DE MAIO DE 2012 21

Figura 22 – Reportagem “Um poeta na mais alta corte”

Seu País



Um poeta na alta corte

PROTAGONISTA | Apesar de sensível às ruas, Ayres Britto, novo presidente do STF, não pretende ceder à “cólera coletiva”

POR CYNARA MENEZES

QUANDO ENTRAMOS no amplo gabinete no prédio principal que agora ocupa como presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Carlos Ayres Britto aproxima-se de um dos janelões para comentar sobre a vista. “Eu gosto muito, porque embora seja bonito, é simples, não tem luxo”, diz e aponta pa-

ra a Praça dos Três Poderes desenhada por Oscar Niemeyer. Na praça, um grupo reconhece o ministro à janela e acena. Ayres Britto retribui, e acha graça.

Aos 69 anos, o sergipano de Propriá é seguramente o mais popular ministro dos solenes tribunais superiores, abrigo de vetustos magistrados que, geralmente, têm urticária ao contato com o cidadão comum. A princípio visto com reservas, classifica-

do como mais um jurista “afinado” ao ex-presidente Lula, que o indicou ao cargo em 2003, Ayres Britto revelou-se ao longo dos anos um grande frasista e um progressista de argumentos bem fundamentados. Destacou-se como relator de causas polêmicas, como a que liberou a pesquisa com células-tronco embrionárias no País, em 2008. No ano passado, virou ídolo dos gays com seu voto em favor da união civil homossexual.

Com a frase “o grau de civilidade de uma sociedade se mede pelo grau de liberdade da mulher”, dita há duas semanas durante a decisão sobre o aborto de anencéfalos, ganhou as feministas e “bomhou”, para usar um termo da moda, nas redes sociais. Tanta notoriedade começou a atrair detratores. No dia em que o encontramos em seu gabinete, na terça-feira 24, estava extrovertido como sempre, mas deixava transparecer certo incômodo com o artigo de um historiador que o chamara de “provinciano” e fizera chacota de seu estilo descontraído.

Talvez um dos poucos juizes do Supremo a ter semelhante aproximação com cidadãos comuns, fora das muralhas do Direito, tenha sido Sepúlveda Pertence (1989-2007), mas a comparação deixa os admiradores do mineiro de cabelos em pé. Nos bastidores do serpentário jurídico da capital, Ayres Britto é mais admirado pelas posições políticas e habilidade com a língua do que por ser um profundo constitucionalista.

“Não quero ser popular em termos de cortejar a opinião pública, ser vassalo da imprensa. Nem populista”

De olho na rua. Ayres Britto não descuida da “vida vivida”

Esse é um tema que se tornou muito complicado, pessoalmente tenho recebido algumas bordoadas, passo a ser identificado como um juiz que ouve a voz das ruas. Cada qual é como é. Sou um estudioso do Direito, nunca detexo de votar equacionando a causa juridicamente a partir da Constituição. Posso pecar até por excesso, votos alongados, mas todos são rigorosamente fundamentados. Estou convencido de que essa postura humanista não briga com a ciência do Direito. Antigamente se trabalhava muito no Direito sem geminação de conceito. Hoje minha área é outra, é de buscar conceitos geminados. Antigamente se dizia: a liberdade de imprensa não é incompatível com a democracia. Não é mais assim, é não há democracia sem liberdade de imprensa. Antes era: a ciência do Direito não é incompatível com o humanismo. Hoje é: não há ciência do Direito sem humanismo.

A aprovação da união civil gay foi seu melhor momento na Corte?

Um dos melhores. Logo depois da decisão, foram muitas as demonstrações que recebi. Uma noite, estava tomando cafezinho numa livraria quando um senhor de uns 75 anos me disse: “Sou médico, assisti o julgamento e venho lhe dar um abraço de agradecimento, porque tenho um filho de 40 e poucos anos que é médico e gay. Estávamos assistindo e rezando para a aprovação. Ele ficou tão feliz, a família toda ficou”. Isso é conciliar o Direito com a vida.

Tanto a decisão sobre os gays quanto o aborto de anencéfalos aconteceram apesar da pressão religiosa. O senhor pessoalmente crê em Deus?

Creio. Sou deísta, ericacionista. Acredito numa instância criadora de tudo. Mas o Supremo tem de ser laico, porque é órgão do Estado e o Estado é laico. Não faz sentido dizer que o Estado é laico e o Supremo não. É uma contradição nos termos. Todos temos uma dimensão individual e uma dimensão universal. Nosso ego é forte e soterramos o lado universal, infinito, eterno. O julgador tem que, de alguma forma, conciliar as coisas. Não pode deixar de ser individual, mas tem de abrir o espaço para o universal aflorar. Quando aflora, produz esse tipo de decisão, laica. Individualmente você pode ser católico, muçulmano, tem o direito de ser confessional. Mas naquele momento tem

Ministro, outro dia vi uma crítica sobre os riscos de o senhor tornar-se populista em vez de popular. Como se equilibrar entre esses dois conceitos?

Não quero ser popular, muito menos populista. O populista joga para a plateia, é um ator, só tem compromisso com a própria imagem, quer sair bem na fita. Abomino isso, acho anticientífico e antídoto. Também não quero ser popular em termos de cortejar a opinião pública, ser vassalo da imprensa. O que entendo é que quando você se interessa pela vida vivida, aguçada a sensibilidade na busca da Justiça. Se você não buscar inspiração na vida vivida das pessoas, sua sensibilidade fica opaca. Não abra os poros da inteligência racional para ver mais claramente, com mais profundidade, largueza. A realidade tira a viseira dos olhos. Isso eu chamo de humanismo.

Até o senhor aparecer, um juiz do Supremo era para nós um supremo juiz, inalcançável...

CARTACAPITAL | 2 DE MAIO DE 2012 **25**

Seu País Protagonista

de se desvincular da sua particularização religiosa e produzir uma decisão laica porque a Constituição é laica.

O pai do ministro. João Fernandes de Britto, sua maior influência intelectual, era juiz de carreira e toda a infância de Ayres Britto se passou no interior de Sergipe, em várias cidades, até a família de 11 filhos se fixar em Propriá, a 102 quilômetros da capital. Até os 16 anos, o menino Carlinhos não pensava em envergar toga e sim chuteiras de jogador de futebol profissional. O "doutor Britto" se opôs às ambições ludo-pédicas do filho e o convenceu a jogar futebol de salão e seguir a carreira de advogado. Ayres Britto é, a propósito, vascaíno.

Por pouco também a política não roubaria para si o destino do futuro ministro do Supremo: em 1985, lançou sua candidatura a prefeito de Aracaju pelo PDT, impugnapada por problemas na formação do diretório municipal. Em 1990, sairia candidato a deputado federal pelo PT. Recebeu 22,9 mil votos, número expressivo, mas insuficiente para elegê-lo. Ainda tentaria se candidatar mais uma vez, ao Senado, em 2002, mas perdeu a convenção do partido. E deu adeus à política, felizmente para a Justiça.

No meio de uma conversa com Ayres Britto, pode surgir de repente um poema ou o papo fluir para a física quântica, que ele afirma aplicar aos dispositivos jurídicos e que tornam sua prosa peculiar e envolvente. Pouco típica de um juiz do Supremo, é verdade, mas se não fosse assim não seria ele mesmo, como gostava de salientar. O ministro interrompe a entrevista para ir ao prédio ao lado tomar posse como presidente do Conselho Nacional de Justiça, onde, como sempre, ponteia o discurso com frases saborosas, para deleite da plateia de jovens advogados.

Quer dizer que ser advogado não foi um desejo de infância?

Não, o grande xodó da minha vida foi o futebol. Eu queria ser jogador profissional. Tinha muita habilidade para jogar, sou ambidestro, tenho facilidade para jogar com as duas pernas. E fora do futebol, das quatro linhas do gramado, me lembro lendo danadamente. Era um leitor, como se dizia antigamente, um viciado em leitura. Minhas lembranças de infância são do campo de futebol para os livros.

Chegou a fazer teste em algum time?

Eu jogava nas divisões de base de um time profissional, o América, que até foi campeão do estado. Mas meu pai me desestimulou, não tinha uma boa imagem do jogador de futebol. Dizia: "Você dá é para ler, é um estudioso, um intelectual, não tem nada que cuidar de futebol". Aos 12 anos, me introduzi na filosofia com Schopenhauer, Dores do Mundo. E nunca mais deixei de ler filosofia, literatura em geral e poesia em particular.

Como ler filosofia tão cedo não aruinou seu temperamento?

Sempre fui alegre, otimista, de bem com a vida. Nunca tive figado azedo.

Seu pai era um liberal, um progressista?

Não. Meu pai era o clássico juiz de carreira. Uma pessoa contida. Um homem simples, bom, honestíssimo, estudiosíssimo, preparado, escrevia bem. Tinha respeito pelo veredicto. Minha mãe gostava de dançar, cantar, tocar piano, violão. Meu pai fazia poesia, mas não cantava nada, niente. Era um juiz clássico, voltado para os autos, meio recluso.

O senhor de certa forma é o oposto dele como juiz, não fala só nos autos...

Abro as janelas do Direito para o mundo

"Sempre fui alegre, otimista, de bem com a vida. Nunca tive figado azedo"

Troca. Britto assume um STF em conflito, muito por causa da gestão de Peluso



CAILOS BURENTO/SCSPTV

circundante. Não para fugir do fundamento técnico, científico. Mas meu olhar sobre o dispositivo jurídico é influenciado pela vida vivida. O Direito é vida pensada pelo legislador, mas a decisão tem de ser vida vivida. Sou julgador, quero saber como vive aquele que vou julgar. Sou convencido pelos físicos quânticos. Em 1905, Einstein, que era físico quântico, cunhou uma expressão que ficou famosa: efeito do observador. Ele dizia que as partículas em que o átomo se decompõe, não só uma partícula influencia a outra, como também o observador desencadeia reação no objeto observado. Entendo que essa teoria quântica serve como teoria jurídica.

Como o senhor seria se tivesse virado político?

Republicano, como seria um juiz republicano. Mas desisti para todo o sempre. Acho a atividade política a mais importante das atividades humanas, mas não quis mais porque percebi que minha vocação mesmo era para a literatura, a filosofia, o Direito. Sentia vontade de servir à coletividade, mas vi que tinha outras vias de me realizar civicamente.

Mal tomou posse como presidente do Supremo, na quinta-feira 19, e Ayres Britto se viu envolto em polêmica. Ou melhor, num típico barraco. Seu antecessor, Cezar Peluso, deixou o cargo furibundo. Disparou contra vários alvos. Um dos principais foi um colega do tribunal, Joaquim Barbosa. Em entrevista, Peluso disse que os alegados problemas na coluna de Barbosa não existem, chamou-o de "inseguro" e, como se não bastasse, apelou para a questão racial. "Ele tem receio de ser qualificado como alguém que foi para o Supremo não pelos méritos, que ele tem, mas pela cor."

Barbosa contra-atacou em outra entrevista, que concedeu por e-mail para evitar se exaltar ainda mais. Chamou o colega de "brega", "calpíra", "imperial" e "tirânico", entre outros qualificativos nada elogiosos. Para piorar, ainda acusou o ex-presidente do STF de manipular resultados. "Não hesitava em violar as normas quando se tratava de impor à força sua vontade."

Ayres Britto negou tanto o racismo na instituição quanto a manipulação de julgamentos, mas é fato que o Supremo não é conhecido exatamente por ser um grupo unido. O que se diz é justamente o contrário: os 11 ministros se encontram apenas em um lugar além do plenário, no caezinho contíguo à sala.



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

Álbum de família Um entre 11 irmãos, Ayres Britto sonhava ser jogador de futebol. Quase virou político, mas acabou seduzido pelo Direito



São as vaidades que fazem com que os ministros às vezes briguem entre si?

Todos nós temos uma dimensão particular, individual, egoíca, vaidosa. A vaidade não é um mal se ela se contém nos limites da necessidade de preservação de sua identidade. Se a vaidade vai até esse ponto, é boa. Mas se descamba para o narcisismo é ruim, é um fator de desagregação.

Como o senhor acompanhou as discussões entre os ministros Peluso e Barbosa?

Os dissensos, as rugas, os desentendimentos pessoais são inevitáveis em qualquer espaço da convivência humana.

Ninguém vive, todo mundo convive. E conviver é atritar-se. A possibilidade de atrito, fricção, é inerente à condição humana. Só é preocupante o dissenso entre julgadores quando leva de roldão a instituição, quando afeta a isenção, a tecnicidade, a segurança do julgamento.

Houve ali uma acusação de que Peluso manipularia resultados.

Sim, e me cabia dar a resposta pela instituição. A lógica interna ao processo judicial, colegiado, pré-exclui a manipulação. É impossível manipular, alterar o conteúdo da decisão. Quem tentar manipular encontra reação imediata.

Não é ruim para a imagem do Supremo como instituição que ministros batam boca?

Não é desejável esse tipo de desentendimento, mas ninguém pode ser crucificado por se desentender no plano pessoal.

A acusação de racismo procedeu?

Isso está fora de cogitação. Não procede de maneira alguma, não tem sentido. Até porque um guardião da Constituição racista é um traidor da sua função. A Constituição abomina o racismo, repudia e manda criminalizar o racismo, repudia e manda criminalizar o racismo. Como é que nós, aplicadores da Constituição, podemos ser racistas?

Seu País Protagonista

O mandato de Ayres Britto à frente do Supremo é curto: durará apenas sete meses. Em novembro, quando completa 70 anos, será atingido pela aposentaria compulsória. Seu substituto na presidência do tribunal será justamente Joaquim Barbosa. Mas, antes disso, o ministro ambiciona colocar no calendário da Corte o julgamento do chamado "mensalão", que quer ver na pauta do tribunal em julho, antes das eleições municipais de outubro.

Seu colega de corte Marco Aurélio Mello já se pronunciou "terminantemente contra" a convocação do tribunal durante o recesso de julho para o julgamento do caso, que espera por um desfecho jurídico há cinco anos. Segundo Ayres Britto, acelerar o processo não impedirá que o julgamento seja eminentemente técnico, sem influência política ou da chamada opinião pública.

O julgamento do chamado "mensalão" é o maior da história do STF?

Desde que estou aqui é o mais incomum, o mais insólito. É o que mais chama a atenção por características dele mesmo, não por avaliação política de minha parte. Tem 38 réus, aocarretar 38 sustentações orais, 600 testemunhas, um mundo de provas documentais, laudos técnicos, mais de 300 volumes, mais de 300 apensos. É gigantesco e vai demandar de nossa parte um script também diferenciado, é evidente. Entretanto, do ponto de vista de todos nós, magistrados, é um processo como outro qualquer, é igual aos outros. Temos o dever de julgar os réus com isenção, a partir da prova dos autos, com fundamentação técnica da nossa decisão. Se não for assim, vai haver prejulgamento, seja no sentido da absolvição, seja no da condenação.

Há quem diga que pela opinião pública os réus já foram condenados.

Pois é. É nesses instantes nos quais a opinião pública julga antes que os ministros o façam que a seriedade, a impessoalidade, a neutralidade têm de funcionar. Juízes e partes processuais são como óleo e água, não se misturam. É um dever ser imparcial.

É difícil não ceder à pressão popular?

Os juízes do Supremo se colocam diante da pressão popular com toda sobriedade, eles tiram de letra. Já são curtidos, vacinados contra isso, pela idade, pela experiência, pelo dever de ofício. Vai ser um julgamento técnico, justo, fundamentado, sem nenhum ingrediente político. Senão, é justificação, é linchamento. Não podemos surfar nes-

sa onda da cólera coletiva, da pressão social. Quanto ao timing, é de toda conveniência que seja julgado por brevidade, porque a razoável duração do processo é uma norma constitucional. Se pudermos terminar antes do processo eleitoral, melhor, porque o processo eleitoral é o clímax da democracia representativa. Como três juízes daqui são titulares do Tribunal Superior Eleitoral e outros três, suplentes, e como a Justiça Eleitoral funciona quase full time, evidente que ficamos divididos, esfalfados. Sem falar do risco da prescrição. Tudo isso recomenda o julgamento com brevidade sem prejuízo da segurança jurídica.

Mas existem ministros a se manifestar contra essa coloridade.

É ponderável. Eles pensam que não há que se conferir prioridade ao processo eleitoral nem ao julgamento do chamado "mensalão" em relação a outros processos penais. Mas é uma prioridade porque, segundo o Ministério Público, vem envol-

Sobre o mensalão: "Não podemos surfar na onda da pressão social. Julgamento não é linchamento"

Pé direito. No primeiro caso à frente do STF, 10 a 0 a favor das cotas raciais nas universidades

to numa ambiência de corrupção ativa e passiva, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro com, em parte, dinheiro público. Combater a corrupção administrativa é uma prioridade constitucional.

Depois de pendurar a toga, Ayres Britto pretende se dedicar, diz, apenas à vida acadêmica, à leitura e aos poemas. Antes de ser juiz, considera-se, sobretudo, um poeta. Não se habilita a escrever memórias por não gostar de olhar para trás. "Tenho 69 e ainda muita infância pela frente", brinca. E fala a sério.

O que o senhor aconselharia a um jovem juiz para que tenha uma formação humanista como a sua?

A abertura para a arte. Muito teatro, cinema, música, poesia, canto, dança... Que ele entenda que só a arte salva o mundo das garras da mesmice. A arte é sinônimo de estética, e os gregos colocavam a estética ao lado, com a mesma importância, da justiça, da bondade e da verdade. A arte é o caminho para o humanismo, que é o lado direito do cérebro, não por acaso chamado de lado feminino. Tampouco é à toa que a palavra Direito seja masculina e a palavra justiça seja feminina. Sentença vem do verbo sentir. Como você pode sentir estando trancado ali, encastelado ali?

Se fosse citar um poeta para terminar este papo, quem seria?

Citaria Fernando Pessoa, que sempre nos convidava para arrumar as malas rumo ao infinito. ●



CHARLES HUBERTINO/SOCCAT

Figuras 23 e 24 – Artigos de opinião “O julgamento do mensalão” e “Política de uma nota só”

Vox Populi Marcos Coimbra

● colunistas@cartacapital.com.br

O julgamento do mensalão

QUANDO OS HISTORIADORES do futuro fizerem o balanço da época em que vivemos, é bem provável que sobressaiam coisas às quais hoje não damos nenhuma importância. É quase impossível dizer quais serão. Alguém perceberia, em 1960, nos trabalhos de um obscuro engenheiro da Rand Corporation, a semente da internet?

O que, do presente, entrará para a história? De tudo que achamos importante hoje, o que, no futuro, permanecerá significativo?

Ninguém sabe.

Mas há um consolo: é fácil perceber o que se provará irrelevante. Em tudo – na vida social, nas artes, na ciência, na tecnologia – não é complicado enxergar o desimportante.

Também na política. E se há um candidato ao troféu de maior não evento deste período de nossa vida política, seu nome é “o julgamento do mensalão”.

Quem lê a dita grande mídia brasileira tem a impressão oposta. Fica com a sensação de que se trata de uma coisa fundamental. Que é a mais transcendental de todas as que temos em nossa agenda.

Isso só se acentuou depois que a CPI do Cachoeira se tornou inevitável. A partir daí, os principais veículos de nossa indústria de comunicação, seus editoriais, colunistas e comentaristas, decretaram que o “julgamento do mensalão” seria a prioridade.

Exigem que seja logo, que conclua pela culpa dos acusados e reclamam punições exemplares. Têm consciência de que, juridicamente, o caso é frágil, mas não se importam: afirmam que a “opinião pública” clama por uma “resposta firme”. E que o STF tem a obrigação de atendê-la. E que o ministro que titubear na condenação é fraco – para dizer o mínimo.

O que querem do julgamento?

Simples – e errado – seria dizer justiça. Na democracia, essa só aparece ao final, depois que o rito judiciário é integralmente cumprido. Nunca antes.

Admitamos, por hipótese, que o STF resolva pela absolvição de todos ou alguns dos acusados – o que, pelas provas coletadas contra eles, não seria surpresa. Estará nossa mídia disposta a aceitar o julgamento como justo?

Ou, como já condenaram todos por antecipação, a decisão será questionada e ridicularizada?

É possível que ela se sinta “representante” e “guardiã do povo”, em seu nome exigindo justiça. O problema é que nada sustenta a tese. A sociedade não dá qualquer mostra de que deseja que ela exerça tal papel.

O “julgamento do mensalão” não quer dizer nada para a vastíssima maioria do País. Ela nem sequer sabe que está por acontecer.

É claro que existe uma militância oposicionista na sociedade, que se agita e reivindica rigor no julgamento. Só que é pequena. Quando, por exemplo, tentaram encher as ruas de “indignados”, ficou claro que são poucos.

Que vitória política terão os adversários do governo e do “lulopetismo” se os acusados forem condenados?

Isso alteraria a avaliação largamente favorável dos oito anos de Lula e dos quatro de Dilma, que começaram bem, aos olhos da população? Isso mudaria o favoritismo de ambos – pois Lula e Dilma lideram com imensa vantagem as pesquisas – para vencer as eleições de 2014?

O “julgamento do mensalão” não vai reescrever o passado ou modificar o futuro da política brasileira.

A campanha para que aconteça já e para que redunde na condenação de todos os acusados nada tem a ver com a ideia de justiça. Não responde a anseios reais da vasta maioria da sociedade. Nada altera de concreto em nossa política.

E por isso que seu significado no longo prazo é tão limitado.

Mesmo que, nos próximos meses, tenhamos de ouvir falar do assunto até não poder mais ●



Seja qual for o resultado, ele não vai reescrever o passado ou modificar o futuro da política brasileira. Seu significado no longo prazo é limitado

REPORTAGEM

Antítese Vladimir Safatle

● colunistas@cartacapital.com.br

Política de uma nota só

HÁ VÁRIAS maneiras de despolitizar uma sociedade. A principal delas é impedir a circulação de informações e perspectivas distintas a respeito do modelo de funcionamento da vida social. Há, no entanto, uma forma mais insidiosa. Ela consiste em construir uma espécie de causa genérica capaz de responder por todos os males da sociedade. Qualquer problema que aparecer será sempre remetido à mesma causa, a ser repetida infinitamente como um mantra.

Isto é o que ocorre com o problema da corrupção no Brasil. Todos os males da vida nacional, da educação ao modelo de intervenção estatal, da saúde à escolha sobre a matriz energética, são creditados à corrupção. Dessa forma, não há mais debate político possível, pois o combate à corrupção é a senha para resolver tudo. Em consequência, a política brasileira ficou pobre.

Não se trata aqui de negar que a corrupção seja um problema grave na vida nacional. É, porém, impressionante como dessa discussão nunca se segue nada, nem sequer uma reflexão mais ampla sobre as disfuncionalidades estruturais do sistema político brasileiro, sobre as relações promíscuas entre os grandes conglomerados econômicos e o Estado ou sobre a inexistência da participação popular nas decisões sobre a configuração do poder Judiciário.

Por exemplo, se há algo próprio do Brasil é este espetáculo macabro onde os escândalos de corrupção conseguem, sempre, envolver oposição e governo. O que nos deixa como espectadores desse jogo ridículo no qual um lado tenta jogar o escândalo nas costas do outro, isso quando certos setores da mídia nacional tomam partido e divulgam apenas os males de um dos lados. O chamado mensalão demonstra claramente tal lógica. O esquema de financiamento de campanha que quase derrubou o governo havia sido gestado pelo presidente do principal partido de oposição. Situação e oposição se aproveitaram dos mesmos caminhos escusos, com os mesmos operadores. Não consigo lembrar de nenhum país onde algo parecido tenha ocorrido.

Uma verdadeira indignação teria nos levado a uma profunda reforma política, com financiamento público de campanha, mecanismos para o barateamento dos embates eleitorais, criação de um cadastro de empresas corruptoras que nunca poderão voltar a prestar serviços para o Estado, fim do sigilo fiscal de todos os integrantes de primeiro e segundo escalão das administrações públicas e proibição do governo contratar agências de publicidade (principalmen-

te para fazer campanhas de autopromoção). Nada disso sequer entrou na pauta da opinião pública. Não é de se admirar que todo ano um novo escândalo apareça.

Nas condições atuais, o sistema político brasileiro só funciona sob corrupção. Um deputado não se elege com menos de 5 milhões de reais, o que lhe deixa completamente vulnerável para lutar pelos interesses escusos de financiadores potenciais de campanha. Isso também ajuda a explicar porque 39% dos parlamentares da atual legislatura declaram-se milionários. Juntos eles têm um patrimônio declarado de 1.454 bilhão de reais. Ou seja, acabamos por ser governados por uma plutocracia, pois só mesmo uma plutocracia poderia financiar campanhas.

Mas como sabemos de antemão que nenhum escândalo de corrupção chegará a colocar em questão as distorções do sistema político brasileiro, ficamos sem a possibilidade de discutir política no sentido forte do termo. Não há mais discussões sobre aprofundamento da participação popular nos processos decisórios, constituição de uma democracia direta, o papel do Estado no desenvolvimento, sobre um modelo econômico realmente competitivo, não entregue aos oligopólios, ou sobre como queremos financiar um sistema de educação pública de qualidade e para todos.

Em um momento no qual o Brasil ganha importância no cenário internacional, nossa contribuição para a reinvenção da política em uma era nebulosa no continente europeu e nos Estados Unidos é próxima de zero.

Tem-se a impressão de que a contribuição que poderíamos dar já foi dada (programas amplos de transferência de renda e reconstrução do mercado interno). Mesmo a luta contra a desigualdade nunca entrou realmente na pauta e, nesse sentido, nada temos a dizer, já que o Brasil continua a ser o paraíso das grandes fortunas e do consumo conspícuo. Sequer temos imposto sobre herança.

Mas os próximos meses da política brasileira serão dominados pelo duodécimo escândalo no qual alguns políticos cairão para a imperfeição da nossa democracia continuar funcionando perfeitamente. ●



Todos os males da vida nacional são creditados à corrupção. Dessa forma, não há mais debate político possível, pois o combate aos malfeitos é a senha para resolver tudo

REPORTAGEM

Figura 25 – Reportagem “Contra a austeridade”

Nosso Mundo

Contra a austeridade

FRANÇA | Os resultados do primeiro turno da eleição revelam que os grandes derrotados são os próprios líderes europeus, Nicolas Sarkozy e Angela Merkel

POR GIANNI CARTA

O PRIMEIRO turno da presidencial francesa, em 22 de maio, transcendeu um pleito nacional: o povo votou contra a liderança da Zona do Euro. Acrescente-se que isso ocorreu na maior crise econômica já atravessada pela União Europeia (UE). Em mítidos, os cidadãos franceses demonstraram, como seus conterrâneos em outros países da UE, seu desejo de se desfazer do conservador Nicolas Sarkozy e, por tabela, de Angela Merkel, a chanceler alemã porceira do atual presidente francês na formulação da política de austeridade europeia. O vencedor socialista do primeiro turno, François Hollande, acredita que em época de crise é preciso de menos austeridade e, ao mesmo tempo, de um “pacto de crescimento”. E Hollande quer renegociar o “pacto fiscal” firmado entre Alemanha e França com Merkel no início das turbulências há dois anos.

O cômputo final do primeiro turno foi no mínimo desesperador para Sarkozy, como é conhecida a dupla de líderes europeus. Sarko, da União por um Movimento Popular (UMP) levou 27,2% dos votos, ante 28,6% do candidato socialista. De acordo com uma pesquisa divulgada na quinta-feira 26 pelo instituto TNS/Sofres, Hollande obterá 53% dos votos, contra 45% para o atual presidente, no segundo turno, dia 6 de maio.

Com pouco mais de 18%, Marine Le Pen, líder da legenda de extrema-direita Frente Nacional, foi, de certa forma, a grande vencedora no primeiro turno. Partidária da saída da França da Zona do Euro, ela dobrou o número de votos do

pai no pleito presidencial de 2002, quando o controverso Jean-Marie Le Pen disputou o segundo turno contra o gaullista Jacques Chirac. “A escolha de Marine é em grande parte feita pelos pobres, isto é, operários, camponeses e desempregados, etnicamente de origem europeia, e que se sentem despossuídos de sua cultura e seu modo de vida sobre um território que julgam ser ‘deles’”, argumenta o filósofo Robert Redeker, 57 anos, editoralista da revista *Les Temps Modernes* e pesquisador do Centre Nationale de Recherche Scientifique (CNRS).

Islamofóbica (o novo antissemitismo), Marine quer expulsar do país todos os imigrantes ilegais. Mas ela agrada por-

que seu discurso é mais sutil que o de Jean-Marie Le Pen e isso a faz mais perigosa, ainda que sua meta, de fato, seja a mesma do pai. “Quero fazer o sistema implodir”, disse em um comício. “Marine é mulher, mãe solteira, boa oradora e tomou distância das ideias do pai, como a de que o Holocausto não existiu”, opina Katia Delcenserie, professora de francês, 37 anos. Segundo Redeker, o voto em Marine só poderá crescer nas eleições parlamentares, em junho próximo. De fato, ela espera formar uma bancada de 15 deputados.

Por sua vez, Jean-Luc Melenchon, da Frente de Esquerda, alinha a reunir grupos de extrema-esquerda, além de

Com um discurso ultradireitista, Sarkozy procura conquistar os votos da própria Marine Le Pen, que, pessoalmente, lhe nega apoio

Hollande. Ainda apontado como futuro presidente pelas pesquisas, o socialista propõe “o pacto de crescimento”




44 WWW.CARTACAPITAL.COM.BR

CARTACAPITAL | 2 DE MAIO DE 2012 45

Nosso Mundo França

comunistas, obteve 11,1% dos votos, a melhor atuação vermelha desde 1981. Em quinto lugar, o centrista François Bayrou ficou com 9,1%. Os outros cinco candidatos tiveram resultados pouco expressivos.

"A vitória para Sarkozy seria missão quase impossível", afirma Redeker. Para vencer, Sarkozy precisaria de mais de 80% dos votos da Frente Nacional de Marine Le Pen, e mais 75% dos eleitores de Bayrou. No entanto, segundo pesquisas de intenção de voto, que neste ano parecem bastante confiáveis (veja as previsões do primeiro turno), 60% dos lepenistas e apenas 30% dos centristas cogitam apoiar Sarkozy.

Se Mélenchon orientou seus eleitores a votar em Hollande, Marine recusa-se a fazer o mesmo por Sarkozy. Segundo ela, o presidente e Hollande trabalham para os ricos. Por sua vez, o presidente diz que não fará pactos com Marine, mas às vésperas de eleições vestiu a camisa de político de extrema-direita, como em 2007, e, entre outras medidas, ameaçou pôr fim à participação da França na Zona Schengen (com o aval de Merkel), a qual possibilita a livre circulação de cidadãos de 26 países europeus. Para agrandar ainda mais

à extrema-direita, Sarkozy disse que há muitos estrangeiros ilegais na França a ameaçar "nossa civilização" e "o estilo de vida". Após o primeiro turno, ele foi firme e, como sempre, esperto: "Não haverá acordo com a FN, nem ministros, mas eu devo levar em consideração o voto dos eleitores que optaram pela candidata da FN, Marine Le Pen". Em outra entrevista, deixou escapar um lapsos: "Le Pen é compatível com a república". A frase, como legenda da imagem de Sarkozy, foi capa do diário de centro-esquerda *Libération*.

A onda antissarkozysta é fácil de explicar. Como dito anteriormente, o atual presidente francês e sua homóloga alemã acreditam que somente um programa de austeridade poderá salvar o euro. Para piorar o quadro, Merkel e Sarkozy agem como bedéis a puxar a orelha dos "maus alunos", isto é, da Grécia, de Portugal, Espanha e até da Itália, terceira economia europeia. E o fazem com arrogância, a despeito do fato de também nem sempre respeitarem diretrizes da UE como o déficit de 3% do Produto Interno Bruto.

De qualquer forma, parece claro que o programa de austeridade não tem vingado. Devido à crise da dívida nos últimos dois anos caíram governos de esquer-

da e direita em Portugal, Irlanda, Grécia, Espanha, Eslovêquia, Islândia, Reino Unido, Romênia e Itália. Nesta semana, o governo de centro-direita de Mark Rutte, na Holanda, tornou-se a décima vítima da crise da dívida, por falta de um acordo político para aprovar um corte de 16 bilhões de euros.

A provável derrota de Sarkozy também se deve ao seu péssimo legado. Eleito como reformista, ele traria energia para a economia francesa. Uma reforma, necessária em um continente no qual a expectativa média de vida aumenta a galopes, foi a de ter aumentado a idade mínima de aposentadoria de 60 para 62 anos. A dívida pública subiu, no entanto, para 600 bilhões de euros, a França teve a nota de crédito rebaixada em 1 grau, enquanto o déficit público atingiu 70 bilhões de euros.

Também não está claro se Sarkozy é liberal, no sentido anglo-saxônico, ou protecionista. Ele quer taxar mais os ricos e proteger as indústrias francesas diante da crise global, ou preferir a competitividade capitalista? Disse recentemente: "Quero uma Europa que proteja suas empresas e seus cidadãos". Afinado com Angela Merkel, o presidente francês bate, porém, na tecla "austeridade".

"Estamos cansados desse termo 'austeridade', mas, claro, compreendemos a necessidade de termos de adotar certa disciplina para lidar com a crise do euro", diz Delcenserie. Ela também indaga: "Será que não é possível mesclar austeridade com doses de incentivos para o povo?" A professora votou em Jean-Luc Mélenchon, o candidato da Frente de Esquerda. Em suma, ela não usufruiu do "voto útil", no caso em Hollande, para evitar uma divisão entre as esquerdas, como aconteceu na presidencial de 2002, quando não houve candidato da esquerda no segundo turno, e sim o gaullista Chirac contra o extremista Jean-Marie Le Pen.

Por que Delcenserie votou em Mélenchon? "Ele vem do povo, entende o povo e virou um intelectual e político." No segundo turno, ela votará em Hollande. "Creio que ele será capaz de mesclar disciplina fiscal com seu 'pacto de crescimento', e o fato de ele querer renegociar o pacto fiscal para o euro com os alemães também é positivo", avalia.

Hollande tem o apoio de líderes de peso. Mario Draghi, presidente do



Marine tem discurso mais hábil que o do pai, mas busca os mesmos objetivos

Draghi. Nas entrelinhas, apoia Hollande, o BC europeu quer o crescimento



M. DRAGHI

Banco Central Europeu, é, por exemplo, favorável ao "pacto de crescimento". Da mesma forma, a liderança do Partido Social Democrata Alemão (SPD) acha que Hollande poderia desviar a França, e por tabela a Europa, da política de austeridade. Mas quais serão as medidas para gerar crescimento? Isso ainda não é transparente, mas o mais provável é um crescimento turbinado por empréstimos, e consta que Draghi é favorável à medida.

Hollande diz que, uma vez eleito, sua primeira viagem será rumo a Berlim. Lá ele tentará convencer Angela Merkel sobre a importância do "pacto de crescimento". Caso a chanceler bata o pé, Hollande já avisou que bloqueará a ratificação do tratado fiscal assinado dois anos atrás. Assim Hollande mandará para os ares a velha parceria franco-alemã das últimas três décadas. Ficarão as lembranças de duplas como a de Helmut Kohl e François Mitterrand de mãos dadas, ou, mais recentemente, a de Jacques Chirac e Gerhard Schroeder.

Ao mesmo tempo, Hollande também não poupa o BCE. O banco com sede em Frankfurt, disse ele, deveria ajudar na crise da moeda com empréstimos aos governos da Zona do Euro, em vez de dar créditos baixos para bancos.

E, antes mesmo de pisar em solo

alemão como presidente, Hollande já mandou um recado para os germânicos. "Aquele país não pode permanecer uma ilha de prosperidade no meio de um oceano de recessão", disse Hollande ao diário francês *Les Echos*. "Imagine-se se a Alemanha dirigir a Europa sozinha e isolar a França!"

Protégé de François Mitterrand, Hollande adotou os gestos do ex-presidente, mas não a arrogância. Ao contrário de Sarkozy e seus tiques nervosos, Hollande é calmo e acessível à mídia. Nunca ocupou um ministério, e atualmente é presidente da Corrèze, um pequeno departamento rural. No último ano, perdeu 10 quilos e tornou-se um homem esguio, a trajar agora ternos bem cortados e óculos modernos. Não se trata de um carismático, mas quem o conhece louva seu senso de humor. Os contrastes entre Sarkozy e Hollande favorecem o provável novo presidente.

Claro, Angela Merkel discorda. Segundo o semanário de centro-esquerda alemão *Der Spiegel*, "para Merkel essa é uma eleição como poucas, e mais importante do que pleitos estaduais na Alemanha. Quem quer que vença na França terá de agir ao seu lado para direcionar a política econômica europeia. Se o vitorioso for Hollande, as coisas poderão se tornar desconfortáveis para ela, tanto em Bruxelas como em Berlim". ●



Consequências. Rutte cai na Holanda. A Europa inteira condensa a austeridade

Figura 26 – Reportagem “Transição perigosa”

Nosso Mundo

Transição perigosa

EGITO | O corte do gás para Israel é sintoma do aprofundamento de um impasse político que diz respeito a todo o Oriente Médio

POR ANTONIO LUIZ M. C. COSTA

SEM AVISO, a EGAS, subsidiária da estatal petrolífera do Egito, decidiu cancelar o fornecimento de gás natural a centrais elétricas de Israel, que representou 40% da sua receita com o produto (o restante era absorvido por empresas egípcias) e 40% do consumo do país vizinho. É óbvio que o suposto atraso de pagamento alegado pela EGAS e negado por Israel é um pretexto, embora nenhum dos países tenha interesse em fazer alarde dos verdadeiros motivos.

O acordo de exportação firmado em 2005, identificado com a corrupção, o regime Hosni Mubarak e a traição da causa árabe-palestina, sempre foi impopular no Egito e tornou-se ainda mais no verão de 2010, quando a escassez interna de gás causou seis semanas de corte de energia. Desde a queda do ex-ditador, o gasoduto foi bombardeado 14 vezes por presumíveis militantes islâmicos e o fornecimento tornou-se irregular.

Israel terá de racionar eletricidade, ao menos enquanto não se iniciar a produção dos campos de gás que desenvolve no Mediterrâneo. Mas o Egito perde 300 milhões de dólares anuais em exportações (1,2% do total) e arrisca a ajuda militar estadunidense, de 1,3 bilhão em 2012, e a receita de 1 bilhão por ano das Zonas Industriais Qualificadas, cujos têxteis produzidos no Egito com matérias-primas de Israel são hoje isentos de tarifas nos EUA.

É crítico para um país com desequilíbrio crônico na balança comercial e que, desde a Primavera Árabe, sofreu uma queda de 32% no turismo e 72% nos investimentos estrangeiros, teve as reservas reduzidas de 36 bilhões para 15 bilhões e tenta negociar um empréstimo de emergência do FMI. Por aí se avalia o desespero do governo militar por



Cartas marcadas.
Os militares tentam vetar os candidatos que possam fazer sombra a Amr Moussa (esq.), como El-Shater

apoio popular. Teria de ceder o poder ou apelar para medidas de força de consequências imprevisíveis se fosse preciso enfrentar novos cortes de energia e estes fossem associados às vendas a Israel. Com a medida, recebe ao menos um aplauso momentâneo, inclusive da Irmandade Muçulmana, com a qual vive em tensão crescente.

No processo que levou às eleições parlamentares, a junta militar (SCAF – *Supreme Council of the Armed Forces*, Conselho Supremo das Forças Armadas) inicialmente favoreceu os fundamentalistas, aparentemente por ver neles um contrapeso às forças liberais e de esquerda que iniciaram a revolução que lhes permitiria conseguir o papel de fiel da balança. Mas os três partidos islâmicos, encorajados pelo entusiasmo popular, esqueceram a promessa inicial de restringir suas candidaturas e limitar sua participação a 40% do Parlamento; conseguiram 69% dos votos e 74% das cadeiras (sem contar os “bônicos” nomeados pela SCAF), 47% da Irmandade Muçulmana, 25% do ul-

traconservador Al-Nur (salafista) e 2% do moderado Al-Wasat.

Conseqüentemente, esses partidos elegeram dois terços do comitê que deveria redigir a nova Constituição e este foi anulado pelo Judiciário, criando um impasse ainda não resolvido. A junta pressiona por uma Constituinte de “notáveis” sem políticos e ameaça dissolver o Parlamento, convocar novas eleições e voltar a colocar os partidos islâmicos fora da lei. Estes não se intimidaram e, para enfatizar seu apoio popular, responderam quebrando a promessa de não disputar as eleições presidenciais e lançaram o empresário Khairat El-Shater pela Irmandade Muçulmana, e Abu Ismail pelo Al-Nur.

Em resposta veio a candidatura inviável de Omar Suleiman, ex-vice e chefe de inteligência de Mubarak, anunciada em 12 de abril para gerar protestos generalizados. Dois dias depois, com uma decisão salomônica na teoria e maquiavélica na prática, a comissão eleitoral casou sua candidatura e as dos dois principais rivais islâmicos (além de outros candidatos menos importantes) com



pretextos casuísticos: Suleiman por ser ex-funcionário de Mubarak, El-Shater por ter sido presidário até março de 2011 (foi libertado pela revolução) e a de Abu Ismail porque a mãe (falecida) obtivera cidadania dos EUA.

A junta aparentemente espera garantir a vitória de Amr Moussa, ex-chanceler e ex-secretário-geral da Liga Árabe, que conta com certa popularidade e com a simpatia do Ocidente – e não foi desqualificado apesar de também ter servido ao regime deposto. Mas ainda há dois islâmicos independentes na disputa: Aboul

Fotouh, que saiu da Irmandade em 2011, e Safim Al-Awa, um respeitado erudito muçulmano. Caso se unam e recebam apoio dos grandes partidos islâmicos, um deles pode frustrar os planos dos militares, que resistem a abrir mão do poder de decisão em assuntos diplomáticos e estratégicos, do controle direto de um terço da economia egípcia, do orçamento militar sem supervisão civil e da imunidade por crimes do passado, de tortura a corrupção.

O impasse egípcio pode se repetir na Líbia, onde o precário governo de transição quer proibir os partidos religio-

A junta cedeu à opinião pública. A venda de gás a Israel era muito impopular no Egito e o gasoduto foi bombardeado 14 vezes desde a queda do regime Mubarak

so e abre um conflito com a Irmandade Muçulmana e os salafistas. E na Síria, onde a alternativa ao regime autoritário de Bashar al-Assad, laico apesar de aliado ao Irã, é uma oposição armada de maioria fundamentalista. Embora tenha um acadêmico respeitado no Ocidente na Presidência e liberais no comitê executivo, mais da metade do opositorista Conselho Nacional Sírio (cuja composição é secreta) é formada por fundamentalistas, queixou-se um integrante laico.

O problema está colocado desde 2006, quando as eleições palestinas foram vencidas pelo fundamentalista Hamas. Nas atuais condições econômicas e políticas do Oriente Médio, o liberalismo laico tem pouquíssimas chances em eleições livres. Onde o autoritarismo apodrece e cai, a indignação popular se expressa no islamismo político que talvez possa ser cooptado – convencido, por exemplo, a aceitar o acordo do Egito com o FMI –, mas nunca ignorado. Está praticamente perdida a aposta em que, mesmo depois de Mubarak, os militares conseguiriam manter o Egito alinhado aos interesses dos EUA e Israel. Qualquer tentativa da SCAF de fazer a história recuar e proibir os partidos islâmicos terá vida curta. E uma possível crise financeira por falta de financiamentos ocidentais só servirá para radicalizar ainda mais as massas.

Fato aparentemente não assimilado por Israel, que não dá sinal de levar em conta que medidas para agradar à extrema-direita e sustentar o governo Benjamin Netanyahu a curto prazo, com a recente legalização de novas colônias na Cisjordânia – as primeiras em 20 anos – podem inviabilizar sua sobrevivência no longo prazo, quer o Ira consiga armas nucleares, quer não. ●

Anexo 3 – Recortes da revista *Época* n. 729 usados como ilustração

Figura 27 – Capa

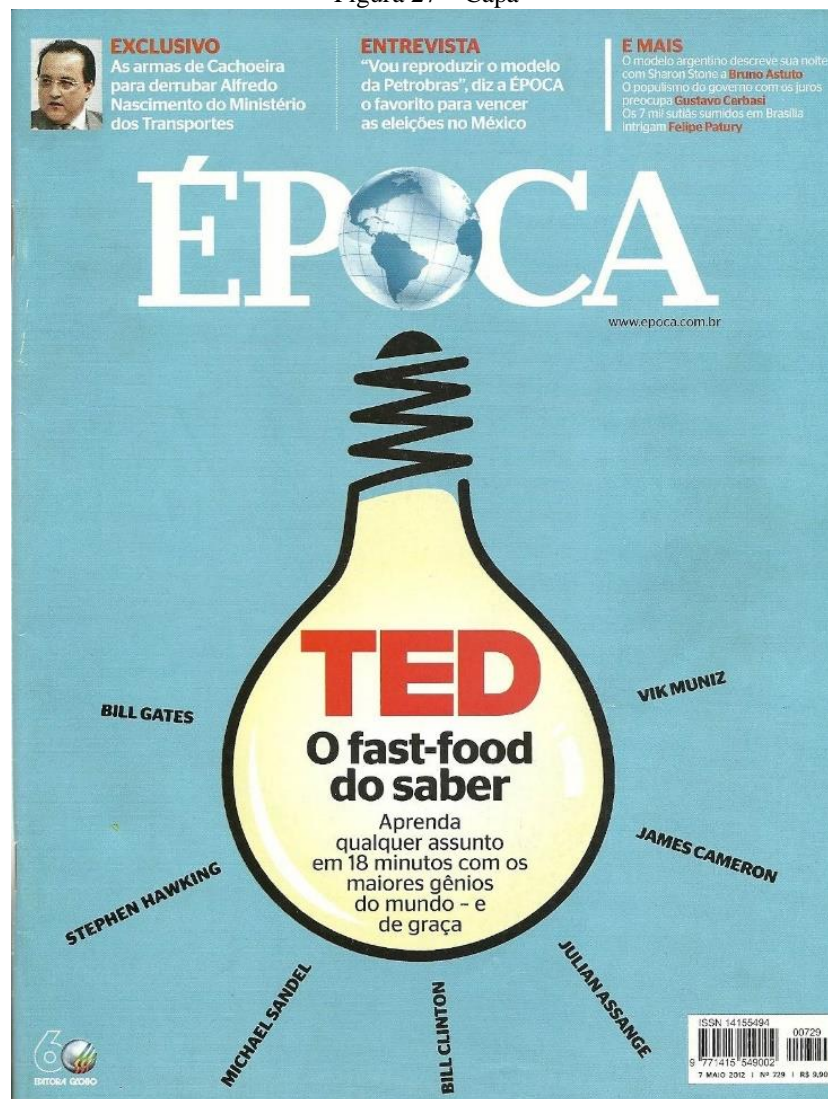


Figura 28 – Reportagem “Para tirar o ministro”



TEMPO
Para saber primeiro
INVESTIGAÇÃO

PARA TIRAR O MINISTRO

Como a turma de Carlinhos Cachoeira queria usar uma suspeita de corrupção no Amazonas para varrer Alfredo Nascimento do Ministério dos Transportes

Murilo Ramos

Políticos acusados de corrupção costumam atribuir as suspeitas a invenções de adversários. Apresentam-se como inabaláveis e acima do que chamam de “ilações fantasiosas” de quem tenta prejudicá-los. Quem quiser ganhar com a fragilidade de um homem público, especialmente em benefício próprio, precisa ter certeza de que ela existe. Esse raciocínio leva organizações criminosas a se empenhar em descobrir casos concretos para passar rasteiras no submundo da política. As investigações da Polícia Federal (PF) sobre a atuação da organização do bicheiro Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, mostram que a equipe investigava a carreira de desafetos até identificar um ponto fraco. Com ele nas mãos, chegava o momento de buscar seu objetivo. Foi o que tentaram fazer com o então ministro dos Transportes, o senador Alfredo Nascimento (PR). De acordo com os áudios captados pela PF, Cachoeira e seu sócio, o então diretor da Delta Construções, Cláudio Abreu, planejavam usar uma suspeita de corrupção para derrubá-lo do cargo.

Numa gravação do dia 5 de julho do ano passado, Cachoeira sugeriu a Abreu procurar o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em Goiás, Alfredo Soubiê Neto, para obter histórias desabonadoras a respeito de Nascimento. Soubiê Neto é apadrinhado do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), a quem Cachoeira queria pedir informações sobre irregularidades na gestão de Nascimento. “Senta com o Alfredo (Soubiê). Fala com ele que precisa tirar o ministro”, diz Cachoeira. “O Sandro é quem sabe. O Sandro pode falar... que tem donativo, entendeu?” Em outra ligação no mesmo dia, Abreu diz a Cachoeira que a queda de Nascimento favoreceria o próprio Sandro Mabel. “O bom seria se valorizasse até pro Sandro ser o ministro. Al era ótimo”, afirma Cachoeira. Há duas semanas, ÉPOCA revelou que Cachoeira e Abreu tramaram, em maio do ano passado, contra o então diretor-geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot. Depois, eles comemoram a decisão do governo de afastar Pagot, acusado de corrupção. ▶

A mensagem

Para o governo
Nem o mais alto escalão do governo está imune a pressões de criminosos

Para o Congresso
Novas denúncias deixam ainda mais claro que as investigações da CPML precisam ser amplas

PORTO INSEGURO
O ex-ministro dos Transportes e senador Alfredo Nascimento (PR). Ele foi alvo do jogo político promovido pelo grupo de Carlinhos Cachoeira

Foto: Odis Sampaio/ABE

Figura 30 – Reportagem “Um jogo de perde-perde”



Tempo

CONGRESSO NACIONAL

UM JOGO DE PERDE-PERDE

A CPI do Cachoeira traz riscos para o governo e a oposição. Preocupados, os partidos buscam acordos para minimizar os prováveis prejuízos da investigação

Andrei Meireles e Leandro Loyola

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o bicheiro Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, começou a definir seu rumo. E ele dependerá dos limites impostos pelos partidos políticos, temerosos das consequências da investigação. Na semana passada, o PSDB planejava convocar o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), para depor na comissão.

Cabral tornou-se possível alvo da CPI devido a suas relações próximas com a Delta Construções, empreiteira cujos interesses Cachoeira defendia. Imagens de momentos de lazer de Cabral na Europa ao lado do dono da Delta, Fernando Cavendish, divulgadas nos últimos dias, não ajudaram a dissipar as suspeitas sobre o governador (leia o texto na página 42). O tema, porém, é tratado com cuidado. Após uma reunião, líderes tucanos deixaram o imbróglio Cabral para o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O PSDB não quer enfrentar o PMDB, partido do governador fluminense. Os tucanos precisarão da ajuda do PMDB para defender um de seus integrantes, o governador de Goiás,

XADREZ
Os parlamentares que integram a CPI do Cachoeira reunidos no Congresso. Cada grupo tenta restringir as investigações por medo de suas consequências

Foto: Ed Ferraz/WL

Ninguém se mexe

Na CPI do Cachoeira, todos querem atacar, mas ninguém está livre de se tornar alvo

	PT	PMDB	PSDB
QUER EXPOR	As relações de Cachoeira com Marconi Perillo (PSDB-GO), o senador Demóstenes Torres e parte da imprensa	As relações com a Delta dos governadores Marconi Perillo e Agnelo Queiroz (PT-DF)	Contratos da Delta com o governo federal e com o governador Agnelo Queiroz
QUER PROTEGER	Contratos da Delta com o governo federal, suspeitas sobre Agnelo Queiroz e as relações de Cachoeira com o PT no passado	Negócios da Delta no Rio de Janeiro e em Mato Grosso	Os governadores Marconi Perillo, Simão Jatene (PA) e Siqueira Campos (TO)

Marconi Perillo, suspeito de envolvimento com Cachoeira. Além do PSDB, o PMDB fez tabelinha com o PT. Os dois partidos conseguiram empurrar para um futuro distante as convocações do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), e de Cavendish, para que deponham na CPI. Os petistas tentam defender Agnelo e, mais importante, não querem dar espaço para que a oposição investigue os inúmeros contratos da Delta com o governo federal.

Até antes da CPI do Cachoeira, PT e PMDB disputavam espaço no governo a cotoveladas. Irritado com a criação da comissão num ano eleitoral, o PMDB inicialmente indicou integrantes menos experientes para a investigação. PSDB e PMDB também não andavam muito juntos. Mas poucas coisas são mais eficazes para unir políticos adversários e formar alianças de ocasião que o risco de uma CPI. Na CPI do Cachoeira, todos os partidos têm razões para ser agressivos, mas acumulam outras tantas para a cautela. De maneira discreta, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) e o presidente do PSDB, Sérgio Guerra, negociam com os senadores do PMDB Renan Calheiros, José Sarney e Romero Jucá uma forma de poupar Cabral em troca da ajuda a Perillo. As investigações da Polícia Federal apontam diversas ligações entre Perillo e Cachoeira. Perillo encontrou Cachoeira socialmente, recebeu-o no Palácio do Governo e foi dono da casa onde Cachoeira vivia quando foi preso. Mas acordos de paz dependem de ar-

mas na manga. O PSDB escalou para a CPI investigadores como os deputados Fernando Franceschini, ex-delegado federal, Carlos Sampaio, promotor, e o senador Álvaro Dias. No front regional, o governador Perillo aproveitou sua maioria na Assembleia Legislativa de Goiás e criou uma CPI estadual, controlada por seus aliados. Se for atacado na CPI em Brasília, Perillo pode dar o troco em casa. Entre os alvos estão seus adversários: os ex-governadores Iris Resende e Maguito Vilela e os prefeitos petistas de Goiânia, Paulo Garcia, e de Anápolis, Antônio Gomide.

Procurado pelo PSDB em busca de um acordo, o trio Sarney-Renan-Jucá dá as cartas no Senado há anos. É verdade que sofreu alguns reveses recentes – o mais grave deles, a destituição de Jucá do cargo de líder do governo no Senado. Agora, o caminho acidentado da investigação pode lhes abrir diversas oportunidades de recuperar poder. Uma delas é ajudar Cabral. Ele foi envolvido no caso por ser amigo de Cavendish. A Delta recebeu cerca de R\$ 1,5 bilhão da gestão Cabral em cinco anos. A empresa de Cavendish é um dos centros da investigação, devido aos milhares de gravações que explicitam como Cachoeira e seu sócio, Cláudio Abreu, ex-diretor da Delta no Centro-Oeste, discutiam armações para promover negócios da empreiteira.

A proteção à Delta une PMDB e PT, seu parceiro por ofício, mas concorrente na prática. Na semana passada, os dois partidos conduziram os trabalhos ►

Figura 31 – Micro reportagem “Ponte aérea entre Rio e Paris”

Tempo

CONGRESSO NACIONAL

para adiar a convocação de Cavendish. É inevitável que a Delta seja investigada. O que PT e PMDB querem é limitar os danos. “Nossa preocupação com a Delta é apurar desvio de dinheiro público”, afirma o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Os petistas querem a ajuda do PMDB para blindar os contratos da Delta com o governo federal. A empresa é a campeã de obras do PAC: já recebeu R\$ 3 bilhões por obras do programa. É também, há três anos, a maior fornecedora do governo federal. Na semana passada, o Ministério Público Federal no Tocantins denunciou Carlos Pacheco, o principal executivo da Delta, por uso de documentos falsos para obter certidões do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), em Palmas. Em abril, EPOCA revelou que a papelada foi usada pela Delta para obter dois contratos com o governo do Distrito Federal – que poderão render R\$ 472 milhões até 2015. Pacheco afastou-se da Delta há duas semanas.

Apesar da imagem de despreocupação da presidente Dilma Rousseff, o governo tomou medidas para se precaver caso a Delta desmorone. Nas últimas semanas, a Delta desistiu de grandes obras, como a reforma do estádio do Maracanã. O problema maior está nas obras menores. A maioria é do Departamento Nacional de Infraestrutura Rodoviária (Dnit) e teria de ser repassada a empreiteiras de médio porte. Por isso, há uma articulação em curso para que outra empresa compre a Delta. Segundo o jornal *O Globo*, o ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles busca interessados na empresa.

A CPI do Cachoeira já mete medo porque começou ao contrário: parte de uma extensa investigação feita pela Polícia Federal, não dos próprios parlamentares. Como o que está lá já causou sérios estragos, ninguém quer mexer mais no vespertino. Por isso, quando surgiram as primeiras ligações do senador goiano Demóstenes Torres (então no DEM, hoje sem partido) com Cachoeira, o Senado se calou. Demóstenes defendeu-se na tribuna e foi aplaudido por 43 senadores, inclusive do PT. Agora, os partidos precisarão de muito mais que aplausos em sua operação de controle de danos. ♦

42 | EPOCA, 7 de maio de 2009

Ponte aérea entre Rio e Paris

A agenda do governador Sérgio Cabral mostra que ele trabalhava no Rio quando estava na verdade no exterior. Segundo sua assessoria, ele voou entre a Europa e o Rio duas vezes na mesma semana

Hudson Corrêa e Nelito Fernandes

O u o governador Sérgio Cabral (PMDB) tem muita disposição para viagens ou sua agenda oficial informa que ele está no Rio de Janeiro trabalhando quando está, na verdade, no exterior. Na semana passada, o deputado federal Anthony Garotinho (PR-RJ) divulgou vídeos em que Cabral aparece num show do grupo U2, em Paris, no dia 11 de julho de 2009. Era um sábado. Na segunda-feira seguinte, de acordo com a agenda de Cabral, ele participava de “atividades internas” em seu gabinete no Palácio Guanabara, sede do governo do Rio. Se a agenda estiver correta, isso significa que, depois do show na França, que entrou madrugada de domingo adentro, Cabral tomou logo em seguida um avião de volta ao Brasil, um trajeto de no mínimo 11 horas (em avião comercial) para retornar ao trabalho, na segunda-feira.

EPOCA analisou as agendas de trabalho de Cabral publicadas na página do governo fluminense na Internet. Os registros são incoerentes. Informam que Cabral dava expediente interno enquanto estava na Europa.

- Sábado, 11/7 – Show do U2, em Paris.
- Segunda, 13/7 – Expediente no Rio.
- Terça, 14/7 – Vice assume o cargo.
- Quarta, 15/7 – Cabral trabalha no Rio.
- Quinta, 16/7 – Vice assume o cargo.
- Sexta, 17/7 – Expediente no Rio.

Segundo a agenda oficial de Cabral, apesar de sua aparente correria para estar no Rio na segunda-feira 13, para trabalhar, já no

dia seguinte quem está no cargo de governador é o vice, Luiz Fernando Pezão. Cabral volta à rotina de trabalho em seu gabinete na quarta-feira e na sexta-feira, respectivamente dias 15 e 17 de julho. Na mesma sexta-feira, entretanto, Sérgio Cabral estava na verdade muito longe do solo fluminense, segundo um vídeo divulgado por Garotinho. Naquela noite, Cabral, o dono da construtora Delta, Fernando Cavendish, e amigos esperavam a chegada da meia-noite para comemorar o aniversário da mulher do governador, Adriana Ancelmo, no dia 18 – “no melhor Alain Ducasse do mundo”, como diz o próprio Cabral numa das cenas registradas em vídeo. Ducasse é chef do Louis XV, um dos melhores restaurantes do mundo, com filiais em Paris, Mônaco, Itália e Rússia.

A assessoria de imprensa do governador afirma que a agenda, produzida pela Casa Civil, está errada. Cabral, diz a assessoria, tirou uma semana de férias a partir da terça-feira 14 de julho. Segundo essa versão, após assistir ao show do U2, Cabral viajou de Paris para o Rio de Janeiro apenas para um dia de trabalho e, em seguida, voltou à Europa. Imagens divulgadas por Garotinho mostram Cabral novamente em Paris em 14 e 15 de setembro de 2009, quando ele reencontrou Cavendish. O governo diz que foi uma missão oficial e que Cabral viajou pela Air France em voo comercial. Estava acompanhado dos secretários de Governo, da Saúde, dos Transportes e da Fazenda. A assessoria do governo do Rio não informou quanto a comitiva recebeu em diárias. ♦



DESCONTRAÇÃO Sérgio Cabral (no centro) e Cavendish (agachado) na Europa em 2009. Eventos sociais contaram com outros membros do governo e empresários

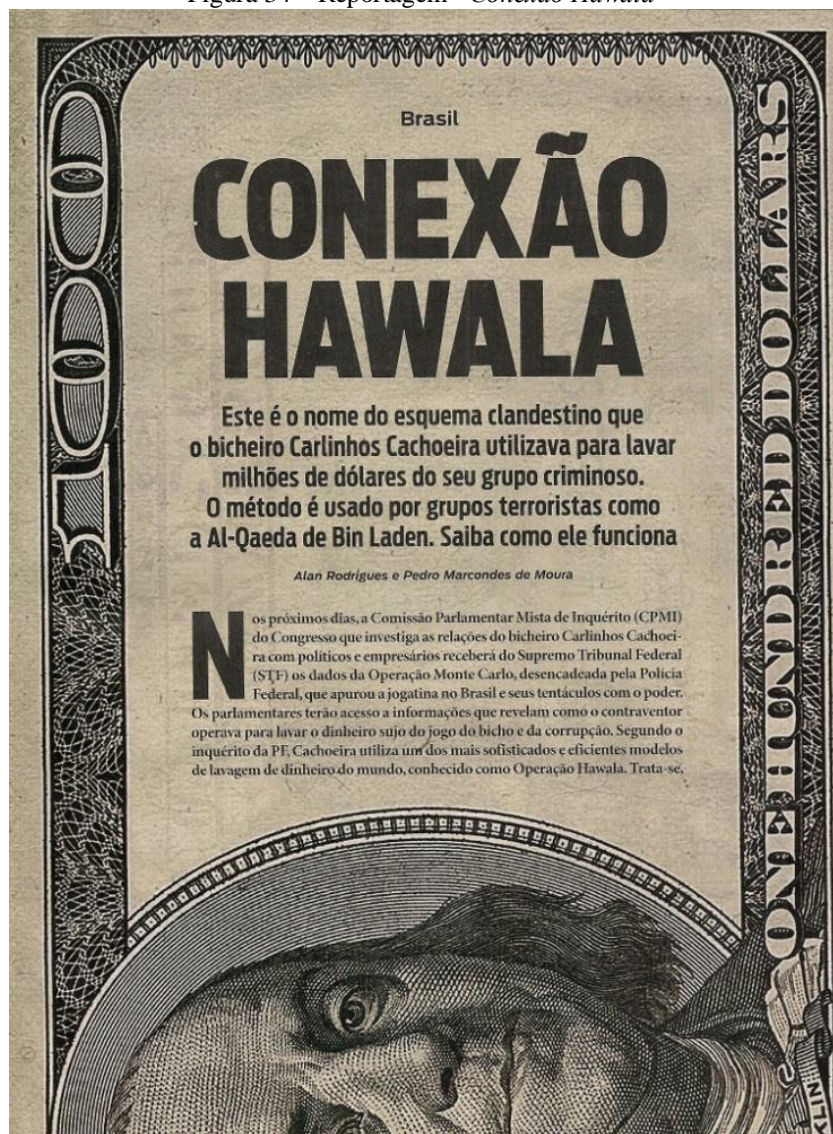
Foto: reprodução

Anexo 4 – Recortes da revista *IstoÉ* n. 2216 usados como ilustração

Figuras 32 e 33 – Capa “Veta, Dilma” e Editorial “Atentado à floresta”



Figura 34 – Reportagem “Conexão Hawala”



Brasil

segundo a PF, do mesmo esquema utilizado pela rede terrorista Al-Qaeda, criada por Osama bin Laden para financiar atentados. Documentos que fazem parte do inquérito mostram que, a partir da Operação Hawala, o grupo de Cachoeira conseguiu movimentar mais de US\$ 400 milhões em três continentes e oito países – Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Antilhas Holandesas, China, Coreia do Sul, Irlanda e Reino Unido.

A grande artimanha do sistema adotado por Cachoeira e terroristas internacionais é que ele não envolve remessas físicas de capital, tampouco documentos escritos. O que existem são trocas de créditos lastreadas na palavra – no estilo "eu confio em você", o popular "fio do bigode". O objetivo é não deixar rastros. Por isso ele é considerado um inferno para quem investiga crimes de lavagem e evasão de divisas. Com base nos preceitos da Hawala, que em árabe significa "transferência de significados", o esquema de Cachoeira de lavagem de dinheiro, segundo as interceptações da PF, funcionava da seguinte maneira: os operadores do bicheiro, incluindo um doloiro, pediam verbalmente para outro doloiro no Exterior que determinando pagamento fosse efetuado. No Exterior, o doloiro pagava o receptor. Para receber o dinheiro, no entanto, o receptor era obrigado a dizer uma senha, previamente combinada com o grupo de Cachoeira. O operador Hawala no Exterior ficava com o crédito no Brasil que poderia ser pago não só em espécie, mas em imóveis, carros, entre outros bens (ver quadro).

O relatório 163/2011 da Polícia Federal, parte integrante do processo que está no STF, apresenta com riqueza de detalhes o esquema de evasão de divisas montado por Cachoeira. Nele aparecem o ex-cunhado do contraventor, Adriano Conrado Caiado Viana Feitosa, Wesley José Carneiro e Geovani Pereira da Silva, segundo a PF, respectivamente, o doloiro e o contador do bicheiro, além de Lenine Araújo de Souza, gerente-geral de Cachoeira. Entre os milhares de



RELATOR Odair Cunha (PT-MG) irá investigar empresas no Exterior

e-mails interceptados – só de Pereira da Silva foram 15 mil e-mails –, a PF conseguiu constatar quem é quem no esquema Hawala. Às 0h14 do dia 5 de agosto de 2011, por exemplo, Conrado envia uma correspondência eletrônica para Lenine na qual deixa claro que o responsável do esquema para a Operação Hawala era o doloiro Wesley, preso na tarde da quarta-feira 25 em Goiás. "Não há necessidade de copiar Wesley nos e-mails, ele foi contratado somente para fazer a remessa de dinheiro", disse Lenine. Em outros diálogos interceptados em maio de 2011 entre Gleib Ferreira da Cruz, segundo a PF, o braço direito de Cachoeira para qualquer assunto na organização criminosa, e Leide, irmã de Gleib, a quadrilha fornece mais elementos sobre o funcionamento do esquema: "O negócio é fazer a transferência sem causar problema. Precisa

colocar o dólar aí no Brasil em real e você por aqui em dólar. Só trocando moeda, sem problema." De acordo com o relatório da PF, "Gleib auxilia diretamente Carlos Augusto na alocação de recursos de suas atividades ilícitas na aquisição de bens, circulação de valores, no pagamento de terceiros, comparsas e/ou prestadores de serviços, na aquisição de telefones no Exterior; imóveis, de veículos e também nas operações não autorizadas de câmbio e na remessa de valores para fora do país".

De acordo com as apurações da PF, para lavar o dinheiro irrigado pelo bingo e pela corrupção, a organização criminosa montada pelo bicheiro construiu uma rede criminosa que envolve 38 empresas ativas. Muitas delas no Exterior, como a offshore uruguaia Raxfell Corp., com conta-corrente na Argentina e fundada no paraíso fiscal de Curaçao, nas Antilhas Holandesas. Mas os grampos telefônicos mostram que os negócios de Cachoeira não se resumem a um só continente. Passam também pela Ásia e Europa. Na Coreia do Sul, por exem-



ESQUEMA BIN LADEN Carlinhos Cachoeira baseou-se no modelo utilizado pela rede terrorista Al-Qaeda, criada por Osama Bin Laden, para financiar atentados

plo, o contraventor é acionista da Bet Co, na província de Kyunggi. Na Irlanda, Cachoeira comprou por um RS 1 milhão um site de apostas, o Brazilbingo. A compra do site de apostas pelo contraventor fica clara na documentação apreendida pela PF. Os documentos mostram que Cachoeira creditou o dinheiro no Bank of Ireland via Estados Unidos. "O contato de 06/07/2011 às 11:24:21, entre Lenine, Estados Unidos e Reino Unido, confirmam essa dinâmica", diz o inquérito.

Outra interceptação telefônica mostra

que, por meio da Operação Hawala, Cachoeira celebrou negócios na China. Numa das conversas gravadas pela PF, Gleib conversa com Ananias, um policial militar de Goiás e segurança dos cassinos de Cachoeira, sobre as transações no continente asiático.

Ananias – Eu preciso fazer um pagamento na China, de duzentos mil dólares, sem declarar. Quanto você cobra para pôr esse dinheiro lá pra mim?

Gleib – Vou ver. Duzentos mil?

Ananias – Duzentos mil. A máquina

custa duzentos mil dólares. É um amigo meu, só que ele não quer para não declarar aqui pra eles. Cê me fala quanto cê cobra pra nós pôr esse dinheiro lá pro cara?

Gleib – Tá.

A partir desta conversa, a PF concluiu que "o uso extensivo de conexões, como relações familiares e societárias, é o componente que a distingue de outras formas de remessas. As regularizações de dívidas entre corretores Hawala podem tomar uma variedade de formas (como bens, serviços e propriedades)". E com base nesses novos trechos do inquérito da PF que os parlamentares indicados para a CPI do Cachoeira pretendem dar a dimensão do esquema e chegar aos responsáveis pela lavagem do dinheiro sujo do jogo do bicho e da corrupção.

Antes mesmo de os trabalhos começarem, as investigações já causam desdobramentos. Na quarta-feira 25, Fernando Cavendish, presidente do conselho diretor da Delta, e Carlos Pacheco, diretor da construtora, pediram afastamento da empresa após as investigações indicarem elo entre eles e o pagamento de propina para autoridades de diversos escalões. No meio político, o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), passou a ser alvo de investigações da Procuradoria-Geral da República, junto com os deputados federais Carlos Leréia (PSDB-GO), Sandes Júnior (PP-GO) e Stepan Nercessian (PPS-RJ), por suspeitas de ter se beneficiado do esquema criminoso, que a cada dia revela novos tentáculos.

Colaboração Cláudio Dantas Sequeira

O PASSO A PASSO DO ESQUEMA HAWALA

Entenda a técnica sofisticada usada pelo bicheiro Carlinhos Cachoeira para enviar dinheiro ao Exterior sem deixar rastros



MAPA DO CRIME

Organização criminosa comandada por Carlinhos Cachoeira operou em oito países, além do Brasil



Figura 35 – Reportagem “Inimigos na trincheira”

Brasil

INIMIGOS NA TRINCHEIRA

Metade dos parlamentares indicados para a CPI do Cachoeira está interessada em salvar a própria pele ou em proteger aliados

Izabelle Torres

Logo que saiu o acordo no Congresso para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a rede de relações do bicheiro Carlinhos Cachoeira, uma guerra foi travada por políticos de diferentes partidos por uma vaga no colegiado. Ao contrário do que possa parecer, o movimento não foi motivado apenas pela disposição dos parlamentares de apurar denúncias e vencer a queda-de-braço entre governo e oposição. Teve origem também nos interesses pessoais e nas relações umbilicais que esses políticos e seus aliados mantêm com a empresa Delta e com



DEPUTADO PROTÓGENES QUEIROZ (PCDOB-SP)
O delegado aparece em gravações da Polícia Federal feitas em 2009, combinado com Carlos Cachoeira um encontro com o então diretor da Delta, Claudio Abreu.

Queiroz (PCdoB-SP). Apesar de se dizer disposto a colaborar com as investigações, o delegado tem motivos para se preocupar com os rumos da CPI. Protógenes aparece em gravações telefônicas feitas em 2009 por Carlos Cachoeira em que o então delegado da PF combinava um encontro com o então diretor da Delta Claudio Abreu, preso na quarta-feira 25. Em outra ligação, Protógenes conversava com o araponga Adalberto Matias, o Dadá, sobre estratégias para atrair o processo aberto na corregedoria contra ele por suspeitas de irregularidades durante as investigações da Operação Satiagraha.



SENADOR RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES)
É aliado número um do ex-governador Paulo Hartung e foi eleito senador graças ao apoio do padrinho. Os contratos com a Delta e o grupo de Cachoeira no governo de Hartung passaramam de R\$ 200 milhões. Além disso, um dos dirigentes da Delta é irmão do ex-secretário estadual de Fazenda e atual sócio do ex-governador Paulo Hartung (PMDB).



DEPUTADO PAULO FOLETTTO (PSB-ES)
É o maior adversário do PT no Estado e aliado do atual governador Carlos Casagrande. Casagrande mantém dois contratos com a Delta da gestão de Hartung e assinou um novo contrato no início do mandato. A missão de Foletto é afastar a crise do governo atual e jogar a culpa para o antecessor do PMDB.



DEPUTADO FILIPE PEREIRA (PSC-RJ)
É aliado de primeira hora do governador Sergio Cabral e um dos mais ligados ao deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), amigo pessoal de Cavendish. Foi colocado na CPI para servir de informante e tentar livrar Cunha da fogueira.



DEPUTADO MAURICIO QUINTELLA (PR-AL)
É o responsável pelas indicações da direção do Dnit em Alagoas há pelo menos quatro anos. Suas emendas foram em maioria para obras da BR 101 tocadas pela Delta e que são alvo de investigações pelo TCU e CGU.

FOTOS: HUMBERTO LIMA/AGFERRACIONES; GISELE VARELLA/REUTERS; PRESS E FOTOMEN/AGFERRACIONES SOBRE FOTO DE HUMBERTO LIMA/AGFERRACIONES/REUTERS; CULTURA/REUTERS

o departamento que responde por obras na BR 101, sob a responsabilidade da Delta e repleta de denúncias de irregularidades. “Aqui na CPI, vale o ditado: diz-me como é composta que direi onde vais dar”, avalia o líder do PSol, Chico Alencar (RJ).

A composição da comissão também conta com um grupo aguerrido em defesa de governadores ou aliados enrolados com a empreiteira Delta e com Cachoeira. O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) é um desses. Seu padrinho político é o ex-governador Paulo Hartung (PMDB), que pode virar objeto da CPI porque na sua gestão a Delta conseguiu nada menos do que R\$ 200 milhões em obras no Espírito Santo. A indicação do deputado Filipe Pereira (PSC-RJ) também é estratégica na CPI, especialmente para a bancada fluminense. Seu amigo, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) é um dos políticos mais próximos a Fernando Cavendish, que renunciou na última semana ao Conselho de Administração da Delta em meio às denúncias envolvendo seu nome. A disposição de tantos políticos de fazerem um jogo paralelo faz com que os parlamentares concordem pelo menos em um ponto: o amontoado de interesses que ronda a CPI pode levá-la a um desfecho indesejado e temido por todos. ■

Leonardo Attuch

attuch@istoe.com.br



A VIDA DOS OUTROS

A República dos Dadás foi longe demais e a CPI é a oportunidade para dar um basta

Lançado em 2006, o filme alemão “A Vida dos Outros” retratava a história de um casal monitorado pela Stasi, a polícia secreta da antiga Alemanha Oriental. Obra-prima, o trabalho foi considerado pela “National Review” a melhor produção dos últimos 25 anos. No Brasil, transformado nos últimos anos na República dos Dadás, já não existe mais a vida privada – apenas a vida dos outros. Espiões, arapongas e policiais federais e militares de diversos Estados alimentaram uma gigantesca indústria de grampos clandestinos. Quase sempre, gravações ilegais que, a posteriori, são esquentadas por meio de investigações formais que as “legalizam”.

O sargento Idalberto Martins, o Dadá, é o retrato perfeito desse estado de coisas que, em outros países, provocaria crises institucionais seríssimas. Formado no serviço militar da Aeronáutica, Dadá migrou da área legítima de inteligência para o submundo. E hoje é o ponto de conexão entre duas CPIs que se desenrolam paralelamente: a de Carlos Cachoeira, no Congresso Nacional, e a da arapongagem, no Distrito Federal. Ambas com farto material sobre grampos ilícitos.

Nos últimos anos, essa indústria só fez prosperar no Brasil, alimentando guerras políticas e empresariais. Num país como o nosso, onde o capitalismo de Estado avança a passos largos, todos são vulneráveis. Não há empresa, minimamente relevante no Brasil, que não mantenha relações frequentes com governos, em todas as esferas do

poder. São contatos necessários e que, muitas vezes, dependem de relações pessoais. A impessoalidade, nas relações entre agentes públicos e privados, ainda é um ideal – não uma realidade.

Esse ambiente cria as condições perfeitas para que todos sejam colocados sob uma permanente sombra de suspeição. Até porque, no Brasil de hoje, se dois indivíduos falam sobre uma terceira pessoa, esta também passa a ser questionada. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, citado numa conversa entre Cachoeira e um assessor, sem que jamais tenha tido qualquer relação ou contato nem com um nem com outro. E aquilo que, em outras circunstâncias, seria irrelevante passou a ser utilizado por adversários políticos do ministro, que soube reagir à altura.

Outros países já aproveitaram situações parecidas para dar um basta a essa indústria de chantagens e achques. Aqui, como nada foi feito nos últimos anos, o Brasil se transformou num dos países mais arriscados do mundo para a atividade política ou empresarial. A realidade concreta e objetiva é que qualquer pessoa, inocente ou culpada, pode ser presa a qualquer momento. Os brasileiros, todos eles, estão à mercê dos Dadás e dos Cachoeiras. Como eles, há muitos outros soltos por aí.

45

Figura 36 – Reportagem “Veta, Dilma”



Brasil

A presidenta Dilma ficou profundamente irritada com as alterações feitas pelo relator, deputado Paulo Piau (PMDB-MG), no projeto aprovado pelo Senado no ano passado. Ao ler o novo texto e analisar as 21 mudanças da lavra de Piau, Dilma antecipou que considera inadmissível a possibilidade de o agronegócio avançar em áreas de florestas protegidas e o fim das punições aplicadas aos produtores que descumpriram a legislação ambiental. **Na avaliação do governo, a proposta aprovada na Câmara feriu todos os acordos políticos e colocou em suspensão as relações do Executivo com a própria base aliada.** O texto do relator recebeu 284 votos a favor, 71 dos quais saíram da bancada do PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer. Foi uma demonstração de força do agronegócio, que financiou quase metade dos deputados federais eleitos em 2010. Os ruralistas bancaram, inclusive, a campanha do próprio Paulo Piau. "Houve tantos absurdos que a escolha do relator foi apenas mais um deles. A nossa esperança agora é de que a palavra final será da presidenta Dilma. Esperamos que ela veto diversos trechos desse Código", afirmou o deputado Sarney Filho (PV-MA).



Esta semana, a presidenta recebe o texto aprovado pelos deputados e começará a analisar os itens que serão vetados. Vai contar com a ajuda da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para avaliar os riscos de cada artigo para o futuro das florestas. A ministra acredita que vários rios estão fadados à extinção, caso o projeto permaneça como está. Durante as negociações com a Câmara, Izabella tentou convencer integrantes da base de apoio do governo a votar de acordo com o projeto do Senado. Mas fracassou, embora tenha antecipado aos parla-

mentares que os vetos presidenciais viriam. Na mesma linha, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, disse que era "público e notório" que o governo esperava um resultado que confirmasse o que havia sido acordado no Senado. "Como o direito de veto nos é dado pela Constituição, a presidenta vai analisar a questão com muita serenidade, sem animosidade", avisou Carvalho. Ele lembrou que Dilma, durante a campanha eleitoral, assinou um documento dizendo que não apoiaria brechas para novos desmatamentos. "Os compromissos que



GOLPE DO ATRASO Manifestantes pedem reação do Planalto, enquanto deputados como o líder ruralista Ronaldo Caiado (acima) comemoram a mutilação feita no Código Florestal

ela assumiu serão os parâmetros que irão nos orientar", completou.

A declaração de Carvalho foi um alívio para ambientalistas que citam a toda hora o compromisso assumido por Dilma com a preservação do meio ambiente. Para eles, o Código Florestal aprovado na Câmara consegue reunir em mais de 80 artigos o que há de mais atrasado em matéria de legislação ambiental. "Vai na contramão do mundo. Esse Código Florestal é um retrocesso inimaginável", afirma Márcio Astrini, coordenador de Campanha do Greenpeace. A diretora da WWF Brasil,

Maria Cecília Wey de Brito, diz que a manutenção do projeto como sairá da Câmara seria um "duro golpe" nas promessas da presidenta. "Dilma Rousseff garantiu que não toleraria leis que promovessem novas ondas de desmatamento ou anistiassem crimes florestais do passado. Ela sabe que essas mudanças são negativas para o Brasil", alerta Maria Cecília.

Apesar do anunciado veto presidencial, o ambientalista Mário Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica, que conta com mais de 100 mil sócios pagantes, se diz bastante preocupado com o texto que saiu do Congresso. "O resumo do projeto é: o crime compensa", afirmou Mantovani à ISTOÉ. Para ele, havia claros sinais do que poderia ocorrer, em razão da força econômica da bancada ruralista. Mas Mantovani esperava mais da parte do governo, que não conseguiu controlar sua base. "O que nós vimos foi uma anistia, ampla, geral e irrestrita. Quem ainda

quer desmatar o Brasil pode fazê-lo dentro da lei", lamenta. Mantovani explica que o que está em jogo não é a criação de corredores de vegetação para o mico-leão-dourado, mas a preservação da água. "Acabaram com a proteção dos rios", acusa.

Os ambientalistas estão preocupados, especialmente, com o artigo que transfere para os Estados a responsabilidade pelas regras de reflorestamento nas margens de rios com mais de dez metros de largura. "As margens de rios largos não serão recuperadas, o que favorece a erosão e interrompe o ciclo da água", diz a representante no Brasil da ONG The Nature Conservancy, Ana Cristina Barros. O relator Piau também excluiu da definição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) os chamados apicuns e salgados, as partes

OS ABSURDOS DO CÓDIGO

- Amapá e Roraima poderão reduzir para até 50% a reserva em áreas de floresta da Amazônia Legal
- Foi derrubada a exigência de reflorestar as margens dos rios com mais de dez metros de largura, antes consideradas áreas de preservação permanente
- Apesar de as nascentes ocuparem um raio mínimo de 50 metros, quem desmatou só precisará recompor 30 metros
- Pequenas propriedades rurais estão desobrigadas de recompor a vegetação desmatada antes de 2008. As muitas foram anistiadas

- Passou a ser possível compensar a área de Reserva Legal em outro Estado. Os desmatadores poderão pagar para compensar as áreas degradadas
- Todas as áreas desmatadas até julho de 2008 com agropecuárias e turismo rural estão legalizadas
- O relator excluiu da definição de APPs os chamados apicuns e salgados, as partes das manguezais mais importantes para a produção de camarão
- Ficaram de fora do relatório as punições aplicadas ao produtor que descumprir o prazo de cinco anos para fazer sua regularização ambiental

- O relatório proíbe que o Cadastro Ambiental Rural seja tornado público. Está mais difícil a fiscalização das propriedades com vegetação nativa remanescente e em APPs
- Permite o manejo florestal e atividades agropecuárias em encostas, com inclinação entre 25 e 45 graus
- Estados e municípios terão total liberdade para definir a extensão das áreas de preservação permanente na zona urbana, sem considerar a metragem prevista em lei



RESERVA LEGAL

É a parcela de cada propriedade que deve ser preservada



Brasil

dos manguezais mais importantes para a produção de camarão. A medida havia sido aprovada pelo Senado, mas saiu do relatório por pressão dos produtores do crustáceo da região Nordeste. Quanto às APPs, o relator realizou os desejos dos ruralistas e retirou da lei o trecho que determinava que devastação nessas áreas, se localizadas dentro de Unidades de Conservação, teriam de ser recuperadas. Pelo novo texto, serão consideradas áreas consolidadas, cujas "benfeitorias" devem ser respeitadas pela União.

O projeto aprovado na Câmara concede outras vantagens aos comandantes do agronegócio. Proíbe a divulgação do Cadastro Ambiental Rural, que mostra o tamanho das propriedades. Sem o acesso público ao cadastro, fica impossível fiscalizar se os agricultores estão cumprindo a legislação. Hoje, 80% das terras brasileiras estão nas mãos de menos de 20% de proprietários. A única regra que os ruralistas tiveram de engolir foi a obrigatoriedade de recomposição da vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente desmatadas até julho de 2008. O relator Piau tentou excluir esse trecho, mas foi enquadrado pelo presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), que lembrou a ele as limitações impostas pelo Regimento Interno da Câmara. Pelas normas em vigor, o relator não pode simplesmente excluir um trecho já aprovado pelas



ONDA NACIONAL
A defesa da legislação ambiental começou na capital e se espalhou por todo o País

pelas alterações, é óbvio que a legislação serviria para acabar com as florestas. Mas a obsessão antiflorestal afeta até o

produtor que preserva", diz ele.

As críticas ao novo texto não se restringem à ameaça ao futuro das florestas e dos rios. Há também uma questão política, que envolve a postura adotada pelo Brasil sobre desenvolvimento sustentável. Uma oportunidade para que o País mostre o que tem feito à comunidade internacional é a Conferência das Nações Unidas sobre Sustentabilidade, a Rio+20. O evento vai discutir as medidas adotadas pelos países para garantir o desenvolvimento aliado à proteção do meio ambiente. O Brasil, que se tornou referência mundial pelo avanço do manejo florestal e sempre esteve entre os modelos de combate às mudanças climáticas, agora terá de explicar o motivo do retrocesso. "Por essa razão, o texto não é vetável em

duas Casas do Congresso. Diante do inevitável, a bancada ruralista prometeu reação mais à frente. "Tenho certeza de que as gerações futuras subirão nesta tribuna para mudar essa legislação. Estarão arrependidos dessa história de APPs e reserva legal. Vão ver que isso é tudo conversa fiada porque o que vale mesmo é a produção de alimentos", avisou Moreira Mendes (PSD-RO), que preside a Frente Parlamentar de Apoio ao Agronegócio. "O governo só ganhou essa porque foi por WO", ironizou o relator Piau.

Na avaliação de Roberto Smeraldi, diretor da fundação Amigos da Terra e especialista em sustentabilidade, o que ocorreu na última rodada de votações da Câmara ultrapassou todos os limites do

que era esperado pelos mais pessimistas. Para ele, o texto do Senado incluía elementos problemáticos, mas tinha consistência lógica e sustentação jurídica. A lei aprovada pelos deputados vai gerar muitos contenciosos, pela fragilidade do texto. Segundo Smeraldi, o novo Código cria uma grande insegurança jurídica, pois não garante a proteção da floresta e ainda traz confusão fundiária, que certamente levará a ações de inconstitucionalidade e disputas entre Estados e entes privados, além de medidas do Ministério Público. Em resumo, trata-se de uma lei inaplicável. Smeraldi lembra que o artigo 42, que criava benefícios financeiros para os proprietários de florestas preservadas, acabou suprimido. "Considerando os responsáveis

doses homeopáticas, pois na sua essência é uma grande anistia. O ideal seria a presidenta Dilma encaminhar um novo texto ao Congresso em regime de urgência urgentíssima", diz o advogado especialista em direito ambiental André Lima, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. A ideia já é avaliada pelo governo, que estuda modificar 30 artigos da nova lei por meio de uma medida provisória.

O atraso da nova legislação fica ainda mais evidente quando ela é comparada à de outros países. Um estudo do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e do ProForest, ligado à Universidade de Oxford, analisou a legislação florestal de pelo menos 11 nações e concluiu que há pelo mundo regras rígidas e claras para evitar o avanço do agronegócio e das obras de infraestrutura nas florestas. Enquanto o Brasil cede às exigências dos ruralistas, outros países marcham em outra direção. Adotam políticas ambientalistas e aplicam regras e leis que impõem proteção da cobertura florestal e normas de reflorestamento. No Reino Unido, por exemplo, o governo proíbe radicalmente o avanço da agricultura sobre as florestas. A conversão dessas áreas

só é permitida para obras de infraestrutura, com autorização oficial e provas suficientes de que não havia alternativa para obras em outros locais.

A Europa tem as experiências de reflorestamento mais bem-sucedidas. Na Alemanha, o Estado proíbe a invasão de terras de florestas pelo agronegócio e autoriza a exploração de madeira nas florestas somente depois de um longo processo burocrático e com a condição de um acordo de recomposição e manejo das áreas devastadas. A Lei Florestal estabelece que, uma vez concedida autorização para cortar árvores, o que for extraído precisa ser recuperado num limite razoável de tempo e prevê multa para quem descumprir ou ignorar esses prazos. O estudo mostra ainda que em grande parte dos países o reforço da legislação ambiental veio depois que já se tinha perdido uma proporção elevada das florestas. Agora, se depender da Câmara dos Deputados, o Brasil ensaia a flexibilização das normas que por décadas serviram de exemplo para o mundo. Uma vergonha, que pode ser estancada com a caneta presidencial. E preciso não mais que uma dose de bom-senso como clama um movimento que se espalha pelas redes sociais do País: "Veta, Dilma!" ■



FUTURO
Para Marina, a prosperidade do País depende dos recursos naturais

campo é alta e está recrudescendo. Uma das razões para que isso aconteça é a impunidade. Antes, a lei estava ao lado dos que lutam pela preservação. A anistia, o perdão para todos os crimes ambientais, para o que foi feito ilegalmente, isso contribui para legitimar a ação daqueles que praticaram e ainda praticam a violência no campo. E uma afirmação da cultura da impunidade no País.

MARINA QUER O VETO TOTAL

Pábiola Perez

Uma das maiores lideranças ecológicas do País, a ex-senadora Marina Silva defende que a presidenta Dilma Rousseff evite as mudanças do Código Florestal brasileiro feitas pela Câmara e também pelo Senado

ISTOÉ – A presidenta Dilma deve vetar a reforma do Código Florestal?
Marina Silva – A maioria da sociedade brasileira deseja que a presidenta honre o compromisso que fez em 2010 de vetar todo e qualquer dispositivo que implique novos desmatamentos e anistia aos desmatadores ilegais. É consenso entre cientistas e especialistas em meio ambiente de que ambos

os projetos, tanto o aprovado agora na Câmara dos Deputados como o aprovado no Senado no ano passado, padecem do mesmo mal: diminuem a proteção das florestas e promovem a impunidade ao anistiar quem descumprir a lei. Ambos os projetos aprovados não são dignos de serem chamados de Código Florestal. Para ser coerente, a presidenta deve fazer veto total. Do contrário, se optar por veto parcial, terá que decidir qual retrocesso vai aceitar.

ISTOÉ – Que retrocessos são esses?
Marina – O colapso dos ecossistemas, a anistia aos desmatadores, a desobrigação de recompor as matas que

protegem os rios, o fim da proteção dos mangues e das veredas, a redução da obrigação de ter florestas nas propriedades privadas em alguns Estados da Amazônia para 50%. O Brasil do século 21 não precisa fazer esse tipo de escolha. A prosperidade e o nível de qualidade de vida que podemos alcançar dependem diretamente da forma como usaremos nossos recursos naturais e nossa biodiversidade. Não haverá desenvolvimento duradouro sem água, sem florestas, sem serviços ambientais, sem biodiversidade.

ISTOÉ – A sra. defende um veto total?
Marina – Se a presidenta não fizer veto integral, estará negando seu compro-

misso, rasgando sua palavra. Será coautora do desmonte da legislação ambiental do Brasil. O projeto que saiu do Senado no fim do ano passado, tido como de "consenso" e de "equilíbrio", já ignorava o parecer das autoridades científicas e de especialistas das mais diversas áreas. Era muito ruim para as florestas e para o futuro do Brasil.

ISTOÉ – A reforma do Código não poderia aliviar as tensões sociais no campo, como disseram os ruralistas?
Marina – Ao contrário. A violência no

Anexo 5 – Recortes da revista *Veja* n. 2268 usados como ilustração

Figura 37 – Capa “*Nas águas do Cachoeira*”



Figura 38 – Reportagem “Os dois senadores”

Brasil

OS DOIS SENADORES

O Conselho de Ética se prepara para cassar o mandato de Demóstenes Torres — político elogiado pelo comportamento exemplar, mas que tinha uma vida paralela

GUSTAVO RIBEIRO

Durante nove anos de mandato, Demóstenes Torres construiu uma sólida carreira no Senado. Era admirado por governistas e opositoristas como um político de primeira linha, implacável no combate à corrupção, defensor dos valores republicanos e talhado para o debate qualificado de projetos de interesse do país. Parlamentar em permanente ascensão, tornou-se a reserva moral de um Congresso que, segundo os próprios integrantes, perdia qualidade e moralidade ano após ano. Por isso, Demóstenes despontava como favorito para representar o DEM, seu antigo partido, na sucessão presidencial de 2014. Despontava. O outrora poderoso Demóstenes é agora um político extinto. Caminha para o cadafalso desde março, quando VEJA revelou em primeira mão que ele fora gravado pela Polícia Federal em conversas telefônicas

com Carlinhos Cachoeira. O senador mostrou-se um ativo integrante de uma quadrilha especializada em explorar jogos ilegais e levantar contratos para empreiteiras na administração pública. Demóstenes foi pego praticando aquilo que condenava em público. Não é o único político com pecados e rabo preso com seus patrocinadores financeiros. Mas foi apanhado em flagrante, revelando-se um falso moralista.

Pois é esse Demóstenes alinhado à contravenção que, desde a semana passada, responde a processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética do Senado. O colegiado decidirá se deve ser cassado o mandato do parlamentar. Em seguida, remeterá o caso para o plenário da Casa. Todas as apostas apontam para a perda do mandato. Nesse embate, o principal algoz de Demóstenes, o

O SENADOR NO CONGRESSO

OUTUBRO DE 2002

Eito senador pelo PFL-GO

JUNHO DE 2003

Participa da elaboração do projeto que proíbe a contratação de parentes para cargos de confiança na administração pública

MAIO DE 2007

Como relator da **CPI do Apagão Aéreo**, recomenda o indiciamento de dezesseis pessoas

MARÇO DE 2009

Assume a presidência da Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante do Senado, relatando o projeto da **Lei da Ficha Limpa**

MAIO DE 2010

Propõe reforma no Código Penal e na Lei de Execução Penal para implantar um rigoroso sistema de monitoramento de autores de crimes hediondos

DE OLHO NO PASSADO Os vários momentos do senador: defesa pública de propostas salidas e um lobby subterrâneo em favor dos interesses da contravenção

O SENADOR GRAMPEADO

ABRIL DE 2009

Discute com Cachoeira um projeto de lei que tornaria mais severas as punições à exploração de jogos ilegais. E alerta o contraventor: “Isso vai te pegar”

JUNHO DE 2009

Em um diálogo com Cachoeira, Demóstenes pede ao bicheiro que pague a conta de um avião fretado no valor de 3.000 reais

MAIO DE 2011

Cachoeira solicita a Demóstenes que atue junto ao Ministério Público de Goiás contra uma empresa que prejudicava seus interesses

JULHO DE 2011

Demóstenes presta contas ao contraventor, usando o cargo para beneficiar a Delta Construções

JULHO DE 2011

O senador ganha de Cachoeira eletrodomésticos avaliados em 30.000 reais como presente de casamento

FOTOS: GUSTAVO RIBEIRO/VEJA; ANA CAROLINE/ILUMINAÇÃO; FOTOPRESS

Brasil

político outrora bem-sucedido, será justamente o Demóstenes defensor dos interesses da jogatina. O relator do processo no Conselho de Ética, o petista Humberto Costa, mostrou que o senador Demóstenes mentiu ao dizer que tinha apenas uma relação de amizade com Carlinhos Cachoeira e que sempre se posicionara contra a legalização dos jogos de azar. Costa lembrou que Demóstenes discursou a favor da legalização dos jogos em 2003. No ano seguinte, votou contra a medida provisória editada pelo presidente Lula que proibia a exploração dos bingos e de máquinas caça-níqueis. Assim, as relações promíscuas entre o político e o contraventor estariam configuradas. Além do mais, Demóstenes mentiu — e a mentira, lembre-se, foi o motivo da única cassação de mandato da história do Senado, aplicada a Luiz Estevão, em 2000.

As decisões sobre a perda de mandato são políticas e independem de provas cabais ou ritos observados na Justiça. No caso de Demóstenes, pesa sobremaneira o fato de ele ter se destacado como um personagem de dupla personalidade. Durante as investigações da Polícia Federal, que monitorou as atividades de Carlos Cachoeira, descobriu-se que o contraventor pagava despesas pessoais de Demóstenes e o remunerava por serviços de lobby realizados em

governos estaduais e órgãos federais. Quando surgiram as primeiras evidências da ligação de Demóstenes com Cachoeira, seus pares no Senado se recusaram a acreditar. Embalado pelo prestígio construído ao longo de quase uma década, Demóstenes recebeu manifestações de apoio de mais de quarenta senadores de todos os partidos, que foram à tribuna defendê-lo. Os senadores ainda estão perplexos com a revelação do lado obscuro do colega. “Naquele dia defendi o parlamentar que conhecia. Um homem que se mostrava correto. Ele nunca havia dado sinal algum de comportamento antiético”, disse o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) na semana passada.

A sucessão de revelações constrangedoras minou o apoio político a Demóstenes. Primeiro, ele foi obrigado a se desligar do DEM. Agora, está prestes a ter o mandato cassado. Nas conversas gravadas pela PF, Demóstenes aparece supostamente recebendo do contraventor instruções diretas sobre como deveria se comportar no Congresso em matérias do seu interesse. Outros trechos falam das contrapartidas recebidas: eletrodomésticos importados de última geração, viagens de avião e até uma encomenda especialíssima, garrafas do vinho francês Château Cheval Blanc, safra de 1947, cujo pre-

ço unitário pode passar de 10.000 dólares. Segundo o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, o senador teria recebido do contraventor cerca de 3,1 milhões de reais em dinheiro. Houve uma mistura inequívoca de interesses públicos e privados, circunstância que teria provocado no antigo Demóstenes, o público defensor da ética, uma reação colérica.

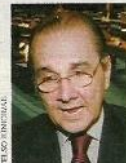
O Demóstenes desmascarado pediu prorrogação de prazo para fazer sua defesa. Ao Supremo Tribunal Federal (STF) solicitou a exclusão de todas as escutas telefônicas do rol de provas do processo. Por ter foro privilegiado, alega que não poderia ter sido gravado sem autorização prévia do STF. “São escutas ilegais, que extrapolam a competência da PF e carecem de perícia”, disse Antônio Carlos de Almeida Castro, advogado do senador. Os congressistas tendem historicamente a relevar desvios de conduta de colegas. Não será o caso agora. Os senadores sentiram-se traídos por Demóstenes, que durante muito tempo posou de vestal e deu lições de moral aos colegas. Demóstenes encarna à perfeição a frase atribuída ao maior presidente americano, Abraham Lincoln: “Você pode enganar uma pessoa por muito tempo; algumas por algum tempo; mas não consegue enganar a todas por todo o tempo”.



ALVARO DIAS/REUTERS

Alvaro Dias (PSDB-PR)

Era impossível saber que o defensor da ética tinha também atividades irregulares. Quando surgiram as denúncias, 44 senadores de todos os partidos deram-lhe apoio. Dupla personalidade.



JOSÉ AGRIPINO/REUTERS

José Agripino (DEM-RN)

Ele era uma expressão do partido. Eu, assim como todo o país, fui surpreendido pelas evidências que se avolumaram. O sentimento é de profunda decepção.



PEDRO TAQUES/REUTERS

Pedro Taques (PDT-MT)

Quando assumi meu mandato, no ano passado, Demóstenes era uma referência. Relatamos matérias juntos várias vezes. É muito triste descobrir que ele não é quem demonstra ser.



DELCIDIO DO AMARAL/REUTERS

Delcídio do Amaral (PT-MS)

O Senado como um todo recebeu as notícias com estarecimento. Ele sempre foi visto na Casa como uma figura política de valor e um homem influente.



JARBAS VASCONCELOS/REUTERS

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Além da surpresa, recebi as notícias com indignação. Em Brasília, ele era um defensor das leis e do decoro. A 200 quilômetros do Congresso, porém, mostrava-se um serviço de um bicheiro.



KÁTIA ABRÉU/REUTERS

Kátia Abreu (PSD-TO)

Fiquei realmente abalada. Foi um choque. Ver esse comportamento de um senador que se mostrava tão sério e competente.